

Cristina dos Santos Carvalho

**CLÁUSULAS ENCAIXADAS EM VERBOS CAUSATIVOS E PERCEPTIVOS:
UMA ANÁLISE FUNCIONALISTA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Linguística.

Orientador: Profa. Dra. Maria Luiza Braga

Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Estudos da Linguagem

2004

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

C253c	<p>Carvalho, Cristina dos Santos. Cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos: uma análise funcionalista / Cristina dos Santos Carvalho. - Campinas, SP: [s.n.], 2004.</p> <p>Orientadora : Prof^ª Dr^ª Maria Luiza Braga. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.</p> <p>1. Sintaxe. 2. Gramática. 3. Funcionalismo - Lingüística. 4. Sociolingüística. I. Braga, Maria Luiza. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.</p>
-------	---

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Profa. Dra. Maria Luiza Braga
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof. Dr. Mário Eduardo Toscano Martelotta
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Profa. Dra. Maria da Conceição Auxiliadora de Paiva
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Profa. Dra. Rosa Virgínia Barreto de Mattos Oliveira e Silva
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof. Dr. Rodolfo Ilari (suplente)
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof. Dr. Sírio Possenti (suplente)
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Campinas, 29 de julho de 2004.

E é sempre melhor o impreciso que embala do que o certo que basta,
Porque o que basta acaba onde basta, e onde acaba não basta,
E nada que se pareça com isto devia ser o sentido da vida...
(Álvaro de Campos)

À minha mãe Letícia,
a quem eu devo a minha existência e tudo que eu sou.

Ao meu sobrinho Matheus,
uma razão a mais para eu sorrir e amar a vida.

AGRADECIMENTOS

À Professora Maria Luíza Braga, orientadora e amiga, pela competência, segurança, atenção, disponibilidade, paciência e pelo carinho e incentivo a cada etapa deste trabalho.

Aos Professores Ataliba Teixeira de Castilho e Mário Martelotta, pelas preciosas sugestões durante o Exame de Qualificação Geral de Tese.

À Professora Ingedore Koch, pela orientação precisa do trabalho submetido ao Exame de Qualificação Geral de Tese, na área de Linguística Textual e pelas sugestões apresentadas.

À Professora Tânia Alkmin, por me colocar em contato com estudos etnolingüísticos.

Às Professoras Teresa Leal, Rosauta Poggio e Rosa Virgínia Mattos e Silva, por terem me cedido alguns textos do português arcaico.

A Miriam Barbosa da Silva, minha querida professora dos Cursos de Graduação e Mestrado, pelo incentivo à busca de novas experiências acadêmicas fora dos limites baianos.

Aos colegas do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia, que contribuíram para a minha liberação para a realização do Curso de Doutorado.

Aos funcionários da Secretaria da Pós-Graduação e Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas e, em especial, a Rose e Belkis, pelo apoio.

Aos professores do Departamento de Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por terem me acolhido como se eu fosse aluna dessa instituição.

A Solange, secretária do Projeto de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL/UFRJ), pela atenção, simpatia e ajuda.

À CAPES, pela concessão de bolsa.

A Irenilza Oliveira e Sílvio Roberto de Oliveira, amigos e irmãos, pela presença constante em diferentes etapas da minha vida.

A Angélica Rodrigues, um dos melhores presentes que recebi no Curso de Doutorado, pela amizade, cumplicidade, acolhida e troca de experiências pessoais e acadêmicas. A seu esposo Luciano, que também se revelou um grande amigo no período em que estive em Campinas.

Aos colegas que conheci durante o Curso de Doutorado (dentro e fora da Universidade Estadual de Campinas) e, em especial, a Maria Célia Lima-Hernandes, Sebastião Gonçalves, Ronald Beline, Sanderléia Longhin, Andréa Mendes, Simone Oliveira, Amélia Reis, Andrés Salanova, Sílvia Cavalcante e Cosme dos Santos, pela partilha de valiosas experiências.

A Ana Cláudia Oliveira da Silva e Josane Moreira, amigas e colegas do Curso de Graduação, que pude reencontrar no Rio de Janeiro, pela acolhida em seus lares e pelos inúmeros favores prestados.

A Cátia Eugênio, pela disponibilidade, ajuda recorrente e pelo companheirismo em todos os períodos em que estive em terras campineiras.

A Antonilma Castro, Cely Vianna, Denise Gomes, Edna Marques, Edna lobo, Lúcia Castro, Maria do Socorro Almeida, Nilzete Cruz, Robson Lima e Marcelo Oglietti, pela amizade sincera e pelos inúmeros momentos de alegria partilhados.

À minha tia Rita, por sempre acreditar em tudo que eu faço e torcer pelo meu sucesso.

À minha mãe, pelo amor e apoio incondicionais e pela cumplicidade que nos une.

A todas as pessoas, que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	xiii
RESUMO	xv
ABSTRACT	xvii
INTRODUÇÃO	19
1 CONSTRUÇÕES COM VERBOS CAUSATIVOS E PERCEPTIVOS: ALGUMAS PROPOSTAS FORMALISTAS	25
1.1 Verbos causativos e perceptivos: verbos auxiliares ou transitivos?	26
1.2 Sentenças complexas com verbos causativos e perceptivos	33
1.2.1 Completivas de verbos causativos e perceptivos no português brasileiro, espanhol e francês	41
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	47
2.1 A teoria funcionalista: algumas considerações	48
2.2 Sentenças complexas: processos sintáticos de articulação de orações	53
2.2.1 Sentenças complexas na gramática tradicional	54
2.2.2 Sentenças complexas nos estudos lingüísticos	57
2.2.2.1 A abordagem funcionalista	58
2.2.2.1.1 As propostas de Lehmann e Hopper e Traugott	65
2.3 Gramaticalização	70
2.3.1 A noção de gramaticalização	71
2.3.2 Gramaticalização entre cláusulas	82

2.3.3 Gramaticalização, integração e articulação entre cláusulas	90
2.3.4 Gramaticalização e integração entre cláusulas: trabalhos empíricos	95
3 METODOLOGIA	101
3.1 O <i>corpus</i>	104
3.2 A observação e a quantificação dos dados	107
3.2.1 Hipóteses e fatores lingüísticos controlados na pesquisa	110
3.2.2 A categoria extralingüística grau de escolaridade	127
3.3 Procedimentos adotados para a apresentação do exemplário	128
4 ANÁLISE DOS DADOS	131
4.1 Construções complexas com verbos causativos e perceptivos no português contemporâneo	131
4.1.1 Os verbos causativos	132
4.1.2 Os verbos perceptivos	166
4.1.3 Verbos causativos e perceptivos: similaridades e diferenças	207
4.2 Construções complexas com verbos causativos e perceptivos no português arcaico	216
4.2.1 Os verbos causativos	216
4.2.2 Os verbos perceptivos	222
CONCLUSÃO	231
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	241

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

1 <i>Continua</i> da articulação de cláusulas	66
2 Formação de cláusula complexa	83
3 Gramaticalização do verbo principal	89
4 Propriedades relevantes no percurso de gramaticalização	93
5 <i>Continuum</i> do entrelaçamento	116
6 <i>Continuum</i> do entrelaçamento de sujeitos	118
7 <i>Continuum</i> de marcação nas estruturas complexas com verbos causativos	135
8 <i>Continuum</i> de marcação dos usos de deixar em construções encaixadas	152
9 <i>Continuum</i> de marcação nas estruturas complexas com verbos perceptivos	170
10 <i>Continuum</i> de marcação dos usos de ver em frases complexas com encaixamento de oração completiva	181
11 <i>Continuum</i> de marcação dos usos de sentir em construções encaixadas	202
12 Nível de integração sintática das cláusulas completivas de causativos e perceptivos	214

QUADROS

1 Características da parataxe, hipotaxe e subordinação a partir dos traços <i>dependência e encaixamento</i>	68
2 Distribuição dos 27 informantes da pesquisa na amostra 80	105
3 Distribuição dos 25 informantes da pesquisa na amostra 00 (C)	105
4 Estrutura não-marcada das sentenças completivas de mandar (1)	141
5 Estrutura não-marcada das sentenças completivas de mandar (2)	141
6 Estrutura não-marcada das completivas de deixar (1)	156
7 Estrutura não-marcada das completivas de deixar (2)	156
8 Estrutura não-marcada dos usos de ver em construções encaixadas (1)	185
9 Estrutura não-marcada dos usos de ver em construções encaixadas (2)	185
10 Estrutura não-marcada das completivas de sentir (1)	206
11 Estrutura não-marcada das completivas de sentir (2)	206
12 Estrutura não-marcada das construções complexas com verbos causativos e perceptivos (1)	213
13 Estrutura não-marcada das construções complexas com verbos causativos e perceptivos (2)	213

TABELAS

1 Cláusulas complexas com os verbos mandar , deixar e fazer no <i>corpus</i>	133
2 Cláusulas complexas com os verbos ver , ouvir e sentir no <i>corpus</i>	170
3 Distribuição dos usos de ver na amostra	180
4 Correlação entre grau de finitude das cláusulas completivas e classes semânticas dos verbos das matrizes	208

GRÁFICOS

1 Distribuição dos verbos causativos mandar , deixar e fazer no <i>corpus</i>	134
2 Distribuição dos usos de deixar na amostra	152
3 Distribuição dos usos de fazer na amostra	163
4 Estrutura não-marcada das completivas de fazer ¹ e fazer ²	164
5 Distribuição dos verbos perceptivos ver , ouvir e sentir no <i>corpus</i>	171
6 Distribuição dos usos de ver na amostra	180
7 Distribuição dos usos de ouvir na amostra	193
8 Distribuição dos usos de sentir na amostra	202
9 Distribuição das cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos de acordo com o seu grau de finitude	208

RESUMO

Na presente tese, investigo as sentenças complexas portuguesas com verbos causativos e perceptivos em que se dá encaixamento de cláusulas completivas. Restrinjo minha análise, no primeiro grupo semântico, aos verbos **mandar**, **deixar** e **fazer** e, no segundo, a **ver**, **ouvir** e **sentir**, pelo fato de esses seis verbos terem sido mais freqüentes na amostra. Como referencial teórico, utilizo-me dos pressupostos do funcionalismo lingüístico, principalmente daqueles seguidos pela vertente americana (cf. Givón, 1990, 1995; Hopper e Traugott, 1993, dentre outros) e dos contidos em Lehmann (1988). Fundamento-me nas noções de iconicidade, integração sintática e gramaticalização para descrever e comparar o comportamento sintático e semântico das sentenças encaixadas em verbos causativos e perceptivos. Abordo, numa perspectiva panorâmica, os usos dessas cláusulas na língua portuguesa, com o intuito de verificar, nesses usos, a atuação do princípio de uniformitarismo (Labov, 1995). Para tanto, examino dados de diferentes fases do português, a arcaica e a contemporânea, com ênfase no estágio atual dessa língua. A amostra sincrônica consta de dados da modalidade falada do português brasileiro do século XX. A amostra diacrônica é composta de textos escritos do português do século XV: *A Crônica de D. Pedro* e *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Da perspectiva da metodologia adotada na pesquisa, utilizo os pressupostos metodológicos da Teoria da Variação Lingüística. Seguindo esses pressupostos, submeti os dados sincrônicos a um tratamento quantitativo através do programa de pacotes VARBRUL (mesmo sem estar operando com uma regra variável). Com base nas noções de iconicidade, integração sintática e gramaticalização, assumo como hipóteses principais desta tese as seguintes: (a) as cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos se distinguem não só por atributos semânticos mas também por atributos sintáticos e constituem diferentes níveis de integração sintática; (b) existem diferenças de níveis de integração sintática e gramaticalização entre os verbos de cada grupo semântico e entre as acepções de cada verbo. Visando à comprovação empírica dessas hipóteses, os graus de integração sintática e gramaticalização entre as completivas aqui analisadas e suas matrizes são medidos a partir de parâmetros sintáticos e semântico-pragmáticos. Neste trabalho, em relação a alguns desses parâmetros, os resultados quantitativos evidenciam que: (a) as sentenças encaixadas em verbos causativos e perceptivos exibem, no português brasileiro, um padrão distribucional divergente entre si e, portanto, remetem a distintos graus de integração sintática; (b) essas diferenças se explicam pela atuação do subprincípio da proximidade (Givón, 1990); (c) alguns usos dos verbos causativos e perceptivos representam diferentes estágios de gramaticalização; (d) nos grupos semânticos examinados, alguns verbos se destacam por possuírem mais usos integrados e/ou gramaticalizados.

PALAVRAS-CHAVE: *iconicidade; gramaticalização; integração sintática; construções encaixadas; verbos causativos e perceptivos.*

ABSTRACT

In the present work I investigate Portuguese complex sentences which involve embedded clauses with causative and perception verbs. I examine causative verbs such as **mandar** “to order”, **deixar** “to let” and **fazer** “to make” and perception verbs such as **ver** “to see”, **ouvir** “to hear” and **sentir** “to feel”, because they were the most frequent ones, of each semantic group, to appear in the sample. Some theoretical assumptions from the functionalist approach are used, mainly these ones adopted by Givón (1990, 1995), Hopper e Traugott (1993) and Lehmann (1988). The analysis is based on the notions of iconicity, syntactic integration and grammaticalization, since the aim is to confront the embedded clauses of causative and perception verbs as far as their syntactic and semantic properties are concerned. I also study the Portuguese usages of these clauses in a panchronic perspective to verify the action of the Uniformitarian Principle (Labov, 1995). Then, I examine data from two periods of Portuguese, the archaic and contemporary ones, emphasizing the latter. The synchronic sample consists of data of spoken Brazilian Portuguese from the XXth Century. The diachronic sample consists of written texts from the XVth Century: *A Crônica de D. Pedro* and *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Adopting the methodological principles from the Theory of Linguistic Variation, I make a quantitative analysis of the synchronic data through the VARBRUL, a package of statistical programs (although I am not studying a variable rule). Based on the claims about iconicity, syntactic integration and grammaticalization, it is assumed that: (a) the embedded clauses of causative verbs differ, semantically and syntactically, from the sentential complements of perception verbs because they exhibit different levels of syntactic integration; (b) there are distinct degrees of syntactic integration and grammaticalization among the verbs of each semantic group and among the meanings of each verb. In order to check these hypotheses, the degrees of syntactic integration and grammaticalization between the sentential complements and their matrixes are measured based on syntactic and semantic-pragmatic parameters. As far as these parameters are concerned, the results show that: (a) the embedded clauses of causative and perception verbs exhibit different distributional patterns and, therefore, they display different degrees of syntactic integration; (b) these differences are explained by the Proximity Subprinciple (Givón, 1990); (c) some usages of causative and perception verbs represent distinct stages of grammaticalization; (d) in the semantic groups examined, some verbs have more integrated and grammaticalized usages than others.

KEY-WORDS: *iconicity; syntactic integration; grammaticalization; embedded constructions; causative and perception verbs.*

INTRODUÇÃO

Em vários momentos da vida, o indivíduo, ao interagir verbalmente, tem a necessidade de expressar, entre outras coisas, suas percepções, opiniões, vontades diante do mundo que o cerca. Isso pode se atualizar lingüisticamente através do emprego de diferentes estruturas sintáticas: ora através de sentenças simples, ora através de sentenças complexas.

É consenso nos estudos de orientação funcionalista sobre os processos de junção interfrástica que todas as línguas humanas possuem recursos para combinarem orações simples e formarem sentenças complexas¹. Um dos tipos dessas sentenças que os sistemas lingüísticos põem à disposição dos falantes são as construções encaixadas, estruturas que apresentam uma oração funcionando como constituinte de uma outra, considerada a oração núcleo (Hopper e Traugott, 1993) ou matriz (Matthiessen e Thompson, 1988; Neves, 2000). Constituem um exemplo dessas construções as estruturas com as chamadas cláusulas completivas. Na literatura lingüística (Givón, 1990 e Noonan, 1999, dentre muitos outros), as definições dessas cláusulas têm se esteado na noção de argumento verbal: sentenças completivas são aquelas que podem preencher o papel de argumento externo (sujeito) ou interno (objeto) de um verbo.

O processo de complementação verbal pode ser caracterizado sob as perspectivas estrutural e semântica. Estruturalmente, as cláusulas completivas admitem configurações sintáticas diversas. Na língua portuguesa, por exemplo, elas podem ser: (a) completamente justapostas, sem conectivos; (b) justapostas inseridas por um pronome ou advérbio interrogativo; (c) introduzidas por uma conjunção integrante com verbo no indicativo ou no subjuntivo; (d) realizadas na forma não-finita com verbo no infinitivo ou no gerúndio; (e) nominalizadas. Já sob o prisma semântico, as orações completivas que funcionam como argumentos internos verbais podem ser subcategorizadas por tipos semânticos diferentes de verbos, o que se reflete nos conteúdos

¹ Ao longo deste trabalho, utilizarei, intercambiavelmente, os termos *frase*, *oração*, *cláusula* e *sentença* (simples e complexa).

semânticos codificados por essas orações. Algumas das classificações estabelecidas para esses verbos são as seguintes: verbos de elocução (ou declarativos ou *dicendi*), de atividade mental, volitivos, causativos (factitivos), perceptivos² etc. Nos termos de Givón (1990:517), no domínio da complementação verbal, as propriedades sintáticas das completivas estão atreladas às propriedades semânticas do verbo da matriz, o que equivale a dizer, em outras palavras, que existe uma correlação sistemática entre a semântica e a sintaxe desse domínio.

Na presente tese, analiso as sentenças complexas portuguesas, centrando minha atenção naquele tipo que se codifica através de construções encaixadas, mais especificamente, de cláusulas completivas³ subcategorizadas por verbos causativos e perceptivos. O interesse por essas cláusulas foi motivado pela constatação de que, em algumas gramáticas e em alguns estudos (cf. Mateus et al., 1989; Maier, 1997; Neves, 2000), elas só eram tratadas conjuntamente e analisadas como se apresentassem o mesmo comportamento sintático. Isso despertou em mim um desejo de realizar um trabalho que descrevesse, em termos estruturais e semânticos, essas cláusulas com vistas a detectar as suas características, as idiosincrasias de cada uma delas e os seus pontos comuns.

Em frases complexas, os verbos causativos, como esse próprio rótulo já sugere, expressam uma relação de causatividade entre dois eventos, o causador e o causado, que são codificados, respectivamente, pelas sentenças matriz e completiva. Quando a construção causativa possui sujeitos animados, pode haver uma manipulação do referente-sujeito da matriz, que pode ser ou não bem sucedida, sobre o referente-sujeito da completiva. É nesse sentido que as cláusulas desses verbos podem exprimir, por exemplo, uma ordem ou uma permissão dada pelo referente-sujeito da matriz (o agente manipulador) ao referente-sujeito da encaixada (o ser manipulado).

Já os verbos perceptivos, em cláusulas complexas, selecionam complementos oracionais que indicam algo que resultou da percepção sensorial ou intelectual do referente-sujeito da matriz.

² Esta classificação semântica de verbos baseia-se em Mateus et al. (1989) e Neves (2000).

³ Neste trabalho, a partir desse momento, passo a utilizar, como sinônimos, os rótulos *completiva*, *encaixada* e *complementos oracionais* para me referir às cláusulas que são subcategorizadas por verbos transitivos.

Nesse caso, ao contrário do que acontece em estruturas com verbos causativos, o referente-sujeito da matriz não pode manipular o referente-sujeito da sentença completiva.

Do elenco dos verbos causativos e perceptivos, restrinjo minha análise, no primeiro grupo semântico, aos verbos **mandar**, **deixar** e **fazer** e, no segundo, a **ver**, **ouvir** e **sentir**, pelo fato de esses seis verbos terem sido mais freqüentes na amostra.

Esta pesquisa se insere no quadro teórico do funcionalismo lingüístico, sobretudo nos moldes em que é desenvolvido pela vertente americana, que tem como principais nomes lingüistas como Givón (1990, 1995), Hopper (1991), Hopper e Traugott (1993), entre outros. No Brasil, seguem essa vertente, a título de ilustração, Martelotta et al. (1996a, 1996b), Cezario et al. (1996), Braga (1995, 1999a, 1999b) e Paiva (1998). Neste trabalho, ainda dentro do modelo funcionalista, são utilizados alguns postulados teóricos dos estudos de Lehmann (1988) e Heine et al. (1991).

Fundamentada, pois, nessa teoria, valho-me de alguns dos seus pressupostos, principalmente daqueles relacionados às noções de iconicidade, integração sintática e gramaticalização, para descrever e comparar o comportamento sintático e semântico das sentenças encaixadas em verbos causativos e perceptivos. Com base nessas noções, foram formuladas duas das hipóteses principais desta tese, a saber, as de que essas sentenças constituem diferentes níveis de integração semântico-sintática e se encontram em distintas trajetórias do processo de gramaticalização.

Visando à comprovação empírica das hipóteses da pesquisa, examino, numa perspectiva pancrônica (de conjugação de dados sincrônicos e diacrônicos), os usos das cláusulas completivas de verbos causativos e perceptivos na língua portuguesa. Para tanto, utilizo-me de fontes representativas de diferentes sincronias da língua portuguesa, dando ênfase aos usos que se verificam na fase atual do português. A amostra sincrônica consta de dados da modalidade falada do português brasileiro contemporâneo (mais precisamente, do século XX). Tais dados foram levantados a partir de diferentes amostras do Projeto PEUL (Projeto de Estudos sobre o Uso da Língua), desenvolvido na Universidade Federal do Rio de Janeiro. A amostra diacrônica é composta de textos escritos do português arcaico, mais precisamente, do século XV. Foram selecionados, então, como *corpora*, documentos representativos dessa sincronia: *A Crônica de D. Pedro* e *A Carta de Pero Vaz de Caminha*.

Seguindo os pressupostos metodológicos da Teoria da Variação Lingüística, tal como proposta por Labov, os dados coligidos foram submetidos a um tratamento quantitativo através do programa de pacotes VARBRUL: todas as ocorrências arroladas das cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos foram analisadas a partir das mesmas categorias lingüísticas e extralingüísticas. Assim, as evidências estatísticas fornecerão respaldo às interpretações que serão feitas para o fenômeno lingüístico aqui examinado, no sentido de se poderem confirmar ou refutar as hipóteses aventadas na pesquisa sobre integração sintática e gramaticalização das cláusulas em questão, suas possíveis superposições e peculiaridades.

Os dados coletados também foram analisados qualitativamente com o intuito de se descreverem, a partir das propriedades formais e semântico-pragmáticas consideradas na pesquisa, os diferentes usos das completivas em exame, correlacionando-os às estratégias sintáticas em que se atualizam.

Visando, então, a uma abordagem descritivo-quantitativa do fenômeno lingüístico estudado, a presente tese tem como principais objetivos:

- (a) cotejar, do ponto de vista gramatical e semântico, as cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos;
- (b) identificar quais das propriedades formais e semânticas consideradas na pesquisa servem como base para o estabelecimento de convergências e divergências entre essas cláusulas;
- (c) detectar os graus de integração sintática e gramaticalização entre essas cláusulas e suas matrizes;
- (d) identificar, em cada grupo semântico, quais os verbos que apresentam usos mais integrados e/ou gramaticalizados;

(e) verificar se alguns usos das completivas de causativos e perceptivos encontrados no período contemporâneo do português já vigoravam no período arcaico dessa língua; em outras palavras, observar se as tendências atuais de uso das cláusulas em pauta remetem a tendências de fases anteriores (no caso, do período arcaico), o que é previsto pelo princípio de uniformitarismo (Labov, 1995);

(f) observar o estágio de gramaticalização de uma dada construção encaixada com verbos causativos ou perceptivos e a atuação do princípio de unidirecionalidade.

Este trabalho se divide em 4 partes. No capítulo 1, enfoco o tratamento dado aos verbos causativos e perceptivos (se auxiliares ou transitivos) e às suas cláusulas completivas pela abordagem formalista. No capítulo 2, apresento a fundamentação teórica da pesquisa, destacando os principais postulados funcionalistas em que me baseio para fazer as descrições, as análises e as interpretações dos usos das sentenças completivas de causativos e perceptivos e das acepções de cada verbo isoladamente. Assim, a partir dessa abordagem teórica, faço uma discussão dos conceitos de sentenças complexas, iconicidade, integração sintática e gramaticalização. No capítulo 3, descrevo a metodologia utilizada na pesquisa; faço, pois, uma caracterização do *corpus*, cito os procedimentos metodológicos adotados tanto no levantamento como na análise dos dados e defino as hipóteses aventadas e os fatores controlados no exame das sentenças completivas em pauta. No capítulo 4, procedo às análises qualitativa e quantitativa das cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos documentadas nas amostras sincrônica e diacrônica, a partir da atuação dos parâmetros formais e semântico-pragmáticos controlados na pesquisa. Em seguida, teço as considerações finais, no que concerne às características estruturais e semânticas das estruturas complexas com causativos e perceptivos, suas semelhanças e diferenças. Finalmente, apresento as referências bibliográficas do trabalho.

Esta pesquisa, ao discutir, com base em dados empíricos, a pertinência de se levarem em consideração as noções de iconicidade, integração sintática e gramaticalização no estudo de frases complexas, se justifica pelo fato de poder se tornar mais um suporte para a intuição de que, na língua portuguesa, os usos de sentenças completivas (sobretudo as de causativos e perceptivos) não apresentam um padrão de comportamento homogêneo.

CAPÍTULO 1

CONSTRUÇÕES COM VERBOS CAUSATIVOS E PERCEPTIVOS: ALGUMAS PROPOSTAS FORMALISTAS

Neste capítulo, abordo o enfoque dado às estruturas com verbos causativos e perceptivos do português dentro do quadro de referência teórica formalista, dando destaque aos trabalhos de Pontes (1973), Lobato (1975), Perini (1977) e Maier (1997)¹. A justificativa pela escolha desses trabalhos se deve ao fato de eles fazerem uma discussão das estruturas em pauta a partir de algumas propriedades semânticas e formais que têm sido usadas na literatura de orientação funcionalista para se aferirem graus de integração e/ou gramaticalização entre cláusulas. Na tentativa de estabelecer um contraponto com a abordagem funcionalista (que norteia esta tese), verifico que papel desempenham essas propriedades na caracterização das construções causativas e perceptivas feita por representantes formalistas. Assim, com base nos trabalhos supracitados, no presente capítulo, centro minha atenção nas seguintes questões: (a) Verbos causativos e perceptivos constituem verbos auxiliares ou transitivos na língua portuguesa? (b) Como são analisadas as sentenças - finitas e não-finitas - subcategorizadas por esses dois tipos semânticos de verbos dentro da abordagem formalista? (c) Como se comportam sintaticamente essas sentenças no português e em outras duas línguas românicas, no espanhol e no francês?

¹ Os três primeiros trabalhos têm como fundamentação teórica uma das primeiras versões da Teoria Gerativa, a Gramática Transformacional (Chomsky, 1956, 1957, 1965). Na literatura lingüística, eles têm sido considerados trabalhos clássicos em língua portuguesa sobre verbos auxiliares (Pontes, 1973; Lobato, 1975) e construções com infinitivo (Perini, 1977). Já o estudo de Maier (1997) se fundamenta em uma versão mais recente do Gerativismo, o Programa Minimalista (Chomsky, 1995).

1.1 Verbos causativos e perceptivos: verbos auxiliares ou transitivos?

Nesta seção, apresento uma discussão a respeito da classificação dos verbos causativos e perceptivos como auxiliares, citando argumentos contra essa classificação. Tal discussão se baseia em Pontes (1973) e Lobato (1975).

Pontes (1973) reserva, no seu livro, um capítulo inteiro (o terceiro) para analisar os verbos denominados por Said Ali (1963 apud Pontes, 1973) de auxiliares causativos, sensitivos e modais. Nesta seção, só será abordada a análise de Pontes dos dois primeiros tipos semânticos de verbos, já que são esses verbos que constituem objeto de estudo desta tese.

Ao tratar dos verbos causativos **fazer**, **mandar** e **deixar**, a autora mostra como são díspares as análises desses verbos nas gramáticas tradicionais. Algumas dessas análises são mencionadas a seguir. Said Ali os denomina de auxiliares. Bechara (1966 apud Pontes, 1973), apesar de classificá-los como auxiliares, considera que esses verbos podem ser empregados com orações reduzidas de infinitivo, que podem ser desdobradas em sentenças finitas. Para Oiticica (1919 apud Pontes, 1973) e Kury (1960 apud Pontes, 1973), esses verbos, pelo fato de possuírem sujeitos diferentes do infinitivo, não formam uma locução verbal. Nos termos de Kury, ocorre uma aparente locução verbal. Dias (1959 apud Pontes, 1973) e Souza Lima (1937 apud Pontes, 1973) classificam os verbos causativos como transitivos.

Segundo Pontes, também são divergentes as opiniões de gramáticos sobre o sintagma nominal (SN) que desempenha a função de sujeito do infinitivo em estruturas causativas. Para Said Ali, esse SN seria, ao mesmo tempo, sujeito do infinitivo e objeto do verbo causativo. Souza Lima considera que o verbo causativo possui dois complementos diretos: o SN e o infinitivo. Segundo Dias, o SN é complemento do verbo causativo e o infinitivo se vincula a este complemento.

Pontes cita algumas estratégias² utilizadas para se verificar se um determinado verbo forma ou não uma locução verbal, i.e, se ele constitui ou não um auxiliar: (a) deve-se observar se o infinitivo pode ser parafraseado por uma sentença finita; se isso acontecer, o verbo não forma

uma locução verbal; (b) deve-se observar se o infinitivo tem ou não sujeito diferente do outro verbo que o antecede; quando os sujeitos do infinitivo e do outro verbo são diferentes, há, em vez de uma locução verbal, duas orações, cada uma tendo seu sujeito e seu verbo. É interessante notar que, mesmo sem haver uma referência explícita à gramaticalização, essas duas estratégias destacam dois importantes parâmetros – o grau de finitude do verbo principal e a correferencialidade de sujeitos – que sinalizam uma decategorização (cf. Hopper, 1991) do primeiro verbo integrante de uma locução verbal; tal decategorização constitui um dos indícios de que esse item verbal, em um dado contexto sintático, teria passado por um processo de gramaticalização e se tornado um auxiliar.

A estudiosa passa a examinar construções com o verbo **mandar** (01), (02), a partir de critérios sintáticos, tais como correferencialidade de sujeitos, possibilidade de flexão do infinitivo e possibilidade de a negação incidir apenas no verbo não-causativo.

(01) João mandou Pedro sair.

(02) João mandou fazer um terno.

Afirma que, em (01), os sujeitos de **mandar** e do infinitivo são diferentes: João e Pedro, respectivamente. Faz referência a exemplos de estruturas causativas em que o sujeito do infinitivo encontra-se implícito (02). Destaca que a existência de exemplos como esses pode ter levado Said Ali e outros estudiosos a considerarem os verbos causativos como auxiliares. Explica que, da mesma forma que ocorre em (01), (02) apresenta sujeito do infinitivo diferente do de **mandar** e essa informação já está implícita no próprio verbo **mandar**.

Também demonstra que, em construções como (01), o infinitivo pode ser flexionado a depender do seu sujeito (01a). Segundo Pontes (1973:63), “o fato de o infinitivo poder flexionar-se, concordando em número com o seu sujeito, em desacordo com o verbo ‘causativo’, mostra como, sintaticamente, ele não forma com tal verbo uma unidade sintática, um sintagma”.

(01a) João mandou os meninos saírem.

² A primeira estratégia mencionada pela autora é recomendada por Carlos Góes (1917 apud Pontes, 1973) e a

A autora ainda aplica o teste da negação a fim de comprovar que, em estruturas causativas com o verbo **mandar** (03), há duas orações.

- (03) a. João mandou você não divulgar este fato.
 b. João não mandou você divulgar este fato.

Em (03a), o escopo da negação atinge apenas o segundo verbo; em outras palavras, o verbo causativo continua afirmativo. Em (03b), nega-se apenas o primeiro verbo, o que ocasiona uma mudança de sentido dessa sentença em comparação a (03a).

Levando em consideração a definição tradicional de auxiliar³ que se baseia em um critério semântico⁴, Pontes também investiga o comportamento semântico do verbo **mandar**. Desse ponto de vista, esse verbo possui as seguintes características⁵:

- (a) apresenta restrição na seleção do sujeito da oração, ocorrendo apenas com sujeito animado
 (04). Pontes assim se pronuncia a respeito dessa característica:

(...) se o verbo é auxiliar, não pode influir na seleção do sujeito, que é uma seleção léxica e não gramatical. Vejamos agora o caso do verbo *mandar*. Se ele fosse um simples auxiliar desprovido de sentido (um morfema, no dizer de Mattoso) não deveria influir na seleção do sujeito. A restrição seletiva deveria vigorar entre o sujeito e o verbo que acompanha o “causativo”. No entanto, o que se verifica é que o verbo *mandar* não ocorre com sujeitos inanimados como *pedra*, por exemplo⁶.

- (04) * A pedra mandou cair.

segunda, por Oiticica (1919 apud Pontes, 1973).

³ Pontes (1973:63) adverte que, na gramática tradicional, o auxiliar costuma ser conceituado, a partir de um critério semântico, como “um verbo semanticamente secundário, que apenas auxilia o verbo principal”. Nos termos dessa autora, o verbo auxiliar apenas desempenha uma função gramatical na língua, sendo responsável por marcar a pessoa gramatical, o tempo e o aspecto da oração.

⁴ O critério semântico implica atribuição ao auxiliar de uma perda sêmica, que se efetua via processo de gramaticalização do verbo. Assim, “quanto maior a gramaticalização, mais completa será a perda do sentido concreto do verbo” (Lobato, 1975:30). Essa autora ressalta, no entanto, que (a) essa perda nem sempre atinge todos os verbos seguidos de forma não-finita (como é o caso dos verbos estudados nesta tese) e (b) pode haver vários graus de perda semântica. Em função dessa gradação de enfraquecimento semântico de um verbo, o critério semântico não consegue dar conta de delimitar, com precisão, os verbos auxiliares de uma dada língua.

⁵ As características semânticas de **mandar** são confrontadas, sempre que possível, com exemplos de construções em que ocorre o verbo *ter* (seguido de participípio), que é considerado um dos auxiliares prototípicos da língua portuguesa.

(b) não ocorre em construção impessoal (05). Para Pontes (1973:65), “se **mandar** fosse auxiliar, deveria poder ocorrer com verbo impessoal, equivalendo tal construção a um verbo simples”.

(05) a. Chove.

b. Tem chovido.

c. * Manda chover.

(c) pode ser conjugado, ao contrário do verbo auxiliar, no imperativo com sujeito implícito de segunda pessoa⁷:

(06) a. Manda saírem todos.

b. * Tem saído todos.

(d) a construção com verbo **mandar** admite dois advérbios de tempo: um ligado a **mandar** e outro, ao infinitivo (07), o que não acontece, por exemplo, em construções com a locução *ter + do*, em que a indicação do tempo é única (08).

(07) Ontem, João mandou você ir à escola hoje.

(08) João tem estudado *ultimamente*.

Por todas as características - sintáticas e semânticas - mencionadas anteriormente, o verbo **mandar** não é classificado por Pontes (1973:68) como auxiliar: “ele não se enquadra nem na conceituação semântica de auxiliar, nem no comportamento sintático”. Segundo Pontes (1973:78), os verbos **deixar** e **fazer** devem ser analisados, da mesma forma que **mandar**, como verbos transitivos. Assim a autora resume os atributos sintáticos desses três verbos causativos:

⁶ Pontes, 1973, p. 64.

⁷ Esse critério merece, a meu ver, um questionamento, sobretudo quando se pensa que, no português brasileiro, para a segunda pessoa do singular, utilizam-se não só formas verbais com o pronome *tu* mas também com *você*. Assim, nessa língua, algumas construções com verbo auxiliar admitem conjugação no imperativo. A título de exemplo, considerem-se as seguintes frases: (a) Tenha estudado toda a lição até a noite e (b) Esteja estudando quando eu voltar.

São verbos que admitem como objeto uma oração, que na ES [estrutura superficial] pode-se apresentar com infinitivo ou com subjuntivo (que + subjuntivo). Com *mandar* o sujeito é sempre diferente, mas com *deixar* e *fazer* seguidos de infinitivo é possível ter identidade de sujeitos nas duas orações (quando, então, se usa o reflexivo). De toda maneira, com os três verbos, se o sujeito do infinitivo não for explícito, deduz-se que é diferente⁸.

Tendo examinado os verbos causativos, Pontes passa a investigar os verbos sensitivos **ver**, **ouvir** e **sentir** (nesta tese, denominados de perceptivos). Aponta as seguintes características para esses verbos:

(a) ocorrem com verbos no infinitivo:

- (09) a. João viu Maria sair.
 b. João ouviu Maria cantar.
 c. João sentiu o braço doer.

(b) possuem sujeitos diferentes do sujeito do infinitivo:

- (10) a. João viu matar o boi.
 b. João ouviu gritar.
 c. João sentiu doer (alguma coisa).

Pontes (1973:79) ressalta, em nota, que “alguns falantes notaram que é possível encontrar infinitivo dependente de **ver**, **ouvir**, **sentir**, com sujeito idêntico (expresso por pronome reflexivo”, como em (11):

- (11) a. Ela se sentiu levar.
 b. Ela se viu levar.
 c. Ela se ouviu gritar.

(c) podem ser empregados com um infinitivo flexionado que concorda com o sujeito a que se refere:

⁸ Pontes, 1973, p. 78.

(12) João viu os meninos saírem.

(d) admitem como complemento um SN (13), o que não ocorre nas estruturas causativas com **mandar** e **deixar**⁹ (nesse caso, uma exceção é o verbo **fazer**) (14):

(13) a. João viu Maria.

b. João ouviu o canto do galo.

c. João sentiu a dor no braço.

(14) a. * João mandou Maria.

b. * João deixou Maria.

c. João fez (causou) a infelicidade de Maria.

(e) podem seleccionar como objeto sentenças introduzidas por *que*:

(15) a. João vê que Maria sai.

b. João ouve que Maria canta.

c. João sente que o braço dói.

(f) não aceitam, como **mandar** e **deixar**, sujeito inanimado (16) mas admitem esse tipo de sujeito com o infinitivo (17):

(16) * A pedra viu ...

(17) João viu a pedra cair.

Tendo em vista o comportamento sintático dos verbos sensitivos, Pontes conclui que esses verbos, assim como os causativos, são transitivos que se constróem com orações inseridas por *que* ou orações infinitivas.

Lobato (1975), ao estudar os verbos auxiliares do português contemporâneo, também defende que verbos causativos e sensitivos não constituem auxiliares nessa língua¹⁰. De acordo com essa autora, os critérios de auxiliaridade que comprovam a exclusão dos dois tipos semânticos de verbos supracitados da lista dos auxiliares são (a) exigência de unidade semântica entre os dois verbos que se evidencia através da identidade de sujeitos, (b) exigência de impossibilidade de construções completivas com os auxiliares, (c) impossibilidade de conjugação imperativa¹¹ e (d) incidência de um circunstante temporal sobre o conjunto em auxiliação, uma vez que, como também já foi constatado por Pontes (1973), as construções com verbos causativos e perceptivos admitem sujeitos diferentes, completivas finitas e não-finitas e forma imperativa e, no caso das estruturas causativas, ainda podem ter um elemento temporal incidindo apenas sobre o causativo ou sobre o infinitivo. Nota-se, pois, que os critérios mencionados acima por Lobato equivalem a alguns dos critérios adotados por Pontes.

Nesta tese, assim como Pontes (1973) e Lobato (1975), não considero os verbos causativos e perceptivos como auxiliares, embora valha-me de outro instrumental teórico - o funcionalista - para examinar esses verbos. Estruturas com esses dois tipos semânticos de verbos seguidos de orações finitas ou não-finitas são aqui analisadas como cláusulas complexas em que ocorrem uma sentença matriz e outra encaixada. Tal assunção se fundamenta no padrão distribucional apresentado, na amostra sincrônica analisada, pelos verbos causativos e perceptivos que constituem objeto de estudo desta tese. Em outras palavras, os próprios dados da amostra referendam que esses verbos não exibem, de fato, propriedades semânticas e sintáticas de verbos auxiliares (cf. Heine, 1993), como será visto no capítulo de análise dos dados. Vale lembrar que um dos objetivos desta tese é mostrar, levando-se em conta a atuação de algumas propriedades formais e semântico-pragmáticas, que as cláusulas subcategorizadas por verbos causativos estão se comportando de modo diferente das completivas de perceptivos no português brasileiro.

⁹ A autora salienta que não há essa restrição quando **mandar** e **deixar** têm, respectivamente, o significado de 'enviar' e 'abandonar'.

¹⁰ Para Lobato, a lista dos auxiliares do português contemporâneo é composta de quatro verbos: *ser* (+ particípio), *estar* (+ gerúndio), *ter* (+ particípio) e *haver* (+ particípio). Algumas das características desses verbos enquanto auxiliares encontram-se explicitadas a seguir: "são realmente verbos em que se processou perda semântica e que apresentam com seu auxiliado unidade semântica (um só sujeito) e funcional (indissociabilidade funcional pela negação, possibilidade de combinação com qualquer tipo de sujeito e comportamento como um todo sob a incidência de um circunstante de tempo (...))". (Lobato, 1975:77).

Alguns dos parâmetros formais e semântico-pragmáticos controlados na pesquisa para se medir o nível de integração sintática entre as completivas aqui investigadas, tais como grau de finitude da encaixada, correferencialidade de sujeitos, negação e sujeito animado ou inanimado na encaixada, remetem a alguns dos critérios utilizados por Pontes e Lobato na análise de construções com verbos causativos e sensitivos. Nesta tese, em que se analisam os fatos lingüísticos da perspectiva do uso, esses parâmetros são considerados relevantes para se compreenderem e explicarem usos de cláusulas completivas da língua portuguesa, no que diz respeito às noções de iconicidade, integração semântico-sintática e gramaticalização de cláusulas (cf. capítulos 2 e 3 desta tese).

1.2 Sentenças complexas com verbos causativos e perceptivos

Nesta seção, destaco os tratamentos dados às cláusulas - finitas e não-finitas - subcategorizadas pelos verbos causativos e perceptivos por então representantes do modelo formalista. Focalizo minha atenção nos trabalhos de Pontes (1973) e Perini (1977).

Pontes (1973) afirma que as construções causativas com infinitivo e com orações introduzidas por *que* são sinônimas. De acordo com essa autora, a relação entre essas duas construções deve ser demonstrada através da postulação de uma estrutura profunda comum, da qual derivariam as duas estruturas causativas. Nessa estrutura profunda, já seria especificado o fato de o infinitivo possuir um sujeito próprio, e a possibilidade de esse sujeito estar no caso acusativo se justificaria pela proximidade do verbo causativo.

Já quanto aos chamados verbos sensitivos, Pontes diz que o emprego desses verbos com sentenças infinitivas ou iniciadas por *que* implica diferença de sentido, como se pode ver através do cotejo de (18) e (19).

- (18) a. João vê que Maria sai.
b. João ouve que Maria canta.
c. João sente que o braço dói.

¹¹ Conferir nota 7 desta seção.

- (19) a. João viu Maria sair.
 b. João ouviu Maria cantar.
 c. João sentiu o braço doer.

A autora explana que, em (18a), o verbo **ver** significa ‘perceber’, ‘constatar’ (ver não com os olhos e sim com o cérebro) enquanto, em (19a), a sua acepção é de ‘assistir’, ‘presenciar’. Essa diferença de sentido torna-se mais patente com a substituição do tempo verbal da segunda oração de (18a), já que **ver** com acepção de ‘assistir’, ‘presenciar’, nos termos de Pontes (1973:80), “exige simultaneidade de ações”. Assim, para a autora, essa troca do tempo verbal ratifica, em (18a), a acepção de ‘perceber’, ‘constatar’ para **ver**:

- (18) d. João vê que Maria saiu.

O problema que se delineia na análise de Pontes é que, em (18a), existe simultaneidade temporal (o que indica uma co-temporalidade dos eventos codificados pelas cláusulas matriz e completiva e, por conseguinte, uma “simultaneidade de ações”, utilizando a expressão da própria autora); sendo assim, o verbo **ver**, nessa estrutura, pode ser interpretado como ‘assistir’, ‘presenciar’. Como se verá no capítulo 4, registram-se, na amostra, usos do verbo **ver** subcategorizando sentenças finitas não só com o sentido de ‘presenciar’ mas com outros significados que também remetem ao domínio físico. A título de ilustração, considere-se o exemplo abaixo, em que **ver**, indubitavelmente, tem a acepção de ‘enxergar’.

- (20) Eu esqueci o nome também. Ali. Fui ali. Aí né, o ambiente já num é meio chegado... e entrando aquelas criança, saindo, e criança suja... Ai, gente! Num dá não, eu sô muito nojenta. Sô! E num comia nada na casa da mulé, nada. **Eu via que a cozinha era limpinha...** só que só d'eu vê "eu num" eu num como. Eu sou nojenta pra caramba! Ser eu chegá, assim, num lugá e vê, assim, ah... alguma sujerinha, assim,... eu fico assim... (Inf. 12, Amostra 00 (C), Ginásio, p. 16)

Com relação a **ouvir**, a autora afirma que construções com esse verbo e sentença finita, como em (18b), são pouco comuns. Para ela, parece que, em (18b), há a omissão de algum verbo (como *dizer, falar*) após *ouve*.

Já **sentir**, quando empregado com orações inseridas por *que*, tem, assim como **ver**, a acepção de ‘perceber’ (18c), nos termos de Pontes. Essa acepção de **sentir**, em (18c), é questionável, se forem levados em conta o verbo que ocorre na completiva (*doer*) e o seu sujeito (*o braço*). A presença desses dois elementos lingüísticos parece reforçar um significado de percepção sensorial, em vez de intelectual, para **sentir** em (18c): João, de fato, sente uma dor física no seu braço; seria incoerente ele apenas perceber essa dor e não senti-la. Ademais, documentam-se, na amostra sincrônica, ocorrências de um uso de **sentir** com sentenças finitas expressando percepção física, como mostra (21).

(21) Bom! Você quer a receita do empadão de camarão, não é? (est) bom: meio quilo de farinha de trigo, isso para massa, (est) para aquela massa que reveste o empadão, não é? (est) Meio quilo de farinha de trigo; e dois tablete de claybom. (est) Você amassa, bem amassadinho os três ingredientes até dar aquele ponto de massa, não é? **que você sente que está bem unidozinho**, assim bem uniforme. Bom, aí você deixa de lado e vai fazer o recheio. (Inf. 28, Amostra 80, Colegial, p. 21)

Duas outras diferenças mencionadas para os dois tipos de estruturas com verbos sensitivos são:

(a) a não ocorrência do *infinitivo perfeito* ou do *infinitivo progressivo* com esses verbos, quando subcategorizam sentenças não-finitas (22)¹². Nos dizeres de Pontes (1973:80), “só se pode usar o infinitivo simples, porque é necessário que o ato de **ver** (**sentir**, **ouvir**) seja simultâneo com a ação que se vê”.

- (22) a. * João vê Maria ter saído.
 b. * João ouve Maria ter cantado.
 c. * João sente o braço ter doído¹³.

Com efeito, no português contemporâneo, as completivas de verbos perceptivos na forma não-finita (seja com infinitivo, seja com gerúndio) tendem a ser mais empregadas para codificar

¹² Pontes não fornece exemplos de estruturas com infinitivo progressivo.

¹³ Para Mattos e Silva (comunicação pessoal), a agramaticalidade das sentenças ilustradas em (22) é decorrente de uma correlação inadequada entre a codificação da sentença matriz no presente do indicativo e a da completiva no infinitivo perfeito. Assim, de acordo com essa autora, se, em (22), o verbo da cláusula matriz estivesse no pretérito perfeito do indicativo, as três sentenças tornar-se-iam gramaticais.

aquilo que é percebido diretamente (Carvalho, 2002). Essa percepção direta implica uma co-temporalidade dos eventos codificados pelas cláusulas matriz e completiva.

(b) a possibilidade de apenas **ver** e **sentir** com o significado de ‘perceber’ ocorrerem com construções estativas (23a), (23b), o que, segundo Pontes, não acontece, por exemplo, com **ver** com sentido de ‘assistir’ (23c), (23d).

(23) a. João vê que Maria está infeliz.

b. João sente que Maria está infeliz.

c. * João vê Maria estar infeliz.

d. * João vê Maria ser alta.

O argumento acima se mostra eficaz na distinção entre os dois tipos de **ver** e **sentir**. Em Carvalho (2000), efetuei testes, no que concerne à possibilidade de as cláusulas completivas desses dois tipos de **ver** e **sentir** aceitarem uma forma finita e/ou não-finita e/ou nominalizada. Os resultados desses testes indicaram que **ver** e **sentir** com a acepção de ‘perceber’ apenas selecionavam encaixadas finitas. A não aceitação de estruturas não-finitas e nominalizadas estava atrelada ao tipo de predicado da encaixada (frequentemente estativo) que ocorre com esses dois verbos. Tal constatação se fundou nos dados da amostra utilizada para a realização dos testes. Já **ver** e **sentir** com sentido puramente sensorial (físico) admitiam completivas finitas, não-finitas (com verbos no infinitivo e no gerúndio) e nominalizadas.

No tocante ao uso de **ver** em estruturas finitas, cumpre ainda ressaltar que, mesmo não sendo tão frequente, esse verbo com significado referindo-se ao domínio físico também pode subcategorizar orações que têm predicado estativo. Nesse caso, contribui para reforçar o sentido físico de *ver* um constituinte da sentença completiva, o predicativo do sujeito, quando este remete a algo perceptível pela visão. O exemplo (20), repetido abaixo, ilustra bem essa asserção.

(20) Eu esqueci o nome também. Ali. Fui ali. Aí né, o ambiente já num é meio chegado... e entrando aquelas criança, saindo, e criança suja... Ai, gente! Num dá não, eu sô muito nojenta. Sô! E num comia nada na casa da mulé, nada. **Eu via que a cozinha era limpinha...** só que só d'eu vê "eu num" eu num como. Eu sou nojenta pra caramba! Ser eu chegá, assim,

num lugar e vê, assim, ah... alguma sujerinha, assim,... eu fico assim... (Inf. 12, Amostra 00 (C), Ginásio, p. 16)

As observações feitas anteriormente sugerem que, no caso de construções com verbos perceptivos, parâmetros sintáticos podem estar associados a propriedades semânticas, o que configuraria uma relação (a) entre sentidos dos verbos perceptivos e estrutura sintática das suas sentenças encaixadas e (b) até mesmo entre sentidos desses verbos e tipo de predicado das completivas. As questões levantadas neste parágrafo e no anterior serão retomadas mais detalhadamente no capítulo de análise dos dados.

Baseando-se nas características acima apresentadas, construções com verbos sensitivos com infinitivos e sentenças introduzidas por *que*, ao contrário do que é proposto para as estruturas causativas, não são vistas por Pontes como sinônimas. Assim se manifesta a autora quanto a essas construções:

É necessário distinguir, portanto, os verbos sensitivos que se constróem com infinitivo, dos que se constróem com oração explícita.

Os de infinitivo devem ser marcados como verbos que não podem aparecer seguidos de oração iniciada por *que*¹⁴.

Perini (1977) também considera que sentenças finitas e não-finitas com os verbos perceptivos **ver**, **ouvir** e **sentir** não são sinônimas. Primeiro, ele examina sentenças com **ver**:

(24) a. Vi João correr.

b. Vi que João corria.

Assevera que existe uma diferença semântica entre (24a) e (24b): em (24a), **ver** tem o significado de ‘enxergar (com os olhos)’ enquanto que, em (24b), tem mais ou menos o sentido de ‘compreender’. Segundo o autor, essa divergência de significado fica ainda mais evidente em (25). Note-se que somente (24b) pode coocorrer com o sintagma preposicionado *pelo barulho que fazia* ao passo que a coocorrência desse sintagma com (24a) gera uma sentença agramatical, conforme é ilustrado por (25).

¹⁴ Pontes, 1973, p. 81.

- (25) a. * Vi João correr pelo barulho que fazia.
 b. Vi que João corria pelo barulho que fazia.

Vale ressaltar que a mesma observação feita nesta seção para (18a) parece válida para (24b). Nessa sentença, a depender do seu contexto, **ver** também pode ter o significado de ‘enxergar’.

A partir da diferença acima, Perini postula a existência de dois verbos **ver**: **ver**₁ ‘enxergar (com os olhos)’ e **ver**₂ ‘compreender’. Apresenta as seguintes características para esses verbos: “(...) **ver**₁ pertenceria a uma classe V1 de verbos que só tomam complemento no infinitivo, e **ver**₂ a uma classe V2 de verbos que só tomam *que*” (Perini, 1977:49).

Para o autor, também existe uma divergência de significado entre as sentenças (a) e (b) de (26) e (27), apesar de essa divergência ser menos clara do que para (24a) e (24b).

- (26) a. Ouvi João correr.
 b. Ouvi que João corria.

- (27) a. Senti a sopa esfriar.
 b. Senti que a sopa esfriava.

Perini explica que, em (26a), o significado de **ouvir** é algo como ‘ouvir diretamente’ enquanto, em (26b), é ‘ficar sabendo (compreender) por meio do ouvido’. Comprova novamente essa diferença de significado com a realização do teste de aceitação ou não do sintagma preposicionado “pelo barulho que as crianças fizeram”, como mostram as sentenças (26c) e (26d). Com base nesse teste, verifica que apenas (26d), em que **ouvir** tem o sentido de ‘ficar sabendo (compreender) por meio do ouvido’, pode coocorrer com o sintagma “pelo barulho que as crianças fizeram”; com esse sintagma, (26c), em que **ouvir** indica uma audição direta de um fato, é agramatical.

- (26) c. * Ouvi o carteiro chegar pela barulhada que as crianças fizeram.
 d. Ouvi que o carteiro chegou pela barulhada que as crianças fizeram.

Ele estabelece a mesma relação de percepção direta ou indireta de algo para o verbo **sentir**: em (27a), o significado desse verbo é o de ‘sentir a sopa esfriar diretamente’, pondo-se, por exemplo, o dedo dentro dela; já em (27b), nos termos do autor, “qualquer tipo de ‘sentir’ serve, desde que me leve à conclusão de que a sopa está esfriando (posso observar que ela não está mais fumegando, ou que as pessoas pararam de soprá-la etc)” (Perini, 1977:50).

Tomando-se por base os exemplos (23), (26) e (27), Perini mostra que os verbos de percepção **ver**, **ouvir** e **sentir** podem exprimir dois sentidos, a saber: percepção sensorial (quando ocorrem com infinitivos) e percepção intelectual (quando empregados com orações introduzidas por *que*). Ele ainda demonstra que verbos que apenas têm o sentido de percepção intelectual só subcategorizam orações com *que* (28) enquanto verbos que apenas veiculam percepção sensorial só admitem orações infinitivas como complementos (29).

(28) a. * Compreendi João correr.

b. Compreendi que João corria.

(29) a. Olhei João correr.

b. * Olhei que João corria.

A meu ver, os verbos perceptivos não se restringem apenas a dois mas a uma gama de sentidos; o que acontece, na verdade, é que esses sentidos podem ser subcategorizados de acordo com o tipo de percepção - sensorial ou intelectual - que veiculam. A título de ilustração, considerem-se os usos que, na amostra sincrônica aqui analisada, foram arrolados para o verbo **ver**, referindo-se à percepção intelectual: ‘perceber’, ‘pensar’, ‘concluir’, ‘comprovar’, ‘tomar conhecimento, saber’, ‘verificar algo no futuro’. Ademais, para esse mesmo verbo, ainda foi documentado um uso que comporta concomitantemente os dois tipos de percepção citados: tal uso foi denominado de híbrido. Volto a tratar dessas questões no capítulo de análise dos dados.

Perini também analisa as orações finitas (30) e não-finitas (31) subcategorizadas pelo verbo causativo **mandar**.

(30) O reitor mandou Lúcia trepar no mastro.

(31) O reitor mandou que Lúcia trepasse no mastro.

Diferentemente de Pontes (1973), o autor não considera que existe uma relação de sinonímia entre (30) e (31). A partir da oposição entre ordem direta e indireta, explica os sentidos das duas sentenças: (30) significa que a ordem de trepar no mastro foi dada diretamente a Lúcia pelo reitor e (31) não indica necessariamente que essa ordem tem de ser direta: o reitor simplesmente pode ter falado com outra pessoa para transmitir a ordem a Lúcia ou pode, por exemplo, ter afixado essa ordem em algum mural da universidade. Com base no traço sujeito humano/não-humano, acentua a diferença entre as completivas de **mandar** inseridas por *que* e as infinitivas: enquanto as primeiras podem ter sujeito humano ou não-humano (31), (32), as últimas somente podem ter sujeito humano (30). Repare-se que a ocorrência de sujeito não-humano com completivas infinitivas gera uma sentença agramatical (33). Perini (1977:95) diz que (33) é ruim “porque o reitor não poderia ter ordenado aos livros que ficassem no porão (embora pudesse ter dado a alguém uma ordem nesse sentido”, como em (32)).

(32) O reitor mandou que os livros ficassem no porão.

(33) * O reitor mandou os livros ficarem no porão.

Bittencourt (1995:213) adverte que as interpretações de Perini para as sentenças (30) e (31) não podem ser tomadas como taxativas pelos seguintes motivos: (a) a correlação entre causação direta e indireta e configuração sintática nem sempre é tão transparente; (b) o contexto desempenha um papel relevante na distinção entre o tipo de causação. Ressalte-se, todavia, que nem sempre o contexto é suficiente para se determinar o tipo de causação a que remete a construção causativa.

Nesta pesquisa, as cláusulas finitas e não-finitas subcategorizadas por verbos causativos e perceptivos não são tratadas como sinônimas. Ao verificar, nos dados examinados, o comportamento desses dois tipos de cláusulas, pretendo responder às seguintes perguntas: (a) Cada forma, nas línguas humanas, codifica uma função, conforme previsto pela premissa principal do princípio da iconicidade (cf. capítulo 2 desta tese)? (b) Cada uma das formas em que

pode ser expressa a sentença encaixada representa um diferente nível de integração sintática? (c) Diferenças de configuração sintática constituem reflexo de diferenças semântico-pragmáticas?

Advirto, porém, que a premissa básica do princípio da iconicidade será testada, nos usos das completivas aqui analisadas, com base na frequência de uso das formas finita e não-finita dessas completivas. Admito, pois, uma versão mais moderada desse princípio. Sabe-se que, na língua, nada é tão rígido, sobretudo quando se trata de língua falada. Assim, não se pode afirmar que, no português brasileiro, **ver** e **sentir** com sentenças introduzidas por *que* só têm o significado de percepção intelectual. Como já foi dito e será visto mais detalhadamente no capítulo 4, na amostra sincrônica analisada, há dados em que **ver** com completivas finitas também codifica percepção sensorial e ainda há casos em que esse verbo possui um sentido híbrido, um misto de sentidos como ‘enxergar’ e ‘perceber’. Além disso, o português também admite a possibilidade de aceção sensorial para o verbo **sentir** em construções com *que*, como já foi discutido com base em (18c) e (21). Pode-se aventar, sim, a hipótese de que existe uma tendência maior a se usarem mais sentenças não-finitas do que finitas com **ver** e **sentir** exprimindo percepção sensorial ou percepção direta. Aliás, essa é uma das hipóteses deste trabalho que se espera poder confirmar na análise quantitativa dos dados, no sentido de se comprovar a atuação do princípio da iconicidade nas completivas dos verbos perceptivos.

1.2.1 Completivas de verbos causativos e perceptivos no português brasileiro, espanhol e francês

Como já foi visto, verbos causativos e perceptivos compartilham a propriedade formal de subcategorizarem como argumentos internos orações finitas e não-finitas. Por se considerar que as orações desses dois tipos semânticos de verbos possuem alguns atributos sintáticos comuns, costuma-se haver a tendência de estudá-las juntas na literatura lingüística (Mateus et al., 1989; Maier, 1997, dentre outros) e, às vezes, reuni-las no que se denomina, em sentido lato, de construções causativas:

Causatives have traditionally been categorized not only because of their semantic content (although obvious in some contexts), but mainly due to unique syntactic characteristics that render them atypical as compared to other

bi-clausal structures. As a result, *causatives* in Romance include causative verbs like *faire* (French to make) and *dejar* (Spanish to let) as well as perception verbs such as *ver* (Portuguese to see) and *ouvir* (Portuguese to hear)¹⁵.

Nesta seção, cito algumas propriedades sintáticas das cláusulas completivas de verbos causativos e perceptivos do português brasileiro em confronto com as completivas desses verbos no espanhol e francês. Para isso, sirvo-me do estudo de Maier (1997).

Segundo Maier (1997: 83-84), sentenças complemento de causativos e perceptivos, no espanhol e no francês, comportam-se de modo diferente das orações completivas subcategorizadas por outras classes semânticas de verbos, no que concerne aos seguintes fatores lingüísticos: (a) variação na ordem dos seus constituintes; (b) localização dos clíticos que correspondem ao sujeito e ao objeto da encaixada; (c) possibilidade de passivização do sujeito da completiva. Tais sentenças caracterizam-se pelos seguintes padrões sintáticos:

(a) ordem SVO (32a), (33a) ou VOS¹⁶ (32b), (33b):

(34) a. Yo hice *a Isa comer el flan*.

b. Yo hice *comer el flan a Isa*.

‘Eu fiz Isa comer o flan’.

(35) a. Elle a vu *Jean lire le livre*.

b. Elle a vu *lire le livre à Jean*.

‘Ela viu Jean ler o livro’.

(b) clíticos que desempenham a função de sujeito são alçados pela matriz¹⁷ enquanto clíticos que exercem a função de objeto permanecem na matriz (36b) ou na encaixada (37b), a depender da ordem dos constituintes dessa:

(36) a. Marta hice *estudiar la lección a Pablo*. (VOS)

¹⁵ Maier, 1997, p. 83.

¹⁶ Maier (1997: 84) ressalta que o francês, nas completivas de *faire*, apenas admite a ordem VSO.

¹⁷ Maier (1997) não cita exemplos para ilustrar os casos de alçamento pela matriz de clíticos que exercem a função de sujeito na completiva.

‘Marta fez Pablo estudar a lição’.

b. Marta *la* hice estudiar a Pablo.

(37) a. Marta hice *a Pablo estudiar la lección*. (SVO)

b. Marta hice a Pablo estudiar*la*.

(c) passivização de seus sujeitos é permitida apenas com verbos perceptivos (38), sendo agramatical com causativos (39).

(38) Pierre a été entendu réciter les poèmes (par les enfants).

‘Pierre foi ouvido recitar os poemas (pelas crianças)’.

(39) * Jean sera laissé lire ces livres-la.

‘Jean será feito ler aqueles livros lá’.

Para a autora, os complementos oracionais de causativos e perceptivos do português possuem apenas divergências semânticas, mas apresentam as mesmas propriedades sintáticas encontradas em outros tipos de completivas, no que se refere aos três fatores lingüísticos observados anteriormente para o francês e o espanhol. Segundo Maier, por exemplo, no português, a única ordem dos constituintes possível na completiva é SVO, independente de essa estar inserida (40a), (41a) ou não (42a), (43a) em uma construção causativa *lato sensu*; pelo fato de o português apresentar essa ordem de constituintes na encaixada, clíticos que desempenham a função de objeto não são alçados pela matriz (44a), (45a).

(40) a. Eu fiz *Carlos tomar o sorvete*.

b. * Eu fiz *tomar o sorvete Carlos*.

(41) a. Eu vi *as meninas tomar o sorvete*.

b. ? * Eu vi *tomar o sorvete as meninas*.

(42) a. Eu recomendei *aos meninos descansar durante as férias*.

b. * Eu recomendei *descansar aos meninos durante as férias*.

(43) a. Eu sei *que Simone comeu toda a melancia*.

b. * Eu sei *que comeu toda a melancia Simone*.

(44) a. Nós fizemos as meninas *tomá-lo*.

b. * Nós *o* fizemos as meninas tomar.

(45) a. Eu ouvi as meninas *tocarem-no*.

b. * Eu *o* ouvi as meninas tocarem.

Maier menciona que, para alguns dos seus informantes, outro fator que contribui para reforçar a agramaticalidade de (41b) é o não uso do infinitivo flexionado na completiva.

A afirmação de Maier sobre admissão única da ordem SVO em completivas de causativos e perceptivos é questionável, pois, ao contrário de (40b), (41b), (42b) e (43b), que realmente causam uma estranheza, estruturas, como (46) e (47), são aceitáveis e, de fato, ocorrem no português brasileiro.

(46) Olha, a minha mãe veio, porque o meu avô já tava casado, né? já tinha nascido todos os filhos em Portugal, resolveu ter... ver se aqui era melhor. Primeiro veio ele, **depois ele mandou vir a esposa e os filhos**. Pra ter uma vida melhor, tentar ter uma vida melhor aqui. (Inf. 22, Amostra 00 (C), Ginásio, p. 04)

(47) De jeito nenhum! Não acredito mesmo! Então eu botava entre a faca e (hes) a cruz e a espada. Tudo bem, nós vamos dar. Mas se perder, vocês nos pagam. Queria ver se eles iam aceitar essa (inint)! (riso de é). **Ou então mandava voltar todo mundo de lá para cá**. [Não são] patriota! Não pode, amanhã ou depois, bater no peito se eu sou brasileiro. De jeito nenhum! (ruído com os lábios e gestos) De jeito nenhum! (Inf. 03, Amostra 80, Primário, p. 18)

Fazendo uma comparação entre (40b), (41b) e (46), (47), observa-se que a não aceitação da ordem VOS parece estar relacionada ao tipo sintático do verbo da encaixada e ao complemento

selecionado por esse verbo. Assim, a presença de um verbo transitivo adverbial¹⁸ na completiva, como mostram (46) e (47), não restringiria a ordem VOS.

Contrariamente ao que se costuma postular na literatura lingüística, defendo que, no português brasileiro, cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos também estão começando a exibir um padrão distribucional divergente entre si, quanto à atuação de alguns parâmetros lingüísticos. Essa divergência foi mostrada em Carvalho (2000, 2001), no que se refere, respectivamente, (a) à atuação da propriedade grau de finitude e (b) à seleção das formas de expressão dos seus sujeitos - sintagma nominal, anáforas zero e pronominal - e à correferencialidade de seus sujeitos e os das matrizes. Os resultados de Carvalho (2000, 2001) evidenciam que: (a) completivas de causativos são mais empregadas na forma não-finita enquanto completivas de perceptivos, na forma finita; (b) em estruturas não-finitas, cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos tendem a possuir mais sujeitos não-correferentes expressos, respectivamente, por anáfora pronominal e anáfora zero.

Nesta pesquisa, a expectativa é a de que, quanto à atuação dos dois parâmetros supracitados e de outras propriedades, tanto formais como semântico-pragmáticas, também se evidenciem diferenças entre as completivas de causativos e perceptivos. Como já foi dito, uma das hipóteses principais desta tese é a de que, na língua portuguesa do Brasil, essas completivas não apresentam um padrão de comportamento homogêneo, representando diferentes níveis de integração sintática e se encontrando em diferentes estágios de gramaticalização. Visando à comprovação empírica dessa hipótese, serão analisados os níveis de integração sintática entre os complementos oracionais de verbos causativos e perceptivos e suas matrizes, medidos com base em parâmetros formais e semântico-pragmáticos cuja descrição se encontra no capítulo de metodologia.

¹⁸ Nesta pesquisa, seguindo Kury (1993), os verbos *vir* e *voltar*, embora sejam tradicionalmente classificados como intransitivos, estão sendo considerados, em (46) e (47), como transitivos adverbiais que selecionam como argumento interno um complemento adverbial de lugar.

CAPÍTULO 2

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, como o próprio título deixa claro, apresento a orientação teórica que norteia esta pesquisa. Tal orientação se fundamenta nos pressupostos do funcionalismo lingüístico, principalmente naqueles seguidos pela vertente americana (cf. Givón, 1990, 1995; Hopper e Traugott, 1993, dentre outros) e nos contidos em Lehmann (1988). Faço uma reflexão acerca desses pressupostos a partir das noções de *iconicidade*, *sentenças complexas*, *integração sintática* e *gramaticalização*, em torno das quais foram organizados os três subcapítulos que compõem esta parte da tese. Assim, no primeiro subcapítulo, faço uma caracterização do que se pode considerar o cerne da teoria funcionalista, destacando dois dos seus princípios fundamentais: o de iconicidade e o de marcação. No subsequente, contemplo as sentenças complexas sob o prisma da gramática tradicional e de estudos lingüísticos de orientações teóricas diversas, centrando minha atenção na abordagem funcionalista. No último, discorro sobre a gramaticalização, entendida nas suas duas acepções: quer como um dos processos de mudança lingüística, quer como um conjunto de postulados teóricos feitos sobre esse processo; ainda abordo o estudo de cláusulas complexas sob o enfoque da gramaticalização e a imbricação, nos processos de junção interfrástica, entre as noções de gramaticalização e integração sintática, a partir de trabalhos teóricos e de resultados de trabalhos empíricos. Nesta tese, a discussão dessas questões teóricas se mostra necessária, uma vez que elas fornecem suporte para se descrever e cotejar o comportamento sintático e semântico das sentenças encaixadas em verbos causativos e perceptivos.

2.1 A Teoria Funcionalista: algumas considerações

Antes de começar a tecer considerações sobre os principais postulados teóricos da abordagem funcionalista, tomo aqui emprestadas as palavras de Bechara (1991) e Neves (1997) para afirmar que caracterizar o funcionalismo não constitui uma tarefa fácil, uma vez que esse rótulo, na verdade, tem sido usado para abarcar diferentes modelos de descrição lingüística. A esse respeito, Neves (1997:01) ainda assevera que “os rótulos que se conferem aos estudos ditos ‘funcionalistas’ mais representativos geralmente se ligam diretamente aos nomes dos estudiosos que os desenvolveram, não a características definidoras da corrente teórica em que eles se colocam”.

No entanto, apesar de haver diferentes vertentes dentro do que se costuma chamar de funcionalismo lingüístico, podem-se depreender pontos comuns entre elas, o que, a meu ver, justifica a utilização do rótulo *funcionalista* para qualificar essas vertentes. Assim, pode-se dizer que tais pontos constituem o cerne do modelo funcionalista, conferindo-lhe, nos termos de Castilho (200?), uma unidade teórico-metodológica. Para esse autor, são três os postulados que unificam a teoria funcionalista: (a) língua é competência comunicativa, observável em seus usos; (b) as estruturas lingüísticas não são autônomas; (c) a explicação lingüística deve ser buscada nos usos lingüísticos, numa perspectiva pancrônica. Passo, então, a abordar esses e outros postulados, com exceção daquele que se refere ao enfoque pancrônico (que será discutido na seção 2.3.1 deste capítulo).

A teoria funcionalista defende a análise da língua em situações reais de comunicação: “a língua é concebida como um instrumento de interação social entre os seres humanos, cujo principal objetivo é estabelecer relações comunicativas entre falantes e ouvintes” (Dik, 1978:01 apud Dillinger, 1991:399). Essa asserção fornece respaldo à assunção de que, nessa teoria, as expressões lingüísticas são examinadas em função do contexto interacional em que são produzidas, o que equivale a dizer, em outras palavras, que nela desempenham um papel fundamental os participantes da interação, o propósito comunicativo e o contexto discursivo.

Na verdade, esse modo de os funcionalistas se debruçarem sobre a língua (suas expressões) se reflete nas análises destes, que levam em consideração dois sistemas de regras: as regras que governam a configuração das expressões lingüísticas (regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas); as regras que governam os padrões de interação verbal em que as expressões lingüísticas são usadas (regras pragmáticas) (Dik, 1989:03 apud Camacho, 2003:58).

De acordo com a visão funcionalista da linguagem, a língua não é concebida como um sistema autônomo¹, já que noções como cognição e comunicação, interação social e cultura, mudança e variação, entre outras, são importantes para o entendimento do sistema lingüístico (Givón, 1995). Nos termos de Du Bois (1985:344), as gramáticas devem ser vistas como “*sistemas adaptáveis*, isto é, como sistemas parcialmente autônomos (por isso, sistemas) e parcialmente sensíveis a pressões externas (por isso, adaptáveis)”.

Nos estudos de orientação funcionalista, é uma assunção básica de que a gramática de uma língua (entendida como um sistema formado de padrões regulares e padrões que não são completamente fixos, mas fluidos) se configura como uma estrutura maleável². Tal maleabilidade é consequência das pressões de uso a que está sujeita essa gramática. Entende-se, então, que essas pressões fazem com que, em qualquer língua humana, atuem duas forças (uma que leva à regularidade e iconicidade e outra, à irregularidade, à variação) e é justamente a competição dessas duas forças que ocasiona a dinamicidade das gramáticas das línguas.

A gramaticalização, para os funcionalistas, é uma manifestação do aspecto não-estático da gramática, uma vez que ela demonstra que as línguas estão em constante mudança em consequência de uma incessante busca de novas expressões e que, portanto, nunca estão definitivamente estruturadas (Martelotta et al., 1996b:49). A gramaticalização constitui, pois, um processo contínuo, já que radica numa propriedade das línguas naturais, que é sua permanente

¹ Segundo a concepção estruturalista de língua como sistema autônomo, existe uma independência entre o sistema lingüístico e o mundo exterior; entende-se que o valor do signo lingüístico é estabelecido somente dentro do sistema, a partir de relações de oposição. Tal concepção se assenta em um dos dogmas do estruturalismo, a noção de arbitrariedade lingüística.

² O entendimento de gramática como estrutura maleável, noção proposta por Bolinger (1967 apud Martelotta et al., 1996a), vigora sobretudo nos estudos lingüísticos funcionalistas americanos feitos por Givón, Hopper, Thompson, Du Bois etc. No Brasil, partilham esse pensamento Votre, Martelotta, Cezario, Neves, Paiva, Braga etc.

criatividade, muitas vezes motivada por “necessidades sociais” (Castilho, 1997). É nesse sentido que a gramaticalização representa um desafio para abordagens da língua que assumem categorias discretas encaixadas em sistemas fixos, estáveis (Hopper e Traugott, 1993:25).

Um dos princípios básicos do funcionalismo (em sua vertente americana) é o princípio de iconicidade, que estabelece uma relação de motivação entre forma e significado: **cada forma, nas línguas humanas, codifica um conteúdo**³. Nos dizeres de Bolinger (1977), “a condição natural de uma língua é preservar uma forma para um significado, e um significado para uma forma”. Essa correlação caracteriza o princípio de iconicidade na sua versão mais radical: assume-se, pois, que há uma correspondência biunívoca entre forma e significado e não há uma arbitrariedade no sistema lingüístico.

Aqui nos deparamos com um problema: aceitar a formulação de tal princípio nos termos acima implica ignorar algumas características das línguas humanas, tais como a sua variação e a sua criatividade. Assim, se, para os usuários de uma dada língua, cada distinção de forma implicaria sempre alguma diferença semântica ou pragmática, isso nos levaria a admitir, por exemplo, que não há sinônimos nas línguas humanas (cf. Bolinger, 1977)? Em outras palavras, apropriando-se da terminologia da Teoria da Variação Lingüística, não haveria, então, formas variantes? A título de ilustração, os marcadores conversacionais *sabe?* e *entende?* podem realmente ser considerados variantes (cf. Gorski et al., 2003), já que, apesar de partilharem funções discursivas (tais como a de requisitar apoio discursivo), apresentam também nuances semânticas entre si? Como se verá no capítulo 3 (no qual será discutido, mais detalhadamente, esse assunto), a postulação de variantes, em alguns níveis lingüísticos (por exemplo, o sintático e o discursivo) tem sido questionada devido à ausência, nesses domínios, de sinonímia denotativa plena. No entanto, estudos variacionistas têm demonstrado que possíveis nuances semânticas entre formas variantes podem ser controladas através de variáveis independentes (cf. Naro e Braga, 2000).

Com efeito, sabe-se que nem tudo, na língua, é icônico (a título de ilustração, considerem-se os casos de polissemia, homonímia e sinonímia) ou arbitrário (por exemplo, as palavras onomatopaicas). Diante da evidência de dados como esses que fornecem respaldo tanto para o

caráter icônico como para o caráter arbitrário da linguagem, o que já vem acontecendo, na verdade, é uma mudança na postura de alguns funcionalistas com a flexibilização do princípio de iconicidade e a admissão de versões mais moderadas desse princípio.

Para Croft (1990:164), “a intuição por trás da iconicidade é bastante simples: a estrutura da língua reflete, de alguma forma, a estrutura da experiência, isto é, a estrutura do mundo, incluindo (em muitas visões funcionalistas) a perspectiva imposta ao mundo pelo falante”. Por exemplo, a ordenação entre as duas cláusulas do enunciado causal pode estar associada à ordenação causa-efeito na seqüencialidade dos fatos. Do ponto de vista lógico-semântico, estabelece-se que, se *A* é a causa de *B*, os eventos descritos em *A* devem ter ocorrido, no mundo real, antes dos eventos descritos em *B*. A representação dessa ordem do mundo empírico - causa precedendo o efeito que provoca - pode se refletir nas estruturas lingüísticas. Entende-se, assim, que, enquanto a anteposição das cláusulas causais mantém o princípio de iconicidade, a posposição das orações causais viola esse princípio.

Segundo Hopper e Traugott (1993:26), a noção de iconicidade garante a não-arbitrariedade lingüística. Os dois estudiosos esclarecem que essa noção remete ao filósofo Pierce, que estabeleceu a distinção entre iconicidade imagética e diagramática. A primeira configura-se como uma semelhança sistemática entre um item e seu referente no que concerne a alguma característica. Nesse sentido, uma fotografia ou uma escultura de uma pessoa são ícones imagéticos. A segunda se instancia do seguinte modo: a relação entre as partes de uma forma/estrutura lingüística reflete a relação entre as partes dos referentes. Ícones diagramáticos são arranjos sistemáticos de signos. Hopper e Traugott (1993:26) ressaltam que é a iconicidade diagramática que é muito importante em lingüística e que tem proporcionado significativos *insights* para o estudo da organização das línguas e para o estudo da gramaticalização em particular. Citam que o exemplo mais conhecido desse tipo de iconicidade nas línguas é a tendência de a ordem da narrativa seguir a ordem dos eventos que ela descreve.

³ Quanto a essa premissa do princípio de iconicidade, Castilho (comunicação pessoal) adverte que, se ela for tomada ao pé da letra, isso significa admitir que, nas línguas humanas, não existem formas vazias.

O princípio da iconicidade diagramática compreende vários subprincípios, a saber, o de quantidade, o de ordenação, o de distância (ou proximidade), entre outros⁴. O primeiro subprincípio estabelece uma relação entre forma e informação: quanto maior a quantidade de informação, maior a quantidade da forma. O segundo preconiza que o grau de importância das informações de um texto se reproduz na ordem linear das formas em um enunciado; assim, a informação mais relevante é expressa pelo falante em primeiro lugar, tanto no nível oracional como no nível de organização do texto. O terceiro prevê que os conteúdos que estão mais integrados no plano cognitivo também se manifestam com maior integração morfossintática; em outras palavras, “a distância lingüística entre expressões corresponde à distância conceptual entre elas” (Haiman. 1983: 782).

Dos subprincípios acima, nesta tese, será testado o da proximidade cuja atuação pode ser observada nos processos de articulação de cláusulas e, mais especificamente, no domínio da complementação verbal. Nos termos de Haiman (1983:799), em frases complexas, a separação gramatical de uma sentença corresponde à independência do evento codificado por tal sentença. A configuração morfossintática das cláusulas complexas reflete, então, uma maior ou menor conexão dos conteúdos semânticos expressos nessas cláusulas. Por exemplo, as sentenças completivas podem apresentar um grau maior ou menor de integração com as matrizes, em virtude do que os verbos das matrizes expressam semanticamente (Givón, 1990). Ainda pode haver diferenças de integração semântico-sintática entre verbos de uma mesma classe semântica. Tomando-se por base a premissa desse subprincípio, estou assumindo que, em estruturas complexas com verbos causativos e perceptivos, existem diferentes níveis de integração semântica entre os eventos codificados pelas cláusulas matriz e encaixada e tal diferença se reproduz na integração sintática dessas cláusulas.

Um outro princípio do funcionalismo é o da marcação, que distribui, de maneira escalar, as estruturas da língua entre dois extremos, a categoria marcada e a não-marcada: em termos gerais, esta se caracteriza por ser a mais comum e corrente em uma língua e aquela, a mais rara (Givón,

⁴ Outros subprincípios da iconicidade diagramática são: (a) o de independência (“a separação lingüística de uma expressão corresponde à independência conceptual do objeto ou do evento que a expressão representa”); (b) o de complexidade (“maior complexidade estrutural corresponde a maior complexidade conceptual”); (c) o de categorização (“categorias estruturais superiores, por exemplo, sujeitos, se correlacionam a categorias conceptuais superiores, por exemplo, agentes”) (cf. Croft, 1990 e Neves, 2002).

1995). Para a identificação dessas categorias, são utilizados três critérios: a complexidade estrutural, a frequência e a complexidade cognitiva, que estipulam, respectivamente, que a forma marcada tende a ser maior, menos frequente e mais saliente cognitivamente (em termos de esforço mental e exigência de atenção) do que a forma não-marcada. Desses critérios, interessa a esta pesquisa a frequência, já que pretendo verificar a atuação do subprincípio da proximidade nos usos das cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos, com base na frequência de uso das formas finita e não-finita dessas cláusulas. Ademais, na literatura sobre gramaticalização (por exemplo, Bybee, 1984), tem-se atribuído um papel importante à frequência de uso de um item ou de uma dada construção no processo de gramaticalização: considera-se que o aumento da frequência de uso de uma forma ou construção lingüística constitui um indicador do seu grau de gramaticalização. A esse respeito, cumpre salientar que os dados analisados na amostra sincrônica ora corroboram ora contradizem essa asserção. Por exemplo, como se verá no capítulo 4, não se verifica essa correspondência entre gramaticalização e frequência de uso com a forma mais gramaticalizada de **ver**.

2.2 Sentenças complexas: processos sintáticos de articulação de orações

Nesta seção, faço uma reflexão sobre os processos sintáticos de articulação de orações, a partir da avaliação crítica de algumas obras que se mostraram relevantes para o estudo desse assunto. Esta reflexão é feita em dois itens: um referente ao tratamento dado a esses processos pela gramática tradicional e outro, à abordagem desses processos nos estudos lingüísticos.

Assim, no primeiro item, a partir de uma consulta a algumas gramáticas normativas (Bechara, 1992; Cunha, 1986; Cegalla, 1994; Rocha Lima, 1999, Cunha e Cyntra, 2001), apresento conceitos de coordenação e subordinação e cito o(s) critério(s) utilizado(s) por representantes da tradição gramatical para estabelecerem a diferença entre esses processos. A inclusão do tratamento concedido a esses processos pela abordagem tradicional, neste trabalho, se faz necessária uma vez que as propostas de descrição e tipologização de sentenças complexas que têm sido apresentadas na literatura lingüística, independentemente das correntes teóricas em que

se inserem, fazem, de algum modo, referência a essa abordagem: ou a questionam, mostrando suas incoerências, e/ou ampliam os seus conceitos.

No segundo item, mostro como os conceitos de coordenação e subordinação têm sido revisitados nos estudos lingüísticos modernos. Sabe-se que, dentro da Lingüística, muitos pesquisadores, seguindo modelos teóricos diferentes (tais como lingüística textual, funcionalismo, semântica da enunciação, análise do discurso etc), têm se debruçado sobre os processos sintáticos de combinação de orações. Pelo fato de esta pesquisa estar fundamentada nos pressupostos teóricos do funcionalismo, optei por dar uma maior ênfase, neste item, à abordagem desses processos feita por alguns membros desse modelo teórico.

Vale ressaltar que a revisão bibliográfica que faço nesta seção não é exaustiva mas sim representativa dos modelos teóricos que pretendi enfatizar.

2.2.1 Sentenças complexas na gramática tradicional

Na gramática tradicional, as sentenças complexas são abordadas em capítulos destinados ao estudo do “período”, geralmente do “período composto”, através de dois processos sintáticos básicos⁵: a coordenação e a subordinação. Ao focalizarem esse assunto, os gramáticos tradicionais procedem de dois modos: ou apresentam logo as definições dos processos de coordenação e subordinação para ilustrá-los em seguida ou partem inicialmente de exemplos de períodos compostos para depois caracterizarem os processos através dos quais as sentenças desses períodos se combinam.

Algumas das definições tradicionais para coordenação e subordinação são as seguintes:

⁵ Garcia (1967:16) explica que a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), ao tratar da composição do período, ignorou os processos sintáticos de justaposição (construção sintática que consiste no encadeamento de sentenças sem explicitação de conectivos) e correlação (construção sintática de duas partes relacionadas entre si de tal modo que a enunciação da primeira prepara a enunciação da segunda). O autor alerta para o fato de que a justaposição, apesar de abranger a coordenação e a subordinação, é ensinada no Brasil como variante da primeira, e a correlação (segundo-

Às orações que têm sentido próprio, que são autônomas, independentes, e pertencem a um mesmo período, dá-se o nome de *coordenadas*. (...) As orações sem autonomia gramatical, isto é, as orações que funcionam como termos essenciais, integrantes ou acessórios de outra oração **chamam-se subordinadas** (grifo meu)⁶.

Oração independente é aquela que não exerce função sintática de outra a que se liga. (...) Há dois tipos de orações independentes: as *coordenadas* e as *intercaladas*. (...) *Oração dependente* é aquela que exerce função sintática de outra e vale por um substantivo, adjetivo ou advérbio. (...) **As orações dependentes se dizem subordinadas** porque, exercendo uma função sintática da principal, são uma pertença desta na seqüência oracional (grifo meu)⁷.

Na *coordenação*, as orações se sucedem igualmente, **sem que umas dependam sintaticamente das outras**. (...) Na *subordinação*, pelo contrário, **há orações que dependem sintaticamente de outras**, isto é, que são termos (sujeito, objeto, complemento, etc) de outras (grifo meu)⁸.

A comunicação de um pensamento em sua integridade, pela sucessão de orações *gramaticalmente* independentes – eis o que constitui o período composto por coordenação. (...) No período composto por subordinação, há uma oração principal, que traz presa a si, como *dependente*, outra ou outras. Dependentes, porque cada uma tem seu papel como um dos termos da oração principal⁹.

Pode-se verificar, nessas definições (que foram extraídas de diferentes gramáticas normativas), que os processos de coordenação e subordinação tendem a ser definidos por referência a um mesmo parâmetro. Note-se que todos os gramáticos acima citados estabelecem a diferença entre coordenação e subordinação, tomando por base a noção de in/dependência; noção essa que se estende tanto em critérios sintáticos como em semânticos. Alguns gramáticos, como Bechara (1992), Cegalla (1994) e Rocha Lima (1999), só se valem de critérios sintáticos, outros, como Cunha (1986), utilizam os dois critérios para distinguirem estruturas coordenadas e subordinadas.

Pode-se dizer que a gramática tradicional, tanto em termos formais como em semânticos, associa, de um lado, *coordenação* à *independência* e, do outro, *subordinação* à *dependência*. Assim, as orações coordenadas são consideradas independentes quanto ao seu significado e quanto à estruturação sintática, e as subordinadas, dependentes, porque, além de necessitarem de uma outra (da chamada principal) para que tenham sentido completo, desempenham nessa uma função sintática.

se a orientação de José Oiticica e de outros autores) é considerada ora como um processo autônomo ora como uma variante da subordinação.

⁶ Cunha, 1986, p. 551 e 552.

⁷ Bechara, 1992, p. 216-218.

⁸ Cegalla, 1994, p. 337.

⁹ Rocha Lima, 1999, p. 260-261.

Os exemplos fornecidos pela tradição gramatical para ilustrar períodos coordenados e subordinados se baseiam geralmente na modalidade literária da língua portuguesa ou são exemplos criados. Como já era esperado, não há referências a frases complexas da modalidade falada da língua portuguesa.

Adotar um parâmetro que se funda apenas na noção de in/dependência semântica e sintática das cláusulas interligadas não resolve, de fato, o problema de distinção entre coordenação e subordinação. Isso pode ser verificado sobretudo quando se analisam exemplos de sentenças complexas da modalidade falada de uma língua; nem sempre os conceitos tradicionais de coordenação e subordinação conseguem dar conta desses exemplos. Evidencia-se o mesmo problema nas aulas de língua portuguesa do primeiro e segundo graus em que dois importantes elementos do processo de ensino-aprendizagem – professores e alunos – sentem dificuldades para lidarem com a diferenciação entre as estruturas coordenadas e subordinadas, o que demonstra a não aplicação do parâmetro adotado pela teoria tradicional à prática. Assim, a abordagem dos processos sintáticos de coordenação e subordinação pela gramática tradicional pode servir como ilustração para a afirmação de Perini (1996: 131) de que, neste ponto (como em muitos outros), teoria e prática tradicionais estão em conflito.

Com efeito, os processos sintáticos de combinação de orações não podem ser tratados de maneira dicotômica, tal como defendido pela visão tradicional. Estudos funcionalistas têm demonstrado que é necessário que se abandone essa dicotomia e têm proposto uma análise desses processos sintáticos de modo escalar (como ainda será discutido neste capítulo). Esta tese, que também se insere no quadro teórico do funcionalismo, pretende fornecer mais evidências contra a visão tradicional. Como se verá no capítulo 4, os resultados quantitativos obtidos apontam que as chamadas orações subordinadas (mais especificamente, as substantivas) não apresentam um mesmo padrão distribucional. Isso sugere, por exemplo, que, em uma dada língua, construções encaixadas podem diferir pelo fato de não partilharem os mesmos atributos sintáticos. Muitas vezes, essas diferenças têm a ver com a classe semântica dos verbos que subcategorizam as sentenças encaixadas. É o caso das construções encaixadas com verbos causativos e perceptivos do português brasileiro.

2.2.2 Sentenças complexas nos estudos lingüísticos

A falta de consistência teórica observada na formulação dos conceitos tradicionais de coordenação e subordinação tem motivado o surgimento, nos estudos lingüísticos, de novas posturas por parte de alguns autores em relação ao tratamento desse assunto. Na perspectiva da Lingüística, alguns dos aspectos da abordagem de sentenças complexas que são focalizados se referem à interpenetração dos processos sintáticos de coordenação e subordinação, ao questionamento dos critérios e das nomenclaturas utilizados pela gramática tradicional e à proposição de novos critérios para classificação de sentenças complexas.

Por exemplo, lingüistas de perspectivas teóricas diferentes, tais como Garcia (1967), Borba (1979) e alguns representantes da lingüística textual (Silva e Koch, 1983; Koch, 1984, 1989, 1995, 1997; Fávero, 1987, dentre outros), têm centrado sua atenção na insuficiência do critério in/dependência semântica adotado pela gramática tradicional para distinguir orações coordenadas e subordinadas. Não obstante as orientações teóricas diferentes de alguns dos autores supracitados, eles são unânimes em acentuar, nas suas críticas, a existência de um vínculo de interdependência semântica entre orações em períodos coordenados. Assim, nas suas considerações, ocorre uma extensão a estruturas coordenadas de um vínculo que só era atribuído pela doutrina gramatical a estruturas subordinadas.

Ainda dentro do quadro de referência teórica da lingüística textual, a revisitação dos conceitos de coordenação e subordinação tem focalizado pontos essenciais à descrição de processos sintáticos de combinação de sentenças, a saber: (a) a necessidade de se adotar uma abordagem sintático-semântico-pragmática para a caracterização de tais processos; (b) a postulação de um nível mais abrangente do que o da sentença para o exame das relações interfrásticas; (c) a assunção de que se podem depreender relações semânticas em cláusulas complexas, independente do tipo de estrutura sintática - justaposta, coordenada ou subordinada - em que se encontrem tais cláusulas; a título de ilustração, considere-se a relação de tempo, que pode se concretizar lingüisticamente, em termos de frases complexas, com os três tipos de estruturas citados anteriormente.

Pode-se dizer que os itens (a) e (b) traduzem uma nova maneira de se debruçar sobre os processos sintáticos de articulação de sentenças e as relações interfrásticas: ao se examinarem tais processos, consideram-se não só as frases vinculadas mas também todo o texto em que elas estão inseridas. Já o item (c) está intimamente associado à relação de interdependência semântica entre orações de qualquer tipo de construção sintática, noção tão apregoada pela lingüística textual na descrição dos processos de combinação de orações.

Além da lingüística textual, outro modelo teórico que tem apresentado contribuições relevantes para a descrição dos processos sintáticos de junção de orações é o funcionalista. Nos termos de Neves (2001:13), “se há uma incursão funcionalista que se pode mostrar como evidentemente feliz é a que penetra a organização dos enunciados complexos para avaliá-los”. Passo, no próximo item, a tecer considerações, na perspectiva do funcionalismo, sobre algumas questões da abordagem de sentenças complexas.

2.2.2.1 A abordagem funcionalista

Representantes de abordagens funcionalistas, Halliday (1985), Matthiessen e Thompson (1988), Lehmann (1988), Givón (1990), Hopper & Traugott (1993), Gryner (1995), Castilho (1998), Neves (1999) e Decat (1999), dentre outros, têm se preocupado em investigar os processos sintáticos de articulação de cláusulas. Esses estudiosos têm submetido a vários questionamentos e revisões as noções de coordenação e subordinação e as propriedades em que se pauta a distinção dessas noções. Ademais, alguns deles têm postulado novos critérios para classificação de cláusulas complexas. Neste item, retomo algumas das discussões feitas por esses teóricos sobre os processos de articulação de orações. As análises de sentenças complexas de Lehmann (1988) e Hopper e Traugott (1993) serão apresentadas em um item à parte (o seguinte) pelo fato de esses trabalhos apresentarem pressupostos teóricos importantes para esta tese.

Um dos pontos da revisitação dos processos de junção de orações feita por lingüistas funcionalistas, como já foi mencionado, diz respeito aos questionamentos que os conceitos coordenação/subordinação e/ou parataxe/hipotaxe suscitam e aos parâmetros utilizados para se

distinguirem esses conceitos. Destacam-se a seguir os posicionamentos de alguns autores com relação a essa questão.

Para König e Auwera (1988), os critérios adotados para se estabelecer a diferença entre coordenação (ou parataxe) e subordinação (ou hipotaxe), além de serem inconsistentes, identificam diferentes tipos de cláusulas como subordinadas. Segundo os autores, algumas soluções apontadas por estudos que têm focalizado essa questão são as seguintes: (a) fazer, com base na teoria de protótipos, a distinção entre casos prototípicos e marginais de subordinação; (b) substituir a dicotomia coordenação/subordinação por uma tipologia mais elaborada de articulação de cláusulas, como é proposto, por exemplo, nos trabalhos de Van Valin (1984) e Foley e Van Valin (1984), que consideram *encaixamento* e *dependência* como parâmetros independentes e apresentam, em função desses parâmetros, mais tipos de processos de combinação de orações; (c) abandonar o conceito de subordinação como uma categoria gramatical unitária (nos termos dos autores, uma solução radical proposta por Haiman e Thompson, 1984); a noção de subordinação passa a ser entendida como “um termo composto, analisável segundo um número de parâmetros independentes e cada um desses parâmetros envolve uma relação diferente que pode figurar entre duas cláusulas adjacentes no discurso” (Haiman e Thompson, 1984:520 apud König e Auwera, 1988: 102).

Givón (1990) afirma que a distinção entre coordenação e subordinação feita pela gramática tradicional, a partir da noção de (in)dependência, é insatisfatória. Baseia essa sua afirmação nas seguintes justificativas:

First, no clause is *totally* independent of its immediate clausal context – in connected, **coherent** discourse. Consequently, the strands of discourse coherence always entail some grammatical concomitants, which one could rightly interpret them as **syntactic dependency**. Second, the absolute distinction between subordinate (‘dependent’) and coordinate (‘independent’) clauses works only within rigidly prescribed typological bounds; and even there only with rigid pre-selection of the facts. Both the sharp distinction and its utility dissipates rapidly when one considers a broader typological sample, and analyzes a wider range of functional and grammatical facts¹⁰.

Halliday (1985) investiga as sentenças complexas a partir de dois eixos: o tático e o lógico-semântico. O eixo tático tem a ver com a relação de interdependência entre elementos (os quais podem ser palavras, sintagmas ou cláusulas); compreende a *parataxe* (relação entre elementos de

igual estatuto) e a *hipotaxe* (relação entre elementos de diferente estatuto – o termo dominante e o seu dependente). No que concerne às sentenças complexas, a *parataxe* engloba coordenação, citação (os casos de discursos diretos e indiretos livres) e aposição; a *hipotaxe*, cláusulas relativas não-restritivas, cláusulas de fala reportada (o chamado discurso indireto) e cláusulas interligadas por relações circunstanciais. Tanto nas estruturas paratáticas como nas hipotáticas, figuram dois tipos de orações: (a) as primárias (a primeira de uma construção paratática e a dominante em uma construção hipotática) e (b) as secundárias (aquelas que ocorrem depois das primárias em uma construção paratática e a(s) dependente(s) em uma construção hipotática). O eixo lógico-semântico diz respeito às relações semântico-funcionais que podem se verificar entre cláusulas que integram frases complexas; abrange dois tipos de relações, a saber, a expansão e a projeção. A expansão de uma oração primária pela secundária pode se dar por: (a) elaboração (quando esse último tipo de oração constitui uma paráfrase, um comentário ou uma justificativa, por exemplo); (b) extensão (quando a sentença secundária exprime uma adição, uma exceção ou uma alternativa); ou (c) realce (quando a sentença secundária indica uma circunstância de lugar, tempo, causa, condição, finalidade etc). A projeção de uma oração primária pela secundária pode gerar uma idéia (construções de significados) ou uma locução (construções de palavras).

Matthiessen e Thompson (1988), seguindo a abordagem de Halliday (1985), admitem, em termos de grau de interdependência (eixo tático), dois tipos de combinação de cláusulas: a paratática e a hipotática. Citam, ainda segundo Halliday, os tipos de relações semântico-funcionais que podem figurar entre sentenças articuladas: como já foi dito, a projeção e a expansão. Focalizam sua atenção nas construções hipotáticas de realce (as designadas tradicionalmente subordinadas adverbiais). Também diferem esse tipo de *hipotaxe* das estruturas que apresentam uma oração funcionando como constituinte de uma outra, as encaixadas (nas quais se inserem as sentenças completivas e as relativas restritivas). Ainda no que concerne às noções de *hipotaxe* e encaixamento, uma diferença entre as propostas de Matthiessen e Thompson e Halliday tem a ver com o tratamento das cláusulas de fala reportada, que são classificadas pelos dois primeiros autores como instanciações de estruturas encaixadas e não de construções hipotáticas, tal como defendido por Halliday.

¹⁰ Givón, 1990, p. 826.

De acordo com Matthiessen e Thompson (1988:300-301), a gramática de combinação de cláusulas reflete a organização retórica do discurso nos seguintes termos: diferentes tipos de relações retóricas que se processam nos textos em geral se atualizam através de diferentes processos de vinculação de orações. Essa similaridade estrutural é explicada a seguir. Entre quaisquer porções de um texto, evidencia-se a existência de relações retóricas¹¹, que são basicamente de dois tipos: as de núcleo-satélite (aquelas através das quais certas porções textuais realizam os objetivos centrais do falante/escritor e as outras, os objetivos complementares); as de listagem (aquelas em que não se verifica uma relação de subordinação entre as partes textuais). Repare-se que essa distinção entre as relações de listagem e as de núcleo-satélite corresponde, respectivamente, à distinção gramatical entre *parataxe* e *hipotaxe*. É nesse sentido que, para esses dois teóricos, o processo de combinação de cláusulas constitui uma gramaticalização das unidades retóricas discursivas. Nesse caso, o termo gramaticalização assume um sentido lato, focalizando as motivações e o desenvolvimento de padrões oracionais, tal como defendido por Hopper e Traugott (1993) (cf. seção 2.3.2 deste capítulo).

No Brasil, estudiosos de orientação funcionalista (Gryner, 1995; Castilho, 1998; Neves, 1999; Decat, 1999, dentre outros) também têm centrado a sua atenção nos processos sintáticos de combinação de orações, criticando o enfoque tradicional dado a esses processos.

Gryner (1995:69) chama a atenção para o fato de que os rótulos *parataxe/hipotaxe* e *coordenação/subordinação*, da forma como foram propostos pela doutrina tradicional, “não refletem adequadamente a sistematicidade do conjunto de combinações encontradas, em parte devido à imprecisão, em parte à circularidade de suas definições”. A essa observação, acrescenta que, “na prática, as cláusulas são classificadas automaticamente como coordenadas ou subordinadas, aplicando-se, sem maiores questionamentos, a taxonomia proposta pela tradição gramatical”.

Castilho (1998), ao apresentar uma classificação das sentenças complexas em coordenadas, subordinadas e correlatas, leva em conta critérios sintáticos (noções de subcategorização e

¹¹ Os autores asseveram que essas relações são essenciais ao funcionamento de um texto (tanto à sua produção como à sua compreensão) como meio de o falante/escritor realizar certos objetivos comunicativos e de o ouvinte/leitor reconhecer esses objetivos.

encaixamento, relação de adjunção e expansão) e pragmáticos (noção de ato de fala), desconsiderando critérios semânticos. Quanto à nomenclatura adotada pela gramática tradicional, o autor considera que não há necessidade da utilização do termo “período” no tratamento de sentenças complexas:

A gramática tradicional cunhou para estes casos [os casos de sentenças complexas] a expressão “período”, que tem a deficiência de criar outra unidade para a Sintaxe. Ora, operando com as unidades *sintagma* e *sentença*, é possível analisar as expressões nesse nível. Se um dos termos constituintes de uma sentença é outra sentença, tudo bem diremos que tal sentença se complexificou. Não é necessário inventar outra unidade para isso. As mesmas regras de construção de uma sentença simples dão conta das sentenças complexas¹².

Além do uso da nomenclatura “período” pela gramática tradicional, o autor critica o emprego do rótulo “sentença principal”¹³, pois entende que tal rótulo “tem o defeito de conotar ‘pensamento principal’, verbalizado por essa sentença” e nem sempre esse pensamento principal é veiculado na oração dita principal (Castilho, 1998:132). Mostra, por exemplo, que, em (01), a oração subordinada *que vai chover* é detentora da informação principal, que é modalizada pela matriz *acho*.

(01) Acho que vai chover.

Neves (1999) ressalta que a postulação de adendos como “coordenação gramatical e subordinação psicológica” na análise de certas frases complexas portuguesas é um estratagema que não resolve, de fato, o problema de distinção de estruturas coordenadas e subordinadas. Baseada na proposta de Halliday (1985) de cruzamento de um eixo tático (de interdependência) com um eixo semântico-funcional (de relação entre processos), aponta a importância de se fazer uma abordagem sistêmica dos processos possíveis de vinculação de sentenças:

Se, por exemplo, uma coordenação é, no eixo tático, uma *parataxe* (uma continuação) tanto quanto a aposição, entretanto no eixo lógico-semântico é possível distinguir entre o caráter de *extensão*, que tem a coordenação, e o caráter de *elaboração*, que tem a aposição. Essas duas relações, por outro lado, se distinguem de uma articulação causal, ou de uma articulação condicional, por exemplo, em ambos os eixos: trata-se, agora, no eixo tático, de uma *hipotaxe* (uma *dominação*), e, no eixo semântico-funcional, de um caso de *realce*, ou *encarecimento* (nem *extensão* nem *elaboração*)¹⁴.

¹² Castilho, 1998, p. 131.

¹³ Vale lembrar que essa mesma crítica é feita por Perini (1995).

¹⁴ Neves, 1999 (no prelo).

Decat (1999:24) questiona as definições apresentadas para sentenças coordenadas e subordinadas a partir da noção de dependência (formal, semântica ou pragmática). Considera que essas definições nem sempre são suficientes para descreverem períodos compostos da modalidade falada da língua:

As diversas pesquisas que se preocupam com a língua em sua manifestação oral têm mostrado, através da evidência dos dados, que a caracterização de cláusulas coordenadas e subordinadas em termos de dependência não é assim tão simples. Faz-se necessário verificar que tipo de dependência está sendo considerado para essas definições: dependência de forma? de sentido? dependência pragmática? Além disso, não constitui novidade a existência, seja na língua oral, seja na escrita, de conexões implícitas e conexões explícitas¹⁵.

Afirma que o parâmetro formal ainda é o mais utilizado para se explicar e caracterizar a noção de dependência. Para a autora, “a dificuldade em se explicarem casos das chamadas ‘falsas coordenações’, ou de cláusulas subordinadas sem a matriz, ou mesmo o estatuto das cláusulas quanto à noção de dependência vem reforçar a necessidade, apontada por Thompson (1984) e Haiman & Thompson (1984), de se abandonar o termo *subordinação* e de substituí-lo por parâmetros que melhor descrevam a relação entre cláusulas no nível do discurso” (Decat, 1999 : 26).

Baseada em uma abordagem discursivo-funcional, Decat discute a questão da (in)dependência de sentenças a partir do parâmetro *idea unit* (unidade informacional)¹⁶. Tomando por base esse parâmetro, revisita a classificação das chamadas orações subordinadas. Seguindo a esteira de autores como Lyons (1968), Halliday e Hasan (1976), Van Valin (1984), Lakoff (1984), Halliday (1985) e Matthiessen e Thompson (1988), subdivide essas orações em dois grupos: estruturas de encaixamento (que compreendem as subordinadas substantivas e adjetivas restritivas da gramática tradicional) e estruturas de hipotaxe (que englobam as adverbiais e as adjetivas explicativas). No primeiro grupo, estão inseridos “os tipos de subordinadas que fazem parte de uma mesma unidade de informação”, no segundo grupo, aquelas sentenças “que, caracterizando-se como opções de que se vale o falante na organização do seu discurso, constituem, elas

¹⁵ Decat, 1999, p. 24.

¹⁶ A unidade informacional, parâmetro postulado por Chafe (1980), é definida como “ ‘um jato de linguagem’ que contém toda a informação que pode ser ‘manipulada’ pelo falante num único foco de ‘consciousness’ ” (Chafe, 1980 apud Decat, 1999: 27).

mesmas, unidades de informação à parte¹⁷” (Decat, 1999: 26). Evidencia-se também um comportamento diferente dos dois grupos acima, no que concerne ao seu papel sintático: as estruturas de encaixamento ocorrem em uma função de argumento ou de modificador enquanto as estruturas de hipotaxe funcionam como adjuntos.

A abordagem dos processos sintáticos de combinação de orações, dentro do quadro de referência teórica funcionalista, tem destacado questões cruciais para esse assunto, tendo em vista a taxonomia de sentenças complexas proposta pela tradição gramatical com base nas dicotomias coordenação/subordinação e/ou parataxe/hipotaxe e o(s) critério(s) subjacente(s) a essa taxonomia para caracterização dessas sentenças. Essas questões se encontram sintetizadas a seguir:

- (a) a insuficiência das dicotomias coordenação/subordinação e/ou parataxe/hipotaxe para descrever todos os tipos de sentenças complexas nas línguas humanas (König e Auwera, 1988; Givón, 1990; Gryner, 1995);
- (b) a insuficiência da noção de (in)dependência (formal ou semântica) para se estabelecer a diferença entre sentenças coordenadas e subordinadas (Givón, 1990; Decat, 1999);
- (c) a redefinição da noção de (in)dependência a partir de critérios discursivos ou pragmáticos (Castilho, 1998; Decat, 1999);
- (d) a assunção de que as chamadas orações subordinadas da gramática tradicional compreendem, na verdade, dois tipos de estruturas sintáticas: estruturas de hipotaxe e encaixamento (Halliday, 1985; König e Auwera, 1988; Matthiessen e Thompson, 1988; Decat, 1999).

¹⁷ A partir da aplicação de testes em professores e alunos de diferentes graus de ensino e da observação de dados de língua escrita coletados em jornais, revistas e produções textuais de alunos, Decat constatou que cláusulas subordinadas adjetivas explicativas e adverbiais, por constituírem isoladamente uma unidade de informação, estão ocorrendo cada vez mais desgarradas das sentenças com as quais mantêm algum tipo de relação. A ocorrência isolada desses dois tipos de cláusulas tem a função de acentuar a parte mais importante do enunciado do qual eles fazem parte, o que contraria a conhecida afirmação da gramática tradicional de considerar a subordinada como detentora do sentido secundário do período.

2.2.2.1.1 As propostas de Lehmann e Hopper e Traugott

Como já foi mencionado, dentro do quadro de referência teórica funcionalista, muitos autores têm apresentado novas propostas de identificação e classificação das sentenças complexas. Entre essas propostas funcionalistas, são de grande importância para esta pesquisa as de Lehmann (1988) e Hopper e Traugott (1993). Esses dois trabalhos, ao considerarem que os processos de articulação de cláusulas não podem ser descritos através das dicotomias coordenação/subordinação e parataxe/hipotaxe, propõem uma tipologização das sentenças complexas a partir de *continua* que levam em conta níveis de maior ou menor vinculação sintática entre cláusulas. As idéias de Lehmann (1988) e Hopper e Traugott (1993) se encontram distribuídas em várias partes deste capítulo: neste item e nas seções que tratam de gramaticalização e integração entre cláusulas. Neste item, apresento, primeiro, a proposta de Lehmann e, depois, a de Hopper e Traugott, destacando, em cada uma delas, os critérios em que se assentam.

Lehmann (1988) postula seis parâmetros semântico-sintáticos que julga relevantes para o estudo da articulação de cláusulas em qualquer língua e a formulação de uma tipologia de frases complexas:

- (a) rebaixamento hierárquico da cláusula subordinada;
- (b) nível sintático do constituinte ao qual a oração subordinada se vincula;
- (c) dessentencialização da subordinada;
- (d) gramaticalização do verbo principal;
- (e) entrelaçamento das duas orações;
- (f) explicitude da articulação.

Esses seis parâmetros são agrupados pelo autor em três pares - (a)-(b), (c)-(d) e (e)-(f) -, tendo em vista alguns aspectos da vinculação de sentenças que tais parâmetros podem sinalizar. Esses aspectos são os seguintes: autonomia ou integração da cláusula subordinada; expansão ou redução da sentença subordinada ou da principal; isolamento ou articulação das cláusulas. A correlação entre esses aspectos e os parâmetros de Lehmann é assim explicada: o primeiro e o

segundo parâmetro podem sinalizar autonomia ou integração da cláusula subordinada na principal; o segundo e o terceiro podem constituir indícios de expansão ou redução da cláusula subordinada ou da principal; o quinto e o sexto podem indicar isolamento ou articulação das cláusulas.

Cada um desses parâmetros é analisado a partir de um *continuum* que se estende entre dois extremos: um pólo de máxima *elaboração* e outro de máxima *compressão* (ou condensação) de informação lexical e gramatical, como mostra a figura 1.

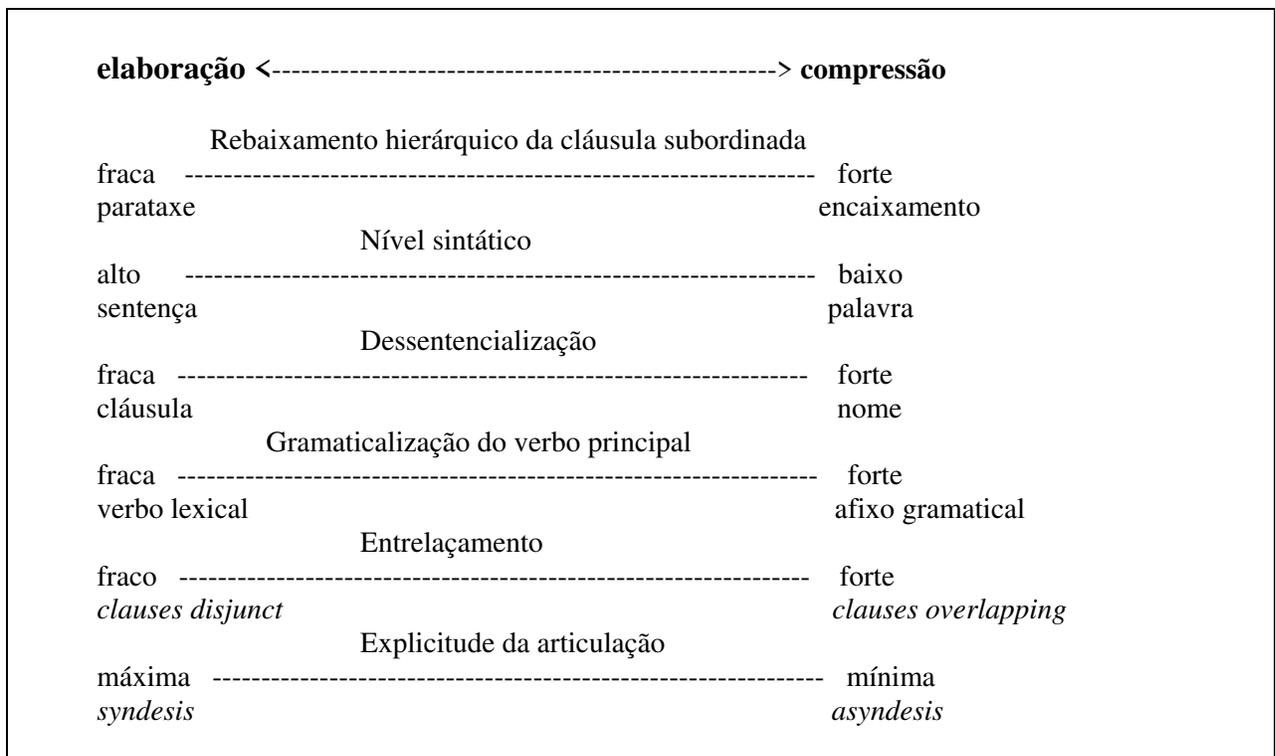


Figura 1: *Continua* da articulação de cláusulas.
(Lehmann, 1988, p. 217)

Segundo Lehmann (1988), a cada extremo desses *continua* corresponde um tipo de cláusula: o primeiro equivale a uma combinação de sentenças que são sintaticamente iguais e interligadas por um conectivo (sentenças paratáticas); o segundo, a uma combinação de sentenças com um dos predicados reduzidos, encaixamento na cláusula principal em um constituinte de nível sintático baixo e nominalização (sentenças encaixadas). Em outras palavras, esses *continua* partem de um pólo em que o nível de vinculação sintática entre as clausulas combinadas é mais

frouxo para um pólo em que esse nível de vinculação é mais estreito. Ainda existem entre esses dois pólos tipos intermediários: orações correlatas, cláusulas nominais fraca ou fortemente dessentencializadas, cláusulas adverbiais fortemente nominalizadas, serialização verbal etc.

Lehmann (1988:214-215) comenta que podem ser estabelecidas correlações entre os seis parâmetros citados acima. Alguns exemplos dessas correlações são:

- (a) uma gramaticalização forte do verbo principal pressupõe uma dessentencialização avançada ou um grau forte de entrelaçamento. Isso se dá pelo fato de essa gramaticalização poder transformar o verbo da oração principal em um operador gramatical da sentença subordinada, reduzindo o escopo sintático desse verbo ou poder ocasionar uma dessentencialização da cláusula subordinada (quando essa passa a ser empregada na forma não-finita) ou entrelaçamento de sentenças (por exemplo, por processo de alçamento de constituinte);
- (b) o entrelaçamento de cláusulas por operação de alçamento de constituinte pressupõe rebaixamento hierárquico e, por conseguinte, integração da cláusula subordinada. Isso ocorre porque essa operação de alçamento é controlada pela cláusula principal, o que, em outros termos, equivale a dizer que a sentença subordinada é regida pela principal;
- (c) o entrelaçamento de cláusulas mediante controle do sujeito da sentença subordinada leva à dessentencialização dessa sentença, uma vez que esse controle de sujeito tende a favorecer uma construção subordinada não-finita, o que implica uma forte dessentencialização. O autor ressalta que essas correlações representam tendências e não leis.

Dos parâmetros mencionados por Lehmann, são relevantes para essa pesquisa a dessentencialização da subordinada, a gramaticalização do verbo principal e o entrelaçamento das duas orações. Algumas das categorias lingüísticas controladas nesta pesquisa para se aferirem os graus de vinculação sintática das cláusulas aqui investigadas remetem (direta ou indiretamente) a esses três parâmetros, como se verá no capítulo de metodologia.

Uma vez apresentados os pontos centrais da proposta de taxonomia de sentenças complexas de Lehmann (1988), passo a abordar a proposta de Hopper e Traugott (1993).

Hopper e Traugott (1993:169-170) definem, em termos sintáticos, a sentença complexa como uma unidade que consiste de mais de uma cláusula. Essa unidade sintática pode ser constituída de “um ‘núcleo’ e um ou mais núcleos adicionais, ou de um núcleo e uma ou mais ‘margens’”. Baseando-se em Longacre (1985) e Thompson e Longacre (1985), Hopper e Traugott (1993:169) designam de núcleo a oração que pode permanecer sozinha na estrutura complexa e de margens, as cláusulas relativamente dependentes que não podem permanecer isoladamente mas exibem graus de dependência diferentes. Entre as cláusulas que constituem margens estão as chamadas complementos (que funcionam como sintagmas nominais), as relativas (que funcionam como modificadores de nomes) e as adverbiais (que funcionam como modificadores de sintagmas verbais ou de toda uma proposição).

Os autores afirmam que todas as línguas humanas possuem mecanismos para interligar cláusulas simples e formar sentenças complexas. Mencionam que o processo de junção de orações pode ocorrer em níveis diferentes nas línguas humanas:

Complex sentences range in type from multiple nuclei that are juxtaposed under one intonation contour but have no segmental (overt morphological or syntactic) indication of a grammatical relationship between them, to combinations of nucleus and margin in which this relationship is highly compressed¹⁸.

Estabelecem, assim, três graus distintos para esse processo:

- (a) parataxe ou relativa independência;
- (b) hipotaxe ou interdependência em que há uma cláusula núcleo e uma ou mais cláusulas margens que são relativamente dependentes e não se configuram como constituintes da cláusula núcleo;
- (c) subordinação ou encaixamento ou completa dependência em que a cláusula margem é um constituinte da cláusula núcleo. Tomando por base os traços *dependência* e *encaixamento*, sintetizam as características de cada grau acima:

Parataxe >	Hipotaxe >	Subordinação
- dependente	+ dependente	+ dependente
- encaixada	- encaixada	+ encaixada

Quadro 1: Características da parataxe, hipotaxe e subordinação a partir dos traços *dependência* e *encaixamento* (Hopper e Traugott, 1993, p. 170).

¹⁸ Hopper e Traugott, 1993, p. 169.

As construções paratáticas podem se apresentar justapostas ou coordenadas. As primeiras se caracterizam pela adjacência de dois ou mais núcleos expressos em um único contorno entonacional sem o uso de um elemento conector. Para Hopper e Traugott (1993:172), “a relação semântica entre esses núcleos se dá somente por inferência”. As segundas apenas diferem das primeiras pelo fato de serem interligadas formalmente por um conectivo. As estruturas hipotáticas incluem as orações relativas apositivas e as adverbiais da gramática tradicional. As construções subordinadas abrangem as cláusulas completivas e as relativas restritivas. Essas cláusulas funcionam como argumentos externos ou internos de uma outra oração, a matriz, ou como modificadores de um nome da matriz.

Hopper e Traugott (1993:170) ressaltam que, ao postularem os graus parataxe, hipotaxe e subordinação para o processo de combinação de orações, redefiniram a terminologia de duas tradições, sobrepondo os pares parataxe *versus* hipotaxe e coordenação *versus* subordinação, transformando-os em uma tricotomia. As tradições a que cada par de termos remete e a que os autores se referem estão explicitadas a seguir:

One pair – parataxis versus hypotaxis – derives from a primarily nineteenth century tradition in which parataxis was understood to include all kinds of juxtapositions, and hypotaxis to include all kinds of dependency. The other pair – coordination versus subordination and especially embedding – derives from more recent traditions, in which coordination and embedding are defined formally in terms of constituent structure¹⁹.

Nem sempre há acordo entre as novas abordagens de sentenças complexas, nem quanto aos parâmetros que permitem a caracterização sintática inequívoca dessas sentenças, nem quanto à abrangência destes parâmetros, nem quanto à terminologia (Braga, 1995:89). No entanto, podem-se destacar, dentro do quadro de referência teórica funcionalista, a partir das análises de sentenças complexas de Lehmann (1988) e Hopper e Traugott (1993), algumas superposições de postulados sobre os processos sintáticos de combinação de orações. Esses autores mostram que: (a) a classificação tradicional de sentenças complexas reúne, sob um mesmo rótulo (por exemplo, o da subordinação), diferentes tipos oracionais; (b) as dicotomias antes propostas pela tradição gramatical – coordenação/subordinação e/ou parataxe/hipotaxe - não são suficientes para dar conta de todas as possibilidades de codificação de sentenças complexas nas línguas humanas.

¹⁹ Hopper e Traugott, 1993, p. 170.

Assim, ampliam e/ou redefinem essas dicotomias, postulando *continua* para o processo de combinação de orações, que prevêm diferentes níveis de vinculação entre as cláusulas articuladas. Nesses *continua*, os tipos de sentenças complexas variam de um ponto em que o grau de vinculação entre as cláusulas combinadas é tênue (menor) até um ponto em que esse grau de vinculação é bastante coeso (maior). A proposição desses *continua* acentua o fato de que os tipos de sentenças complexas não podem ser classificados de modo tão rígido como se apenas apresentassem traços formais totalmente excludentes, uma vez que alguns tipos podem apresentar traços comuns a depender dos parâmetros - semânticos ou sintáticos - que sejam levados em conta na tipologia proposta.

As cláusulas subcategorizadas pelos verbos causativos e perceptivos se encontram em um ponto mais à direita dos *continua* propostos por Lehmann (1988) e Hopper e Traugott (1993). Representam exemplos de sentenças subordinadas (nos termos desses) e de sentenças encaixadas (nos termos daquele). Pretendo mostrar, a partir da consideração de alguns parâmetros sintáticos e semântico-pragmáticos, que essas cláusulas, apesar de estarem mais à direita desses *continua*, não se localizam exatamente no mesmo ponto. Em outros termos, estou considerando que cláusulas completivas de verbos causativos e perceptivos exibem diferentes níveis de vinculação sintática. Volto a tratar desse assunto no capítulo de análise dos dados.

2.3 Gramaticalização

Esta seção se subdivide em quatro partes. Na primeira, enfoco alguns conceitos básicos para o entendimento do termo gramaticalização, tais como os de item lexical, item gramatical, formas perifrástica e sintética, sincronia, diacronia e *cline*. Na segunda parte, mostro como vem sendo feito o estudo de sentenças complexas à luz dos postulados teóricos da gramaticalização. Na terceira parte, discuto a relação, no estudo de cláusulas complexas, entre as noções de gramaticalização e integração sintática. Na quarta parte, considero alguns trabalhos empíricos sobre articulação de orações realizados no Brasil sob o prisma da gramaticalização.

2.3.1 A noção de gramaticalização

Estudos iniciais na área da gramaticalização datam do século X, na China. Continuam a se desenvolver no século XVII, com Condillac e Rosseau (na França) e com Tooke (na Inglaterra), no século XVIII, com Bopp, Schlegel, Humboldt e Gabelenz (na Alemanha) e Whitney (nos Estados Unidos). Finalmente chegam ao século XX, tendo, nas décadas iniciais (1912), como figura central, Meillet, introdutor do termo gramaticalização, com a seguinte definição clássica: “atribuição de um caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma”²⁰. A partir daí podem-se citar vários lingüistas que começaram a desenvolver pesquisas nessa área: Givón, Hopper, Lehmann, Traugott, Heine, Bybee, Pagliuca, entre outros²¹.

Todos os estudiosos acima partilham o mesmo pensamento, no que concerne a dois pontos: fazem a distinção entre itens lexicais, signos lingüísticos plenos, classes abertas de palavras, lexemas concretos, palavras principais, de um lado, e itens gramaticais, signos lingüísticos vazios, classes fechadas de palavras, lexemas abstratos, palavras acessórias, do outro; consideram que as últimas categorias tendem a se originar das primeiras²².

Desde a sua cunhagem por Meillet, o termo gramaticalização tem sido empregado com vários sentidos por lingüistas do século XX. Baseio-me em Hopper (1991), Heine et al. (1991), Lichtenberk (1991), Hopper e Traugott (1993) e Bybee et al. (1994) para abordar noções como item lexical, item gramatical, formas perifrástica e sintética, sincronia, diacronia e *cline*, consideradas importantes para a caracterização da gramaticalização²³.

Hopper e Traugott (1993) apresentam dois significados para o termo gramaticalização:

²⁰ Meillet, 1912 apud Heine et al., 1991, p 09.

²¹ Não constitui objetivo desta tese apresentar uma descrição histórica exaustiva de pesquisas feitas na área da gramaticalização. Para um maior aprofundamento sobre este assunto, ver Heine et al. (1991), Hopper e Traugott (1993) e Campbell e Janda (2001).

²² Vale destacar que essa relação não é de mão única. Existem casos em que alguns itens gramaticais provêm de outros já gramaticais (como se discutirá ainda nesta seção). Também há exemplos de itens gramaticais que se tornaram lexicais: no inglês, o nome *bus* tem como forma fonte a terminação latina de dativo plural de *omnibus* (cf. Martelotta et al., 1996b:51).

²³ Neste item, será apenas fornecida uma visão geral da noção de gramaticalização. Para maiores detalhes sobre este assunto, ver Heine et al. (1991), Hopper e Traugott (1993.), Martelotta et al. (1996) e Neves (1997).

1. as a term referring to a framework within which to account for language phenomena, it refers to the part of the study of language that focuses on how grammatical forms and constructions arise, how they are used, and how they shape the language. The framework of grammaticalization is concerned with the question of whether boundaries between categories are discrete, and with the interdependence of structure and use, of the fixed and the less fixed in language; 2. the term “grammaticalization” also refers to the actual phenomena of language that the framework seeks to address, most especially the processes whereby items become more grammatical through time²⁴.

Para explicarem o que é uma forma gramaticalizada, Hopper e Traugott (1993:04) partem da distinção entre itens lexicais e gramaticais. Os primeiros são empregados para relatarem ou descreverem coisas, ações e qualidades. Os últimos estabelecem relações entre nominais (preposições), articulam partes do discurso (conectivos), indicam se entidades e participantes do discurso já foram identificados ou não (pronomes e artigos) e mostram se essas entidades e esses participantes estão próximos do falante ou ouvinte (demonstrativos). Os autores asseveram que, quando um item lexical assume características funcionais de um item gramatical, a forma é gramaticalizada. Destacam que não só um único item lexical mas também uma construção inteira com esse item podem ser gramaticalizados.

Bybee et al. (1994:04) se referem aos estudos de gramaticização²⁵ como uma teoria. Advogam que essa teoria começa com a observação de que morfemas gramaticais se desenvolvem gradualmente a partir de morfemas lexicais ou da combinação entre estes e outros morfemas lexicais ou gramaticais. Com relação a esses dois tipos de morfemas, consideram que: (a) os itens gramaticais pertencem a uma classe fechada cujos membros são determinados a partir de um dado comportamento gramatical (como posição de ocorrência, restrições de co-ocorrência etc); (b) os lexicais se inserem em classes abertas de palavras, tendo significados mais específicos. Afirmam que os morfemas lexicais perdem esse traço de especificidade no seu significado quando entram em processo de gramaticalização. Ilustram essa afirmação com as diferenças de sentido no uso do verbo *go* como item lexical e como forma gramaticalizada (*be going to* ou *gonna*). O significado inicial de *go* implica movimento no espaço, ou seja, a noção de que o

²⁴ Hopper e Traugott, 1993, p. 01-02.

²⁵ Na literatura lingüística, tem sido feita uma distinção entre os termos *gramaticização* e *gramaticalização*. Neves (1997:116) menciona que, para alguns estudiosos (como Traugott e Heine), a opção por um desses dois termos implica adoção de posturas diferentes na abordagem do fenômeno gramaticalização: o uso de *gramaticização* e *gramaticalização* relaciona-se, respectivamente, a uma visão sincrônica e diacrônica desse fenômeno. Castilho (1997:27) esclarece que: “por *gramaticização* entende-se o fenômeno da transição entre categorias, apanhadas em seu processo no plano sincrônico; por *gramaticalização* entende-se o produto final que resulta da *gramaticização*, no plano diacrônico”. O autor ainda salienta que ambos os termos servem para demonstrar que fenômenos diacrônicos e

sujeito está em um determinado percurso, dirigindo-se a alguma meta (02). Com a gramaticalização de *go* em *be going to* ou *gonna*, houve uma generalização do seu significado inicial: o sujeito passa a estar, em qualquer sentido (não somente no espacial), em direção a um ponto final no futuro (03). Esse significado mais geral pode ser também observado no emprego de *be going to* ou *gonna* com sujeitos que não são capazes de movimentos físicos (04) e com referência a eventos que não indicam movimentos no espaço (05). No que concerne ao emprego das formas gramaticalizadas com sujeitos animados, verifica-se a ampliação do sentido inicial na ocorrência dessas formas em contextos que expressam a decisão do sujeito em fazer algo (03) ou a participação deste em um processo que já começou (06). Convém ressaltar que, no português, o verbo *ir* parece estar passando por esse mesmo processo de gramaticalização e o seu uso como marcador de tempo é muito mais freqüente do que a forma sintética de futuro.

(02) a. I go home.

b. I'm going home²⁶.

(03) I'm gonna be a pilot when I grow up²⁷.

(04) That tree is gonna lose its leaves.

(05) That milk is gonna spoil if you leave it out.

(06) She's gonna have a baby.

Lichtenberk (1991:38) conceitua gramaticalização como “a historical process, a kind of change that has certain consequences for the morphosyntactic categories of a language and thus for the grammar of that language”. Explica que esse conceito, ao contrário de outras definições (por exemplo, as de Hopper e Traugott, Bybee et al.), não caracteriza a gramaticalização em termos de processo em si mesmo, como desenvolvimento de morfemas lexicais em gramaticais, mas, sim, em termos de suas conseqüências, como um processo que ocasiona certas mudanças na gramática de uma língua. São três essas conseqüências, que estão historicamente inter-relacionadas: emergência de uma nova categoria gramatical; perda de uma categoria gramatical existente; mudança no conjunto dos membros que pertencem a uma categoria gramatical. O autor assim

sincrônicos sempre cruzaram a argumentação dos lingüistas. Para um maior aprofundamento sobre o emprego de outros termos para o processo de gramaticalização, ver Heine et al. (1991), Bybee et al. (1994) e Neves (1997).

²⁶ Exemplos meus.

²⁷ Exemplos de (03) a (06) extraídos de Bybee et al., 1994, p. 05-06.

justifica a sua visão de gramaticalização: “[It] reflects what I take to be an important characteristic of the grammars of natural languages. The grammars of natural languages are ultimately historical phenomena, products of historical developments, grammaticalization among them²⁸”.

No que concerne à segunda consequência da gramaticalização citada por Lichtenberk, gostaria de salientar um ponto: ela contradiz um dos princípios da gramaticalização proposto por Hopper (1991:22), o da *estratificação*, que está formulado nos seguintes termos: dentro de um amplo domínio funcional, novas camadas estão continuamente emergindo; as camadas velhas não são necessariamente descartadas, podem continuar a existir e a interagir com as novas camadas.

Heine et al. (1991) ampliam a noção de gramaticalização: esse termo é empregado para abranger não só mudanças de itens lexicais para gramaticais mas também padrões oracionais e discursivos e estruturas não-segmentais, como ordem de palavras.

As definições de gramaticalização de Hopper e Traugott (1993), Bybee et al. (1994), Lichtenberk (1991) e Heine et al. (1991) possuem pontos comuns e diferentes. Esses pontos podem ser sintetizados do seguinte modo:

1. gramaticalização como processo de mudança que opera nas línguas humanas:

1.1 ênfase no processo em si mesmo:

- a. desenvolvimento de itens lexicais em itens gramaticais (Hopper e Traugott, Bybee et al., Heine et al.).
- b. desenvolvimento de padrões oracionais e/ou discursivos (Hopper e Traugott, Heine et al.) e estruturas não-segmentais (Heine et al.) .

1.2 ênfase nas consequências geradas por esse processo (Lichtenberk).

²⁸ Lichtenberk, 1991, p. 38.

2. gramaticalização como conjunto de postulados teóricos feitos sobre a gramaticalização enquanto processo de mudança lingüística (Hopper e Traugott, Bybee et al.)²⁹.

Observa-se, pois, que estudiosos (Hopper e Traugott, 1993; Bybee et al., 1994, dentre outros), ao tratarem da noção de gramaticalização, geralmente fazem referência à dicotomia item lexical/item gramatical. Cabe aqui indagar se esses itens estão mesmo em uma relação de polarização ou se há um *continuum* entre eles. A teoria funcionalista dos protótipos, nos termos em que é defendida por Taylor (1989), não constituiria um forte argumento contra essa polarização? Contrariando o que propõe o modelo clássico de categorização lingüística (que admite apenas dois graus de membros – *memberships* - de uma categoria, os membros e os não-membros), a teoria dos protótipos entende que ser membro de uma dada categoria é uma questão de gradiência. Assim, de acordo com essa teoria, as categorias gramaticais possuem uma estrutura prototípica com membros centrais (os termos de nível básico³⁰), que partilham mais atributos (semânticos e sintáticos) entre si. Além desses termos, possuem também membros marginais, que compartilham menos atributos (Taylor, 1989:196). Não haveria, então, no elenco de palavras de conteúdo e de função, elementos mais centrais e outros mais marginais? Admitindo-se uma resposta positiva para essa pergunta, não seria justamente na margem de uma categoria em que ocorreria a reanálise de um dado membro? Como classificar itens que se encontram em contextos de ambigüidade (aqueles que provavelmente possibilitam a reanálise)? Todos esses questionamentos nos levam a refletir sobre os problemas de se trabalhar com modelos dicotômicos, sobretudo no que diz respeito à categorização lingüística. Parece perigoso afirmar que existem limites tão nítidos, definidos entre as categorias gramaticais. A migração de um membro de uma categoria para outra (que ocorre, por exemplo, no processo de gramaticalização) não seria uma evidência da ausência desses limites tão determinados?

²⁹ Alguns estudiosos têm se referido a esse conjunto de postulados teóricos feitos sobre o fenômeno de gramaticalização como teoria (Bybee et al., 1994), modelo/ *framework* (Hopper e Traugott, 1993) ou paradigma da gramaticalização (Votre et al., 1996; Heine, 1997 apud Campbell e Janda, 2001; Cezario, 2001). Elevar os estudos sobre gramaticalização ao *status* de teoria ou paradigma parece hipervalorizar a alocação desses estudos dentro da lingüística. Uma designação mais neutra é encontrada em Naro e Braga (2000), que chamam a gramaticalização de uma vertente dos estudos sobre a mudança lingüística.

³⁰ Um dos critérios utilizados para distinguir os termos de nível básico é a sua alta frequência de uso. Em outras palavras, há uma tendência de que termos mais prototípicos sejam mais recorrentes do que os menos prototípicos. Taylor (1989:52) adverte, porém, que a frequência configura-se apenas como um sintoma de prototipicidade e não como a sua causa.

Além das noções de item lexical e item gramatical, outro aspecto que tem sido apontado como relevante para a gramaticalização é a distinção entre formas lingüísticas perifrásticas e sintéticas. Algumas vezes, uma mesma categoria lingüística (por exemplo, tempo-aspecto, posse e comparação) pode ser expressa tanto por perífrases (07) como por formas sintéticas (08).

(07) a. have waited (perfect aspect)

b. the sound of the engines (possessive)

c. more interesting (comparative)

(08) a. waited (past tense affixed *-ed*); sang (past tense signalled by internal change: contrast *sing*)

b. the receptionist's smile (possessive affix *-s*)

c. longer (comparative *-er*)³¹

A variação entre construções perifrásticas e sintéticas na expressão de uma mesma categoria lingüística pode sinalizar a coexistência de construções que representam estágios cronológicos diferentes. Para Hopper (1991:24), a perífrase (09a) geralmente constitui camadas mais recentes de formas gramaticalizadas; a afixação (09b) e o *ablaut* (09c), camadas mais antigas.

(09) a. Periphrasis: we have used it (newest layer).

b. Affixation: I admired it (older layer).

c. Ablaut: They sang (oldest layer)³².

É necessário se fazer a distinção entre expressões perifrásticas e sintéticas no estudo de gramaticalização, devido à atuação de duas tendências diacrônicas: *a.* construções perifrásticas podem, com o passar do tempo, coalescer e se tornar sintéticas; *b.* formas perifrásticas podem substituir formas sintéticas ou morfológicas no decorrer do tempo (Hopper e Traugott, 1993, p. 08). Ambas as tendências podem ser ilustradas, tomando-se por base a formação do futuro nas línguas românicas: exemplifica-se aqui a primeira no italiano (10) e a segunda, no francês (11). Vale destacar que se evidenciam essas duas tendências no português: a forma sintética do futuro

³¹ Exemplos (07) e (08) de Hopper e Traugott, 1993, p. 08.

do presente (*cantaremos*), proveniente de uma construção perifrástica do latim (*cantare habemus*), está competindo com uma nova forma perifrástica (*vamos cantar*). Essa competição entre *cantaremos* (forma de futuro mais antiga) e *vamos cantar* (forma mais nova) ilustra, no português, o princípio de gramaticalização *estratificação* (cf. Hopper, 1991)³³.

(10) Latim

Italiano

cantare habemus > canterémo

(cantare habemus > *cantarabémus > *cantarémus > canterémo)

(11) Pré-latim

Latim

Francês

* ?

* kanta b^humos > cantabimus

cantare habemus > chanterons

allons chanter³⁴ > ?

Sobre a formação do futuro nas línguas românicas, Castilho (1997) nos fornece algumas explicações que podem nos auxiliar a compreender melhor a atuação das duas tendências diacrônicas citadas por Hopper e Traugott (1993) nesse processo:

Na história das línguas, muitos *Auxiliares de Tempo* se morfologizam e são substituídos por outros. O processo parece ser desencadeado por uma sorte de competição entre essas formas. Assim, o Futuro Latino *amabo*, ele mesmo fruto da afixação de um antigo verbo IDE, **bho* “vou”, passou a sofrer a concorrência de *amare habeo*, uma perífrase que de início codificava o Modo, com a idéia de obrigatoriedade. É de supor-se que durante algum tempo a forma simples (...) sofreu a competição da perífrase (...) até que esta última acabou por suplantar a primeira (...). A continuidade da inovação, que funciona como um dos princípios da gramaticalização, leva à criação de uma nova forma flexional, como Port. *amarei*, Fr. *aimerai*, Ital. *ameró*, etc (de *amare habeo*) a qual, a seu turno, passa a sofrer a concorrência de uma nova perífrase, desta vez constituída pelos verbos *ir* (Port. *vou/irei amar*, Fr. *je vais aimer*, Ital. *vado amare*) e *querer* (Fr. *je veux aimer*), retomando-se o processo anterior³⁵.

Levando-se em conta os conceitos de sincronia e diacronia, poder-se-ia relacionar, à primeira vista, a noção de gramaticalização enquanto um dos processos de mudança lingüística apenas à diacronia, sobretudo quando se sabe que a mudança lingüística constitui o objeto de estudo da lingüística histórica. Entretanto, assim como a abordagem da língua, o estudo de gramaticalização

³² Exemplos de Hopper, 1991, p. 24.

³³ Tal princípio já foi explicado na página 74 desta seção.

³⁴ Exemplos (10) e (11) de Hopper e Traugott, 1993, p. 09-10.

tem sido feito não só a partir da perspectiva diacrônica mas também da sincrônica. Na primeira perspectiva, gramaticalização é entendida como o subconjunto de mudanças lingüísticas através das quais um item lexical, em certos usos, se torna um item gramatical ou um item gramatical se torna mais gramatical. Na segunda perspectiva, é vista como “um fenômeno primariamente sintático, pragmático-discursivo, a ser estudado do ponto de vista de padrões fluidos do uso lingüístico” (Hopper e Traugott, 1993:02).

Os lingüistas de orientação funcionalista têm tentado conciliar as duas perspectivas acima no tratamento da gramaticalização. Hopper e Traugott (1993) pretendem combinar as dimensões sincrônica e diacrônica embora, em seu livro, seja dada maior ênfase à dimensão histórica. Heine et al. (1991) ressaltam que os termos diacronia e sincronia estão bastante relacionados: o entendimento de um pressupõe o entendimento do outro³⁶. Ainda destacam que, até 1970, o fenômeno da gramaticalização foi visto como parte da lingüística diacrônica, como meio de analisar evolução lingüística e reconstruir a história interna de uma língua ou grupos lingüísticos. Para eles, um dos principais méritos de estudos sobre gramaticalização foi a atenção dada ao potencial que esse fenômeno oferece como um parâmetro explanatório para a compreensão de gramáticas sincrônicas (Heine et al., 1991, p. 10-11).

Da conjugação das dimensões sincrônica e diacrônica, surge, pois, um novo enfoque da gramaticalização nas pesquisas funcionalistas: o que tem sido chamado de enfoque pancrônico. Essa abordagem, que remete ao princípio do uniformitarismo (Labov, 1995), prevê que as tendências de variação ou mudança que atuam na fase atual de uma língua são as mesmas que atuaram em sincronias anteriores e continuarão a ocorrer em estágios posteriores. Um enfoque pancrônico enfatiza, portanto, a interdependência entre o sistema lingüístico e o uso, e entre a natureza fluida da gramática e a importância da história para a compreensão da gramática sincrônica (Burrige, 1993 apud Neves, 1997: 118). Nos termos de Heine et al. (1991:261), a gramaticalização deve ser entendida como “a panchronic process that presents both a diachronic perspective, since it involves change, and a synchronic perspective, since it implies variation that

³⁵ Castilho, 1997, p. 35.

³⁶ É preciso lembrar que o próprio Saussure, quando cunhou os termos sincronia e diacronia, acentuou a interdependência entre esses dois modos de se fazer uma investigação lingüística: não se pode fazer um estudo diacrônico sem antes fazer um estudo sincrônico.

can be described as a system without reference to time”. Por essa razão, para esses autores, não se justifica manter a clássica dicotomia saussureana sincronia X diacronia nos estudos de gramaticalização.

Outro conceito considerado importante para a gramaticalização é o de *cline*. Hopper e Traugott (1993) justificam a importância desse conceito tomando por base uma das características da mudança lingüística, a gradualidade: “from the point of view of change, forms do not shift abruptly from one category to another, but go through a series of gradual transitions, transitions that tend to be similar in type across languages”³⁷. Mencionam que a progressão de um item lexical para um advérbio ou uma preposição, e mesmo para um afixo de caso, é uma ilustração do que eles entendem por *cline*.

O termo *cline* também pode ser definido em termos dos pontos de vista diacrônico e sincrônico:

From a historical perspective, a *cline* is a natural pathway along which forms evolve, a kind of linguistic “slippery shape” which guides the development of forms. Synchronically a *cline* can be thought of as a “continuum”: an arrangement of forms along an imaginary line at one end of which is a fuller form of some kind, perhaps “lexical”, and at the opposite end a compacted and reduced form, perhaps “grammatical”³⁸.

Baseando-se no princípio de que a mudança lingüística ocorre numa direção que não pode ser revertida (princípio de unidirecionalidade³⁹), Hopper e Traugott (1993) propõem o seguinte percurso de gramaticalização: item lexical de conteúdo > palavra gramatical > clítico > afixo flexional. Levando em conta esse percurso, esclarecem que: (a) o item que está à direita é mais gramatical do que o outro que está à sua esquerda; (b) a mudança de uma forma para outra ocorre de um ponto à esquerda para um ponto à direita, o que remete a “uma tendência à unidirecionalidade na história de formas individuais” (p. 07); (c) a mudança se dá numa direção de formas e/ou construções mais livres para formas e/ou construções mais presas; (d) uma categoria (por exemplo, tempo/aspecto, posse e comparação) pode ser expressa por diversas formas que se encontram em pontos diferentes do percurso (cf. exemplos (07) e (08) desta seção).

³⁷ Hopper e Traugott, 1993, p. 06.

³⁸ Hopper e Traugott, 1993, p.07.

³⁹ Hopper e Traugott (1993:126) ressaltam que, embora a unidirecionalidade seja uma hipótese forte, não pode ser considerada como um princípio absoluto. Os estudiosos citam alguns contra-exemplos desse princípio. Salientam que a existência desses contra-exemplos e a sua relativa infreqüência contribuem para a definição do que é mais prototípico na gramaticalização.

Duas observações sobre a escala elaborada por Hopper e Traugott (1993) devem ser feitas: (a) a proposta dessa escala não implica a assunção de que a gramaticalização sempre parte de um item lexical, esta pode iniciar-se em um item gramatical; (b) essa escala ratifica o caráter gradual da gramaticalização como um tipo de mudança lingüística ao demonstrar, por exemplo, que não há evolução abrupta de uma forma lexical para uma forma clítica. Como será ilustrado no capítulo de análise dos dados, um dos verbos perceptivos examinados nesta tese (**ver**) apresenta diversos empregos no primeiro ponto dessa escala de Hopper e Traugott (como item lexical) e um uso no segundo ponto (como item gramatical). Somente o surgimento de outros usos de **ver**, primeiro, como clítico e, depois, como afixo poderia confirmar essa hipótese da unidirecionalidade. Até então, o que se pode dizer, a partir dos dados sincrônicos analisados, é que o verbo **ver** passou por um primeiro estágio de gramaticalização.

Além do *cline* postulado por Hopper e Traugott (1993), as seguintes trajetórias de mudança lingüística, partindo ainda do princípio de unidirecionalidade, têm sido estabelecidas para o processo de gramaticalização: (a) nome > preposição > clítico > marcador de caso; (b) morfema livre > morfema preso; (c) categoria lexical > categoria gramatical; (d) categoria menos gramatical > categoria mais gramatical (Lass, 1997 apud Campbell, 2001:104). Bybee et al. (1994) também falam que o percurso da gramaticalização é sempre de um elemento menos gramatical (com significados mais concretos e específicos) para mais gramatical (com significados mais abstratos e gerais). Nota-se, pois, que as trajetórias supracitadas enfatizam que o produto final da gramaticalização, independente do estágio desse processo, será sempre um elemento lingüístico com um *status* mais gramatical, o que, nos termos de Campbell e Janda (2001), traduz o que é mais recorrente nas definições apresentadas para gramaticalização.

Vale destacar que a noção de unidirecionalidade tem suscitado questionamentos em estudos recentes sobre a gramaticalização (Campbell, 2001; Campbell e Janda, 2001; Lindström, 2002 apud Lima-Hernandes, 2002; Castilho 2002; Lima-Hernandes, 2002, dentre outros). Algumas das questões que têm sido levantadas sobre esse assunto são:

Is grammaticalization unidirectional? Does it even make sense to ask such a question? Is the direction of grammaticalization changes irreversible? (...) If there is a typical directionality characteristic of (many) grammaticalization changes, what explains it?⁴⁰

(...) As a matter of fact, could we know for sure the limits among grammatical categories, in order to establish a derivation between them?⁴¹

Ao discutir a atuação do princípio de unidirecionalidade na gramaticalização, Castilho (2002:03) adverte que o grande problema da literatura sobre esse tema reside no fato de (a) a língua ser vista como uma combinação linear de itens separáveis e (b) ser tomada como um produto e não como um processo, embora o sufixo *-ization* seja empregado para rotular processos. Assim, nos termos desse autor, para que se melhorem os estudos sobre gramaticalização, devemos, entre outras coisas, adotar uma teoria dinâmica ou processual da língua⁴² e substituir o princípio de unidirecionalidade pelo princípio de multidirecionalidade, uma vez que “a gramaticalização é um processo feito de simultaneísmos, não de linearidades, tornando-se difícil admitir derivações entre fases; em consequência [disso], o princípio da unidirecionalidade é uma ilusão de ótica” (Castilho, comunicação pessoal).

Por fim, o que se quer salientar aqui é que a noção de gramaticalização, tomada em seus dois sentidos (um dos processos de mudança lingüística e conjunto de postulados teóricos feitos sobre esse processo), acentua que a gramática de uma língua está sempre sujeita a mudanças. Segundo Lichtenberk (1991:76), os estudos de gramaticalização não só elucidam aspectos de gramáticas de línguas individuais mas também revelam uma importante característica das línguas naturais, o que ele denomina de *noncompleteness of grammars*, enfatizando a interdependência entre *langue* e *parole*. Nesta tese, valho-me da noção de gramaticalização, entendida nas suas duas acepções supracitadas, já que me fundamento em alguns dos pressupostos teóricos desse assunto para investigar as cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos e considero que esses verbos podem se submeter à gramaticalização, situando-se em pontos distintos do *continuum* desse processo.

⁴⁰ Campbell e Janda, 2001, p.108.

⁴¹ Castilho, 2002, p. 03.

2.3.2 Gramaticalização entre cláusulas

Os estudos de gramaticalização, além de focalizarem fenômenos morfológicos (i.e, mudança no estatuto categorial de um item lexical ou de um item já gramatical), também têm abordado fatos sintáticos. Já é consenso na literatura lingüística de orientação funcionalista (Hopper e Traugott, 1993; Lehmann, 1988; Cezario et al., 1996; Neves e Braga, 1998; Paiva, 1998; Martelotta, 1998; Cezario, 2001; Braga, 1999a, 1999b) que tais estudos também podem abranger os processos de combinação de cláusulas.

A esse respeito, Braga (1999b) levanta a seguinte questão: sendo a gramaticalização, de acordo com a acepção clássica⁴³, um processo de morfologização, poder-se-ia indagar quanto à legitimidade de se examinarem os processos de articulação de orações sob tal enfoque. Para ela, a essa questão se sobrepõe uma outra, que tem a ver com a definição dos limites da gramaticalização, i.e, com os tipos de fenômenos lingüísticos que podem ser investigados sob tal prisma. A autora lembra que a ampliação dos domínios dos estudos de gramaticalização não é algo tão recente nas pesquisas lingüísticas: o próprio Meillet (1912) já inseria questões concernentes à ordem das palavras nesses domínios e autores (tais como Li e Thompson, 1974; Givón, 1979; Sankoff e Brown, 1976, entre outros) já focalizavam, sob a perspectiva da gramaticalização, processos que levam à amalgamação, condensação de duas sentenças em uma só, com mudança no estatuto gramatical dos constituintes da cláusula inicial.

Hopper e Traugott (1993), seguindo a esteira de Givón (1990), afirmam que, se a gramaticalização é definida amplamente como um processo que compreende as motivações e o desenvolvimento de estruturas gramaticais gerais, o processo de articulação de orações está dentro dos seus domínios. Ressaltam que, “do ponto de vista da mudança lingüística, a formação inicial de uma cláusula complexa envolve a combinação de dois núcleos separados e autônomos que são mutuamente relevantes em uma estrutura mais integrada” (Hopper e Traugott, 1993:169). Essa formação de cláusula complexa é esquematizada pelos autores da seguinte forma:

⁴² De acordo com Castilho (2002:03), nessa teoria, a língua é considerada como um multisistema dinâmico. Esse lingüista, seguindo Franccchi (1976) e Nascimento (1993), explica que fazem parte da natureza polissistêmica da língua quatro domínios: Léxico, Discurso, Semântica e Gramática.

⁴³ Essa acepção é dada por Kurilowicz (1975:52 apud Braga, 1999b:01).

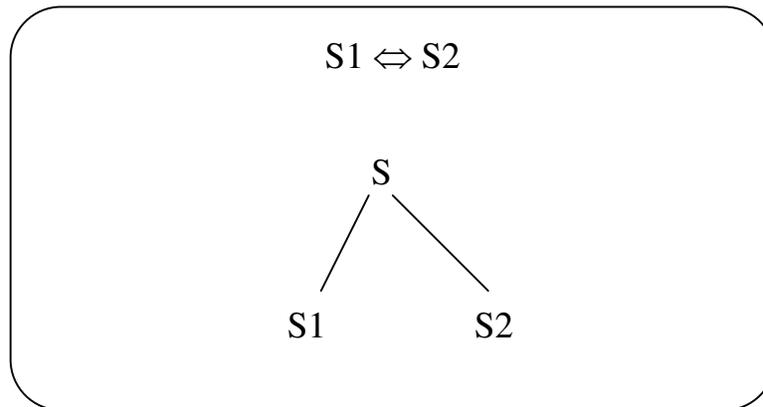


Figura 2: Formação de cláusula complexa.
(Hopper e Traugott, 1993, p.169)

A partir dos graus estabelecidos para a articulação de cláusulas - parataxe, hipotaxe e subordinação -, Hopper e Traugott propõem a seguinte trajetória de gramaticalização para esse processo:

parataxe > hipotaxe > subordinação.

Levando-se em consideração essa trajetória e baseando-se no que foi postulado por Hopper e Traugott (1993) para o *cline* de gramaticalização de itens lingüísticos (cf. seção 2.3.1), verifica-se que:

- (a) o padrão clausal que está à direita é mais gramaticalizado do que o outro que está à sua esquerda;
- (b) a mudança de um tipo de sentença complexa para outro se dá de um ponto à esquerda para um ponto à direita, o que remete ao princípio de unidirecionalidade no processo de combinação de cláusulas.

Vale destacar que, na trajetória de gramaticalização estabelecida por Hopper e Traugott (1993) para o processo de articulação de cláusulas, dentro das construções paratáticas, as sentenças justapostas e coordenadas se encontram em diferentes trajetórias de gramaticalização:

Constructions consisting of adjacent nuclei under one sentential intonation contour and having an explicit connective word such as ‘and’ are considered to be more grammaticalized than those without, that is, they show more overt grammatical morphosyntax (grifo meu)⁴⁴.

Hopper e Traugott (1993:184-185) salientam que, embora haja, no desenvolvimento de sentenças complexas, evidência substancial de mudanças de estruturas mais paratáticas para menos paratáticas, existem alguns contra-exemplos para o princípio da unidirecionalidade no processo de combinação de cláusulas. Um dos contra-exemplos citados pelos autores é o uso da conjunção *although* por estudantes universitários americanos como se fosse *however*.

No que concerne à proposta de Hopper e Traugott, Braga (1999a) faz três observações que têm a ver com a sua fonte, os pontos e os critérios do *continuum* sugerido por esses autores, e as motivações que levam à integração das sentenças:

- (a) primeiro, Braga lembra que essa proposta remete aos dois modos comunicativos postulados por Givón (1979): o pragmático e o sintático. Segundo Givón (1979), existe uma relação diacrônica entre esses dois modos comunicativos: as estruturas do modo sintático (que são mais integradas) provieram via sintaticização das estruturas do modo pragmático (que são frouxamente vinculadas);
- (b) depois, a autora chama a atenção para o fato de que, embora o *continuum* de Hopper e Traugott seja bastante mencionado e utilizado por lingüistas funcionalistas, não é o único disponível na literatura. Faz referência ao *continuum* apresentado por Lehmann (1988) para o processo de articulação de orações, que se baseia em critérios diferentes⁴⁵ daqueles adotados por Hopper e Traugott e apresenta mais tipos de sentenças complexas;
- (c) por fim, cita que, para Givón (1979, 1991, 1994), Langacker (1991), Heine et al. (1991), Foley e Van Valin (1984), dentre outros, a motivação que propicia a incorporação das orações pode ser assim explicada: “a integração sintática reproduziria diagramaticamente a integração semântico-pragmática pelas orações que constituem as sentenças complexas⁴⁶” (Braga, 1999a).

⁴⁴ Hopper e Traugott, 1993, p. 173.

⁴⁵ Tais critérios já foram citados no item 2.2.2.1.1.

⁴⁶ A noção de integração sintática das orações será retomada mais detalhadamente no item 2.3.3.

Além de a gramaticalização poder ocasionar mudança de um tipo de sentença complexa para outro, esse processo pode fazer com que uma cláusula complexa se torne uma cláusula simples. Tal fenômeno tem sido observado no emprego dos chamados parentéticos epistêmicos. Hopper e Traugott (1993:201-202) fazem referência a esse fenômeno a partir do trabalho de Thompson e Mulac (1991), cujos resultados indicam que verbos de atitude proposicional, tais como *think* e *guess*, no contexto de primeira e segunda pessoas do singular, respectivamente, estão sendo usados como parentéticos epistêmicos no inglês. No português brasileiro, ocorre esse mesmo uso com alguns verbos, tais como *achar* e *parecer*, no contexto de primeira e terceira pessoas do singular, respectivamente (cf. Galvão, 1999; Cezario, 2001; Gonçalves, 2003). Nesse uso, os verbos supracitados têm exibido, tanto no inglês como no português, as mesmas características semânticas e sintáticas.

Por exemplo, *think* e *achar*, como parentéticos epistêmicos, qualificam uma asserção (12), (13); nesse caso, “o falante não está assumindo uma posição epistêmica, mas sim indicando o grau de validação da afirmação” (Hopper e Traugott, 1993:202). Além de haver mudança no significado de *think* e *achar*, ocorre também uma mudança na sua sintaxe: as expressões *I think* e *eu acho* passam a se comportar como um advérbio (não se restringindo a uma única posição na frase) e não ocorrem mais com os complementizadores *that* e *que*, como pode ser visto em (12) e (13). Nesses exemplos, da perspectiva da vinculação sintática, *I think* e *(eu) acho* estão menos integrados às cláusulas com que se articulam (Martelotta, comunicação pessoal).

(12) a. *I think* Commander Dalglish writes poetry⁴⁷.

b. Commander Dalglish writes poetry, *I think*.

(13) a. (...) passei o final de semana com eles porque eu cheguei num sábado *eu acho* (ITA4, N, L)⁴⁸.

b. (...) eu tinha vinte e três *acho*... vinte e três anos ... vinte e dois ... (ITA4, N, L).

Do ponto de vista da gramaticalização de cláusulas, estruturas sintáticas com parentéticos epistêmicos constituem exemplos de reanálise de uma sentença complexa, anteriormente formada

⁴⁷ Exemplos de Thompson e Mulac (1991) apud Hopper e Traugott (1993:201-202).

por um núcleo com um verbo de atitude proposicional e uma margem, em uma sentença com um único núcleo. Assim, nessas estruturas, a cláusula que era margem se torna núcleo e a cláusula que era núcleo passa a um advérbio sentencial (como *evidently* e *apparently*) (Hopper e Traugott, 1993:202).

Lehmann (1988), assim como Hopper e Traugott (1993), acentua o papel da gramaticalização na mudança de estatuto de uma cláusula complexa para uma cláusula simples. Segundo esse autor, existem dois modos de se reduzir uma sentença complexa a uma sentença simples:

- (a) a gramaticalização do verbo principal;
- (b) a dessentencialização da cláusula subordinada.

Observa-se, pois, que o processo de redução pode ocorrer tanto na cláusula principal como na subordinada. Nos termos de Lehmann (1988:204), a gramaticalização pode fazer com que o verbo da oração principal se transforme até em um afixo que modifica o significado do verbo da sentença subordinada; com a dessentencialização, a cláusula subordinada torna-se um simples constituinte da cláusula principal, uma vez que essa dessentencialização da subordinada implica perda de algumas das suas propriedades sentenciais (tais como tempo, aspecto, conjugação de pessoa, polaridade etc) e aquisição de propriedades de sintagmas nominais, tanto morfológicas como distribucionais.

Lehmann (1988:201) define gramaticalização como “a diachronic process and a synchronic *continuum* which lead from lexical to grammatical items”. Cita que é por intermédio desse processo que verbos plenos se tornam modais e auxiliares. Por considerar que aquilo que se gramaticaliza são essencialmente palavras, afirma que a cláusula subordinada possui uma relação gramatical com apenas uma palavra da matriz. Salienta que, quando essa palavra é um verbo, a gramaticalização da palavra superordenada produz tipos de estruturas subordinadas especiais. Ilustra, a partir de sentenças complexas de diferentes línguas, alguns tipos dessas estruturas subordinadas com construções causativas e desiderativas: primeiro, oferece exemplos em que essas construções ocorrem com verbos lexicais plenos na matriz (14) e (15) e, depois, menciona casos de gramaticalização de verbos da oração matriz nessas construções (16), (17) e (18b).

⁴⁸ Exemplos de Cezario (2001:116).

(14) Latim

Sol efficit [ut omnia floreat].

‘O sol faz com que tudo floresça’.

(15) Latim

Opto [ut in hoc iudicio nemo improbus ... reperiatur].

‘Desejo que, nesse julgamento, ninguém seja considerado mau’.

(16) Italiano

Ho fatto prendere a mio figlio un'altra professione.

‘Eu fiz meu filho escolher uma outra profissão’.

(17) Francês

Je veux [aller au cinema].

‘Eu quero ir ao cinema’.

(18) Sânscrito

a. deva-h soma-m piba-ti.

‘O deus bebe soma’.

b. deva-h soma-m pi- pa-sa-ti.

‘O deus quer beber soma’.

O autor explica que, em (14) e (15), ocorrem, na matriz, verbos lexicais plenos (um, causativo e outro, volitivo, respectivamente) que subcategorizam sentenças completivas finitas e não estão em um estágio de gramaticalização. Em (16), o verbo da matriz se encontra em um percurso de gramaticalização porque ele se combina diretamente com o verbo da encaixada, formando estrutura analítica causativa. Em (17), o verbo volitivo é um modal cujo estágio avançado de gramaticalização advém do fato de o verbo da encaixada ser subcategorizado por aquele na forma infinitiva sem o emprego da preposição *de*. Em (18b), ocorre uma derivação verbal: o morfema

que expressa desejo - *sa* - é completamente gramaticalizado como um sufixo acrescido ao verbo da encaixada.

Vale destacar que Comrie (1981:162), embora não faça referência ao processo de gramaticalização, observa que construções causativas do francês com o verbo *faire*, como em (19) e (20), apresentam um comportamento diferente de outras sentenças complexas dessa língua: a combinação *faire* e infinitivo funciona como um predicado composto único. Pode-se dizer que se verifica uma mesma tendência de comportamento nas construções causativas francesas e italianas com o verbo *fazer*. Em outras palavras, nessas construções, o verbo francês *faire* parece estar seguindo o mesmo percurso de gramaticalização observado por Lehmann para a forma verbal italiana *fare*.

(19) J'ai fait courir Paul.
'Eu fiz Paul correr'.

(20) J'ai fait manger les pommes à Paul⁴⁹.
'Eu fiz Paul comer as maçãs'.

Sobre as construções causativas italianas e francesas, Bittencourt (1995) esclarece que:

No italiano, francês, (...) dá-se a reinterpretação do conjunto “verbo causativo + infinitivo” como um “complexo” verbal. Com isso a estrutura causativa passa de bi-oracional a mono-, ou a quase mono-oracional. (...) Como efeito da **reanálise**⁵⁰, temos a **gramaticalização** ou **semi-gramaticalização** do item causativo, nessas línguas. Esse não é um resultado a estranhar, uma vez que estamos em face de um contexto tipicamente favorável à gramaticalização, ou seja, de construção com infinitivo, conforme mostrado por BYNON (1985:106)⁵¹.

A gramaticalização do verbo principal, como já foi mencionado, é um dos parâmetros sintático-semânticos postulados por Lehmann para o estudo de articulação de cláusulas e para a formulação de uma tipologia de frases complexas. Esse parâmetro é analisado a partir de um *continuum* que se estende entre dois extremos, como se vê na figura 3.

⁴⁹ Exemplos de Comrie, 1981, p. 162.

⁵⁰ Bittencourt entende a *reanálise* a partir da definição de Langacker (1974 *apud* Bittencourt, 1995): “uma mudança na estrutura de uma expressão ou classe de expressões, que não envolve qualquer modificação imediata ou intrínseca na sua manifestação superficial”. Na verdade, esse entendimento de *reanálise* é corrente na literatura sobre gramaticalização.

⁵¹ Bittencourt, 1995, p. 290-291.

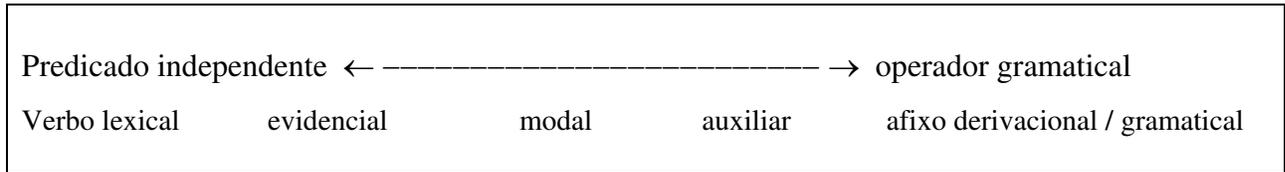


Figura 3: Gramaticalização do verbo principal.
(Lehmann, 1988, p. 204)

De acordo com Lehmann, nesse *continuum*, cada extremo se opõe completamente em termos do processo de gramaticalização: o primeiro assinala um estágio de não gramaticalização do verbo da matriz (que ainda se configura como um item lexical pleno); o segundo, uma completa gramaticalização do verbo da matriz (que aparece incorporado ao verbo subordinado como um afixo). Uma questão que se delinea aqui é a seguinte: já que o autor está lidando com a noção de *continuum*, em vez de se referir a um estágio de não gramaticalização para os verbos plenos, não seria mais apropriado ele falar de um primeiro estágio de um *continuum* de gramaticalização? Note-se que os exemplos de (14) a (18) ilustram pontos diferentes desse *continuum*, uma vez que representam etapas distintas de gramaticalização em que verbos de uma determinada língua podem se encontrar. Nesse *continuum*, esses exemplos variam de um ponto menos gramaticalizado (14), (15) para mais gramaticalizado (18b).

Os seis verbos analisados nesta tese também podem ser alocados no *continuum* acima proposto por Lehmann. Alguns dos seus empregos se encontram em diferentes pontos desse *continuum*. Por exemplo, **sentir** e **ouvir** possuem usos como verbos lexicais e empregos que se aproximam de um evidencial. Já **deixar** apresenta diferentes usos como lexical e um uso como auxiliar; no entanto, não é empregado como evidencial ou modal, o que sugere que não é necessário que um dado verbo percorra toda a trajetória desde os estágios de lexical a modal para chegar à etapa de auxiliar. Ainda há itens verbais, tais como **mandar** e **fazer**, que só se instanciam como verbos plenos. Por fim, vale destacar que também há casos de verbos, como **ver**, que possuem diversos usos como lexicais e um uso como item gramatical, mais especificamente, como advérbio. A meu ver, no *continuum* de Lehmann acima, deveria ser acrescentado, após a etapa de afixo derivacional/gramatical, um outro estágio de gramaticalização, que corresponderia, em estruturas complexas, à mudança na classe gramatical de um dado item verbal (o que retomaria a noção de gramaticalização no sentido estrito).

2.3.3 Gramaticalização, integração e articulação entre cláusulas

No que concerne à abordagem de cláusulas complexas sob a ótica da gramaticalização, está havendo, na literatura lingüística (Hopper e Traugott, 1993; Cezario et al., 1996; Neves e Braga, 1998; Cezario, 2001), uma tendência de se estabelecer uma correlação entre os fenômenos de gramaticalização e integração sintática. Assim, postula-se que sentenças mais integradas sintaticamente estão mais gramaticalizadas.

Pode-se realmente fazer, no estudo de frases complexas, uma associação entre as noções de gramaticalização e integração? Essa pode ser entendida como um indício daquela? Parâmetros considerados na medição do nível de integração sintática entre orações são, de fato, relevantes para a gramaticalização? Discuto o problema que se esboça nas questões anteriormente formuladas a partir das seguintes perspectivas teóricas: Lehmann (1988), Givón (1990) e Hopper e Traugott (1993).

A integração sintática entre duas cláusulas é explicada por um dos subprincípios da iconicidade diagramática, o da proximidade, que, direcionado para os processos de combinação de sentenças, estipula que tal integração decorreria de uma vinculação semântica entre os dois eventos codificados pelas cláusulas articuladas (cf. Foley e Van Valin, 1984; Givón, 1990). Em outras palavras, a integração pode ser “entendida como incorporação ou fusão dos elementos morfossintáticos e semânticos de duas cláusulas”, tomando essa definição emprestada a Cezario (2001:11). Nos termos de Givón (1990: 516), existe um isomorfismo sistemático entre as dimensões semântica e sintática em determinados tipos de frases complexas (por exemplo, nas construções de complementação): “the stronger the *semantic bound* is between the two events, the more intimately is the *syntactic integration* of the two propositions into a single clause”. Foley e Van Valin, por sua vez, (1984:268) também sustentam que “in mult clause construction, (...) the closeness of semantic relationship correlates with the tightness of the syntactic link between clauses”.

O nível de integração entre duas sentenças pode ser observado a partir da atuação de propriedades formais ou semântico-pragmáticas. Tais propriedades se manifestam através do compartilhamento ou não de constituintes dessas sentenças. No primeiro caso, inserem-se fatores como correferencialidade e formas de expressão de sujeito, correlação modo-temporal, concordância negativa etc; no segundo, fatores como ordem verbo-sujeito, posição da sentença etc. Vale destacar que o compartilhamento de constituintes (tais como sujeito, tempo e modos verbais etc) entre duas cláusulas remete ao parâmetro sintático que Lehmann (1988) chama de *interlacing* (entrelaçamento).

Givón (1990:538), ao contemplar as estruturas completivas, cita quatro recursos morfossintáticos que são utilizados na codificação dessas estruturas: (a) co-lexicalização do verbo complemento com o verbo da matriz (“predicate-raising”); (b) marcador de caso do sujeito da cláusula completiva; (c) tratamento morfológico do verbo da completiva; (d) morfema subordinador separando matriz da completiva. Assim explica o papel desses recursos: “each one of the four performs some distinct sub-task in the structural integration of the complement clause into the syntax of the main clause. Each one is, in turn, iconically related to some distinct aspect of the cognitive-semantic integration of the two events” (p.538). Ainda menciona um outro recurso que está intimamente relacionado a (d): a *separação entonacional* da cláusula completiva da matriz.

O autor, baseando-se nos quatro recursos morfossintáticos citados acima e estabelecendo, pois, uma relação entre integração sintática e a noção de iconicidade, postula os seguintes princípios de iconicidade para complementação verbal: *a.* quanto mais integrados são dois eventos, mais integrados são os verbos que os exprimem; *b.* quanto mais integrados são dois eventos, menor a probabilidade de eles serem separados por um subordinador (ou por uma pausa física); *c.* dada uma hierarquia de graus de agentividade (AG > DAT > ACC > outros), quanto mais integrados são os dois eventos, menos agentivo será o sujeito da cláusula complemento; *d.* dada uma hierarquia de graus de finitude (ou seu inverso, graus de nominalidade) da forma verbal, os mais integrados são os casos que apresentam o verbo da subordinada com características mais nominais e com menos morfologia verbal (em outras palavras, os casos de dessentencialização, na terminologia de Lehmann (1988)).

Hopper e Traugott (1993:171), ao abordarem o nível de integração entre cláusulas paratáticas, hipotáticas e subordinadas, fazem referência a Lehmann (1988) e Givón (1990). Citam que, nos termos de Lehmann (1988), um caso especial de integração sintática tem a ver com o entrelaçamento de categorias gramaticais pelas cláusulas que constituem uma sentença complexa. Esse entrelaçamento implica: i. compartilhamento de participantes (por exemplo, mesmo sujeito), tempos e modos verbais entre cláusulas interligadas, como já foi dito; ii. entrelace de cláusulas separadas originalmente na estrutura superficial da matriz, o que é denominado de entrelaçamento sintagmático; tal entrelace pode ocorrer, por exemplo, mediante o alçamento de um constituinte da sentença encaixada para a matriz (21).

(21) She seems to be smart⁵².

Os autores explicam que, em (21), embora o constituinte *she* esteja na matriz, é, de fato, o sujeito da cláusula encaixada, conforme pode ser visto através de (22).

(22) It seems that she is smart.

Mencionam que, para Givón (1990), conforme aponteí acima, existe, em estruturas complexas, um paralelismo cognitivo entre forma e função. Ainda com relação à integração entre cláusulas, os dois estudiosos assumem que o uso explícito e independente de recursos (por exemplo, o emprego do conectivo *that*) para a articulação de cláusulas está correlacionado a uma integração semântico-pragmática mínima enquanto a não explicitação desses recursos representa uma integração semântico-pragmática máxima, como mostra a figura 4.

⁵² Exemplos (21) e (22) retirados de Hopper e Traugott, 1993, p. 170-171.

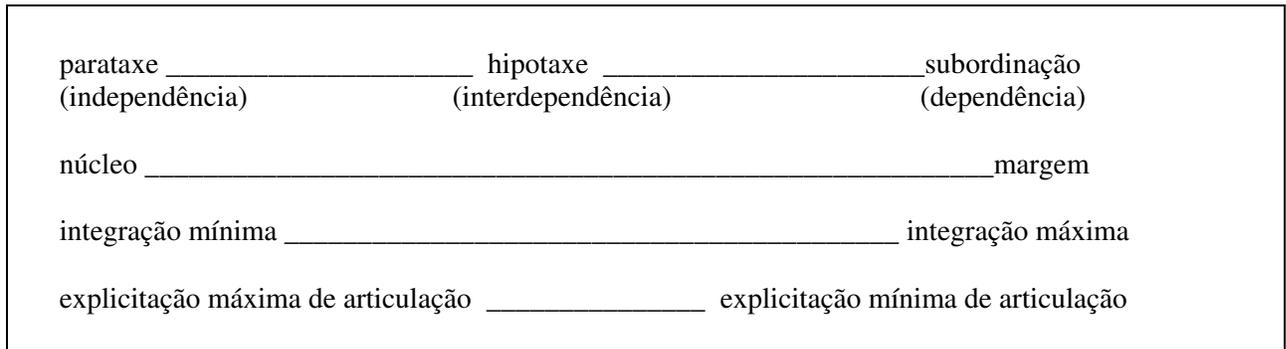


Figura 4: Propriedades relevantes no percurso de gramaticalização.
(Hopper e Traugott, 1993, p.171)

O exame da figura 4 ainda permite evidenciar que Hopper e Traugott fazem uma associação entre os fenômenos integração sintática e gramaticalização, já que, nesta figura, integração mínima corresponde ao grau de menor gramaticalização (parataxe) enquanto integração máxima, ao grau de maior gramaticalização (subordinação). Tal associação pode ser sintetizada no seguinte princípio: quanto maior for o nível de vinculação entre as sentenças interligadas, mais avançado estará o processo de gramaticalização e vice-versa.

Braga (1999b) questiona os critérios independência, integração e jutores utilizados na proposta supracitada de Hopper e Traugott (1993), sintetizada na figura 4. Segundo a autora, os pontos problemáticos dessa proposta são os seguintes:

(...) arrola, como critérios distintos, independência, núcleo e integração mínima; não explicita o que vem a ser a dependência, isto é, não apresenta as características a partir dos quais se poderia aferir a maior ou menor dependência de um determinado processo de junção; e, por fim, o conceito de elos maximamente explícitos é ambíguo. Estariam os autores se referindo à presença de um conectivo tal como conjunção, marcador discursivo, subordinador ou qualquer outra marca formal de dependência? O contorno entonacional seria um "elo maximamente explícito" com estatuto igual ao dos conectivos?

Embora faça as indagações acima, Braga (1999b), ao examinar, sob o enfoque da gramaticalização, as sentenças completivas no português falado do Brasil e no português de contato, utiliza-se da proposta de Hopper e Traugott pela seguinte razão: por oferecer uma possível trajetória para os processos de junção de orações (parataxe > hipotaxe > subordinação), ela é sedutora (tomando aqui emprestadas as palavras da própria autora).

Retomo aqui as questões levantadas no início deste item: Pode-se realmente fazer, no estudo de frases complexas, uma associação entre as noções de gramaticalização e integração? Essa pode ser entendida como um indício daquela? Parâmetros considerados na medição do nível de integração sintática entre orações são, de fato, relevantes para a gramaticalização. Com base na figura 4 de Hopper e Traugott, somos levados a dar logo uma resposta positiva, pelo menos, para as duas primeiras questões. As respostas às três perguntas anteriormente formuladas não são, porém, tão simples nem constituem respostas isoladas, pelo contrário, elas se imbricam completamente. Antes de mais nada, cabe aqui uma observação: proponho-me a fazer mais uma reflexão acerca do problema do que apresentar respostas imediatas para as questões aqui discutidas. Parece que, em alguns casos, a depender da categoria lingüística que se leve em conta para se aferir o grau de integração sintática entre duas cláusulas, a associação entre gramaticalização e integração sintática é possível. A propriedade grau de finitude da completiva ora mostra-se produtiva ora não. Nesse sentido, essa categoria pode remeter a diferentes níveis de integração sintática e gramaticalização. Por exemplo, a realização da completiva na forma não-finita assinala tanto uma maior vinculação sintática (cf. Givón, 1990) como uma maior gramaticalização (cf. Bolinger, 1980; Lehmann, 1988) entre as sentenças articuladas. No português brasileiro, uma ilustração de convergência entre integração sintática e gramaticalização pode ser evidenciada no uso de **deixar** com sentido de ‘parar’/‘terminar’, codificado sempre pela estrutura *deixar de + infinitivo*, que é o uso mais integrado e mais gramaticalizado desse verbo, porque, além de constituir uma única unidade conceptual com o infinitivo com que se combina, passou de núcleo da cláusula principal para marcador de aspecto terminativo (cf. Cezario, 2001). No entanto, como se verá no capítulo 4, alguns usos gramaticalizados de **ver** e **sentir**, ao ocorrerem com completivas na forma finita (estrutura menos integrada sintaticamente), servem de contra-evidência para tal convergência.

As noções de integração sintática e gramaticalização parecem se intercruzar em algum caminho. Resta saber (a) em que ponto(s) exatamente se dá esse cruzamento, (b) quais são as categorias lingüísticas que, de fato, podem dar conta da convergência entre integração sintática e gramaticalização e (c) se a atuação dessas categorias se dá separada ou conjuntamente. Alguns autores (Bybee et al., 1994; Cezario, 2001, dentre outros), em vez de considerarem propriedades isoladas na medição do grau de vinculação sintática e/ou de gramaticalização, têm optado por

verificar, através de uma análise quantitativa, a atuação conjunta de diversas categorias lingüísticas (formais e/ou semântico-pragmáticas).

2.3.4 Gramaticalização e integração entre cláusulas: trabalhos empíricos

No Brasil, trabalhos empíricos sobre cláusulas complexas têm sido realizados sob a perspectiva da gramaticalização. Entre esses trabalhos, podem-se citar Cezario et al. (1996), Neves e Braga (1998), Paiva (1998), Martelotta (1998), Cezario (2001) e Braga (1999b). Desses autores, com exceção de Paiva (1998), todos estabelecem, na análise dos dados, uma relação entre o fenômeno gramaticalização e o critério integração sintática.

Cezario et al. (1996) investigam o nível de integração semântico-sintática entre as cláusulas completivas de verbos proposicionais, emotivos e efetivos⁵³ e as suas matrizes, a partir da atuação dos seguintes grupos de fatores: modo, citação direta, tempo, correferência, controle, agentividade, negação e ordem verbo-sujeito. Fundamentam sua investigação no subprincípio da adjacência⁵⁴, o qual postula que “a distância espaço-temporal no fluxo da fala tende a refletir distância conceptual” (Givón, 1995 apud Cezario et al., p. 79). Explicam como esse princípio se reflete na configuração estrutural de cláusulas complexas: “os dois conteúdos que estão mais distantes, semântica e cognitivamente, são expressos por duas cláusulas que mantêm certa autonomia semântica e sintática; os dois conteúdos que estão mais próximos, semântica e cognitivamente, são expressos por duas cláusulas fundidas (reanalisadas), em que o primeiro elemento verbal tem principalmente função gramatical e o segundo, função semântica” (p. 95, 96). Verificam três níveis de integração para as sentenças completivas dos verbos analisados: um mais integrado, em que ocorrem sentenças de efetivos; um intermediário, em que se encontram orações de emotivos; e um menos integrado, em que se inserem orações de proposicionais. Relacionam cada nível detectado ao processo de gramaticalização. Desse modo, observam que:

⁵³ Para as autoras, os verbos proposicionais expressam julgamento de ordem intelectual sobre algum fato (como *achar, pensar, saber*). Os emotivos exprimem um julgamento de ordem pessoal sobre o fato expresso na encaixada ou uma manipulação sobre o sujeito da encaixada (como *querer, deixar, desejar*). Os verbos efetivos ou auxiliares realizam os processos contidos no verbo principal (como *estar, ficar, poder*).

⁵⁴ O subprincípio da proximidade ou distância foi reescrito por Givón (1990) como subprincípio da adjacência.

os verbos efetivos e proposicionais são, respectivamente, os mais e os menos gramaticalizados do grupo; existe uma tendência para ocorrer gramaticalização nos emotivos.

Neves e Braga (1998) analisam o grau de gramaticalização em que se encontram estruturas hipotáticas com cláusulas temporais e condicionais. Associando gramaticalização e integração, assim como Hopper e Traugott (1993), as autoras partem da hipótese de que “quanto maior a integração da oração hipotática à nuclear, maior o grau de gramaticalização” (Neves e Braga, 1998:191). Examinam tal integração a partir de três variáveis independentes: posição da sentença hipotática em relação à nuclear; forma de expressão do sujeito da hipotática – anáforas zero e pronominal; e correlação modo-temporal entre as sentenças hipotática e nuclear. Chegam aos seguintes resultados:

(...) enquanto a análise das duas primeiras variáveis (...) aponta para a conclusão de que as construções condicionais são mais integradas e, portanto, mais gramaticalizadas do que as temporais [por aquelas apresentarem uma maior restrição à variabilidade posicional da hipotática e sujeitos expressos por anáfora zero], os resultados da análise da terceira variável vão noutra direção, indicando que as construções temporais são mais integradas do que as condicionais [por haver naquelas uma tendência à manutenção do mesmo modo e tempo nas cláusulas nuclear e hipotática]⁵⁵.

Neves e Braga não abordam gramaticalização enquanto fenômeno no sentido diacrônico mas, sim, no que denominam de “sentido funcional de acionamento de possibilidades concomitantes, representativas de diferentes graus de coalescência semântica e/ou sintática na organização do enunciado”. Assim explicam esse sentido:

Mais do que evolução [diacrônica], o caráter gradual da gramaticalização representa escolha entre construções mais, ou menos, gramaticalizadas, entre paradigmas mais, ou menos, estabelecidos, entre itens que estão mais, ou menos, dentro da gramática. No estudo da articulação de orações, por exemplo, isso representa a consideração, especialmente, da existência de graus na marcação (não-morfológica) de caso, isto é, na integração da oração hipotática de realce à nuclear⁵⁶.

Tomando por base os princípios de iconicidade propostos por Givón (1990), Martelotta (1998) examina graus de vinculação sintático-semântica em construções hipotáticas finais. A partir de uma amostra constituída de noventa e três entrevistas orais e escritas, realizadas no Rio de Janeiro, registra cinco tipos de cláusulas finais: as que considera prototípicas, as completivas

⁵⁵ Neves e Braga, 1998, p. 206.

⁵⁶ Neves e Braga, 1998, p. 194-195.

nominais, as predicativas, as objetivas com verbos *dicendi* e as habilitativas⁵⁷. Observa que os quatro últimos tipos se configuram como mais vinculados e, por conseguinte, mais gramaticalizados. No que concerne às sentenças finais, de um modo geral, constata que: elas apresentam, em relação às demais adverbiais, uma tendência maior à integração e à gramaticalização; tendem a ser reduzidas; são mais empregadas na modalidade oral do que na escrita.

À luz dos postulados teóricos da gramaticalização, Paiva (1998) estuda, a partir de dados do português de contato (variedade empregada por índios xinguanos), os processos sintáticos de combinação de cláusulas que expressam o nexos de causalidade. Visando testar o princípio de unidirecionalidade, proposto por Hopper e Traugott (1993) para o desenvolvimento de frases complexas, verifica se a mesma trajetória de gramaticalização de cláusulas (parataxe > hipotaxe > subordinação) que opera nos processos de mudança lingüística também atua no processo de aquisição do português como segunda língua. Constata, no que concerne à expressão de causalidade, que: em etapas iniciais da aquisição, o falante emprega construções paratáticas (primeiro, as justapostas e, depois, as coordenadas com os conectores *aí*, *então*, *por isso*); posteriormente, ele se utiliza de construções hipotáticas com os conectivos *porque*, *que* e *por causa que*). Tendo em vista que as primeiras construções representam “formas de ligação mais frouxas” e as segundas, “formas de ligação mais estreitas”, a autora ratifica, em seus dados de português como segunda língua, a atuação do princípio de unidirecionalidade.

Cezario (2001), fundamentada nos pressupostos funcionalistas, analisa, no português atual e em uma pequena amostra do português arcaico⁵⁸, os graus de integração e gramaticalização de sentenças com os verbos cognitivos *achar*, *ver* e *saber* e os volitivos *mandar*, *querer* e *deixar* com complemento oracional. Na sua análise, examina a atuação do princípio de iconicidade (mais especificamente, do subprincípio da proximidade) e da hipótese da unidirecionalidade na

⁵⁷ Alguns dos exemplos apresentados pelo autor para ilustrar os tipos de sentenças finais são: 1. Depois da festa nós fomos no meu carro para uma choperia em Botafogo *para tomar a saideira junto com a Andréia que veio com a gente* (prototípica); 2. Os estudantes estão sem dinheiro *pra pagar a faculdade* (completiva nominal); 3. Arruda é *pra tirar olho grande* (predicativa); 3. Quando o professor pede *pra ficar quieto...* todos os alunos ficam (objetiva com verbos *dicendi*); 4. Assim é demais... *aí não dá pra ensinar* (habilitativa).

⁵⁸ Os dados do português contemporâneo analisados por Cezario (2001) são representados pelo *corpus* Discurso e Gramática e por uma amostra constituída de cem editoriais do Jornal do Brasil. Os dados do português arcaico foram

complementação verbal. Para determinar os graus de integração e gramaticalização das construções volitivas e cognitivas, leva em conta nove categorias lingüísticas⁵⁹ que constituem uma categoria maior denominada “graus de integração de cláusulas”: modo da cláusula subordinada, tempo verbal, presença ou ausência do sujeito na subordinada, sujeito animado ou inanimado, controle, implicação/causatividade, sujeito idêntico/ diferente, sujeito definido/indefinido e inserção de material fônico. Depois de efetuar uma análise quantitativa dos dados, verifica, entre outras coisas, que: (a) as estruturas com verbos cognitivos são menos integradas do que as com verbos volitivos; (b) essa integração ocorre tanto no plano morfossintático como no plano semântico-pragmático; (c) o subprincípio da proximidade atua para determinar as diferenças entre os dois grupos de verbos; (d) verbos do mesmo grupo apresentam diferenças de integração: entre os cognitivos, *achar* e *saber* são, respectivamente o menos e o mais integrado; entre os volitivos, *mandar* e *deixar* apresentam, respectivamente, um grau mais baixo e mais alto de integração; (e) no que concerne à análise diacrônica feita, seu estudo, ao contrário do de Paiva (1998), não permite comprovar a aplicação da hipótese da unidirecionalidade de mudança sintática (menor integração > maior integração), dado que, ao longo da história de uma língua, pode haver aumento da freqüência de uso de uma estrutura menos integrada; é o que aconteceu, no português, com o verbo *achar*.

Braga (1999b) examina, sob o prisma da gramaticalização, as sentenças completivas no português falado do Brasil e no português de contato. A partir dos parâmetros correferencialidade de sujeitos e correlação modo-temporal, verifica a atuação do princípio da iconicidade diagramática nos complementos oracionais dos verbos de locução (*dizer*, *perguntar* e *falar*), atitude (*achar*, *pensar*), cognição (*saber1*, *descobrir*), volição (*querer*) e capacidade (*saber2*). Quanto ao primeiro parâmetro, obtém os seguintes resultados nos dados do português de contato, os quais convergem com os encontrados para o português falado como L1: (a) verbos de locução, atitude e cognição ocorrem com complementos encaixados finitos, independente da correferencialidade de sujeitos; (b) verbos de volição admitem complementos oracionais finitos e não-finitos e o verbo de capacidade *saber2* subcategoriza sempre sentenças não-finitas; (c) esses

extraídos das 100 primeiras páginas do livro *O Orto do Esposo*, que foi escrito provavelmente no fim do século XIV ou início do século XV.

⁵⁹ Além dessas nove categorias lingüísticas, Cezario (2001) controlou mais quatro fatores lingüísticos, a saber, referência do sujeito da cláusula principal, sentidos dos verbos analisados, canal e tipos de texto. O único fator extralingüístico considerado no seu trabalho foi a escolaridade.

dois últimos tipos semânticos de verbos estão mais gramaticalizados pelo fato de selecionarem orações encaixadas não-finitas quando os sujeitos destas e das matrizes são correferenciais. Quanto ao segundo parâmetro, no português de contato, os verbos de cognição, que apresentam um percentual mais elevado de sentenças encaixadas com tempos e modos iguais ao predicado da matriz, se opõem às outras classes semânticas verbais analisadas. Assumindo a correlação modo-temporal como um indicador de integração e, por conseguinte, de gramaticalização interoracional, a autora chega à conclusão de que (a) os verbos de cognição estão mais gramaticalizados e (b) os demais tipos verbais tendem a se comportar de forma relativamente homogênea. Esses resultados divergem dos obtidos para o português falado como L1: nessa variedade, o modo subjuntivo ocorre sistematicamente com verbos de volição e há uma tendência ao emprego de modos e tempos verbais iguais nas sentenças complexas, à medida que cresce a proximidade conceitual. Visando a testar a hipótese da iconicidade nos dados analisados, Braga estabelece uma escala de proximidade conceitual⁶⁰. De acordo com essa escala, os verbos de locução e atitude, que se encontram alocados nos níveis mais baixos dessa escala, apresentam um comportamento semelhante; já com os verbos de volição e cognição, há uma oscilação de comportamento a depender do parâmetro que seja levado em consideração.

Com relação aos trabalhos empíricos citados acima, que estabelecem uma associação entre integração sintática e gramaticalização, podem-se fazer alguns comentários finais. Todos esses trabalhos assumem que cláusulas mais integradas sintaticamente tendem a estar mais sujeitas à gramaticalização e comprovam essa hipótese através de dados empíricos. Esses trabalhos ainda demonstram que o nível de integração sintática pode ser observado em estruturas de hipotaxe e de encaixamento, que, por si só, já constituem diferentes graus de vinculação sintática: não se pode esquecer que as primeiras representam construções de interdependência sintática entre as sentenças núcleo e hipotática e as segundas, construções de dependência sintática entre as cláusulas matriz e encaixada.

Dos trabalhos empíricos aqui resenhados, os de Cezario et al. (1996), Cezario (2001) e Braga (1999b), por abordarem os graus de integração e gramaticalização de sentenças completivas

⁶⁰ Braga explica que essa escala, proposta com base em Foley e Van Valin (1984) e Givón (1995), foi elaborada a partir dos tipos semânticos de verbos arrolados em Neves (2000) e de testes que mediram o grau de controle exercido pelo verbo da matriz sobre os estados de coisas referidos no complemento oracional.

(fenômeno que também constitui objeto de estudo desta tese), contribuíram para esta pesquisa, no sentido de auxiliarem na definição de alguns dos fatores lingüísticos controlados nesta pesquisa para se detectarem os níveis de integração das cláusulas com verbos causativos e perceptivos. Ademais, como os dois primeiros trabalhos investigam três dos verbos analisados nesta tese (**mandar**, **deixar** e **ver**), será feita, sempre que for possível, uma comparação entre os seus resultados e os que aqui forem obtidos.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA

Neste capítulo, descrevo todos os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, tanto na observação como na análise dos dados. Tais procedimentos fundamentam-se nos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria da Variação Lingüística, desenvolvida por William Labov.

Tal teoria (também chamada de sociolingüística quantitativa, variacionista ou laboviana) reconhece a heterogeneidade lingüística como uma característica inerente à língua e examina, de modo sistemático e não arbitrário, essa heterogeneidade. Constitui, então, pressuposto básico desse modelo teórico-metodológico a assertiva de que qualquer variação é motivada por fatores internos (estruturais) e externos (sociais) ao sistema lingüístico. Esses fatores ora atuam simultaneamente ora agem isoladamente no uso de uma ou outra variante.

Algumas observações, no entanto, aqui se fazem necessárias em relação à adoção do instrumental metodológico da teoria variacionista nesta tese. A primeira a ser feita é que, embora valha-me de alguns recursos oferecidos por esse instrumental metodológico (por exemplo, a noção de grupos de fatores e o emprego de percentagens), estou ciente de que não estou lidando com variantes *stricto sensu*: em outras palavras, em nenhum momento deste trabalho, as cláusulas completivas de verbos causativos e perceptivos foram consideradas variantes potenciais de um mesmo fenômeno lingüístico. Sabe-se que, dentro da sociolingüística laboviana, o termo *variantes* significa duas ou mais formas alternativas de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto. Essa definição de variantes não pode, pois, ser aplicada ao objeto de estudo desta tese: é patente que as sentenças completivas de causativos e perceptivos são utilizadas em contextos semântico-pragmáticos diferentes, referindo-se a domínios funcionais distintos, uma vez que as primeiras remetem ao domínio da causatividade e as segundas, ao domínio da percepção.

Uma outra questão que se delineia quando são levados em conta o objeto de estudo desta tese e a definição de variantes é que o fenômeno investigado nesta pesquisa se insere no nível da sintaxe. O levantamento de variantes nos níveis fonético-fonológico e morfológico não tem suscitado polêmica:

(...) exemplos clássicos demonstram que a atenção [da sociolinguística] se voltava primordialmente para os problemas de ordem fonológica e morfológica, muito mais confiáveis em função de oferecerem, por um lado, uma enorme quantidade de dados disponíveis à análise e de se mostrarem, por outro, **mais adequados ao princípio de que duas alternativas de expressão são variantes se ocorrerem no mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade** (grifo meu)¹.

O problema surge quando se trata de outros níveis lingüísticos, por exemplo, o sintático. Para Camacho (2003:60), “quando os mesmos métodos e técnicas passaram a ser aplicados a casos de variação em sintaxe, houve a primeira grande crise no estatuto metodológico da teoria variacionista (...)”. Pode-se, de fato, considerar que existem formas variantes nesse nível? Em outras palavras, há realmente uma identidade de significado entre variantes sintáticas? Há muito tempo atrás, foi travada uma célebre discussão a respeito desse assunto entre Labov (1978) e Lavandera (1978), que propôs a substituição do conceito de equivalência semântica pelo de comparabilidade funcional². Gorski et al. (2003:106) afirmam que, “no âmbito da variação, em especial, a conhecida polêmica entre Labov e Lavandera acerca do estatuto sociolinguístico e do nível de abrangência da regra variável abriu espaço para uma gradual implementação de estudos variacionistas de fenômenos de natureza morfossintática, semântica e discursiva”.

Em trabalhos de orientação funcionalista, a postulação de variantes (sobretudo no nível da morfossintaxe), à primeira vista, parece negar o princípio de iconicidade. Se, de acordo com esse princípio, cada forma, nas línguas humanas, codifica um conteúdo, como se pode dizer que uma forma ou construção A é variante (i.e, tem o mesmo significado) de uma forma ou construção B? No entanto, no próprio modelo funcionalista, “situações de variação são previstas pelos teóricos da gramaticalização”, conforme afirmam Gorski et al. (2003:107). Segundo as autoras, isso se evidencia nos seguintes postulados teóricos: (a) “no comentário de Lichtenberk (1991:76) de que, ao mesmo tempo em que as línguas buscam regularidade e iconicidade, eliminando anomalias e

¹ Camacho, 2003, p. 59.

² Para Lavandera, levando-se em conta a noção de comparabilidade funcional, sentenças como (a), (b) e (c) podem ser tratadas como variantes, uma vez que exprimem a mesma intenção comunicativa: (a) Está frio aqui; (b) Como você consegue ficar sem casaco?; (c) Por favor, feche a janela (Paredes, 1996:34-35).

variação, novos padrões emergem introduzindo novas anomalias e variação” (Gorski et al., 2003:107-108); (b) na formulação de um dos princípios da gramaticalização, o da *estratificação*; como já foi mencionado no capítulo 2 desta tese, esse princípio de Hopper (1991:22) estipula que, dentro de um amplo domínio funcional, novas camadas estão continuamente emergindo; **as camadas velhas não são necessariamente descartadas, podem continuar a existir e a interagir com as novas camadas** (grifo meu).

Refletindo sobre a aplicação da abordagem quantitativa da sociolinguística à variação resultante da atuação do princípio de estratificação, Naro e Braga (2000) levantam os seguintes questionamentos: (a) “(...) poderiam as formas estratificadas, aparentemente alternativas de se dizer a mesma coisa, ou pelo menos coexistentes dentro do mesmo domínio funcional, ser consideradas como variantes de uma variável dependente?”; (b) admitindo, então, que as várias ‘camadas’ podem ter significados ligeiramente diferentes e, portanto, não dizer exatamente ‘a mesma coisa’ (...) cumpre-se indagar em que condições é interessante investigá-las sob a ótica variacionista”. Para esses autores, pode-se afrouxar a exigência variacionista de equivalência no nível semântico/denotativo entre as variantes, se as eventuais diferenças de sentido puderem ser controladas através de variáveis independentes; sendo assim, a variação estratificada pode ser passível de uma análise quantitativa à luz da sociolinguística laboviana.

Apropriar-se do aparato metodológico da sociolinguística variacionista para tratar quantitativamente de fenômenos sintáticos (mais especificamente, do processo de combinação de cláusulas) tornou-se comum nos estudos linguísticos funcionalistas desenvolvidos no Brasil (Braga, 1995, 1999a, 1999b; Gryner, 1995, 2003; Neves e Braga, 1998; Paiva, 1995, 1996, 1998, dentre outros). A associação entre a teoria variacionista e a abordagem funcionalista sob a ótica da gramaticalização, nos termos de Gorski et al. (2003:107), se justifica:

(...) de um lado, **pela prioridade atribuída, em ambas as abordagens, à língua em uso**, cuja natureza heterogênea abriga a variação e a mudança; e de outro, **pela importância dada, tanto pela teoria variacionista como pelos estudiosos da gramaticalização, ao tratamento empírico com quantificação estatística, especialmente à frequência de uso** (Givón, 1995; Bybee e Hopper, 2001; Bybee, a sair), como evidência para atestar fenômenos de variação e mudança (grifo meu).

Nesta tese, contraponho as sentenças completivas dos verbos causativos e perceptivos com base em evidências empíricas. Visando a cotejar as ocorrências dessas sentenças, analisei-as

quantitativamente a partir dos mesmos fatores lingüísticos e extralingüísticos. Os resultados quantitativos obtidos servirão como norteadores das interpretações aqui apresentadas em relação ao comportamento das completivas em questão (às suas congruências e divergências) e aos usos de cada verbo. Por todas essas razões, a utilização do instrumental metodológico da teoria variacionista (e, mais especificamente, do pacote VARBRUL) se mostrou necessária e adequada aos objetivos deste trabalho.

Vale salientar que os dados examinados foram submetidos não só a uma análise quantitativa mas também a uma análise qualitativa, uma vez que considero importante fazer uma descrição de todos os usos encontrados no *corpus* para as cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos e depreender os contextos que motivam cada um desses usos, observando as propriedades semântico-pragmáticas e gramaticais que caracterizam cada uso. Assim, nesta pesquisa, adoto uma metodologia que conjuga as abordagens quantitativa e qualitativa na análise dos dados.

Feitas as ressalvas acima, passo a fornecer informações sobre o *corpus* utilizado, os passos metodológicos seguidos nesta pesquisa, as hipóteses que a nortearam e as categorias lingüísticas e extralingüísticas controladas na análise das cláusulas encaixadas em pauta.

3.1 O *corpus*

As amostras utilizadas neste trabalho representam materiais de diferentes sincronias do português (séculos XV e XX).

A amostra sincrônica constitui-se de textos da modalidade falada do português contemporâneo (século XX). O *corpus* de natureza oral consta de 52 inquéritos componentes de duas amostras do Projeto PEUL (Projeto de Estudos sobre o Uso da Língua), desenvolvido na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Essas amostras se distribuem da seguinte forma: (a) amostra 80, que compreende entrevistas gravadas a informantes no período de 1980 a 1982; (b) amostra 00 (C), que consiste de entrevistas feitas a partir de 1999.

Nos quadros abaixo, pode-se ver como os 52 informantes selecionados para esta pesquisa estão distribuídos nas amostras 80 e 00 (C), tendo em vista os fatores grau de escolaridade e faixa etária.

Grau de escolaridade	Primário	Ginásio	Colegial
Faixa etária			
15 a 25 anos	Inf. 01 Inf. 04 Inf. 06 Inf. 15	Inf. 19 Inf. 20 Inf. 23 Inf. 24	Inf. 38 Inf. 39
26 a 49 anos	Inf. 07 Inf. 09 Inf. 12	Inf. 30	Inf. 28 Inf. 41 Inf. 42 Inf. 43
de 50 anos em diante	Inf. 03 Inf. 33 Inf. 35	Inf. 31 Inf. 34 Inf. 36	Inf. 45 Inf. 47 Inf. 48

Quadro 2: Distribuição dos 27 informantes da pesquisa na amostra 80.

Grau de escolaridade	Primário	Ginásio	Colegial
Faixa etária			
15 a 25 anos	Inf. 05 Inf. 06 Inf. 08	Inf. 09 Inf. 10 Inf. 11 Inf. 12	Inf. 13 Inf. 14
26 a 49 anos	Inf. 16 Inf. 20 Inf. 17 Inf. 15	Inf. 19 Inf. 22	Inf. 23 Inf. 24
de 50 anos em diante	Inf. 25 Inf. 27 Inf. 28	Inf. 26 Inf. 29 Inf. 30	Inf. 31 Inf. 32

Quadro 3: Distribuição dos 25 informantes da pesquisa na amostra 00 (C).

A amostra diacrônica compõe-se de documentos que pertencem ao período arcaico da língua portuguesa, mais precisamente, ao século XV³. Assim, foram selecionados documentos representativos desse século, a saber, *A Crônica de D. Pedro*⁴ (obra situada entre os anos 1418 e 1452) e *A Carta de Pero Vaz de Caminha*⁵ (obra datada de 1500), que equivalem, respectivamente, a textos da primeira e da segunda metade do século XV⁶.

Ao combinar, pois, dados sincrônicos e diacrônicos na análise do fenômeno lingüístico que constitui objeto de estudo da presente tese, lanço mão, nesta pesquisa, do que tem sido designado de abordagem pancrônica. Pretendo, desse modo, verificar se as tendências atuais de uso das completivas de causativos e perceptivos já eram atestadas em fases anteriores do português (no caso, no período arcaico), o que, como já foi dito, remete ao princípio de uniformitarismo (Labov, 1995).

³ Convém destacar que não há consenso na literatura lingüística quanto ao término do período arcaico ou início do período moderno da língua portuguesa. Vasconcelos (1956 apud Mattos e Silva, 1996) faz uma importante observação sobre a periodização da língua portuguesa: “O período arcaico prolonga-se até 1500 ou mesmo além dessa data. A língua não fica de modo algum inalterada. Bastantes dos fenômenos que a distinguem desaparecem depois de 1350, outros perduram ainda um século; vários subsistem até o século XVI (...). Em geral pode, contudo, dizer-se que o português moderno começa no tempo da Renascença (...). Claro que os limites entre os dois períodos são vagos e que houve uma época de transição (...) uma língua não nasce em dia e hora certa, nem evoluciona num momento de um estado a outro. Algumas transformações realizam-se muito devagar, outras muito depressa”.

⁴ *A Crônica de D. Pedro* (escrita por Fernão Lopes) narra os feitos e atos de um rei de Portugal, D. Pedro, durante o seu reinado. Essa obra tem sido considerada *o maior marco da produção literária medieval portuguesa* (Mattos e Silva, 1989 apud Barreto, 1999:32). Assim, configura-se como um documento que apresenta tanto valor histórico como valor literário. Nos termos de Barreto (1999:32), Fernão Lopes, nessa obra, não só desenvolve traços do romance de cavalaria, no que concerne à arte de contar e a uma certa elegância na construção das frases, mas os supera ao demonstrar, nas suas narrações, vigor, ardor polêmico e sensibilidade pessoal. A edição consultada para este trabalho foi a edição crítica com introdução e glossário de Macchi (1966).

⁵ *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, chamada de “auto do descobrimento do Brasil e da sua posse, em nome de Cristo, pela Coroa portuguesa”, por Cortesão (1967 apud Mattos e Silva, 1992:104), constitui um precioso registro da história do Brasil e de Portugal. Esse documento histórico possui um certo valor literário e tem servido como fonte de investigação lingüística. No que diz respeito à literatura, é um dos textos representantes da chamada literatura informativa - manifestação literária do quinhentismo brasileiro caracterizada como informações que viajantes e missionários europeus colheram sobre o Brasil, sua gente, sua fauna e flora. Como “informante lingüístico” (tomando esse termo emprestado a Mattos e Silva, 1992, 1996), através da *Carta*, podem-se observar alguns fenômenos lingüísticos próprios da época em que o português europeu foi trazido para o território brasileiro. A edição utilizada neste trabalho foi a de Pereira (1964).

⁶ Uma discussão que tem sido feita sobre a *Carta de Caminha* é se ela ainda constitui um documento característico do período arcaico da língua portuguesa ou se ela já é um representante do período moderno. Segundo Mattos e Silva (1996), este testemunho lingüístico de 1500 se apresenta, em alguns aspectos (por exemplo, a ocorrência da segunda pessoa do plural sem o <-d >), como já moderno e, em outros (por exemplo, a ordem dos constituintes na sentença), como ainda arcaico. Neste trabalho, como não detectei diferenças potenciais entre *A Carta de Caminha* e *A Crônica de D. Pedro*, no que se refere às construções complexas com verbos causativos e perceptivos, considereei a *Carta* como um documento representativo do período arcaico.

3.2 A observação e a quantificação dos dados

Para observar o fenômeno lingüístico estudado, procedi ao desenvolvimento das seguintes etapas:

- (a) levantamento e fichamento dos trechos com cláusulas completivas de verbos causativos e perceptivos;
- (b) codificação dessas cláusulas, a partir das variáveis independentes consideradas nesta pesquisa;
- (c) análise quantitativa dessas cláusulas através do programa de pacotes VARBRUL, levando-se em conta a atuação dessas variáveis. Passo a falar de cada uma dessas etapas isoladamente

O único critério adotado para o levantamento e o fichamento das construções complexas com verbos causativos e perceptivos foi o seguinte: em um primeiro momento, foram levantadas e fichadas, nos textos analisados, todas as ocorrências de verbos causativos e perceptivos seguidos de cláusulas completivas, independente do contexto - ininteligível ou interrompido - em que se encontravam. Foram registradas ocorrências dessas cláusulas completivas na forma finita e não-finita. A seguir são apresentadas ilustrações dos verbos e de seus complementos oracionais investigados neste trabalho.

- (01) Aí, quando foi passado uns dia, ela esteve aqui: "Ah, dona, muito agradecido pela aquela-" ("que eu digo:") "eu agradecer? Tem que agradecer à Deus, (falando rindo) não é a mim!" (f) (risos)"Ah, a senhora foi ótima! Puxa, nunca pensava do meu <so->- (hes) meu sobrinho está correndo, está brincando. **Aí a mãe mandou agradecer milhares e mais milhares à senhora!**"Eu digo: "não, tem que <gra->- agradecer àquele lá de cima!" (Inf. 12, Amostra 80, Primário, p. 11)
- (02) Eu acho que os vizinho é uma...É a continuação da família, se você tem um bom vizinho, cê tem uma boa família, tem que sabê convivê com eles, né? agora eu não vou...Num sou eu que vou dá ordens na família do meu vizinho, reclamar...Eu não, **eu deixo que ele viva e me deixe vivê**, essa é a minha tioria. (Inf. 29, Amostra 00 (C), Ginásio, p. 01)
- (03) Eu boto a água para ferver, (balbucio) aí cato o arroz, aí vou, lavo. Aí boto alho na panela com a banha, **aí deixo o alho corar**, aí jogo o arroz dentro, aí espero refogar. Tem que botar sal. mexe, aí depois boto água, **aí deixo cozinhar** (rindo) mas (f) não me agrada fazer comida, não!. Não (grito) gosto. (Inf. 06, Amostra 80, Primário, p. 05)

- (04) Ai eu acho muito bom, porque eu acho que chama muita gente pra ir a igreja, principalmente jovem. Essa coisa do padre Marcelo inovou muito, eu gostei, achei muito bom, muito bom mesmo. **Ele fez com que as pessoas fossem até a igreja**, né? pra dançá, cantá, eu gostei, gostei muito. (Inf. 22, Amostra 00 (C), Ginásio, p. 14-15)
- (05) Sim, oriento- oriento, inclusive meu filho ele já foi viciado, agora não é mais, eu reconheço isso, consegui tirá, **fazê ver ele o caminho certo**. (Inf. 26, Amostra 00 (C), Ginásio, p. 02)
- (06) O próprio trabalhador é que ainda tem que se esforçar **para ver se consegue ter algum dinheiro** (buzina) que ele já devia ter tido há muito tempo. (est) ah, não! isso está tudo errado. (Inf. 34, Amostra 80, p. 16)
- (07) E meu padrasto, ele acorda de madrugada... **eu só vi ele cumendo coisa**. Aí bombom, o meu ovo durô até ontem, de chocolate branco Lacta... que eu adoro, só que, só como quando me dá vontade! Porque nem sempre você tá cum vontade, você num vai cumê de olho grande... (Inf. 12, Amostra 00 (C), Ginásio, p. 17)
- (08) Sei que a gente aí... a gente não parou de andá não, a gente tá andando assim pra... “porra agora já era”. Sei que **a gente viu o garçom, maluco, entrá assim pela porta do lado**, né? aí a gente já foi [pelo]... pela porta do lado assim, entramos pela porta com garçom, né? aí a irmã da aniversariante viu, ficou... aí ficou atrás da gente assim “pô, como é que os caras entraram?” (Inf. 23, Amostra 00 (C), Colegial, p. 16)
- (09) E - Como que ele descobriu a vocação?
F - Olha, o meu irmão, desde garrotinho, ele sempre, lá no quarto dele, ele gostava de brincar de altar, botava o santinho, fazia altar, (inint) ele sempre gostou de negócio de igreja. E “vou ser padre, vou ser padre. “O meu pai até [no]- no início não queria, **mas depois viu que ele queria** e não teve jeito e tudo bem. E hoje o meu pai está satisfeito com o meu irmão, porque realmente é um bom padre e tudo bem. (Inf. 07, Amostra 80, Primário, p. 10)
- (10) Hoje em dia é difícil quem pode pegar um livro e ler esse livro de ponta a [ponta,] então passaria resumos. Você tem falange não sei de quê, que **eu ouço anunciar**, à noite; tem filme- até (“os- esses”) filmes espaciais têm violência para- são os <is->- os filmes de- para o futuro. (buzina) Tem o “Mulher Vinte”, “Mulher Maravilha”: é violência! Para quê tanta violência, não é? (est) Na própria televisão! (Inf. 48, Amostra 80, Colegial, p. 05)
- (11) Era. Era noite. Eu fui numa casa dum...dum... duns conhecido, numa favela que tinha perto lá, né? fui lá tinha uns (inint) tinha um baile lá, no... **já ouviu falá num baile que tinha lá no Acari?** [E: Acho que já] então, a gente ia muito lá: eu, meus cole:ga. Aí eles me deixaram sozinha, meu namorado me deixou sozinha. Aí eu tava até esperando o menino, né? aí veio

um monte de cara, queriam me <estrupá> queriam porque queriam. (Inf. 08, Amostra 00 (C), Primário, p. 09).

- (12) Fresquinho. Poxa (inint) o cara tava tirando da vaca e a gente bebendo. Aí eu tomei um poquinho, senti... **quando eu senti aquilo batê no meu estômago com um golinho assim**, eu disse: “Hum!” “Toma não?” “Não, não <gos...>, não tomo leite não, eu tava só provano!” E eu bebia leite pra caramba. (falando rindo) (Inf. 16, Amostra 00 (C), Primário, p. 05-06)
- (13) A gente preparamos uma junta governativa e entramos, não é? (estalando os dedos) falamos com ele aí e tal praticamente **a gente sentiu que era necessária a expulsão dele**, a expulsão (inint.) Começamos a pegar tudo que ele tinha: casa, ("as") coisas todas, ("apanhamos") tudo. ("se possível a gente ia apanhar até") o carro que ele tinha. Aí, ele se mandou, nunca mais apareceu. (Inf. 20, Amostra 80, Ginásio, p. 07-08)

Após o fichamento dos dados, foi feita uma codificação das cláusulas completivas investigadas de acordo com os fatores lingüísticos e extralingüísticos controlados na pesquisa.

Com o objetivo de observar a atuação de propriedades formais e semântico-pragmáticas e da categoria extralingüística escolaridade nos usos das cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos, os dados foram submetidos aos programas MAKECELL e CROSTAB, que integram o pacote computacional VARBRUL. Esse pacote, especificamente criado para análise estatística de fatos lingüísticos variáveis, permite verificar quais das variáveis independentes selecionadas são mais significativas estatisticamente para o exame da variável dependente⁷.

Durante as etapas de codificação e quantificação dos dados, foram excluídos da análise os seguintes dados:

- (a) sentenças complexas que se encontravam em contextos interrompidos, truncados ou insuficientes:

- (14) Esses político tinha que sair tudo, botar tudo novo, ou então não botar nada. **Deixar o povo memo...** cada um se governar porque... é...eles vão pra lá (latidos de cachorro) só por interesse próprio. (latidos de cachorro) (Inf. 30, Amostra 00 (C), Ginásio, p. 07)

⁷ Gostaria de salientar que, pelo fato de o fenômeno lingüístico estudado nesta tese não constituir caso de variação *stricto sensu*, não usarei, na análise quantitativa dos dados, os pesos relativos.

- (15) F: (...) hoje um home só faz o trabalho, você vê que a, o, uma outra coisa que é atual que cê [vai]...vai conhecê aqui no nosso bairro, já existe a catraca nos ônibus, é só o motorista, num tem mais o trocador, a mão de obra tá acabando
 E: É, mas ainda tem, né
 F: É, mas tem, **mas você vê que tá cada vez...**Vai fechando mais o cerco
 E: É, isso é verdade, não mas aí num é preciso muito da...[19: do homem, né?] (Inf. 29, Amostra 00 (C), Ginásio, p. 10)

- (16) Claro que existe aqueles problemas que, de repente, tem determinados grupos que, às vezes, ultrapassam, não é? quer dizer, fazem a repressão contra a própria comunidade, não é? mas, [eu]- eu hoje eu estou sentindo, sabe? que já há uma mudança no pensamento. **A gente sente que já o-** claro, há um outro envolvimento, existem outras pessoas por trás e tal. O interesse hoje não é meter bronca, não é? que você ("mesmo"), a partir do momento que você ("vê"), tu vai para o asfalto meter bronca, as cabines estão aí, as sirenes e tal: preso. (Inf. 20, Amostra 80, Ginásio, p. 09)

- (17) E: É, ninguém sabe onde termina um bairro e começa o outro.
 F: **Você vê que Rocha Miranda olha o pedacinho onde é que ele mora, e o pedacinho [da]... da rua dos italiano.** Travessô tá dentro de Rocha Miranda, no centro de Rocha Miranda; quer dizê que só aquele pedacinho da avenida dos italiano é que é Turiaçú, quando volto pra lá num é mais Turiaçú. (Inf. 25, Amostra 00 (C), Primário, p.13)

(b) usos de verbos como marcadores conversacionais:

- (18) E: Pra você vê mais tarde] E você pode contá alguma coisa que tá...Que esteja passando na novela?
 F: Só da das sete.
 E: É.
 F: Posso, **deixa eu vê** aqui o que tá passando. (Inf. 32, Amostra 00 (C), Colegial, p. 13)

- (19) Que eu acho que existe um preconceito dentro do próprio meio. Isso é uma coisa que tinha que sê mudada, tinha que sê trabalhada, porque num é só da sociedade em si, é uma coisa que existe no meio artístico (est). Né? a coisa de valorizá certas coisas, desvalorizá outras. A mídia é fundamental, **você vê**, o que que tá na moda hoje? É o peito e bunda (est). Né? o que tá na moda é o que bota lá em cima, aí bota... uma pessoa que surgiu do nada, coloca lá em cima e daqui a pouco aquela pessoa some também. (Inf. 24, Amostra 00 (C), Colegial, p. 04)

3. 2.1 Hipóteses e fatores lingüísticos controlados na pesquisa

O domínio da complementação verbal apresenta uma complexidade estrutural e semântica, seja pelas diferentes configurações sintáticas que as cláusulas completivas podem assumir, seja pelas diferentes classes semânticas de verbos que podem subcategorizar esse tipo de cláusulas. De

acordo com o princípio de iconicidade, nesse domínio, as dimensões semântica e sintática podem se imbricar e essa última dimensão tende a refletir a primeira, o que é expresso pelo subprincípio da proximidade: “quanto maior a integração semântica de dois eventos, maior será a vinculação sintática das duas cláusulas que codificam esses eventos” (Givón, 1990). Tomando-se por base essa premissa, entende-se que há uma correlação entre tipos semânticos de verbos da matriz e níveis de integração sintática das suas cláusulas completivas, em virtude dos conteúdos semânticos expressos por esses verbos das matrizes e por seus complementos oracionais. Assim, conteúdos independentes conceptualmente tendem a ser codificados por cláusulas que também possuem uma certa autonomia sintática e vice-versa.

Nas estruturas com verbos causativos e perceptivos, as sentenças matriz e encaixada codificam eventos com diferentes níveis de vinculação no plano conceptual: naquelas com causativos, os eventos são mais dependentes do que naquelas com perceptivos. Uma das questões centrais desta tese é saber se também existem, no plano sintático, diferenças significativas entre as cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos.

Fundamentada no princípio de iconicidade (mais especificamente, no subprincípio da proximidade) e nas noções de integração sintática e gramaticalização entre cláusulas, assumo como hipóteses gerais deste trabalho as seguintes:

- (a) uma maior vinculação sintática entre duas sentenças reproduz uma maior integração semântica dos eventos codificados por tais sentenças;
- (b) quanto maior o número de elementos compartilhados pelas cláusulas matriz e encaixada, maior a integração sintática entre elas;
- (c) sentenças mais integradas sintaticamente estão mais gramaticalizadas;
- (d) existe uma relação entre as codificações estruturais das orações completivas e os graus de integração sintática e, portanto, de gramaticalização dessas orações;
- (e) há uma correlação entre as configurações morfossintáticas das cláusulas encaixadas e os sentidos dos verbos das matrizes.

Com relação ao fenômeno lingüístico aqui investigado, as hipóteses a serem perseguidas são:

- (a) sentenças completivas de causativos e perceptivos se distinguem não só por atributos semânticos mas também por atributos sintáticos;
- (b) esses atributos são responsáveis por aferirem distintos graus de integração semântico-sintática entre as matrizes e as completivas de causativos e perceptivos;
- (c) cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos constituem diferentes níveis de integração sintática;
- (d) verbos causativos e perceptivos se encontram em diferentes trajetórias de gramaticalização.

Um outro ponto considerado aqui diz respeito às seguintes perguntas: O fato de dois ou mais verbos pertencerem a um mesmo grupo semântico implica que suas cláusulas vão se comportar sintática e semanticamente da mesma forma? Os significados de um dado verbo se correlacionam a diferentes instanciações de suas cláusulas encaixadas? Essas perguntas motivaram a formulação de duas novas hipóteses para o trabalho, a saber:

- (d) existem diferenças de níveis de integração sintática e gramaticalização entre os verbos de cada grupo semântico investigado nesta tese e suas cláusulas encaixadas; em outras palavras, há uma expectativa de que, por exemplo, as sentenças completivas dos verbos causativos **mandar**, **deixar** e **fazer** apresentem um padrão distribucional heterogêneo entre si, no que concerne aos graus de integração sintática e gramaticalização;
- (e) existem diferenças de níveis de integração sintática e gramaticalização entre as acepções de cada verbo analisado; assim, há uma expectativa de que, por exemplo, os diversos usos encontrados para **ver** remetam a diferentes codificações morfossintáticas das cláusulas completivas desse verbo e, por conseguinte, a posições variadas num *continuum* de integração sintática e gramaticalização.

A fim de testar as hipóteses supracitadas, foram controlados nesta pesquisa os seguintes fatores lingüísticos⁸:

⁸ Vale destacar que algumas das categorias lingüísticas controladas nesta pesquisa foram definidas em função de trabalhos teóricos e empíricos que tratam de complementação verbal e integração sintática, tais como Givón (1990), Cezario et al. (1996) e Cezario (2001).

- a. grau de finitude da cláusula completiva;
- b. explicitude/omissão de sujeito na completiva;
- c. formas de expressão de sujeitos da completiva;
- d. correferencialidade de sujeitos;
- e. sujeito animado ou inanimado na completiva;
- f. correlação modo-temporal;
- g. controle;
- h. negação;
- i. presença/ausência de conectivo;
- j. inserção de material fônico entre as sentenças interligadas;
- k. pessoa gramatical dos sujeitos das cláusulas matriz e completiva.

Essas categorias lingüísticas remetem a parâmetros formais e semântico-pragmáticos que podem ser indicadores, em estruturas complexas, de uma integração semântico-sintática entre duas cláusulas. Por exemplo, no que tange ao parâmetro correferencialidade de sujeitos, tem-se considerado, na literatura lingüística, que cláusulas matriz e encaixada que possuem sujeitos correferentes estão mais vinculadas semântica e sintaticamente.

Diversos estudos sobre cláusulas complexas (paratáticas, hipotáticas e subordinadas), realizados sob a ótica funcionalista (Braga, 1995, 1999a, 1999b; Neves e Braga, 1998; Paiva, 1998, entre outros), também têm apontado a importância de algumas das propriedades lingüísticas mencionadas anteriormente, como grau de finitude da encaixada, explicitude/omissão de sujeito na completiva etc, no processo de gramaticalização de sentenças.

Passo a descrever cada um dos fatores controlados na pesquisa, citando exemplos de dados da amostra sincrônica e as hipóteses aventadas nessa pesquisa que se relacionam a esses fatores.

Grau de finitude da encaixada⁹

A atuação da propriedade grau de finitude no processo de combinação de sentenças tem sido examinada em trabalhos teóricos e empíricos de orientação funcionalista (Bolinger, 1980; Lehmann, 1988; Givón, 1990; Hopper e Traugott, 1993; Cezario et al., 1996 e Cezario, 2001, dentre outros). Nesses trabalhos, tem sido constatada a relevância dessa propriedade para se aferir graus de integração e/ou gramaticalização de cláusulas. Alguns dos postulados teóricos a respeito da imbricação entre as noções de gramaticalização e integração sintática e a propriedade grau de finitude são apresentados a seguir.

Segundo Bolinger (1980), o processo de gramaticalização, no âmbito da estrutura, se inicia quando um verbo transitivo começa a ser empregado com um complemento não-finito.

Para Lehmann (1988), o grau de finitude pode implicar uma gramaticalização do verbo da matriz: enquanto a realização da cláusula completiva na forma não-finita diretamente combinada ao verbo da matriz pode estar sinalizando a gramaticalização desse verbo, a realização finita da encaixada marca a não gramaticalização do verbo da matriz.

Givón (1990) menciona o grau de finitude como uma das propriedades formais utilizadas para se medir a integração sintática entre sentenças matriz e completiva: a subcategorização da encaixada na forma não-finita pelo verbo da matriz indica uma maior integração sintática entre as orações. Esse autor também considera que o processo de gramaticalização já se inicia com o emprego da cláusula completiva no modo subjuntivo¹⁰. Em outras palavras, para esse lingüista, embora a completiva esteja codificada na forma finita, o emprego do verbo subordinado no modo subjuntivo (em comparação com o uso da encaixada no modo indicativo) já é um indicador de um estágio de gramaticalização. Dessa forma, podem-se estabelecer, a depender do *status* finito e não-finito das orações completivas e do modo do verbo das completivas finitas, os seguintes

⁹ Convém fazer um esclarecimento sobre esse rótulo: embora possa parecer estranho se falar de *grau de finitude*, no que concerne a essa propriedade, na literatura funcionalista, não só tem sido estabelecida uma oposição entre cláusulas finitas e não-finitas mas também entre sentenças finitas no indicativo e no subjuntivo (cf. Givón, 1990).

¹⁰ É importante salientar que, nesse caso, Givón está repercutindo afirmações de alguns gramáticos latinos (cf., por exemplo, Quintiliano), que já estabeleciam uma correlação entre o modo subjuntivo e a subordinação (Castilho, comunicação pessoal).

graus de gramaticalização para verbos transitivos que subcategorizam orações: verbos com cláusulas na forma não-finita são mais gramaticalizados do que verbos com sentenças no modo subjuntivo; esses, por sua vez, são mais gramaticalizados do que verbos com sentenças no modo indicativo (que ainda não se encontram em nenhum percurso de gramaticalização).

Hopper e Traugott (1993), Cezario et al. (1996) e Cezario (2001) estabelecem uma associação entre as noções de integração sintática e gramaticalização e assumem que cláusulas mais integradas sintaticamente estão mais gramaticalizadas.

Nesta pesquisa, a partir dos autores supracitados, considero que o emprego da estrutura não-finita constitui um indicador de integração sintática entre as cláusulas vinculadas e, por conseguinte, de um estágio de gramaticalização das sentenças matriz e encaixada e/ou do verbo da matriz.

De acordo com o parâmetro grau de finitude, as cláusulas completivas de causativos e perceptivos foram codificadas como finitas (20) e não-finitas (21), (22). Ainda foi feita uma distinção entre as sentenças não-finitas com verbo no infinitivo (21) e as com verbo no gerúndio (22).

(20) E- [(est)] Eles tinha problemas de relacionamento?

F- É. E eu sentia muito isso, não é? ("e") eu até hoje, de vez em quando, **eu já sinto que ela já se solta um pouquinho mais**, (hes) ("meio") naquela: "seu pai, sabe? Você viu? Fui muito boba." Mas, nunca abre, sabe? Nunca [faz aquelas] colocações mesmo do porquê, sabe? De onde encontrou, aquele negócio todo, não é? (Inf. 20, Amostra 80, Ginásio, p. 02)

(21) E: E o que que é o trabalho de uma produtora?

F: Resolvê problemas. (risos). Resolvê, é... elaborá, né... existe um projeto que tem que sê realizado, então é realizá o projeto de alguém, né (est), colocá, **fazê ele acontecê**. (Inf. 24, Amostra 00 (C), Colegial, p. 02)

(22) Então fica até mais fácil pra ele... porque agente não pega... nem eu nem ele pegamos trânsito. Nem quando eu vou nem ele, então eu prefiro ir pra lá, porque aí eu descanso mesmo, fico sem fazê nada, né? então eu prefiro ir pra lá. Eu gosto assim, né? vejo os desfiles pela televisão, **vejo todas as escolas desfilando na televisão**. (Inf. 22, Amostra 00 (C), Ginásio, p. 12)

Explicitude/omissão, formas de expressão e correferencialidade de sujeitos¹¹

O parâmetro explicitude/omissão de sujeito na completiva pode ser associado a dois dos critérios estabelecidos por Lehmann (1988) para verificar o grau de articulação de cláusulas: (a) à dessentencialização, que, como já foi mencionado, implica perda de algumas das propriedades sentenciais da cláusula encaixada (nesse caso, a omissão do sujeito) e aquisição de propriedades de sintagmas nominais, tanto morfológicas como distribucionais; (b) ao *interlacing* (entrelaçamento), que diz respeito ao compartilhamento de alguns elementos - **sujeitos**, predicados, tempos e aspectos verbais - pelas orações interligadas. Quanto a esse segundo critério, o autor “aceita como plausível a idéia de que duas cláusulas possam estar mais ou menos entrelaçadas, variando entre um pólo de completa ‘disjunctness’ (disjunção) das duas cláusulas e um pólo de máxima identidade” (Lehmann, 1988:209), como mostra a figura 5. Lehmann ainda acentua que o ‘estreitamento’ da combinação de sentenças depende da quantidade de material que as duas proposições têm em comum.

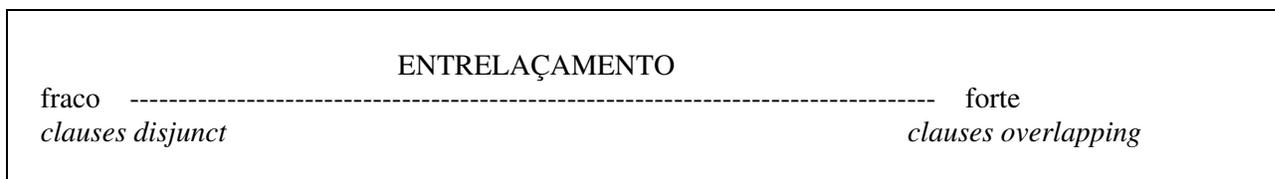


Figura 5: *Continuum* do entrelaçamento.
(Lehmann, 1988, p. 217)

Quanto à aferição de níveis de entrelaçamento de sujeitos, vale salientar que o parâmetro explicitude/omissão de sujeito é analisado em conjunto com outros fatores lingüísticos (tais como correferencialidade e formas de expressão de sujeitos), como será explicado posteriormente.

Alguns estudiosos, a título de ilustração, Noonan (1994), costumam atribuir uma correlação entre as propriedades explicitude/omissão e correferencialidade de sujeitos em cláusulas complexas: “Certain complement types may be truncated or reduced in the sense that certain components normally found in main clauses may be absent from them (Noonan, 1994: 65).

¹¹ Optei por discutir, em um mesmo item, as propriedades explicitude/omissão, correferencialidade e formas de expressão de sujeitos, uma vez que têm sido estabelecidas correlações entre essas categorias (sobretudo entre as duas primeiras) por estudiosos dos processos de combinação de sentenças, com o intuito de se verificar o nível de integração de cláusulas.

A correferencialidade de sujeitos tem sido utilizada, no que tange ao estudo de estruturas sintáticas complexas, não só para explicar a explicitude/omissão do sujeito mas também as formas como ele pode ser expresso - sintagma nominal pleno, anáfora pronominal e anáfora zero. Por exemplo, Noonan (1994), ao caracterizar sentenças complemento infinitivas, destaca que os seus sujeitos geralmente são submetidos a um processo denominado *equi-deletion*. Tal processo ocasiona o apagamento dos sujeitos das orações completivas (quando estes são correferenciais a algum argumento - externo ou interno - da matriz) e, por conseguinte, o emprego da anáfora zero¹².

A atuação conjunta das três propriedades contempladas neste item fica bem patente quando se leva em conta o que tem sido denominado de entrelaçamento de sujeitos (Lehmann, 1988). Assim, o grau de entrelaçamento dos sujeitos de cláusulas vinculadas pode ser medido com base nesses três fatores lingüísticos. Pode-se dizer, então, que a presença, na cláusula que se articula com a sentença núcleo ou com a matriz, dos traços [- explicitude do sujeito] e [+ correferencialidade do sujeito] representa, em frases complexas, o grau forte de entrelaçamento entre suas orações. Inversamente, pode-se considerar que a conjunção dos traços [+ explicitude do sujeito] e [- correferencialidade do sujeito] constitui o grau fraco de entrelaçamento. A depender do tipo de estrutura que se considere (por exemplo, em algumas construções encaixadas com sentenças completivas), a correferencialidade pode restringir o uso de sintagma nominal pleno e de anáfora pronominal em favorecimento do emprego de anáfora zero. O grau de entrelaçamento - fraco e forte - de sujeitos de cláusulas complexas pode ser esquematizado da seguinte forma:

¹² Os exemplos citados por Noonan para ilustrar casos em que *equi-deletion* opera sob condições de identidade com o sujeito e o objeto direto da sentença matriz são (a) *Zeke wants to plant the corn* e (b) *The woman forced the man to winnow the millet*, respectivamente.

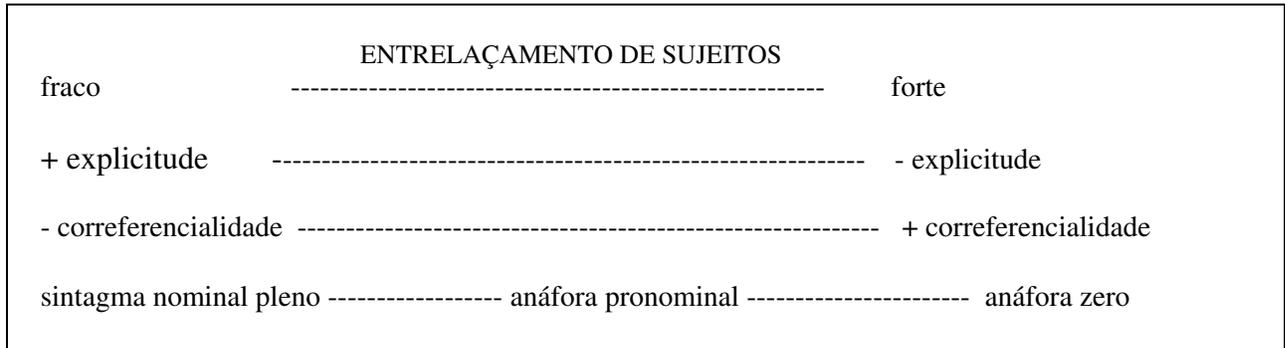


Figura 6: *Continuum* do entrelaçamento de sujeitos (Adaptado de Carvalho, 2001)¹³

Neste trabalho, parto, pois, do pressuposto de que um maior compartilhamento de elementos (no caso, de sujeitos) entre as sentenças combinadas associa-se a um grau forte de integração sintática.

Em função das propriedades explicitude/omissão e correferencialidade de sujeitos, as completivas de causativos e perceptivos foram categorizadas do seguinte modo: sentenças que podem possuir sujeitos explícitos (23), (24)¹⁴ ou implícitos (25), os quais podem ser correferentes (24) ou não (23), (25) aos sujeitos das matrizes. Quanto às suas formas de expressão, os sujeitos dessas completivas foram codificados por sintagmas nominais (23) plenos¹⁵, anáforas pronominais (24) e anáforas zero (25).

(23) Não, não eu nunca sofri [esse]...esse...Eu acho que é um constrangimento, né? (est) você sê assaltado, **vê o cidadão fugir com o que é teu**, se às vezes, você nem faz nada, às vezes as pessoas que vêm num tem medo de te socorrê. (Inf. 29, Amostra 00 (C), Ginásio, p.12)

(24) A minha preocupação é essa. Então, eu sinto que a gente vai descobrindo- vai descobrindo, porque, de qualquer forma, mesmo que eles pisem, porque- (hes) que eu acho que eles pisando mesmo, fazendo o que eles estão fazendo, aumentando a capitalismo, explorando, eles abrem espaço para a gente: se organizar, porque a gente sente a necessidade, não é? **Muitos se deixam levar**, caem no viram bandidos, outros passam ("a") pedir esmola, essas coisa toda. (Inf. 20, Amostra 80, Ginásio, p. 14)

¹³ Em função das sugestões de Rodrigues (comunicação pessoal), revi, no *continuum* elaborado em Carvalho (2001), a alocação da anáfora pronominal. No novo *continuum* formulado para a presente tese, essa forma de expressão de sujeito passou a se localizar em um ponto intermediário, uma vez que ela pode sinalizar ou não um compartilhamento de constituintes e, por conseguinte, ser relacionada tanto a sujeitos correferenciais como a não-correferenciais.

¹⁴ Note-se que, enquanto o sujeito da completiva, em (23), está adjacente ao verbo dessa cláusula, em (24), ele encontra-se alçado na matriz.

¹⁵ Estou chamando de sintagmas nominais plenos aqueles que apresentam como núcleo um substantivo.

(25) E: A televisão também tem uma influência muito grande nas pessoas, né?

F: Justamente isso. Que tudo aí é um princípio, né? você tem uma criança, né? ela vê ali que tá falando certas coisas na televisão, ele vai acompanhar aquilo que **ele ouviu falá**.

E: Ah, é. É verdade. Mas a senhora acha que a televisão tem uma influência muito negativa, assim, pras crianças? Que as crianças, hoje, estão assistindo muito televisão, né?

F: Eles se inspiram muito na televisão. (Inf. 27, Amostra 00 (C), Primário, p. 12).

Sujeito animado ou inanimado na completiva

Estudos variacionistas têm demonstrado a importância de se controlar o fator animacidade para a análise de alguns fenômenos lingüísticos, tais como realização do sujeito, expressão do objeto ou emprego do possessivo de terceira pessoa (cf. Omena, 1978; Paredes da Silva, 1988).

No que concerne à relação entre o parâmetro animacidade e a vinculação sintática entre orações, nos termos de Cezario (2001:88-89), a presença do traço [- animado] no sujeito da completiva aumenta a integração entre os eventos codificados pelas sentenças matriz, uma vez que esse parâmetro tem a ver com a noção de continuidade tópica: “uma cadeia tópica não é quebrada com a entrada de um referente inanimado, porque a atenção continua voltada para o referente tópico, que é animado e agente” (cf. Paredes da Silva, 1988 e Cezario, 1994 apud Cezario, 2001). Já quanto à imbricação entre animacidade e gramaticalização, Heine et al. (1991:156) asseveram o seguinte: “se duas categorias gramaticais diferem uma da outra simplesmente pelo fato de uma implicar um participante humano e a outra, um participante inanimado, a última categoria é mais gramaticalizada do que a primeira”.

Nesta pesquisa, os sujeitos das completivas aqui investigadas foram agrupados de acordo com a presença dos traços [+ animado] (26) ou [- animado] (27).

(26) Assim resumindo, as quatro, todas as quatro estão sobre o controle desses caras, que não-quer dizer, que, no fundo [têm]- [têm]- têm assim [um]- um compromisso- não , eu não acredito que esses cara têm uma visão é- ("mais") direta do que eles estão fazendo, é- realmente assim, em termo [de]- de sistema mesmo, de não organização [são]- são- não são manobrado assim diretamente, mas têm é- **eu, eu sinto que eles são uns camaradas que estão necessitando daquele salário, não é?** Como esses também que estão na associação

depende e tal, essa necessidade, são manobrado por esses da Leão Treze. (Inf. 20, Amostra 80, Ginásio, p. 08)

(27) E: E como é que você faz arrozinho, frita carne? Como é que faz? (riso F)

F: Bom, você põe o óleo na panela, né? Soca o alho, bem socadinho. (a) **Deixa o alho dourá na gordura.** Quando o alho tivê douradinho, você joga o arroz, mistura, depois joga a água... (b) **aí deixa no fogo cozinhando.** Aí quando tivê quase bem seco, desliga. Bem sequinho, né? Aí desliga o fogo. (Inf. 10, Amostra 00 (C), Ginásio, p. 07)

Correlação modo-temporal

O parâmetro correlação modo-temporal também se associa ao critério entrelaçamento de Lehmann (1988). Para esse autor, esse tipo de entrelaçamento tem a ver com o fato de o tempo e o modo verbais da cláusula subordinada serem parcial ou completamente determinados pela sentença núcleo ou pela matriz. É nesse sentido que se considera que a partilha de tempos e modos verbais pelas orações que integram a sentença complexa constitui um indício de forte grau de entrelaçamento dessas orações.

Uma vez que se pode entender que o critério entrelaçamento remete à noção de integração sintática, não é de causar estranheza o fato de a propriedade correlação modo-temporal servir como instrumento para se depreenderem níveis de vinculação entre sentenças. A relação entre essa propriedade e a integração sintática é expressa nos seguintes termos: quanto maior a correlação modo-temporal em cláusulas complexas, maior será a integração sintática dessas cláusulas.

Nas construções encaixadas com orações completivas, a seleção de tempo e modo verbais parece estar atrelada aos tipos semânticos dos verbos da matriz. Na presente pesquisa, na etapa de codificação dos dados, observei (a) se as cláusulas finitas de verbos perceptivos e causativos apresentavam (28) ou não (29) tempos e modos verbais idênticos aos das matrizes e (b) se essas cláusulas se instanciavam com tempos verbais próprios dos modos indicativo (28) ou subjuntivo (29).

(28) Que essas coisa eu acho que [OU]...ou você fica muito bem ou você acaba seu casamento, né? Então eles tão muito unidos, sabe, muito, eles sempre foram. O relacionamento deles é

muito bonito, mas tá mais forte, **você sente que eles são**, sabe, **muito fortes**. Agora, é difícil, né? Muito difícil. Se ela fosse....Se ela não se guardasse tanto, mas [ela]...ela, a gente só foi...Ela só realizou a morte da mãe dela agora. Quando aconteceu isso tudo foi que ela...Aí é que a gente soube que idade que ela tinha quando a mãe morreu, tudo, ela não falava. É <di....> é difícil, ela não...Se fecha. A gente tem relacionamentos piores [inint] (começou a falar mais baixo) (Inf. 32, Amostra 00 (C), Colegial, p. 03)

- (29) [Isso que eu acho.] [Pois é, mas ele]⁷ falava isso na cara do pessoal, dando essas indiretas e... e **isso fez com que muitas pessoas se afastassem**. [(est)] E agora teve um pessoal voltando, mas ele (hes) dá a missa, mas ele agora depois que foi um padre pra lá, que ele deve ter uns trinta e pouco anos... Ele... eh veio pra cá com a igreja daqui de... do Recreio! aí ele... como ele é mais jovem, ele faz be- assim! mas- fala umas brincadeiras, não aquela brincadeira- assim... Sabe? uma... solta uma... Não é nem uma piada, não, mas brinca com o [pessoal, mexe com todo mundo!...] deixa o pessoal à vontade. (Inf. 14, Amostra 00 (C), Colegial, p. 17)

Controle

O grau de controle do sujeito da matriz sobre o sujeito da completiva reproduz o nível de integração semântica entre os eventos codificados pelas cláusulas matriz e completiva. A título de exemplo, comparem-se as frases complexas com verbos causativos e perceptivos, que codificam, respectivamente, eventos mais e menos interdependentes semanticamente: ao contrário dos verbos perceptivos, os causativos tendem a apresentar sujeitos das matrizes controladores dos sujeitos das completivas.

No que concerne ao fator controle, Givón (1990:521), ao analisar as estruturas com verbos manipulativos, afirma que, em uma manipulação com sucesso, o agente manipulador impõe seu desejo sobre o manipulado, que mostra menos controle, menos liberdade de escolha, menos independência de ação. Nesse caso, o manipulado é menos agentivo e parece mais próximo de um paciente. Nos termos desse autor, a relação entre manipulação com sucesso e agentividade é expressa pelo seguinte princípio: “quanto mais sucesso uma manipulação tiver, menos controle o manipulado terá e menos agentivo será” (Givón, 1990:521).

As completivas de causativos e perceptivos foram codificadas de acordo com a atuação do fator controle. Assim, observei se, nessas sentenças, os seus referentes-sujeitos (30) são ou não (31)

controlados pelos referentes-sujeitos da matriz. Ainda houve casos em que o controle se deu parcialmente¹⁶ (32).

(30) E: E então... por que você ficava assim... eh... com problema; em que sentido?

F: Como assim, em que sentido? **Não ele não deixava a gente saí pa rua.**

E: [Ah! sim-]

F: [Tá entendendo] **Ele não deixava a gente saí, não deixava a gente brincá.** Mas o o... o castigo dele era deixar a gente em casa preso. [(est)] Então a gente não via, a gente não... se divertia, a gente não saía pa í pa lugar nenhum. Então é isso. (Inf. 05, Amostra 00 (C), Primário, p. 03)

(31) E: Por que, o quê que você acha desses hospitais? Eles tem uns (hes) a gente pelo menos vê na televisão, né?

F: Não tem <com...> não tem muita condição mesmo. NEM berçário! **Viu como às vezes morre muita criança recém nascida?** (est) por falta [de]... de higiene, não tem um pouco de higiene. (Inf. 17, Amostra 00 (C), Primário, p. 09)

(32) E – É? Cê já leu alguma coisa?

F – JÁ! Que às vezes o Romário fala que **tem que mandá ela calá a boca**, porque senão...[ela]...ela enfrenta mesmo o baixinho. Ela enfrenta ele mesmo. Porque quando ele tá errado ela fala, agora quando ele tá certo... (Inf. 17, Amostra 00 (C), Primário, p. 17)

Negação

A negação pode sinalizar um grau maior ou menor de vinculação sintática entre as sentenças matriz e completiva, levando-se em consideração os seguintes critérios: a aceitação ou não de negativa na cláusula completiva e o escopo da negação na sentença complexa.

O primeiro critério pode ser relacionado ao que Lehmann (1988) denomina de dessentencialização da subordinada. Segundo esse autor (1988:197), em alguns estágios de forte dessentencialização, a polaridade da cláusula subordinada também é afetada, o que significa afirmar que essa cláusula não pode ser negada isoladamente.

¹⁶ Valho-me aqui da mesma terminologia empregada por Cezario (2001) para situações em que nem sempre as ações, as atitudes do referente-sujeito da completiva são completamente controladas pelo referente-sujeito da matriz. Nesse caso, a ocorrência do controle parece estar condicionada a uma dada circunstância.

Ademais, pode-se estabelecer uma correlação entre a possibilidade de negação do predicado da completiva e a noção de iconicidade. Para Haiman (1983:799), a separação gramatical de uma cláusula corresponde à independência do evento codificado por tal cláusula. Nesse sentido, a negação do verbo da sentença encaixada pode ser entendida como um mecanismo gramatical que reproduz sintaticamente a independência dos conteúdos semânticos expressos pela matriz e completiva. Essa assunção é corroborada por Cezario et al. (1996:92), que defendem que “a possibilidade de negação dá a cláusula uma autonomia maior, pois esta não depende do fato negado ou afirmado na outra sentença”.

O segundo critério tem a ver com a incidência da negação na cláusula complexa. Observa-se, então, se a negação no predicado da matriz se estende ou não até a sentença encaixada. No caso afirmativo, isso sinaliza um nível maior de integração sintática entre as sentenças vinculadas. Cezario et al. (1996:93) asseveram que, “nas estruturas mais integradas só há uma negação (ou uma afirmação), conduzida pela cláusula principal”.

Na codificação dos dados, observei (a) se a negação se deu no predicado da matriz (que contém o verbo causativo ou perceptivo) (33) ou no da encaixada (34) e (b) qual era o escopo dessa negação.

(33) Não eu vi, eu vi é... só (mostrando no corpo) isso aqui que adormece. (est) Mas só que eu tava tão nervosa **que ele num deixou eu vê**. Só vi o menino, quando tirô. Num senti nada porque adormece tudo! É horrível, é horrível! Se eu... fizesse é... uma cesariana, eu num tinha feito nunca mais a ligadura das trompa, porque depois que a pessoa liga, fica cum... cheia de problema depois. (Inf. 08, Amostra 00 (C), Primário, p. 11)

(34) E: E quando tem tiroteio como é que é?

F: Ah é um pânico, a gente sempre, se olha **vê se não tá ferido**, a gente sempre procura alguma coisa, se está ferido que realmente o projétil a gente só sente queimar, quando procura já tá ferido. (Inf. 26, Amostra 00 (C), Ginásio, p.07)

Presença/ausência de conectivo

O fator presença/ausência de conectivo está atrelado a um outro: ao grau de finitude da completiva; a título de ilustração, considerem-se, no português brasileiro, as orações encaixadas introduzidas por conectivos, que são realizadas na forma finita.

Nos termos de Givón (1990:552), no domínio da complementação verbal, o princípio subjacente à relação entre a presença ou ausência de morfema subordinador e a integração semântico-sintática é o seguinte: “quanto mais baixo estiver o verbo na escala de integração e, por conseguinte, quanto menos integrados semântica e cognitivamente forem os eventos da matriz e da completiva, maior será a probabilidade de uma língua usar morfema subordinativo para separar as duas cláusulas”. De acordo com esse autor, o uso de subordinador reflete o princípio geral icônico de associar grau de separação cognitiva entre dois eventos ao grau de separação temporal entre duas cláusulas que codificam esses eventos (Givón, 1990:553).

A meu ver, a correlação acima estabelecida entre uso de subordinador e baixo nível de integração sintática não deve causar estranheza, já que a presença de conectivos pressupõe a realização da encaixada na forma finita.

Evidencia-se também a importância da propriedade presença/ausência de conectivo para o processo de gramaticalização de cláusulas. A esse respeito, Givón (1990:543), baseando-se em Thompson (1990), cita que, no inglês, uma das diferenças sintáticas entre usos gramaticalizados de alguns verbos *dicendi* e cognitivos (por exemplo, *say*, *suppose*, *guess*, *think*) como marcadores de evidencialidade e usos desses verbos no seu sentido original diz respeito à ausência e à presença do subordinador *that*¹⁷, respectivamente.

As cláusulas encaixadas aqui examinadas, em estruturas finitas, foram codificadas em função dos conectivos que as introduziam: se conjunções integrantes (no caso, tanto as completivas de

¹⁷ Alguns dos exemplos apresentados por Givón, a partir do trabalho de Thompson (1990), são: (a) *Say I bought you a flower and...*; (b) *She's left I think* (padrão gramaticalizado); (c) *Mary said that John was a crook*; (d) *John thought that everybody hated spinach* (padrão não-gramaticalizado).

verbos causativos como as de perceptivos) (35) ou se pronomes ou advérbios interrogativos (somente as orações subcategorizadas por verbos perceptivos) (36).

(35) Então as pessoas eu acho que têm que tê essa consciência quando têm um animal (est). **Você não pode deixá que o seu animal traga risco pra saúde de ninguém**, pra vida de ninguém. Então eu acho que se as pessoas tivessem essa consciência, não taria acontecendo o que está acontecendo agora. (Inf. 24, Amostra 00 (C), Colegial, p. 09)

(36) E: É. E assim, você falô que faz tudo aqui na sua casa. Você que toma conta da casa?

F: Hum, hum. Eu só num faço assim... comida, que não é ... [não]... não consigo! Olha, pra mim fazê um arroz **tem que vê como meu arroz sai** (riso f). (Inf. 12, Amostra 00 (C), Ginásio, p. 03)

Inserção de material fônico entre as sentenças interligadas

De acordo com o subprincípio da proximidade, como já foi dito, os conteúdos que estão mais integrados no plano cognitivo também se manifestam com maior integração morfossintática. Assim, pode-se dizer que a presença de material fônico (por exemplo, de um adjunto adverbial deslocado ou de um marcador conversacional) entre duas cláusulas interligadas refletiria proporcionalmente a distância dos conteúdos semânticos expressos por tais cláusulas.

Na codificação dos dados, observei se as cláusulas encaixadas aqui investigadas eram (37) ou não (38) separadas das matrizes por algum tipo de material fônico.

(37) É, **já mandei até prepará um terno**, tá ali. Já até botá um suspensolhe que eu tô muito barrigudo... [a]... a... [o cinto]... o cinto num para. Eu botei o suspensolhe pra calça num ficá lambeno o chão... e já arrumei tudo. (Inf. 25, Amostra 00 (C), Primário, p.10)

(38) E: E não sente nada?

F: Não, no momento não sente nada, porque a gente tá naquele, aquela ansiedade de-de combate, de combaté, a gente não sente nada.

E: Só depois que...

F: Exato, só depois é que **a gente sente queimá**, arde, (...) (Inf. 26, Amostra 00 (C), Ginásio, p. 07)

Pessoa gramatical dos sujeitos das cláusulas matriz e completiva

Esse fator lingüístico atua principalmente no processo de gramaticalização. Alguns usos gramaticalizados de construções lingüísticas se restringem a uma pessoa gramatical. A título de ilustração, na língua inglesa, os verbos cognitivos *think* e *guess* se gramaticalizaram e passaram a ser utilizados como parentéticos epistêmicos em um contexto: respectivamente, no de primeira e segunda pessoas do singular (como já foi mencionado no capítulo 2 desta tese, a partir dos resultados do trabalho de Thompson e Mulac, 1991 apud Hopper e Traugott, 1993). Evidencia-se esse mesmo uso com algumas formas verbais do português: por exemplo, *achar* e *parecer* são interpretados como parentéticos epistêmicos, apenas quando ocorrem na primeira e na terceira pessoa do singular, respectivamente (cf. Galvão, 1999; Cezario, 2001; Gonçalves, 2003).

Neste trabalho, no que tange à categoria pessoa gramatical dos sujeitos das cláusulas vinculadas, foram formuladas as seguintes perguntas: (a) alguma das acepções arroladas para os seis verbos aqui examinados está relacionada a um dado contexto de ocorrência? (b) no caso afirmativo, isso constitui um indício de gramaticalização do uso do verbo que apresenta uma restrição de pessoa gramatical? Com o intuito de responder a essas duas perguntas, os sujeitos das sentenças matriz e completivas foram codificados em função das seis pessoas gramaticais da língua portuguesa¹⁸.

Em síntese, a partir das propriedades lingüísticas supracitadas (com exceção da última), estou assumindo que cláusulas matriz e encaixada que se encontram mais integradas semântica e sintaticamente apresentam as seguintes características estruturais:

- a. forma não-finita da encaixada;
- b. sujeito da completiva não explícito;
- c. sujeitos correferenciais ;
- d. sujeito da encaixada realizado como uma anáfora zero;
- e. sujeito inanimado na completiva;
- f. partilha de tempos e modos verbais;

¹⁸ No tocante a essa propriedade, não julguei necessário citar exemplos da amostra.

- g. na matriz, sujeito agentivo que controla o sujeito da encaixada e, inversamente, na encaixada, sujeito menos agentivo que exhibe, nos termos de Givón (1990), menor controle, liberdade de escolha e independência de ação;
- h. na matriz, um único operador de negação cujo valor se estende até a encaixada ou nos casos de negação dupla (uma, na matriz, outra, na encaixada), operadores de negação que não se mostram com valores excludentes;
- i. ausência de conectivos (essa característica está associada à realização da encaixada em suas formas não-finita ou nominalizada);
- j. ausência de material fônico entre as cláusulas matriz e completiva.

Além dos parâmetros formais e semântico-pragmáticos mencionados anteriormente, foi controlado, nesta pesquisa, o fator lingüístico acepções dos verbos aqui examinados. Passo a tratar desse fator.

Acepções dos verbos

Em construções encaixadas com oração completiva, um mesmo verbo da matriz (por exemplo, **deixar**) pode ser empregado com diferentes significados, os quais podem estar associados a variadas codificações estruturais das completivas desse verbo. Como já foi dito, a hipótese a ser perseguida em relação a esse fator é a de que há diferenças de graus de integração sintática e gramaticalização entre as acepções de cada verbo analisado. Assim, parte-se do pressuposto de que determinados sentidos de verbos estão mais integrados e, por conseguinte, mais gramaticalizados do que outros.

3.2.2 A categoria extralingüística grau de escolaridade

Dentre os fatores extralingüísticos que podem ser correlacionados ao fenômeno de variação lingüística, foi selecionada, nesta pesquisa, apenas a categoria escolaridade. Resultados de estudos variacionistas têm apontado o efeito dessa categoria sobre o uso de formas variantes de fatos lingüísticos do português do Brasil. A título de exemplo, considere-se o fenômeno de concordância nominal (cf. Scherre, 1996, 1998).

Neste trabalho, embora não estivesse operando com uma regra variável, controlei a categoria escolaridade, baseada nas seguintes hipóteses: (a) confrontando-se os níveis de concretude/abstratização dos sentidos de um item lingüístico, a de que usos de um dado verbo que instanciam valores mais abstratos ocorreriam acentuadamente com falantes com nível de escolaridade mais avançado; (b) a de que usos mais gramaticalizados dos verbos aqui analisados, pelo fato de serem mais abstratos e expressarem estratégias comunicativas mais complexas (cf. Martelotta e Rêgo, 1996), também predominariam nos graus mais altos de escolaridade. Essa variável apresenta os seguintes fatores: (a) nível primário, (b) nível ginásial e (c) nível colegial. A justificativa pela escolha desses três fatores se deve ao fato de os falantes das amostras 80 e 00 (C) já se encontrarem estratificados em função deles.

3.3 Procedimentos adotados para a apresentação do exemplário

Os exemplos selecionados para ilustrarem os dados das amostras foram reproduzidos de acordo com os seguintes critérios:

- (a) No caso dos dados sincrônicos, que se referem à modalidade falada da língua portuguesa, a identificação de cada exemplo foi feita imediatamente após a sua citação, indicando-se o informante que produziu o trecho em destaque, a amostra utilizada, o grau de escolaridade do informante e o número da página do inquérito onde se encontra a parte citada; já nos dados diacrônicos, os exemplos foram identificados do seguinte modo: utilizou-se uma abreviatura do documento analisado, seguida dos números do fôlio ou capítulo e das linhas em que estava o trecho destacado.
- (b) Em cada capítulo, a numeração dos exemplos partiu sempre do número 1; no capítulo de análise dos dados, essa numeração se reinicia a cada seção.
- (c) Na reprodução dos exemplos, priorizou-se a fala do informante, porém, em alguns casos, transcreveu-se a fala do documentador para facilitar a compreensão do trecho destacado; em

alguns momentos, também houve a necessidade de se transcreverem, mais extensamente, alguns exemplos com o propósito de que não se perdesse o contexto discursivo em que se inseriam.

- (d) Na transcrição dos exemplos, para indicar que alguma palavra ou frase da entrevista foi omitida, utilizaram-se reticências entre parênteses.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, analiso, qualitativa e quantitativamente, os verbos **mandar**, **deixar** e **fazer** (causativos) e **ver**, **ouvir**, **sentir** (perceptivos) e suas cláusulas encaixadas. Para esse fim, valho-me de dados de dois momentos distintos da língua portuguesa: dos séculos XV e XX. Busco, com isso, confrontar os usos encontrados para os verbos supracitados e suas completivas no português atual com os arrolados na fase arcaica dessa língua e, assim, identificar se, no curso do tempo, há continuidade ou mudança de aspectos sintáticos e semânticos (cf. Votre, 1999, 2001) dessas construções encaixadas. Inicialmente, contemplo os dados sincrônicos e subseqüentemente, os diacrônicos.

Vale ressaltar que apenas os dados sincrônicos serão submetidos a um tratamento quantitativo. Como já foi dito, nesta tese, os resultados quantitativos fornecem respaldo às interpretações aqui sugeridas em relação ao padrão distribucional das completivas de causativos e perceptivos (às possíveis superposições e às suas singularidades) e ao uso de cada verbo isoladamente, no português contemporâneo.

4.1 Construções complexas com verbos causativos e perceptivos no português contemporâneo

Nesta seção, examino o comportamento semântico e sintático das estruturas complexas com os verbos causativos e perceptivos aqui investigados no português do século XX. Para tanto, destaco (a) os sentidos que foram atribuídos a esses verbos, (b) as codificações sintáticas de suas completivas empregadas com cada sentido apreendido e (c) as propriedades semânticas e gramaticais de cada verbo analisado e de seus complementos oracionais.

4.1.1 Os verbos causativos

Os verbos causativos, em frases complexas, são utilizados em estruturas em que se evidencia uma relação de causatividade¹ entre o evento descrito na sentença matriz (que possui o verbo causativo) e o evento da encaixada². Assim, as cláusulas subcategorizadas por esses verbos podem expressar, entre outras coisas, uma ordem (01) ou uma permissão (02) dada pelo referente-sujeito da matriz sobre um outro ser.

(01) E- (est.) E, como é que você trata, normalmente, as pessoas lá do prédio, os moradores do prédio?

F- Como é que eu trato?

E- É.

F- Eu trato é "sim senhor", "sim senhora". Às vez, **uma pessoa manda fazer aquilo, apanhar uma bolsa do carro, levar no apartamento**. Aí, eu vou, apanho, levo, aí, né, sempre sai na gorjetinha- é até bom. É legal! (Inf. 19, Amostra 80, Ginásio, p. 16)

(02) Meu irmão é casado. Aí meu irmão casô, aí meu pai morô sozinho durante um tempo naquele apartamento... Só que a minha irmã foi morá cum meu pai, aí botô meu pai pro fundo do poço, depois dele tá lá em cima ele teve que vendê o apartamento que meu irmão deixô pra ele... Nem era do meu pai, era do meu irmão! **Mas o meu irmão deixô ele morá...** entendeu? Que agora o meu irmão poderia tá cum uma situação boa, tá morano em morro... tá morando lá no morro do Dendê mas a casa é dele, entendeu? (Inf. 12, Amostra 00 (C), Ginásio, p. 14)

¹ Uma situação causativa compreende dois eventos: o causador e o causado. De acordo com Shibatani (1975:239-240), para que dois eventos possam ser interpretados como integrantes de tal situação, eles devem preencher as seguintes condições: (a) deve haver uma relação temporal entre eles (a ocorrência do evento causado se dá num tempo 2, ou seja, depois do tempo 1, que é o do evento causador); (b) deve haver uma relação de dependência entre os dois eventos (a ocorrência do evento causado é completamente dependente da ocorrência do evento causador no sentido de que aquele não se realiza em um tempo particular, se este não tiver acontecido).

² Neste caso, estou me referindo às chamadas estruturas causativas analíticas (aquelas que possuem dois predicados, um indicando a noção de causa e outro, a de efeito), que, nos termos de Comrie (1981), são codificadas com verbos causativos seguidos de cláusulas completivas no subjuntivo ou no infinitivo. Além desse tipo de estruturas causativas, há as morfológicas (aquelas em que o predicado causativo relaciona-se ao predicado não-causativo através de mecanismos morfológicos, por exemplo, de afixação) e as lexicais (aquelas em que a noção de causatividade se exprime por meio de itens lexicais, configurando-se como um componente semântico do predicado) (cf. Comrie, 1981: 160-161). No português do Brasil (PB), ocorrem os três tipos de construções causativas citados por Comrie. Diferentemente de Comrie (1981), Bittencourt (1995, 2001), ao estudar as construções causativas do PB, faz a distinção entre as formas analíticas e semi-analíticas. As primeiras compreendem as construções com sentenças completivas de (a) subjuntivo e (b) "nominativo + infinitivo" flexionado ou não; as segundas englobam as construções com sentenças completivas de (a) "acusativo + infinitivo" e (b) predicado não-verbal, isto é, de mini-oração.

Observa-se que, nos exemplos supracitados, os conteúdos semânticos expressos nas matrizes implicam os eventos descritos nas completivas; daí decorre a relação de causatividade entre esses eventos. Em (01), as ações realizadas pelo informante (que é porteiro) ocorrem em função de ordens dadas por algum morador do prédio onde aquele trabalha. Em (02), o pai da informante morava no apartamento do filho porque este permitiu isso, já que era o proprietário do imóvel.

Outra propriedade que tem sido relacionada a verbos causativos diz respeito à noção de manipulação de um ser. Para Givón (1990:518), estruturas com verbos manipulativos apresentam as seguintes características:

- (a) a cláusula principal codifica uma manipulação de um agente sobre um outro agente potencial;
- (b) o agente manipulador é codificado como sujeito da cláusula principal e o manipulado, como objeto³;
- (c) a cláusula completiva codifica o evento realizado – ou a ser realizado – pelo manipulado;
- (d) o manipulado é o sujeito-agente da cláusula completiva.

Note-se que todos os exemplos citados anteriormente ilustram situações em que ocorre uma manipulação bem sucedida. Em outras palavras, o agente manipulador consegue impor sua vontade sobre o manipulado.

Como já foi dito, do rol dos verbos causativos da língua portuguesa, só serão estudados aqui os verbos **mandar**, **deixar** e **fazer**. Na amostra, foi registrado um total de 237 ocorrências de sentenças complexas com verbos causativos. A tabela 1 mostra a distribuição dessas sentenças de acordo com o verbo causativo que constitui o predicador da matriz.

Verbos Causativos	mandar	deixar	fazer	TOTAL
	72 30%	132 56%	33 14%%	237

Tabela 1 – Cláusulas complexas com os verbos **mandar**, **deixar** e **fazer** no *corpus*.

³ Vale ressaltar que, no português do Brasil, o agente manipulado pode ser codificado sintaticamente tanto na forma de objeto (nesse caso, apenas em estruturas não-finitas) como na de sujeito da sentença encaixada (em construções finitas e não-finitas).

Esses mesmos resultados estão expressos no gráfico 1.

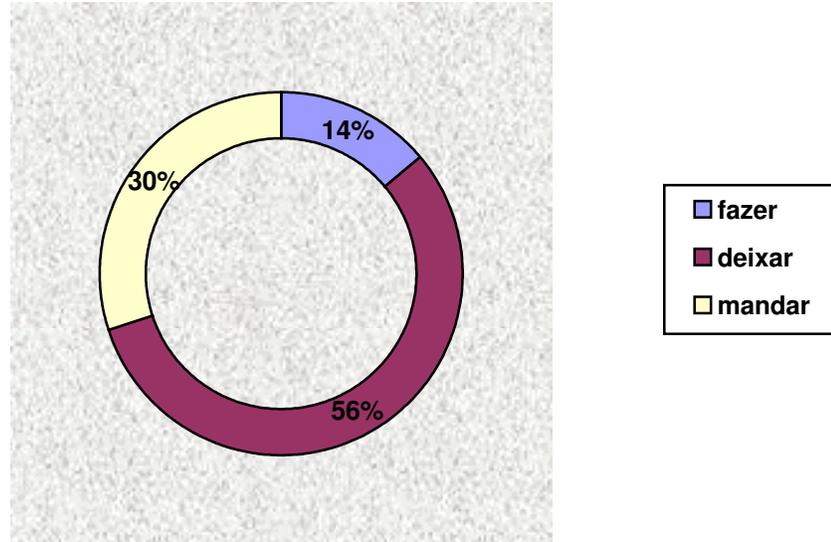


Gráfico 1 – Distribuição dos verbos causativos **mandar**, **deixar** e **fazer** no *corpus*.

O exame da tabela 1 e do gráfico 1 indica que, em sentenças complexas, **deixar** é o verbo que mais ocorre com valor causativo enquanto **fazer** é o menos empregado. O alto índice de ocorrência de **deixar** pode ser explicado pelo fato de esse verbo, entre os causativos, ser o que mais apresenta significados diferentes em construções encaixadas. Curiosamente, **mandar**, apesar de não ter uma variabilidade de sentidos, é o segundo verbo causativo mais utilizado. Entende-se que isso se dá em função do tipo textual em que **mandar** se atualiza: o narrativo, que ocorre muito nas entrevistas analisadas, mais especificamente, nos trechos em que os informantes relatam alguma situação vivenciada por eles ou por outras pessoas. Já a baixa ocorrência de **fazer** em estruturas complexas contradiz a afirmação de Bittencourt (1995:154) de que esse verbo, por ter um maior rendimento no português, é considerado o causativo por excelência. O tipo de rendimento a que essa autora se refere não é explicitado. O que se pode afirmar é que, levando-se em conta o critério frequência de uso, tal rendimento não se verifica nos dados sincrônicos de **fazer** examinados nesta tese.

De acordo com a frequência de uso, nas construções encaixadas, os verbos causativos podem ser alocados no seguinte *continuum* de marcação⁴:

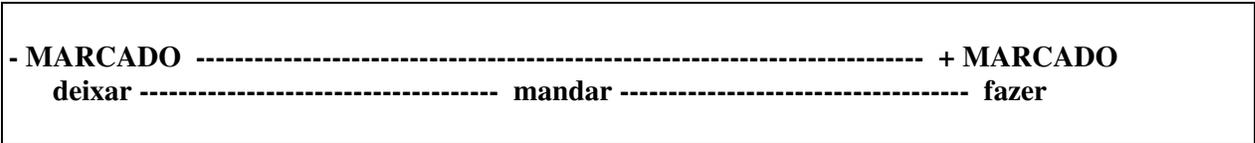


Figura 7: *Continuum* de marcação nas estruturas complexas com verbos causativos.

Nesse caso, se o que parece motivar, no elenco dos causativos, o estatuto não-marcado para **deixar** é a sua complexidade semântica, o que está subjacente à marcação não é claro. À primeira vista, a associação entre complexidade semântica e não-marcação pode nos parecer estranho, já que as categorias não-marcadas se caracterizam justamente pelo fato de não possuírem uma complexidade, pelo menos, cognitiva e estrutural. No entanto, essa estranheza é amenizada, quando se leva em conta um outro parâmetro utilizado para identificação do valor marcado/não-marcado de uma categoria, que Croft (1990:77), fundamentado em Greenberg (1966), designou de comportamental: “qualquer evidência lingüística que demonstre que um elemento é mais ‘versátil’⁵ do que o(s) outro(s) membro(s) da categoria e, por essa razão, não-marcado”. Inequivocamente, dos três itens verbais causativos aqui analisados, **deixar**, sob as perspectivas semântica e estrutural, é o que possui maior “versatilidade”.

Passo a tratar, qualitativa e quantitativamente, de algumas propriedades sintáticas e semântico-pragmáticas de cada um dos verbos causativos aqui investigados e suas cláusulas completivas.

⁴ Dos três critérios utilizados para a identificação de valores marcados e não-marcados de uma categoria, só será usada, nesta tese, mais especificamente, no estabelecimento de *continua* de marcação, a frequência de uso. O tratamento quantitativo a que foram submetidos os dados aqui analisados fornece respaldo à adoção desse critério.

⁵ A versatilidade de um elemento lingüístico pode se manifestar em diferentes níveis da língua. Por exemplo, no nível morfológico, essa versatilidade tem a ver com o número de distinções morfológicas que uma dada categoria gramatical possui: “se o valor marcado apresenta um certo número de formas distintas em um paradigma flexional, o valor não-marcado terá, então, muito mais formas distintas nesse mesmo paradigma” (Croft, 1990:79). A versatilidade morfológica pode ser ilustrada com as categorias singular e plural associadas aos pronomes de terceira pessoa do inglês e aos gêneros masculino, feminino e neutro: enquanto o singular possui uma forma pronominal diferente para cada gênero (*he, she e it*), o plural apresenta uma mesma forma para todos os três gêneros (*they*). Nesse caso, o singular tem um maior número de distinções morfológicas de gênero, sendo, portanto, mais ‘versátil’ e, por essa razão, a categoria não-marcada (Greenberg, 1966 apud Croft, 1990:77-78).

MANDAR

Nos dados examinados, o verbo **mandar** subcategorizando orações só foi empregado com a acepção de ‘ordenar’:

- (01) Ele deve tá advertindo: vocês olhem, vejam, se unam, se amem como eu mandei que [Ele]...**Ele mandou que nós amássemos uns aos outro**, tá mandando, ele, tá chamando, agora cê vê um país tá destruindo o outro país por causa de religião, manda, destroem família, destroem tudo, que que tá acontecendo? o homem lá cima num tá satisfeito com isso, tá havendo alguma coisa aí, [tá]..tá...Pensa só! pensa como eu penso que (est) cê vai vê, num pode, ninguém pode contê a fúria de Deus não, sabe? (Inf. 29, Amostra 00 (C), Ginásio, p. 14)
- (02) É... meu pai foi assaltado, lá na... no centro da cidade. (...) Pegam ele, levaram [lá pra]... lá pra cima da... esqueci o nome do morro aqui que levaram ele lá pra CIMA. Chegando em cima dessa favela, aí já tava com a arma apontada pra cabeça do meu pai, aí chegou um rapaz gritando que não era ele: “Solta ele, solta ele, que não é ele.” Aí então meu pai saiu de lá com vida, mas com muita sorte, com a ajuda de Deus, que ele pôde sair com vida. [Foi]... foi um assalto. Pegam ele, levaram ele lá pra cima do morro. Chegou em cima do morro os caras sacaram a arma, **mandaram meu pai ajoelhar** e botaram a arma na cabeça do meu pai. (Inf. 10, Amostra 00 (C), Ginásio, p. 05/06)

Em (01), o informante, ao emitir sua opinião sobre a importância de o indivíduo ter uma religião, fala da insatisfação de Deus com os atos dos seres humanos; estes não estão cumprindo o que Deus ordenou: amar ao próximo. Já em (02), o falante relata uma situação de perigo vivenciada pelo seu pai (um assalto): ao descrever um dos momentos mais difíceis desse assalto, informa ao entrevistador que os ladrões ordenaram que seu pai se ajoelhasse, pois tinham a intenção de matá-lo.

Nas construções causativas com **mandar**, o referente-sujeito da matriz, ao ordenar que algo seja feito, tenta impor sua vontade sobre o referente-sujeito da completiva. Quando essa vontade se realiza, isso significa que há uma manipulação com sucesso e, por conseguinte, um controle daquele sobre este (03). No entanto, uma ordem pode não ser cumprida; nesse caso, o controle inexistente, o que equivale a dizer que houve uma reação do ser que se tentou manipular (no caso, do sujeito da encaixada) (04). Ainda há situações em que a ordem dada só é cumprida às vezes, o que implica um controle parcial por parte do referente-sujeito da matriz (04).

(03) E: Que que ela te diz quando isso acontece? Como é que ela fala com você?

F: Ah, ela fala que eu não devo mexê [nas coisa dela] nas coisas dela, que a privacidade dela é tudo que ela tem. Lá eu não posso mexê, se eu mexê ela vai me batê.

E: Mas ela te xinga? Como é que ela diz: “Inf. 11, você não podia isso”. Como é que é?

F: Ah, sei lá, quando ela ... então se ela me vê com uma roupa, aí ela me xinga completamente. **Manda eu tirá imediatamente**, botá pra lavá, depois botá de volta no lugar. (risos de F) (Inf. 11, Amostra 00 (C), Ginásio, p. 12)

(04) E- Dessa vez que aconteceu isso, o seu marido foi à delegacia?

F- Foi.

E- E o que que aconteceu lá?

F- Mandou, depois <mandaram>- **o delegado mandou que fosse reconhecer, não é? os ladrões**, que eles tinham pego uma turma por aí, mas eu aconselhei e outras pessoas também aconselharam a não querer reconhecer. Não adiantava mais, não ia recuperar as coisa. O dinheiro, ainda se ganha outro, mas [e]- [e]- e o cordão? Que ele tinha estima com aquele cordão. Já tinha ido, não é? O cordão das crianças também. Isso foi outra vez. Aqui em casa já fomos assaltado quatro vezes. (est.) Quatro vezes. Levaram calculadora, levaram um montão de coisa. E é assim. Se chamar para reconhecer, não vamos reconhecer não, porque não adianta. E eu não quero. É [preferível]- preferível não reconhecer nada. Deixa para lá. (Inf. 30, Amostra 80, Ginásio, p. 02)

(05) E – É? Cê já leu alguma coisa?

F – JÁ! Que às vezes o Romário fala que **tem que mandá ela calá a boca**, porque senão...[ela]...ela enfrenta mesmo o baixinho. Ela enfrenta ele mesmo. Porque quando ele tá errado ela fala, agora quando ele tá certo... (Inf. 17, Amostra 00 (C), Primário, p. 17)

A situação ilustrada em (03) permite afirmar que o referente-sujeito da matriz (a irmã da informante) controla o referente-sujeito da encaixada (a própria informante). Nesse exemplo, a informante, quando recebe da irmã a ordem de tirar a sua roupa, cumpre-a sob pena de apanhar. Já em (04), não se verifica tal controle: o marido da informante não foi reconhecer os ladrões que o assaltaram, tal como tinha sido ordenado pelo delegado. O contexto de (05) dá a entender que o controle é parcial: nem sempre a esposa de Romário obedece a ele, ficando calada conforme ele ordena; quando ela acha que tem razão na discussão, ela o enfrenta mesmo.

Quanto ao fator animacidade, os sujeitos das completivas de **mandar** se caracterizam pelo traço [+ animado], como mostram os exemplos de (01) a (05). E é justamente pelo fato de esses

sujeitos conterem esse traço que eles nem sempre admitem serem controlados, isto é, ordenados pelos sujeitos das matrizes.

As cláusulas completivas de **mandar** com sentido de ‘ordenar’, no que concerne ao seu grau de finitude, podem ser realizadas nas formas finita (01), (04) e não-finita (02), (03), (05).

Em estruturas finitas ou não-finitas, as orações completivas de **mandar** apresentam sujeitos explícitos (01), (02), (03), (05) e implícitos (04), (06) e (07). Quando os sujeitos estão implícitos, podem estar indeterminados, como mostra (07).

(06) (...) Pô, voltando de bicicleta assim de <re...> da academia mesmo... passo pelo corredor esportivo ali, que é uma área assim, que de noite fica meio perigoso... aí eu vi um maluco de bicicleta assim na minha frente sê parado por dois caras, entendeu? aí ele desceu... **mandou descê**, porra eu não pensei duas vezes. Pode até não tê sido um assalto, mas eu pô, já me liguei... já... peguei a bicicleta dei meia volta, saí fora: “e rapaz, assalto” saí fora aí, entendeu? (Inf. 23, Amostra 00 (C), Colegial, p. 05)

(07) E: Aqui por exemplo, no bairro tem muita movimentação de político pra votação.
 F: Não, não aqui nós temos um: político aí Paulo “Cerri ” mas não é muito:... não circula muito aqui pelo bairro não (est).
 E: Assim você faz isso, ele faz alguma coisa pelo bairro? Pras pessoas votarem nele?
 F: Só faz em: época de eleição, **manda limpá o parque**, é...distribuí umas camisas no morro, no caso do Roberto Dinamite distribui umas camisas do Vasco no morro, é só isso. (Inf. 26, Amostra 00 (C), Ginásio, p. 13)

Note-se que os sujeitos das completivas de **mandar**, independente de estarem explícitos ou implícitos, são sempre não-correferenciais aos sujeitos das matrizes, o que já era de se esperar, uma vez que esse verbo é empregado em um contexto em que um determinado ser dá ordens a um outro; ademais, na nossa sociedade, não é comum um ser dar ordem a si mesmo. Quanto às suas formas de expressão, esses sujeitos são codificados por sintagmas nominais plenos (02), anáforas pronominais (01), (03), (05) e anáforas zero (04), (06), (07). Ainda quanto aos seus sujeitos, tanto as matrizes como as completivas de **mandar** não apresentam restrição de pessoa gramatical.

Uma vez feita a descrição das cláusulas subcategorizadas por **mandar**, procedo à análise quantitativa dessas cláusulas. Como já foi mencionado, nas construções causativas aqui

examinadas, foram encontradas 72 ocorrências de **mandar** seguido de completivas. No que diz respeito às propriedades lingüísticas consideradas na pesquisa, os resultados quantitativos obtidos evidenciam que essas completivas:

- (a) ocorrem mais na forma não-finita ($69/72 = 96\%$);
- (b) sempre selecionam sujeitos animados ($72/72 = 100\%$), que tendem a ser controlados pelos sujeitos das matrizes ($54/72 = 75\%$);
- (c) sempre possuem sujeitos não-correferentes ($72/72 = 100\%$), que tendem a não ser preenchidos lexicalmente, sendo, pois, expressos por anáfora zero ($46/72 = 65\%$).

Vale destacar que a ocorrência de anáfora zero é motivada por um outro fator lingüístico: a indeterminação do sujeito da encaixada. Dos 46 dados registrados para essa forma de expressão, 29 (63%) constituem casos de sujeitos indeterminados, conforme ilustrado em (07).

Quanto ao parâmetro negação, apenas se documentam 4 ocorrências de **mandar** em estruturas negativas simples (08)⁶; em todos esses dados, a negação se dá sempre no predicado da matriz, o que nos sugere que as completivas de **mandar**, em relação às suas matrizes, têm uma menor autonomia sintática (cf. Haiman, 1983; Cezario et al., 1996).

(08) E- E o garoto gosta de estudar?

F- Mais ou menos também. É ali, é tudo de- é por isso que eu te falo, quando eu era <no->. Quando eu estudava, que eu tinha a idade deles, **minha mãe nunca me mandou estudar**. Eu não vou dizer a você que eu adorasse estudar. Mas eu sabia que era preciso, **então nunca ninguém precisou me mandar estudar**. Mas eles se a gente não ficar em cima. eu acho que- a geração atual, são poucos aqueles estudante que você não precisa estar em cima para estudar. (Inf. 28, Amostra 80, Colegial, p. 10)

Outro fator lingüístico que nos leva à interpretação supracitada de menor autonomia das completivas de **mandar** é a inserção de material fônico entre as cláusulas articuladas: das 72 estruturas causativas com o verbo **mandar**, somente 4 (7%) apresentam material interveniente entre os verbos das sentenças matriz e encaixada.

⁶ Convém ressaltar que, não só com **mandar** mas com todos os outros verbos examinados nesta tese, não se documentou, na amostra sincrônica, um número alto de ocorrências de estruturas negativas. A esse respeito, Cunha

Cumpramos ainda esclarecer que, quanto aos parâmetros correlação modo-temporal e presença/ausência de conectivos, não será apresentada uma análise quantitativa das completivas de **mandar** devido à insuficiência de dados de orações finitas. Isso também se aplica às completivas de **deixar** e **fazer**.

Tendo em vista a frequência de uso, observa-se que a estrutura não-marcada das completivas de **mandar** se caracteriza pelas propriedades sintáticas e semântico-pragmáticas mencionadas acima, as quais se encontram sintetizadas nos quadros a seguir.

(1996:179) salienta que “a oração negativa, além de menos freqüente, no texto, do que a afirmativa, é também estruturalmente mais complexa, no sentido de que tem, no mínimo, um morfema a mais que a afirmativa”.

	Grau de finitude	Explicitude do sujeito	Correferência do sujeito	Forma de expressão de sujeito	Animacidade do sujeito
Completiva de mandar	- finita	- explícito	-correferente	+ anáfora zero	+ animado

Quadro 4: Estrutura não-marcada das sentenças completivas de **mandar** (1).

	Controle do sujeito	Pessoa gramatical dos sujeitos das cláusulas matriz e completiva	Negação	Presença de material interveniente
Completiva de mandar	+ controle	sem restrição	+ negação matriz	- material

Quadro 5: Estrutura não-marcada das sentenças completivas de **mandar** (2).

No que diz respeito à variável extralingüística escolaridade, os resultados quantitativos indicam que, em sentenças complexas, o uso de **mandar** por falantes apresenta uma frequência descendente à medida que há um aumento do seu nível de escolaridade: primário (35/72 = 49%), ginásial (22/72 = 30%) e colegial (15/72 = 21%). Observe-se que a diferença percentual entre os dois últimos graus de escolaridade não é alta: 9% em favor do nível ginásial. Uma possível explicação para essa distribuição de **mandar** tem a ver com as características funcionais desse verbo, que tende a ser empregado em contexto em que uma pessoa tenta impor sua vontade sobre o outro; nesse caso, costuma-se associar uma idéia negativa a esse verbo. É nesse sentido que a interação verbal pode se tornar mais custosa e pode haver uma ameaça à face dos interlocutores (cf. Macedo, 1998). Uma forma de se proteger a face do falante é, como uma estratégia de polidez, evitar o uso desse verbo e substituí-lo por outro que não denote uma forte carga semântica de autoritarismo. Parece que, quanto mais o indivíduo avança no nível de escolaridade, mais ele toma consciência e se utiliza das estratégias de polidez que a sua língua materna lhe oferece. Os resultados aqui encontrados para o item verbal **mandar** ratificam os obtidos por Cezario (2001).

Dos verbos causativos analisados nesta tese, **mandar**, ao ser utilizado com apenas um significado, é o que se configura como o menos complexo semanticamente. Assim, no que concerne a **mandar**, não será possível testar a hipótese de que, em construções encaixadas, os diferentes usos de uma forma verbal estão atrelados a variadas codificações morfossintáticas.

DEIXAR

No *corpus*, o verbo **deixar** seguido de cláusulas encaixadas ocorreu com os seguintes sentidos: ‘permitir’ (01), (02), (03), ‘aguardar/esperar’ (04) e um uso como marcador conversacional (05).

- (01) O meu cachorro é um Yorkshire, ele é pequenininho.: e assim, eu sei que num é porque eu adoro ele que eu acho que as pessoas têm que gostá dele (est). Então (eu) eu- quando eu o levo à praia, eu o levo à praia não aqui, porque às vezes- **não deixo ele ficá na areia**, eu levo ele pro banho de mar, que é saudável pra ele também (...). (Inf. 24, Amostra 00 (C), Colegial, p. 09)

- (02) Os jovem não estão se afastando. Sabe que que acontece? Acontece o seguinte: ("é que,") sabe como é que é: a rapaziada vai naquela ilusão, conforme eu falei sobre o casamento, é a mesma coisa. **O jovem se deixa levar, muita da vezes, pela namorada.** Ele vai na casa da namorada. Se a namorada é da igreja, os dois vão para igreja; mas se a namorada não é, o cara para não perder a namorada, ele não vai à igreja e vice-versa. Se a menina for e o cara não for, acontece a mesma coisa. Então é isso aí que está pegando, entendeu? (Inf. 07, Amostra 80, Primário, p. 14)
- (03) E: E você em umas dessas subidas assim em morro, você via crianças com arma na mão e tudo fazendo esse, como é que é que chama, aviãozinho, né?
 F: É o avião...há muitas crianças de oito, nove anos já estão com arma na mão, AR-15, pistolas.
 E: E tem casos assim de acidentes com essas armas, com elas?
 F: Não, interessante...que: na minha vida em vinte e cinco anos de policial, no quartel sempre há um acidente, **um ou outro deixa uma arma cá** e atinge um companheiro e dentro da favela não há acidente de tiro, a criança já aprende a manuseá a arma, sempre há um instrutor. (Inf. 26, Amostra 00 (C), Ginásio, p. 12)
- (04) E: E como é que você faz arrozinho, frita carne? Como é que faz? (riso F)
 F: Bom, você põe o óleo na panela, né? Soca o alho, bem socadinho. (a) **Deixa o alho dourá na gordura.** Quando o alho tivé douradinho, você joga o arroz, mistura, depois joga a água... (b) **aí deixa no fogo cozinhando.** Aí quando tivé quase bem seco, desliga. Bem sequinho, né? Aí desliga o fogo. (Inf. 10, Amostra 00 (C), Ginásio, p. 07)
- (05) E: E antes a senhora morava onde?
 F: Por aí assim aqui mesmo, mas já morei dez ano ... morei, **deixa eu ver**⁷, morei em Nova Iguaçu [vinte]... vinte e dois anos e morei no Largo do Bicão dez anos, agora faz sete que eu moro aqui. (Inf. 27, Amostra 00 (C), Primário, p. 08)

Os exemplos (01), (02) e (03) ilustram, respectivamente, diferentes sentidos de 'permitir': (a) 'permitir ou não que um outro referente-sujeito faça algo'; (b) 'permitir ou não ser controlado por um outro referente'; (c) 'permitir que algo aconteça voluntariamente ou não'. Em (01), a informante diz que, quando leva o seu cachorro à praia, não permite que ele fique na areia, a fim de que ele não a suje. Em (02), o falante, ao expor sua opinião sobre juventude e religião, afirma que o comportamento de um rapaz é bastante influenciado pelas atitudes da sua namorada. Em (03), o informante, ao narrar fatos de sua experiência profissional, declara que sempre há, no quartel, algum policial que permite involuntariamente que a arma caia, ocasionando algum acidente.

⁷ Nesse exemplo, a realização fonética da expressão **deixa eu ver** foi [ʃo've].

As nuances semânticas de ‘permitir’ supracitadas implicam diferenças entre (01), (02) e (03) quanto à presença de controle sobre os referentes-sujeitos da completiva: esse controle se dá em (01) e (02) e inexistente em (03). Em (01), é o referente-sujeito da cláusula matriz (a própria informante, codificada sintaticamente por um **eu** implícito) que exerce controle sobre o referente-sujeito da encaixada (o cachorro da informante, que está expresso pelo pronome **ele**). Já em (02), o constituinte controlador é expresso pelo sintagma preposicional **pela namorada**, que exerce a função sintática de agente da passiva.

Vale ressaltar que, com **deixar** com a acepção de ‘permitir ou não que um outro referente- sujeito faça algo’, nem sempre o referente-sujeito da matriz consegue exercer controle sobre o referente-sujeito da completiva, como se pode ver no exemplo a seguir:

(06) E o meu filho caiu, ficô se bateno, ficô cum a boca torta, ficô cum a cara de... como se ficasse uma criança quando é < mocolóide> (est) Ficô cum uma cara toda torta, toda esquisita, essa mão dele batia muito, eu achei que tinha quebrado, ele ficô todo se bateno, ele ficô:... estado crítico. Aí corremos chegamos sabe aonde? No hospital Duque de Caxias. (inint) Aí ficô lá. Não sei o quê, aí vai, olha: “Seu filho tá dormino, **você num deixa ele dormir**.” Aí ele dormiu, dormiu num acordava mais. (Inf. 08, Amostra 00 (C), Primário, p. 06)

No exemplo acima, a informante, ao narrar um acidente que aconteceu com o seu filho, diz que, quando chegou ao hospital, não conseguiu impedir que ele dormisse antes de ser atendido.

Outra observação a ser feita sobre o parâmetro controle diz respeito ao terceiro tipo de ‘permitir’ citado acima para **deixar**: nesse uso, quando esse verbo tem o significado de ‘permitir que algo aconteça *voluntariamente*’, o referente-sujeito da matriz é controlador do referente-sujeito da completiva. O exemplo (07) fornece respaldo a essa observação. Percebe-se que, como (07) não está inserido em um contexto discursivo, **deixar** admite duas interpretações: ‘permitir que algo aconteça voluntariamente’ ou ‘permitir que algo aconteça involuntariamente’. Assim, se (07) for interpretado como um ato voluntário do referente-sujeito da matriz, o controle existe.

(07) **Eu deixei o bebê cair**⁸.

Também percebem-se diferenças entre (01), (02) e (03) quanto à atuação do fator animacidade. De acordo com essa propriedade, os sentidos de **deixar**, exemplificados em (01) e (02), se aproximam pelo fato de subcategorizarem sentenças que têm sujeito com o traço [+ animado] enquanto a acepção desse verbo em (03) e (07) ocorre com sentenças encaixadas que possuem sujeitos com traço [± animado].

O significado de ‘aguardar/esperar’ para **deixar** é exemplificado em (04). Esse uso aparece muito no que tem sido designado de relato de procedimentos (por exemplo, quando se fornece uma receita culinária). Em (04), mais precisamente, ocorre quando o informante fala de duas etapas da preparação do arroz: um momento, em que é preciso que se aguarde o alho ficar dourado no óleo e, um outro momento, em que se deve aguardar o arroz cozinhar depois que se põe água.

Segundo Cezario (2001:175), o sentido de manipulação, permissão ainda se mantém em **deixar** com acepção de ‘aguardar/esperar’: nesse caso, esse verbo “poderia ser interpretado como ‘permitir que o evento codificado na cláusula completiva aconteça’ ou ‘aguardar que o evento aconteça’”. Note-se que, em exemplos como (04), o sujeito da cláusula completiva é um ser inanimado, que constitui o alvo da manipulação do sujeito da matriz.

Cumprido destacar que foi documentada uma ocorrência de **deixar** com o sentido de ‘aguardar/esperar’ que não se encontrava em relatos de procedimento:

(08) Ah, tinha ... não, isso aí ... é realmente poderia, mas, inclusive ele num ... quando ele deu a primeira, quando ele caiu a primeira vez, o que que o juiz falô? "Se ele agora agüentô, tudo bem", aí, na segunda, o juiz pensô que ele ia ... (...) Agüentá mais, **aí deixô passá um pouquinho**, aí, o que aconteceu? aí Popó arriô ele. (...) É, agora se vê que ele tá melhor, o cara foi lá no hospital visitá ele e tudo, e tal. (Inf. 20, Amostra 00 (C), Primário, p. 14-15)

Em (08), o falante, ao descrever uma das lutas de Popó, se refere a dois momentos em que esse pugilista derrubou o seu adversário. Repare-se que, nesse exemplo, o uso de **deixar**, da mesma

⁸ Exemplo discutido com Irenilza Oliveira.

forma que acontece em (04), continua relacionado ao fator temporal: o informante está falando de duas fases de uma luta.

O uso do verbo **deixar** integrando um marcador conversacional com o verbo *ver* é ilustrado em (05). Note-se que, nesse exemplo, **deixar** não apresenta mais o sentido causativo: a falante não pede permissão para fazer algo; ela se dá um tempo para se lembrar da informação solicitada pelo entrevistador: no caso, dos lugares onde a informante já morou. Em outras palavras, nesse contexto, **deixar** não mais possui suas características de verbo pleno, já que há uma perda de seus traços semânticos de origem.

No entanto, não há dúvida de que o uso desse marcador foi gerado em um contexto de valor causativo. Nos termos de Cezario (2001:178), “o sentido original pode ser ambíguo: ‘permita-me ou espere-me ver’, com o verbo *ver* usado metaforicamente como *pensar* (ver no plano mental)”.

Atente-se ainda para o fato de que, em contextos como o de (05), a expressão **deixa eu ver** não desempenha função gramatical mas, sim, pragmática. Nesse caso, essa expressão ilustra um processo de mudança lingüística diferente da gramaticalização, denominado de *discursivização*⁹, que “leva o elemento lingüístico a perder suas restrições gramaticais, sobretudo de ordenação vocabular, e assumir restrições de caráter pragmático e interativo” (Martelotta et al., 1996b:60). Uma das características desse processo é o desgaste fonético do elemento que se tornou marcador conversacional; por exemplo, a expressão **deixa eu ver** tende a ser realizada como [šo've], conforme ilustrado em (05).

Convém salientar que o uso de **deixa eu ver** com sentido causativo ainda permanece na fase atual da língua portuguesa, conforme mostra (09). Nesse exemplo, o falante relata uma situação em que pediu permissão à sua filha para ver a boneca dela.

⁹ Martelotta et al. (1996b:59) mencionam que outro rótulo dado a esse processo é o de *pós-gramaticalização*, que se encontra em Vincent, Votre e Laforest (1993). Os autores esclarecem que rejeitaram esse rótulo pelo fato de ele “sugerir um processo posterior à gramaticalização, o que, de fato, nem sempre ocorre” (Martelotta et al., 1996b:60). Ainda informam que, na literatura, outros nomes também têm sido utilizados para designar os *marcadores conversacionais* (nomenclatura encontrada em Marcuschi, 1991 e Silva e Macedo, 1996): *marcadores discursivos*

(09) O que que tem que (hes) ver com boneca, não é? Aí ela está brincando com a filha da vizinha, eu digo: “**Marina, deixa eu ver a tua boneca?**” “Não!” Aí a filha da vizinha, não é? Pediu, ela deu a boneca. Aí eu fiquei danado, não é? Tomei a boneca da mão da filha da vizinha (...). (Inf. 33, Amostra 80, Primário, p. 07)

Embora se trate de um caso de discursivização, pode-se considerar que a convivência entre o marcador conversacional **deixa eu ver** e a sua construção original (a estrutura causativa que tem essa mesma forma fonológica) serve de ilustração para o princípio da *divergência* proposto por Hopper (1991) para a gramaticalização. Tal princípio estipula que, quando um item lingüístico passa por gramaticalização, a forma ou construção que lhe deu origem permanece como um elemento autônomo (cf. Hopper, 1991:22). Observe-se, pois, que esse princípio parece não só atuar na gramaticalização mas também na discursivização, o que nos sugere que esses dois processos de mudança lingüística possuem características comuns.

Nos dados examinados, também foram registrados usos de **deixar** que, sincronicamente, parecem não estar relacionados à noção de causatividade, como se pode ver em (10) e (11):

(10) Eu rezo muito muito, eu tô sempre falando em Deus. Deus, Deus, Deus. Ele deve tá falando assim: “Pô, esse cara é chato pra caramba (riso e), esse cara, pô!” mas Ele pode me chamá de chato, Ele pode: **mas hora alguma vou deixá de falá no nome d’Ele.** (est) Que o Brasil, o Rio de Janeiro tá muito violento. (Inf. 19, Amostra 00 (C), Ginásio, p. 06)

(11) Eu acho que... se droga fosse bom, não teria esse nome droga. Eh... droga é uma coisa que... (latidos de cachorro) é que nem cigarro, **cigarro não deixa de ser droga**, (ruídos) você vai lá, fuma maconha por exemplo... você gosta, você vai fumar como se fuma cigarro, isso é consequência é uma coisa, que você não pensa na hora que você vai lá e faz. Você não pensa que você tá se matando, (“tu”) não pensa que você tá acabando com você. (Inf. 09, Amostra 00 (C), Ginásio, p. 14)

Em (10), **deixar** possui o significado de ‘parar’ ou ‘terminar’: o informante, ao falar sobre sua crença religiosa, diz que, mesmo podendo ser tachado de chato pelo próprio Deus, ele não vai parar de evocar o Seu nome. Essa acepção se atualiza lingüisticamente na estrutura verbo **deixar** seguido da preposição *de* e de outro verbo no infinitivo. Nesse contexto estrutural, **deixar** se gramaticalizou e passou a ser utilizado como verbo auxiliar, marcando aspecto terminativo. De

(em Riso, Silva e Urbano, 1995 e Martelotta et al., 1996b), *pontuantes* (em Vincent, 1983 e Vincent, Votre e Laforest (1993), *bordões* (em Marques, 1993).

todos os usos arrolados para **deixar** (independente de esse item verbal ter ou não valor causativo), esse configura-se como o mais integrado e o mais gramaticalizado: sempre se realiza com verbos na forma não-finita no infinitivo (como já foi dito), tem sujeitos correfenciais, o sujeito do verbo no infinitivo é codificado pelo que tem sido designado de anáfora zero obrigatória¹⁰ e não há restrição de sujeito quanto ao fator animacidade. É preciso lembrar que o emprego de um verbo como auxiliar constitui um dos estágios mais avançados do processo de gramaticalização (cf. *continuum* de Lehmann (1988) na seção 2.3.2 desta tese).

Já em (11), não se pode atribuir um sentido específico a **deixar**. Nesse uso, o contexto estrutural em que esse verbo se realiza é o mesmo de (10), mas sempre com polaridade negativa. Observe-se, no entanto, que, apesar de **deixar** ocorrer em uma estrutura negativa, o enunciado do qual faz parte tem valor afirmativo: o informante, ao pronunciar (11), na verdade, quer afirmar que o cigarro, assim como a maconha, é uma droga.

A partir dos usos encontrados para **deixar** seguido de completiva¹¹, esse verbo foi categorizado da seguinte forma:

deixar¹ que equivale ao sentido ‘permitir ou não que um outro referente- sujeito faça algo’;

deixar² que representa o sentido ‘permitir ou não ser controlado por um outro referente’;

deixar³ que comporta o sentido ‘permitir que algo aconteça voluntariamente ou não’;

¹⁰ Esse termo é proposto por Cezario (2001) para os casos em que não há possibilidade de explicitação do sujeito da completiva. É o que acontece, por exemplo, com usos dos verbos *querer* e *saber*, em construções do tipo *Eu quero comprar um carro* e *Ele sabe fazer pudim*.

¹¹ Apenas estou considerando os usos de **deixar** que, além de terem sentido causativo, ocorrem em sentenças complexas com encaixamento de oração completiva. No entanto, algumas ressalvas se fazem necessárias: (a) o emprego desse verbo como marcador conversacional foi incluído na categorização acima apresentada pelo fato de esse marcador ter sido formado em contexto de valor causativo, como já foi mencionado; (b) os usos de **deixar** ilustrados em (10) e (11) foram desconsiderados pelo fato de ocorrerem em cláusulas simples, o que equivale a dizer, em outras palavras, que esses usos não subcategorizam sentenças completivas. Quanto à noção de causatividade, nos empregos de **deixar** exemplificados em (10) e (11), Martelotta (comunicação pessoal) aventa a hipótese de eles terem advindo do sentido de **deixar**³. A meu ver, sincronicamente, parece que essa noção já se perdeu. Sobre esse assunto, Cezario (2001:196) apresenta uma hipótese contrária à de Martelotta: a de que a estrutura *deixar de + infinitivo* teria se derivado diretamente do uso de *deixar* com objeto direto nominal. Segundo a autora, o emprego desse item verbal com a acepção de ‘permitir’ é uma outra derivação. Embora essas duas derivações sejam independentes, elas partem de uma mesma fonte, o verbo latino *laxare* (cujo sentido básico tem a ver com o ato de deixar livre). Ainda sobre essa questão, gostaria de salientar um ponto que envolve um procedimento metodológico adotado nesta pesquisa: a ausência de um tratamento quantitativo para a estrutura *deixar de + infinitivo*, nesta tese, também se justifica pelo fato de eu seguir a hipótese de Cezario.

deixar⁴ que se refere ao sentido ‘aguardar/esperar’;

deixar⁵ que sinaliza o uso como marcador conversacional.

Passo a fazer uma descrição estrutural desses usos de **deixar**, no que tange às categorias grau de finitude das suas sentenças completivas, explicitude/omissão, correferencialidade e formas de expressão de sujeitos e pessoa gramatical dos sujeitos da matriz e completiva.

Quanto à configuração sintática das cláusulas completivas de **deixar**¹, elas podem ser realizadas tanto na forma finita (12) como na não-finita (13). Esse uso apresenta sujeitos da matriz e completiva não-correferenciais, o que pode ser explicado pela carga semântica de **deixar**¹, como mostram os exemplos abaixo:

(12) Então as pessoas eu acho que têm que tê essa consciência quando têm um animal (est). **Você não pode deixá que o seu animal traga risco pra saúde de ninguém**, pra vida de ninguém. Então eu acho que se as pessoas tivessem essa consciência, não taria acontecendo o que está acontecendo agora. (Inf. 24, Amostra 00 (C), Colegial, p. 09)

(13) O que eu lembro mais é que a outra ... as duas queriam í pra uma festa, aí eu num deixava, aí falavam: ‘Pô, pai’, aí eu: ‘num vai’, aí, às vezes, quando eu virava as costas ‘pum, tal’ (estala os dedos) aí, elas fugia, né? aí, ‘vou ao cinema’, aí eu falava também que num ia, aí elas sempre iam escondido, mas ia, né? aí, depois a mãe delas falava pra mim ‘não, (a) **deixa í**, (hes), (b) **deixa elas í** e tal’, (aquele) ... aquele probleminha de mãe sempre dá cobertura, né? depois o pai ... acalma o pai. (Inf. 20, Amostra 00 (C), Primário, p. 05)

Repare-se que os sujeitos das completivas de **deixar**¹ podem estar explícitos (12), (13b) ou implícitos (13a) e ser codificados como um SN pleno (12), uma anáfora pronominal (13b) ou uma anáfora zero (13a). Os sujeitos das matrizes e das completivas podem se referir a qualquer pessoa gramatical.

Deixar² só ocorre com completiva na forma não-finita (com verbo no infinitivo), como se pode ver em (14). Evidencia-se, nesse uso, a correferencialidade de sujeitos das cláusulas vinculadas e a não restrição de pessoa gramatical nesses sujeitos. O sujeito da completiva é sempre explicitado e expresso por uma anáfora pronominal.

- (14) F: Só faz em: época de eleição, manda limpá o parque, é...distribuí umas camisas no morro, no caso do Roberto Dinamite distribui umas camisas do Vasco no morro, é só isso.
 E: E aí a população já fica...
 F: Exato, a população já... já fica acreditando.
 E: E você se deixa influenciar assim?
 F: Não, **não me deixo influenciar**, nas últimas eleições eu anulei meu voto. (Inf. 26, Amostra 00 (C), Ginásio, p. 13)

Deixar³, assim como **deixar**¹, admite cláusulas encaixadas finitas e não-finitas, embora, no *corpus*, só tenha se realizado com o último tipo. Os sujeitos dessas cláusulas também não são correferentes aos das matrizes. Com **deixar**³, não há restrição quanto à forma de expressão do sujeito da completiva; no entanto, nos dados analisados, só se registraram exemplos de SN pleno (03) e anáfora zero (15). Com esse uso, os sujeitos das matrizes e completivas podem remeter a qualquer pessoa gramatical.

- (15) E: Hum-hum. E a senhora acha que Ele... lá em cima, Ele está contente com os homens aqui embaixo ?
 F: Eu acho que ele deve tá rindo, dando gargalhada (falando rindo) (riso e) lá em cima (riso e) de ver tanta besteira que o que os humanos tão fazendo.
 E: Hum-hum. Mas a senhora não acha que Ele não vai intervir, não vai mandar nenhum mensageiro aqui... (inint) pro nosso planeta...
 F: Eu acho que **Ele tá deixando ir pra ver até onde vai isso** (falando rindo) (riso e) pra depois Ele vim e acabar com tudo (riso f). (Inf. 30, Amostra 00 (C), Ginásio, p. 13)

Deixar⁴ apenas subcategoriza sentenças não-finitas, que podem ter verbo no infinitivo ou gerúndio, como mostram (04a) e (04b), respectivamente. Esse uso também ocorre com orações combinadas que possuem sujeitos não-correferenciais. Quanto aos sujeitos das completivas, eles podem estar explícitos (sob a forma de um SN pleno) (16a) ou implícitos (sob a forma de anáforas pronominal e zero) (16b) e (17). Quanto à pessoa gramatical dos sujeitos das matrizes e completivas, parece que está começando a existir uma restrição de ocorrência: os primeiros tendem a ocorrer na segunda pessoa do singular, os últimos, apenas na terceira pessoa do singular.

- (16) É, você cozinha o macarrão ("com água e sal"), normalmente, e, fora, você separa muito alho, -- que eu adoro alho, cebola, tudo isso eu gosto, ("não é?") Então, você separa bastante alho- aí, você põe o azeite, nas um azeite bom, não é? (est) Tudo da melhor qualidade, está? Senão não sai com o mesmo paladar. Aí, você põe o azeite, (a) **deixa o azeite esquentar**

bem. Quando (hes) o azeite está quente, você coloca aquele alho todo, (b) **deixa ele dar uma dourada.** Aí, você já tem os tomates sem pele, (est) corta bem, bate bem batidinho aqueles tomates todos e joga naquele alho. Então, fica um molho ali. E, ali, você põe o macarrão, acabou. (Inf. 34, Amostra 80, Ginásio, p. 05)

(17) (...) eu tô te contando rapidamente, né? (riso e) que isso é demorado, aí tem que no final cê põe a: massa de tomate, bate aquilo tudo, **deixa fazê uma pasta**, quando tá fazendo uma pasta, aí você vem, começa a forrá o, a panela – lá em casa a panela dá pra mais de dez quilos de carne, de peixe (...). (Inf. 29, Amostra 00 (C), Ginásio, p. 02-03)

Deixar⁵ ocorre em um contexto estrutural cristalizado: esse verbo com sujeito na segunda pessoa gramatical é seguido do verbo *ver* sempre na forma não-finita (infinitivo) e com sujeito na primeira pessoa gramatical, que pode estar explícito ou não. Observa-se que, nesse uso, além de ocorrer uma restrição de pessoa gramatical, o sujeito de **deixar**⁵ não é explicitado e mantém-se a não correferencialidade de sujeitos da construção original com sentido causativo.

Percebe-se, então, que, em construções encaixadas, alguns usos do verbo **deixar** remetem a distintas codificações estruturais, que podem estar atreladas a diferentes níveis de integração sintática, conforme se espera comprovar com a análise quantitativa dos dados, que será apresentada abaixo. Ressalto que, nessa análise, não será incluído **deixar**⁵ pelo fato de essa acepção, como já foi dito, ocorrer em um contexto formal cristalizado.

Foram arrolados para o verbo **deixar**, no *corpus*, 132 dados: 94 (71%) de **deixar**¹, 05 (4%) de **deixar**², 11 (8%) de **deixar**³ e 22 (17%) de **deixar**⁴, como mostra o gráfico 2.

De acordo com o seu grau de finitude, as completivas de **deixar**, independente da sua acepção, são mais empregadas na forma não-finita: **deixar**¹ (92/94 = 98%), **deixar**² (5/5 = 100%), **deixar**³ (11/11 = 100%) e **deixar**⁴ (22/22 = 100%). Verifica-se, então, que o uso de sentenças não-finitas é categórico nos três últimos tipos de **deixar** e quase categórico no primeiro tipo.

No que se refere à atuação da propriedade explicitude/omissão do sujeito da cláusula completiva nos usos de **deixar**, observa-se a existência de dois grupos que se encontram em distribuição complementar: no primeiro, encontram-se **deixar**¹ e **deixar**², que tendem a marcar explicitamente o sujeito da completiva (82/94 = 87% e 5/5 = 100%, respectivamente); no segundo, está **deixar**⁴, que tende a omitir o sujeito da encaixada (14/22 = 64%). **Deixar**³ não se insere em nenhum dos dois grupos porque apresenta um comportamento peculiar: a diferença entre explicitação (5/11 = 45%) e não explicitação de sujeito da completiva (6/11 = 55%) não é tão expressiva, como nos outros tipos de **deixar**. Note-se que, nesse uso, os percentuais para não explicitação de sujeito são ligeiramente maiores.

Levando-se em conta a correferencialidade de sujeitos, evidenciam-se empregos categóricos de **deixar** com sujeitos correferentes (**deixar**²) e não-correferentes (**deixar**¹, **deixar**³ e **deixar**⁴).

Quanto às formas de expressão dos sujeitos das sentenças encaixadas¹³, os quatro tipos de **deixar** se distribuem em dois blocos: aqueles (**deixar**³ e **deixar**⁴) que ocorrem mais com anáfora zero (6/10 = 60% e 14/22 = 64%, respectivamente) e aqueles (**deixar**¹ e **deixar**²) que são mais empregados com anáfora pronominal (63/91 = 69% e 5/5 = 100%, respectivamente).

Os resultados quantitativos para a propriedade pessoa gramatical dos sujeitos das cláusulas matriz e completiva demonstram que, no emprego dos três primeiros tipos de **deixar**, não há diferenças significativas de ocorrências entre as seis pessoas gramaticais da língua portuguesa. Com relação a essa propriedade, **deixar**⁴ constitui uma exceção, uma vez que tende a ocorrer com verbo da

¹³ No que concerne aos resultados obtidos, nem sempre haverá uma coincidência do número total de ocorrências registrado na amostra sincrônica para cada uso de **deixar**. Isso se dá porque os casos de sujeitos das completivas codificados por pronomes indefinidos, pelo fato de não se enquadrarem em nenhuma das formas de expressão de sujeitos consideradas na pesquisa, não foram quantificados nesse grupo de fator.

matriz na segunda (12/22 = 55%) e primeira pessoas (7/22 = 32%) do singular; já, na completiva, apresenta uso quase categórico de verbo na terceira pessoa do singular (21/22 = 95%).

Quanto à categoria controle, os sentidos de **deixar** que tendem a ser mais utilizados com sujeitos controladores são **deixar**¹ (80/94 = 85%), **deixar**³ (8/11 = 73%) e **deixar**⁴ (22/22 = 100%); **deixar**² se caracteriza por não apresentar sujeitos controladores (5/5 = 100%).

O parâmetro animacidade do sujeito da completiva coloca os usos de **deixar** em posições diferentes: de um lado, estão **deixar**¹ e **deixar**², que só ocorrem com sujeitos animados (94/94 e 5/5, respectivamente) e, do outro, **deixar**⁴, que seleciona categoricamente sujeitos inanimados (22/22). Já **deixar**³, com relação a esse parâmetro, se comporta de modo bem particular: com esse uso, a diferença percentual entre sujeitos animados (5/11 = 45%) e inanimados (6/11 = 55%) não é tão significativa (10%).

No que concerne ao fator negação, os usos de **deixar** se aproximam pelo fato de apresentarem mais dados de estruturas complexas com itens negativos no predicado da matriz (com negativa simples ou dupla): **deixar**¹ (38/41 = 93%), **deixar**² (3/3 = 100%)¹⁴, **deixar**³ (4/5 = 80%) e **deixar**⁴ (1/1 = 100%)¹⁵. A respeito da distribuição dos tipos de **deixar**, destaca-se aqui uma afirmação de Galvão e Lima-Hernandes (2000): o verbo **deixar**, por atuar nos mesmos contextos em que *permitir*, que é detentor de alta polaridade positiva, numa situação de negação exige que o item de polaridade negativa o reja.

A propriedade inserção de material fônico entre as cláusulas vinculadas também é responsável por uma neutralização entre os quatro tipos de **deixar**: nesses usos, ou registram-se índices de ocorrência muito baixos de material interveniente entre os verbos das orações matriz e encaixada ou há ausência desse material: **deixar**¹ (7/94 = 7%), **deixar**² (0/5) **deixar**³ (1/1 = 9%), **deixar**⁴ (1/22 = 4%)

¹⁴ Para **deixar**¹, conferir os exemplos (01), (06) e (12) desta seção; para **deixar**², ver o exemplo (14).

¹⁵ Para **deixar**³ e **deixar**⁴, alguns dos exemplos encontrados na amostra são, respectivamente: (a) Pra distrair a vida e funcionar também a memória, né? **a gente não pode deixar parar**, né? (Inf. 27, Amostra 00(C), Primário, p. 19); (b) Aí faz aquela creme, aí bota para cozinhar um pouquinho no fogo, **não deixar endurecer não**, ficar molinho. (Inf. 12, Amostra 80, Primário, p. 06)

Pode-se dizer que os resultados obtidos acima para os parâmetros lingüísticos correspondem às estruturas não-marcadas dos usos de **deixar**. Para uma melhor visualização, tais resultados estão também expressos nos quadros 6 e 7.

	Grau de finitude	Explicitude do sujeito	Correferência do sujeito	Forma de expressão de sujeito	Animacidade do sujeito
Deixar¹	- finita	+ explícito	- correferente	+ anáfora pronominal	+ animado
Deixar²	- finita	+ explícito	+ correferente	+ anáfora pronominal	+ animado
Deixar³	- finita	± explícito	- correferente	+ anáfora zero	± animado
Deixar⁴	- finita	- explícito	- correferente	+ anáfora zero	- animado

Quadro 6: Estrutura não-marcada das completivas de **deixar** (1).

	Controle ¹⁶	Negação	Presença de material interveniente	Pessoa gramatical dos sujeitos da matriz e completiva
Deixar¹	+ controle	+ negação na matriz	- material	sem restrição
Deixar²	- controle	+ negação na matriz	- material	sem restrição
Deixar³	+ controle	+ negação na matriz	- material	sem restrição
Deixar⁴	+ controle	+ negação na matriz	- material	Deixar em P2 e P1 Completiva em P3

Quadro 7: Estrutura não-marcada das completivas de **deixar** (2).

¹⁶ Neste caso, estou me referindo apenas ao controle do referente-sujeito da matriz sobre o referente-sujeito da completiva. Convém lembrar que **deixar²**, embora não apresente esse tipo de controle, possui um outro: o controle feito por um referente que se atualiza lingüisticamente como um sintagma preposicional com função sintática de agente da passiva (conforme ilustrado pelo exemplo (02) desta seção).

De acordo com algumas das propriedades lingüísticas aqui controladas, é interessante ressaltar que há convergências e divergências entre alguns usos de **deixar**. Por exemplo, **deixar**¹ e **deixar**³ se aproximam, quanto ao grau de finitude de suas completivas: mesmo admitindo a estrutura finita e não-finita, essas cláusulas tendem a se realizar mais na forma não-finita; quanto ao fator correferencialidade de sujeitos, suas sentenças encaixadas se caracterizam por terem sujeitos não correferentes aos das matrizes. Assim, pode-se considerar que, no que diz respeito aos dois parâmetros citados anteriormente, há uma neutralização entre esses dois usos do verbo **deixar**.

Já **deixar**² e **deixar**⁴ também se aproximam no que concerne à atuação do fator grau de finitude. A diferença entre esses dois últimos usos e os dois primeiros se deve ao fato de **deixar**² e **deixar**⁴ apenas selecionarem completivas não-finitas. Ainda em relação a esse fator, vale destacar algumas especificidades desses usos: enquanto **deixar**⁴ ocorre com completiva tanto no infinitivo como no gerúndio, **deixar**² apenas subcategoriza cláusula no infinitivo. Essas duas acepções ainda se comportam diferentemente quanto às categorias correferencialidade e formas de expressão de sujeitos: **deixar**² apresenta sempre sujeitos correferenciais e o sujeito da encaixada expresso por anáfora pronominal; **deixar**⁴ só se realiza em estruturas com sujeitos da matriz e completiva não-correferenciais, havendo uma tendência de que o sujeito da completiva se configure sintaticamente como uma anáfora zero. Uma outra peculiaridade de **deixar**⁴ é que essa acepção tende a ocorrer com verbo da matriz na segunda pessoa gramatical.

À primeira vista, poder-se-ia dizer que não é possível falar de casos de integração e gramaticalização em decorrência das superposições entre alguns tipos de **deixar**. No entanto, quando se compara a atuação conjunta dos fatores lingüísticos supracitados, percebe-se que, dos quatro usos de **deixar**, o mais integrado e gramaticalizado é **deixar**⁴ pelo perfil característico descrito acima (cf. quadros 6 e 7).

Com relação ao fator extralingüístico escolaridade, os sentidos de **deixar** se distribuem em três grupos: no primeiro, estão os usos **deixar**¹ e **deixar**³, que são mais empregados por falantes que possuem o primário (47/94 = 50% e 6/11 = 55%, respectivamente); no segundo, se insere **deixar**², que é predominante na fala de informantes com o ginásio (60%); e no último, encontra-

se **deixar**⁴, que não apresenta diferenças percentuais significativas (apenas 9%) entre os níveis primário (9/22 = 41%) e ginásial (11/22 = 50%). Neste caso, as hipóteses aventadas na pesquisa, no que tange a essa categoria extralingüística, se confirmaram em parte, já que alguns dos usos mais concretos de **deixar** ocorrem no nível mais baixo de escolaridade. No entanto, quando se observa a distribuição de **deixar**⁴, aqui considerado como o uso mais gramaticalizado de **deixar**, constata-se que não houve uma predominância numérica significativa na direção esperada, ou seja, no grau mais alto de escolaridade.

FAZER

Diferentemente do que acontece com os outros dois verbos causativos aqui examinados, foi muito difícil detectar sentidos específicos de **fazer** em construções sintáticas complexas. Isso pode estar relacionado ao fato de esse verbo, entre os causativos, ser considerado, na literatura lingüística, como aquele que possui, do ponto de vista semântico, uma acepção mais neutra (cf. Bittencourt, 1995:157-158).

Entre os vários significados apresentados por Ferreira (1986) para **fazer**, destaco aqui alguns que estão relacionados à noção de causatividade: ‘causar’, ‘ocasionar’, ‘alcançar, conseguir por influência ou empenho’. Borba et al. (1991:745) citam que **fazer**, com sujeito causativo e complemento expresso por um sintagma nominal ou oração, pode ter os sentidos de ‘provocar’, ‘produzir’, ‘causar’.

Repare-se, pois, que a idéia de ‘causar algo’ é um traço recorrente nos sentidos mencionados anteriormente. Sendo assim, diante da dificuldade de estabelecer, com precisão, distintos sentidos para **fazer** com valor causativo, optei por proceder a uma categorização desse verbo levando em conta o tipo de estado de coisas que vai ser causado na sua completiva: se (a) *ações* ou *atividades* (estados de coisas dinâmicos em que um participante faz ou provoca algo) ou (b) *processos* (estados de coisas que envolvem mudança de estado/condição ou experiência interna de um participante) (cf. Van Valin e Lapolla, 1997:83; Neves, 2000:26).

Tomando, então, por base a distinção feita para os tipos de estados de coisas que podem ser expressos pelas cláusulas completivas de **fazer**, classifiquei os usos desse verbo como **fazer**¹ (causar uma dada ação ou atividade) e **fazer**² (causar a mudança de um estado ou qualidade ou condição)¹⁷. Em outras palavras, estou considerando que, em cláusulas complexas, o referente-sujeito de **fazer** é, por exemplo, o elemento responsável por levar um outro referente-sujeito a executar uma dada ação (01) ou a adquirir um dado estado (02).

(01) F- Ah! Gostei demais. Foi num domingo, não é? (está) Eu tinha ido visitar o meu pai. eu falei para ele assim: "olha, pai, eu não vou poder demorar muito não que hoje é o jogo do Flamengo." Ele: "Está bem." (sussurrando) "Está bem". Então, eu ("fui"), visitei ele, eu cheguei aí, já estava terminando o primeiro tempo. **Meu filho ainda fez eu fazer uma bandeira para ele**. Para o flamengo. Eu tive <f>- minha. Avô arrumou um pedaço de pano lã vermelho lá, tive que fazer uma bandeira para os dois. (...) Porque, quando faz para um tem que fazer para o outro. (está) se não tem briga. (Inf. 04, Amostra 80, Primário, p. 12)

(02) Ele já chegô REVOLTA:DO, aí deu um empurrão nele, ele foi <bem...> aí a Andréia acabou indo embora, meu irmão ficô. Aí minha irmã ficô de ir pra São Paulo morá cum meu pai, aí num sei quê que houve os dois voltaram, mas não se dão bem de jeito nenhum. O que ele apronta, pô... Ele apronta e **faz minha mãe passá cada vergonha cum a família!** Porque ele bebe e num tem, assim, modos de brincá cum a pessoa. Acho que tem que bebê a cerveja ali, o conteúdo, e não a mente, né! Então ele bebe e fica fazendo merda, ele passa a mão na perna da minha avó. (Inf. 12, Amostra 00 (C), Ginásio, p. 05)

Em (01), a completiva de **fazer** codifica uma ação executada pela própria informante, a confecção de uma bandeira, a pedido de um dos seus filhos; já em (02), a encaixada denota uma mudança de estado da mãe da informante: esta fica envergonhada diante de algumas atitudes do seu marido.

Como entendo que a realização de uma ação ou atividade pode ter, no mundo empírico, uma referência mais concreta do que a mudança de um estado, parto do pressuposto de que o uso de **fazer**¹ é mais concreto do que **fazer**². A esse respeito, convém lembrar a escala de categorias cognitivas proposta por Heine et al. (1991), ao focalizarem uma possível trajetória unidirecional

¹⁷ Vale destacar que, na amostra sincrônica, foi registrado um único dado de **fazer** em que esse verbo parece funcionar como um elemento focalizador da cláusula não-finita: (a) É, é importante, sim. Muito bom agora, tem gente lá, que é italiano, um casal que tem ali- lá- agora, que é, me esqueci, juro que eu me esqueci, sabe? Não sei. Tem um casal lá, que fala todo enrolado lá, e eu não entendo nada. **Eu só faço balançar a cabeça**, assim- (risos) é. (Inf. 19, Amostra 80, Ginásio, p. 04)

do processo metafórico: PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE. Nessa escala, as categorias estão dispostas, da esquerda para a direita, a partir de um grau crescente de abstratização. Assim, as categorias que estão à direita são sempre mais abstratas do que aquelas à esquerda. Nesse sentido, se for observada a alocação das categorias ATIVIDADE e QUALIDADE no *continuum* anterior e se for considerado que QUALIDADE pode se referir a estados (cf. Heine et al.,1991), verifica-se que essa última categoria é mais abstrata do que a primeira a que me referi.

Passo, a seguir, a descrever as propriedades semânticas e estruturais dos dois usos de **fazer**.

Quanto à categoria controle, com **fazer**¹ (03), (04) e **fazer**² (05), (06), o referente-sujeito da matriz pode controlar ou não o estado de coisas expresso na completiva. Os exemplos (03) e (05) ilustram casos de controle; (04) e (06), de ausência de controle. Não se registraram casos desses dois usos de **fazer** com controle parcial.

(03) E: Mas você acha que no tempo do seus pais era assim também?

F: Dos meus pais, não. Agora do meu tempo já era [E: Já era, né?]. Dos meus pais não. Acho que era muito diferente, a educação era muito rígida. [E: é?] é. Era muito severa – a pesso:a mais velha tava conversando, e minha mãe conta que se chegasse uma criança perto, eles só botavam o olho assim e ó (batendo as palmas das mãos) saiam fora. Disse que até pá casá, eles num conheciam o noivo. **Fazia as noiva fazê um buraco na parede**, ficava olhando pra vê se conhecia o NOIVO! É, minhas tia...[minhas tia] conta, minha... uma tia minha que já morreu conta, que elas não conheciam o noivo, é os pais que arrumavam ia lá: “olha, tenho uma filha aqui ocê vai casá, tal tal, e as meninas doida pra conhecê os rapazes. Aí fazia os buraco, as parede tinha tudo buraco, aí quando eles iam lá, e sentava os velho tudo na sala conversano... eu ia até falá uma besteira mas não pode porque tá aí. (Inf. 08, Amostra 00 (C), Primário, p. 02)

(04) Se der, vamos tentar! Aí, se não der, acho melhor continuar só amizade, partir para outra: (criança falando) que é você ficar assim "Ah, mas o amor muda tudo, supera tudo!" Não supera não! [Muita]-Muita coisa que a gente [não]não é um sentimento tão forte assim, que vá mudar o modo de pensar, inteligência, cabeça- **o amor não vai fazer um cara ler jornal todo dia!** (est) Só porque ele ama, ele vai ler jornal <todo> dia, porque eu leio?! (inint) **O amor não vai fazer ele ir lavar louça para mim!** (riso) (inint) Gosta de mim, mas [não]- não gosta de lavar louça e, aí?! (Sandra, Amostra 80, Colegial, p. 10)

(05) Não houve envolvimento mais nenhum nessa parte com ele. (cachorro latindo) e não precisei ficar com raiva dele nem nada. Considero até demais, e um grande amigo

para mim. Só não perdi minha ovelha, (est) não é? minha rindo) ovelha negra **eu fiz ela ficar branca de novo.** (f) riso) (ruído) (est) que eu acho que não custa a pessoa lutar, porque por exemplo, >se!- se eu visse aquilo? então e/ porque a juventude- "Ah! É/ da juventude." Eu fosse aceitar- Eu aceitei, mas ao mesmo tempo tirei ele do caminho. eu disse: "não (Inf. 42, Amostra 80, p.85)

- (06) Agora para o meu neto, dinheiro? Não! Eu quero é a cuca maravilhosa e fé. Eu sou católica, (carro passando) ele pode não ser católico, mas eu gostaria que ele tivesse uma fé. Viver sem fé, ninguém vive. (ruído) A minha maior riqueza é a minha fé. Não vou <tor->- não vou- não sou carola. **Não vou fazer que o meu neto seja católico**, se ele não quiser. Se ele- eu vou- lógico que ele vai ser encaminhado dentro da (ruído) religião dos pais e [da avó,] naturalmente, da família, católica. Mas se ele adulto quiser ser espírita, um bom espírita, se ele quiser ser um bom (ruído) protestante, eu acho que (bonde passando) tudo bem. Desde que ele creia nessa fé que ele vai abraçar, (est) não é? (Inf. 48, Amostra 80, p. 08)

Quanto ao fator animacidade, os sujeitos das completivas de **fazer**¹ se caracterizam pelo traço [+animado] (07) enquanto os das encaixadas em **fazer**² podem ser tanto animados (08) como inanimados (09). Não deve causar estranheza essa distribuição das sentenças completivas de **fazer**¹ e **fazer**² no que diz respeito à atuação desse fator semântico-pragmático, uma vez que, no mundo empírico, ações tendem a ser executadas por seres animados¹⁸; já a mudança de um estado, uma qualidade ou condição pode ser observada tanto nesses seres como nos inanimados.

- (07) Aí eu fiquei danado, não é? Tomei a boneca da mão da filha da vizinha, botei no (rindo) chão e ("pisei a") boneca (inint). (f)(risos) aí, Marina saiu chorando, não é? ("o") papai estava em casa, dia de natal, não é? "Que foi?" "Ah! O Agostinho ("me") amassou minha boneca toda, pisou ("a") minha boneca, ("aí pronto.") aí o papai me chamou. Eu já sabia que ia apanhar, não é? Não- ("Agostinho"), vem cá." aí eu corri, não é? Ele veio, correu atrás de mim. **Eu fiz ele dar umas (rindo) cinco volta no quintal**, não é? (risos) (f) A quintal ("tinha") cinqüenta metro de fundos de fundos. (Inf. 33, Amostra 80, Primário, p. 07)

- (08) Então, eu acho que não adianta aumento. **E esse aumento, na minha opinião, faz muita gente ficar desempregada.** Porque você tendo duas duas vez aumento por ano, você você começa a ganhar mais ou menos, quando é daqui a dois anos você está ganhando muito. (Inf. 36, Amostra 80, Ginásio, p. 43)

- (09) Eh... tem o lado financeiro, que pesa. Você pagá vinte reais numa entrada – você nunca vai sozinho. Então se cê fô pensá são quarenta reais. (telefone tocando) Aí- e as pessoas acham que – “Ah, é caro.”. Não, não é caro porque quem faz teatro sabe que aquele valor do

¹⁸ Convém lembrar que, no mundo ficcional, qualquer ser inanimado pode realizar uma dada ação, desde que esteja personificado.

ingresso não vai pagá a produção. Então- Ele não pode sê mais barato, pro povo, mas ao mesmo tempo não há um subsídio pra que se pudesse cobrá menos. (est) Né? se a gente tivesse eh... uma forma de **fazê ficar mais barato teatro**, eu acho que... seria melhor. (est). Por exemplo, um teatro infantil, você vê, vai pai, mãe e duas crianças. Dez, quinze reais, são sessenta reais. (est) Isso pesa no bolso. (Inf. 24, Amostra 00 (C), Colegial, p. 04)

Quanto à configuração sintática das suas completivas, **fazer**¹ admite cláusulas finitas e não-finitas, como ilustram, respectivamente, (10) e (07). As sentenças subcategorizadas por **fazer**² também podem ser realizadas na forma finita (11) e não-finita (08), (09).

(10) Ai eu acho muito bom, porque eu acho que chama muita gente pra ir a igreja, principalmente jovem. Essa coisa do padre Marcelo inovou muito, eu gostei, achei muito bom, muito bom mesmo. **Ele fez com que as pessoas fossem até a igreja**, né? pra dançá, cantá, eu gostei, gostei muito. (Ana Cristina, Amostra 00 (C), Ginásio, p. 14-15)

(11) E - [Então] vem cá! quê que você acha, assim, que deveria ser feito, para mudar isso tudo?
F - (...) Primeiro: Colocar as crianças numa creche. Segundo: Dar educação ótima para elas. Pretensiosa! Terceiro: **fazer com que as pessoas jovens, que estão se casando agora, evitem ou pensem duas vezes-** mas [olha]- olha! Impossível! Que tem gente que- infelizmente, tem gente que é ruim. Tem gente que tem aquela mentalidade ainda que: "Ah, eu ponho [no]- no mundo e Deus cuida!" (Inf. 39, Amostra 80, Colegial, p. 12)

Os sujeitos das cláusulas matriz e completiva de **fazer**¹ e **fazer**² podem ser correferenciais ou não. Na amostra, só há casos de não-correferencialidade de sujeitos, o que se justifica pelo fato de o contexto mais propício à ocorrência desses dois usos ser justamente aquele em que um ser produz um determinado efeito em um outro ser; como já foi explicado anteriormente, a diferença entre esses dois usos reside no tipo de efeito a ser ocasionado.

No que tange às suas formas de expressão, os sujeitos das completivas dos dois tipos de **fazer** podem ser codificados por sintagma nominal pleno e anáforas pronominal e zero. Também com **fazer**¹ e **fazer**² não há restrição de pessoa gramatical.

Observa-se, pois, que, **fazer**¹ e **fazer**² possuem características (tanto semânticas como estruturais) comuns. Dos parâmetros lingüísticos acima considerados, o mais relevante para a distinção entre as duas acepções do verbo **fazer** é o fator animacidade. Sendo assim, em relação a essas duas acepções, a análise qualitativa não fornece respaldo para se estabelecerem diferentes graus de

integração sintática ou gramaticalização. Resta saber se os resultados da análise quantitativa dos dados também vão seguir nessa direção. Passo, então, a eles.

Como já foi mencionado anteriormente, entre os verbos causativos aqui analisados, **fazer** é o que possui o menor índice de ocorrência no *corpus*: somente se registraram 33 dados de sentenças complexas com **fazer**, dos quais 18 (55%) são de **fazer**¹ e 15 (45%), de **fazer**², como mostra o gráfico abaixo.

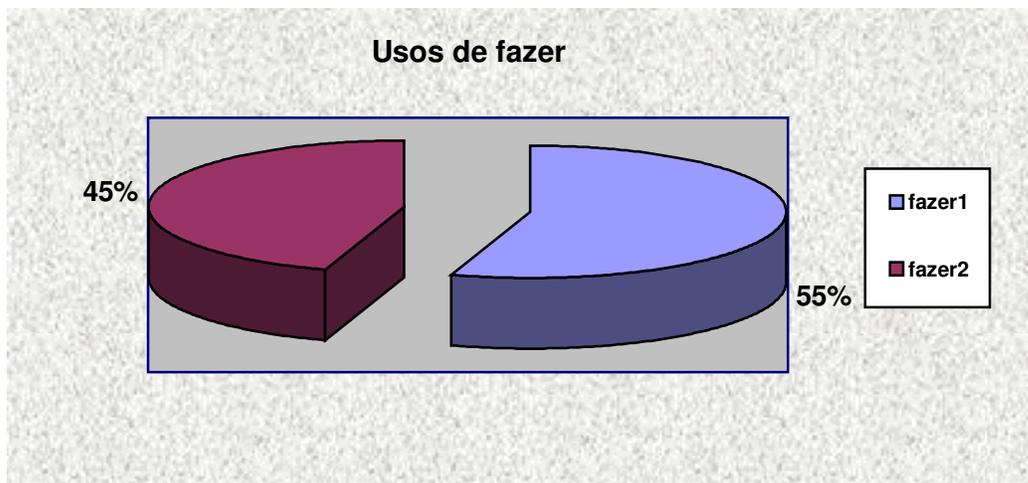


Gráfico 3 - Distribuição dos usos de **fazer** na amostra.

Como a diferença percentual entre os dois tipos de **fazer** não é tão significativa (10% em favor de **fazer**¹), não é prudente falar de valor marcado ou não-marcado.

Quanto às propriedades de **fazer**¹ e **fazer**², os resultados quantitativos apontam que suas completivas:

- (a) são mais empregadas na forma não-finita (67%, 80%, respectivamente);
- (b) apresentam sujeitos que tendem a ser controlados pelos sujeitos das matrizes (89%, 67%, respectivamente);
- (c) tendem a selecionar sujeitos animados (100%, 80%, respectivamente);
- (d) possuem mais sujeitos não-correferentes (100% para os dois usos);

- (e) ocorrem mais com sujeitos explícitos (83%, 87%, respectivamente), expressos por anáfora pronominal (47% para os dois usos);
- (f) tendem a não apresentar índices extremamente altos de ocorrência de material interveniente entre o seu verbo e o da matriz; esses índices são maiores para as completivas de **fazer**¹ (39%) do que para as de **fazer**² (13%);
- (g) não ocorrem com polaridade negativa; os casos de estruturas com essa polaridade registrados para as construções com **fazer**¹ e **fazer**², embora não sejam numerosos, são todos de negação do predicado da matriz (cf. exemplos (04) e (06) desta seção, respectivamente), com o escopo do item negativo se restringindo a essa oração (100% para os dois usos). Da mesma forma que acontece com as estruturas causativas com o verbo **mandar**, as completivas dos dois tipos de **fazer**, quanto ao fator negação, parecem apresentar uma menor autonomia lingüística. (cf. Haiman, 1983; Cezario et al., 1996).

Levando-se em conta a frequência de uso, pode-se dizer que a conjunção dos traços semânticos e sintáticos supracitados representa a estrutura não-marcada das completivas de **fazer**¹ e **fazer**². Esses resultados ficam mais evidentes quando expressos sob forma de gráfico.

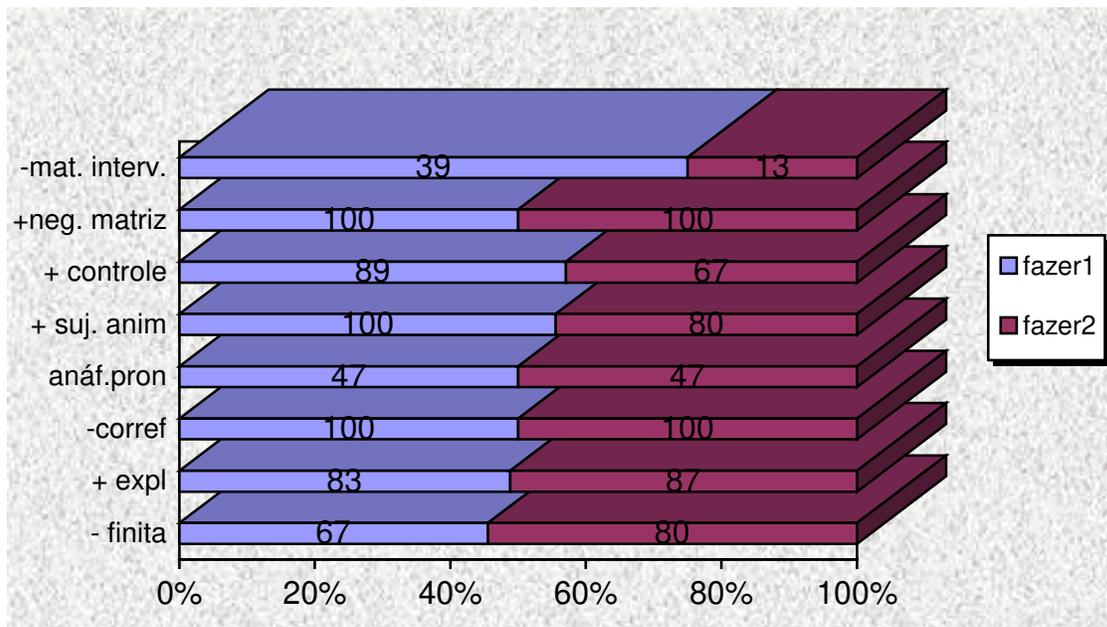


Gráfico 4: Estrutura não-marcada das completivas de **fazer**¹ e **fazer**².

No que concerne aos resultados acima, teço os seguintes comentários:

- (a) observe-se que, quanto aos percentuais registrados para sentenças não-finitas, existe uma diferença de 13% em favor de **fazer**². Como esse uso é considerado mais abstrato do que **fazer**¹, não é estranho esse fato.
- (b) Como já era de se esperar, o uso de **fazer**¹ com sujeitos animados é categórico.

A análise quantitativa, no que diz respeito a todos os fatores lingüísticos supracitados, confirma, pois, que há uma neutralização entre os dois usos de **fazer**. O que se evidencia, com essa neutralização, é que, nesse caso, diferenças semânticas não se correlacionam a diferenças sintáticas, o que parece contrariar a hipótese do isomorfismo. Em função disso, não é possível falar de usos de **fazer** mais integrados ou gramaticalizados. Embora **fazer**, em algumas línguas (por exemplo, algumas crioulas), tenha passado por uma gramaticalização e se transformado em sufixo causativo (McMahon, 1995:262), esse verbo, no português contemporâneo, continua “estacionado” no que diz respeito a esse processo.

No entanto, quanto à categoria extralingüística escolaridade, os resultados quantitativos apontam um perfil diferenciado para os dois tipos de **fazer**: enquanto **fazer**¹ ocorre mais na fala de informantes menos escolarizados, com nível primário (50%), **fazer**² é mais empregado por falantes mais escolarizados, com nível colegial (60%). Note-se que essa polarização traduz uma relação entre sentidos do verbo **fazer**, o seu nível de concretude/abstratização e graus de escolaridade: tal como previsto por uma das hipóteses deste trabalho, o uso mais abstrato de **fazer** (**fazer**²) apresenta uma predominância significativa de ocorrência na fala dos informantes com o nível mais alto de escolaridade considerado na pesquisa.

4.1.2 Os verbos perceptivos

Os verbos perceptivos subcategorizam cláusulas cujo conteúdo semântico indica algo que resultou da percepção do referente-sujeito da matriz. Essa percepção pode ser sensorial ou intelectual, como ilustram (01) e (02), respectivamente.

(01) E: E quando tem tiroteio como é que é?

F: Ah é um pânico, a gente sempre, se olha vê se não tá ferido, a gente sempre procura alguma coisa, se está ferido que realmente o projétil **a gente só sente queimar**, quando procura já tá ferido. (Inf. 26, Amostra 00 (C), Ginásio, p.07)

(02) E: Você já correu algum perigo de vida?

F: Já, várias vezes. Baile funk.

E: Baile funk, como é que foi?

F: Ah... baile funk... é aquele tipo [de-] [de-] de coisa que a senhora sempre vê na televisão. É briga, é divisão... Eu já fiquei naquele meio, mas (hes) isso aí já era tempo... Mas eu já... parei com isso que **eu vi que isso aí não dá “camisa” a ninguém**. (Inf. 05, Amostra 00 (C), p. 15)

Em (01), o verbo **sentir** significa ‘experimentar sensação física’, referindo-se unicamente a uma percepção sensorial. Nesse trecho, o informante fala da sensação desagradável (a de queimação) que uma bala provoca no corpo humano. Já em (02), **ver** exprime percepção intelectual, tendo a acepção de ‘chegar à conclusão de algo’. Nessa parte da entrevista, o informante descreve o ambiente do baile *funk* e diz que, após freqüentar esse tipo de ambiente, chegou à conclusão de que participar do baile *funk* não traz nenhum tipo de benefício a uma pessoa.

No que concerne à complementação de verbos perceptivos, para Frajzyngier (1986), existem dois domínios semânticos principais:

(a) evidência direta (quando o sujeito da cláusula matriz vê, ouve ou sente o evento descrito na cláusula encaixada);

(b) evidência indireta (quando o sujeito da cláusula matriz conclui sobre o evento descrito na cláusula encaixada).

Assim, nos termos de Frajzyngier (1986), (01) ilustra uma evidência direta do evento codificado na completiva e (02), uma evidência indireta.

Levando-se em conta o tipo de percepção ou evidência a que remetem as suas completivas, os verbos perceptivos, em sentenças complexas, podem conter sentidos mais concretos (01), quando expressam unicamente percepção sensorial ou uma evidência direta de um dado fato, ou mais abstratos (02), quando remetem a operações cognitivas, exprimindo, portanto, uma percepção intelectual ou uma evidência indireta. Ainda em construções complexas, verifica-se que tais verbos podem apresentar um valor semântico híbrido, que constitui uma intersecção dos sentidos concreto e abstrato, como mostra (03).

- (03) A pessoa vai fazê, vai fazê, vai tê que <acert...>(hes)... eu num tenho superstição, [eu]... eu chego em casa, **eu vejo que ela tem muito trabalho**, eu num <gos...> [num]... num chego que nem essas pessoas que joga a meia pra lá e joga isso pra cá... (Inf. 25, Amostra 00 (C), Primário, p.09)

Em (03), o verbo **ver** comporta concomitantemente um sentido relacionado à visão física e um sentido ligado à percepção ou à constatação de algo no plano mental: quando chega em casa, o informante, ao ver, por exemplo, uma pilha de pratos na pia ou um monte de roupas para lavar (sentido concreto), pode perceber/constatar/concluir que a sua esposa tem muita tarefa doméstica para fazer (sentido abstrato). A esse respeito, Garcia (2000), ao tratar da expressão de uma percepção direta ou indireta de um evento nas sentenças complexas com verbos perceptivos, chama a atenção para o fato de que a inferência ou dedução de um fato pode estar baseada em experiências visuais.

Sweetser (1990) destaca que, nas línguas humanas, é comum o uso de palavras do domínio físico (portanto, com significado mais concreto) para expressarem palavras do domínio mental (portanto, com significado mais abstrato)¹⁹. No campo semântico dos verbos de percepção, de acordo com essa lingüista, também se evidencia, sincrônica e diacronicamente, um processo de metaforização, com a trajetória de mudança de sentidos mais concretos para mais abstratos²⁰. A

¹⁹ Servem como ilustração dessa asserção os termos relativos ao corpo humano, que são freqüentemente utilizados como fonte de vocabulário para estados psicológicos ou atividades mentais, as chamadas metáforas de base corporal (cf. Sweetser, 1990; Votre e Rocha, 1996).

²⁰ Cumpre ressaltar que Sweetser (1990:35) adverte que, “embora a trajetória da mudança semântica que ela está descrevendo seja fundamentalmente de uma direção (concreto → abstrato, ou físico → mental), alguns verbos podem mudar em direção oposta”. Assim, palavras significando ‘atenção mental’ ou ‘entendimento’ podem adquirir o sentido de audição física. Por exemplo, apesar de a forma latina *intendere* ‘direcionar a atenção de alguém para’

autora mostra que as associações entre percepção física e mental via transferência metafórica não são correspondências ao acaso, mas relações bastante motivadas. Por exemplo, verbos de visão, nos termos de Sweetser (1990:33), geralmente desenvolvem sentidos abstratos de atividade mental através das seguintes transferências metafóricas:

(a) visão física \Rightarrow conhecimento, intelecto: essa metáfora tem sua base no *status* primário da visão como fonte de dados; no inglês há expressões como “I saw it with my own eyes” para indicar certeza e estudos de evidenciais, em muitas línguas, mostram que o dado visual direto é considerado o tipo de conhecimento mais seguro;

(b) visão física \Rightarrow visão mental: provavelmente essa metáfora baseia-se na forte associação entre visão e conhecimento e também nas propriedades partilhadas pelos domínios visual e intelectual, que têm a ver com a nossa capacidade de focalizar nossas atenções e monitorar estímulos visual e mentalmente.

Votre (1999), ao analisar o verbo perceptivo **ver**²¹ com base em dados empíricos do latim e do português arcaico e contemporâneo²², assume uma postura contrária à de Sweetser. Com relação a esse item verbal, afirma que não há evidência de uma trajetória do concreto para o abstrato: “the uses of *videre* (...) indicates that in Latin, as in contemporary Portuguese, (...) the cluster of meanings associated to this verb is as complex, since contextually given, and as abstract as contemporary uses” (Votre, 1999:17). Esse autor faz a mesma observação para a grade semântica de **ver** no período arcaico da língua portuguesa, ao cotejar os usos de **ver** nesse período e os de *videre*.

Os verbos perceptivos podem possuir ainda sentidos mais abstratos do que o ilustrado em (02) e assumir, no discurso do falante, funções pragmáticas e interativas. Isso acontece, por exemplo,

ter se desenvolvido, no francês antigo, na forma *entendere* ‘ter atenção, entender’, no francês moderno, o verbo *entendre* tem o sentido básico de ‘ouvir’; *entendre* substituiu a forma do francês antigo *ouïr*, a herdeira legítima da forma latina *audire*.

²¹ Nesse estudo, Votre contempla, além de **ver**, os seguintes verbos: *achar, pensar e saber*.

²² Os *corpora* utilizados por Votre foram os seguintes: a comédia do latim arcaico *Anfitrião*, escrita por Plauto; as comédias de Gil Vicente *Auto da Barca e Inês Pereira*, que servem como fonte da fase arcaica do português; e textos falados e escritos do português contemporâneo, recolhidos do *corpus Discurso e Gramática* da cidade do Rio de Janeiro.

quando tais verbos passam a ser utilizados como marcadores conversacionais, como se vê em (04). A esse respeito, vale lembrar que Martelotta et al. (1996b:71) asseveram que “os pontos de partida da discursivização tendem a ser elementos lexicais que apresentam um valor semântico que se presta a ser estendido para usos interativos e discursivos”. Citam que, entre esses elementos, estão alguns verbos de percepção, como, por exemplo, **ver**.

(04) Ela tem <mu->- a minha mãe deve estar com uma média, assim, freguesas ativas que vem sempre, assim, mês em mês, semana em semana, ela deve ter umas cento e cinquenta freguesas ou mais. por aí. Fora as que vem uma vez ou outra, vem só época de natal, só época de aniversário, assim, quem faz roupa mesmo, assim, uma (hes) roupa mais, como é que eu vou dizer? Mais social, para sair, são- essas não (hes)- são muito ativas não. (crianças falando) Agora, freguesas que vêm aqui são (hes) muitas, então, não dá para ela pegar- **você vê**²³, um vestido de noiva, por exemplo, que é uma coisa que <você> tem que fazer com muito cuidado muito carinho, dá muito trabalho, porque vestido de noiva, é <pluma>- é, não é? Pluma, não vou dizer pluma, (crianças gritando) mas é lantejoula, paetê, é estrace, renda, e panos finíssimos, panos super hiper caros, entendeu? (Inf. 39, Amostra 80, Colegial, p. 02)

Em contexto discursivo como o de (04), **ver** na segunda pessoa do singular é empregado como um elemento que tem a função de chamar a atenção do interlocutor para o que vai ser dito pelo falante.

Como já se sabe, do elenco dos verbos perceptivos da língua portuguesa, só serão aqui examinados os verbos **ver**, **ouvir** e **sentir**. Todos esses três itens lexicais, na amostra analisada, apresentaram usos mais concretos e mais abstratos e dois deles (**ver** e **sentir**) foram empregados com sentido híbrido.

No *corpus*, documentou-se um total de 327 ocorrências de sentenças complexas com os verbos perceptivos aqui analisados. Dessas ocorrências, 254 (78%) são com **ver**, 26 (8%), com **ouvir** e 47 (14%), com **sentir**, como mostra a tabela 2.

²³ Na realização fonética desse marcador, não houve supressão da sílaba inicial do pronome **você** (processo conhecido como *aférese*).

Verbos	ver		ouvir		sentir		TOTAL
Perceptivos	254	78%	26	8%	47	14%%	327

Tabela 2 – Cláusulas complexas com os verbos **ver**, **ouvir** e **sentir** no *corpus*.

As percentagens expostas na tabela 2 apontam que, em construções complexas, os verbos perceptivos mais e menos empregados são, respectivamente, **ver** e **ouvir**. Uma observação a ser feita sobre a distribuição desses itens verbais na amostra analisada é que o alto índice de ocorrência de **ver** pode constituir uma evidência da relevância cognitiva desse verbo (Castilho, comunicação pessoal), se comparado, por exemplo, a **ouvir**. Sobre essa questão, convém lembrar que, além de a visão ser considerada a nossa primeira fonte de dados objetivos do mundo, na vida diária, um vasto número de objetos fornece mais estímulos visuais do que auditivos (cf. Sweetser, 1990).

Sob o ponto de vista da frequência de uso, em estruturas complexas, os verbos perceptivos podem ser distribuídos no seguinte *continuum* de marcação:

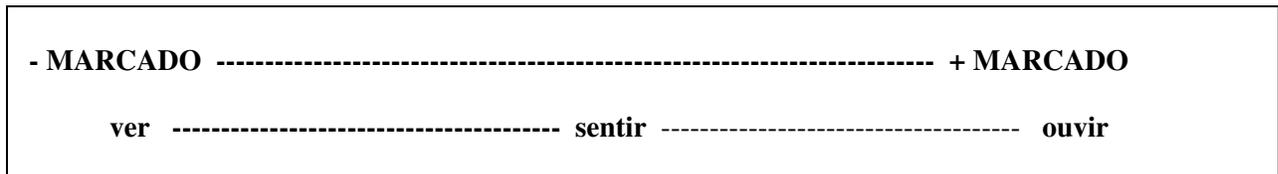


Figura 9: *Continuum* de marcação nas estruturas complexas com verbos perceptivos.

Com base na figura 9, pode-se estabelecer uma relação entre complexidade semântica dos três itens verbais supracitados e categoria marcada/não-marcada: à medida que vai diminuindo a possibilidade de escolha do falante, no que diz respeito às acepções que um dado verbo perceptivo pode adquirir em predicacões complexas, há uma redução do número de ocorrências desse verbo. Assim, o fato de **ver** constituir o item não-marcado deve estar atrelado à diversidade de sentidos que esse verbo, como predicador da matriz, tem em construções encaixadas. Raciocinando inversamente, pode-se utilizar a mesma justificativa para **ouvir**.

Ainda a esse respeito, gostaria de salientar que a distribuição dos verbos perceptivos no *continuum* acima fornece respaldo ao critério comportamental estabelecido por Croft (1990) para a identificação do estatuto marcado/não-marcado de uma categoria lingüística. Como já foi mencionado, tal critério está formulado nos seguintes termos: “qualquer evidência lingüística que demonstre que um elemento é mais ‘versátil’ do que o(s) outro(s) membro(s) da categoria e, por essa razão, não-marcado” (Croft, 1990:77). Note-se que, na figura 9, a distribuição se dá do item mais “versátil” (**ver**) para o menos “versátil” (**ouvir**) semanticamente.

Todas as considerações feitas anteriormente ficam mais evidentes, observando-se, no sentido horário, o gráfico 5.

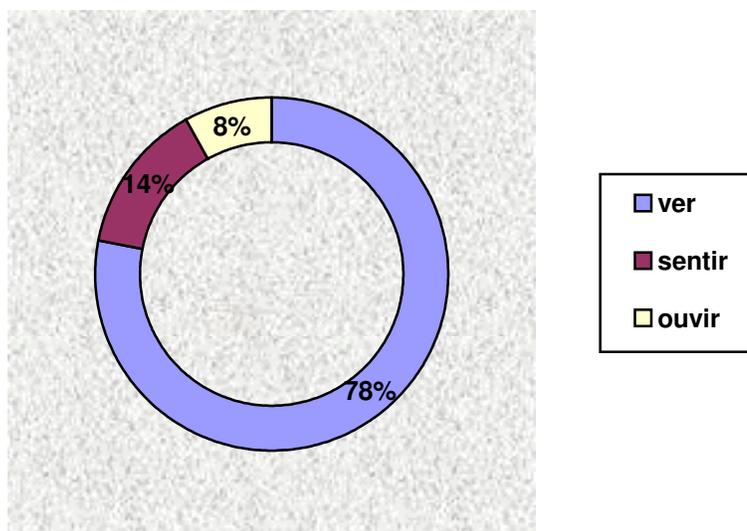


Gráfico 5 – Distribuição dos verbos perceptivos **ver**, **ouvir** e **sentir** no *corpus*.

Uma vez feitos os comentários gerais sobre a distribuição dos verbos perceptivos nos dados sincrônicos examinados, passo a tratar de cada um desses verbos isoladamente.

VER

Dos três verbos perceptivos examinados nesta tese, **ver** é o que possui uma gama maior de significados, que se referem tanto à percepção sensorial como à percepção intelectual. Esse verbo ainda pode apresentar, em um mesmo domínio (físico ou mental), significados muito próximos

entre si, o que, às vezes, torna difícil delimitar, com clareza, a diferença entre uma acepção e outra em um dado contexto. Sobre a complexidade semântica de **ver**, Votre (2001) afirma que:

A dificuldade em identificar e classificar alguns sentidos e usos [de **ver** na fase arcaica do latim e do português] sugere o caráter complexo e indefinido, indeterminado, do perfil semântico do item que está sendo analisado. (...) **A mesma dificuldade em incluir em classes nítidas de significados se verifica no português contemporâneo** (grifo meu).

Em virtude das razões explicitadas anteriormente, optei por agrupar alguns usos de **ver** levando em conta os seguintes critérios: (a) a referência ao domínio físico e/ou cognitivo; (b) a ocorrência em um contexto sintático ou discursivo específico; e (c) o desempenho de funções gramaticais ou pragmáticas. Os sentidos desse verbo foram, então, categorizados do seguinte modo:

(a) sentidos que remetem somente ao domínio físico ('enxergar', 'presenciar', 'experimentar através dos sentidos', 'ouvir', 'verificar', 'constatar' etc)

(01) Agora que que é isso aí, isso aí... futebol pra mim... futebol hoje em dia não é futebol, (gritos) futebol que eu gosto de vê mesmo que... vê mermo, chego ali na praia **vejo um time de futebol jogano**, que eles tão jogano futebol pra eles, pra se amostrá, nem ganhando dinheiro eles tão ganhano, hein? Mas é futebol. Agora eles... esses cara que tão lá dentro (inint) da seleção brasileira, todos eles são famosos, ganham um dinheirão. Ganha! (Inf. 16, Amostra 00 (C), Primário, p. 08)

(02) E: Inf. 23, você falou que gosta de futebol. Você costuma freqüentá estádios?

F: Vou. Às vezes eu vou sim, Maracanã, **vou vê o meu Flamengo jogá... perdê, ganhá**, isso não importa. De vez em quando eu vou sim. (Inf. 23, Amostra 00 (C), Colegial, p. 01)

(03) E: E como é que faz a pintura de carro?

F: Ah... [a gent-] [a gent-] a gente tem que prepará o carro, **tem que vê onde "tá" podre**, tem que raspá... lixá, tem dá a massa, tem que dá o praimo. (Inf. 05, Amostra 00 (C), Primário, p. 06)

(04) E: Você... Fica empapado o arroz?

F: Fi:ca. Ó...

E: Mas, como é que cê faz?

F: Eu faço direito. Alho, é...(hes)< como é que se...> alho, sal, olho. Eu faço direitinho. Boto água, só que eu acho que eu, quando eu experimento **aí vejo que tá duro**, toda hora eu fico botano água, (riso f) toda hora! Aí eu boto muita água, aí sempre sai errado. Aí eu falo: Ah, eu num vô mais fazê arroz não! (Inf. 12, Amostra 00 (C), Ginásio, p. 03)

(b) sentidos que se referem a uma atividade mental ('perceber', 'entender', 'descobrir', 'pensar', 'concluir', 'comprovar', 'tomar conhecimento, saber' etc)

(05) [Não, a inflação não tá nem tão ruim, mas...]¹ Pois é!... mas só que ele também (hes) A única coisa que eu acho que ele fez- eh... por enquanto de bom, foi a época que o real tava... tava pau-a-pau com o dólar... mas que depois quando ele só conseguiu se reeleger, foi que a gente foi e **viu que o real tava, né? desmoronando**. E, quer dizer, teve gente que... por exemplo... aqui em casa o meu pai sempre comentava: "Ih! o real não vai agüentar não, não vai agüentar..." E... muita gente já comentou, né? mas... tem pessoas, por exemplo, que acabavam até- nem vendo, né? Não sei... não sei. Mas... eu não gostei dele, não gostei. (pausa) (Inf. 14, Amostra 00 (C), Colegial, p. 08)

(06) Eu adoro ler, realmente, adoro ler, escrever... e... eu tenho criatividade... então... eu fiz teste vocacional no colégio... durou... um mês ou um mês e meio... Uma vez por semana a gente se reunia, ficava umas duas horas lá... aí falava: "Ah! desenh- Que que a sua família se parece? Desenha um animal pra cada pessoa da sua família... [(est)]³ Desenha... não sei quê... eh... o lugar que você gostaria de estar... Aí iam fazendo várias coisas assim, sabe? ("Tudo assim...") Você falava: "Nossa!... ficar desenhando isso!... Que bobagem!... mas... é tiro e queda. (riso f) Dá... tudo certinho, sabe? que a pessoa, realmente... o dom da pessoa! Eu acho que dá. E eu... e eu queria fazer Comunicação, já queria desde a... do segundo ano. Mas (hes) quando eu fiz teste vocacional no segundo ano também, deu que era Comunicação... mas... depois... eu fui, aí quando eu fiz no terceiro ano, **é que eu vi que era Comunicação mesmo**, sabe? Aí eu... falei: "Ah!... então é Comunicação, ("fazer agora"), ("quero fazer"). (Inf. 14, Amostra 00 (C), Colegial, p. 12/13)

(07) É. A MESMA coisa acontece na <polít...>. **Cê vê gente morrê aí assassinada**, aquela coisa toda, só porque sabe que vai ser um adversário. É a mesma coisa, entendeu? ter um adversário, desejo que ele morra ou mando alguém matar ele só porque eu acho "dono da cocada preta", como dizem aí (risos) _ na gíria antiga aqui no Rio era "da cocada preta" e tal (est) mas num é nada disso, é que a coisa... fora de sério mermo esses negócio, sabe? (Inf. 25, Amostra 00 (C), Primário, p. 03)

(c) um sentido híbrido, que remete tanto ao domínio físico como ao cognitivo

(08) Começou a viajá... aí <conh-> aí foi, conheceu um rapaz dentro dum... uma alma! dentro [dum...[dum...]] dum trem; aí [o-] o rapaz ("ele falou assim") "Pô! esse vagão é meu, [esse-] esse ("qui") já tem dono." Aí ("empurrou") ele, aí ele foi passando por dentro dos ferro assim e chegou lá embaixo, ele foi bateu (o falante bate palmas) <no> sei em que lá; aí foi, bateu, aí ficou lá. Aí foi nisso que [ele-] falou assim: "Como é que ele conseguiu me batê? que eu sou uma alma e ele também é?" **Aí ele viu que o rapaz tinha como (hes) tocá nas**

coisa; tinha como [ele-] ele já tinha aquela técnica de (“como tirar as coisas”). (Inf. 05, Amostra 00 (C), p. 08)

(d) o sentido de ‘verificar algo no futuro’ que geralmente se atualiza lingüisticamente em estruturas de finalidade do tipo *p(a)ra ver se...* ou *p(a)ra ver como...*²⁴.

(09) E: Quantas horas assim cê... percebe que fica direto estudando?

F: Ah!... eu fico umas três horas... pra mais.

E: Sem parar?

F: Três horas à:s vezes sem parar. Mas agora no final do ano eu já tava ficando meio cansada e eu- Sabe quando você começa a estudar, começa a... desprender atenção pra tudo, né? Qualquer barulhinho, cê: “Ah o que é que foi esse barulho?!...” Tocava o telefone: “Pra (“quem é esse”) telefone?!...” sabe? (riso e) Mas eu... tem vezes que eu ficava assim... três horas!... Eu também sou muito... demorada pra estudar, porque eu gosto de ler o livro!... eu faço os exercícios **pra ver se eu entendi**... Ainda mais naquelas matérias que eu não sei nada. (Inf. 14, Amostra 00 (C), Colegial, p. 12)

(10) Ah, é, moqueca, [claro]...é claro que tem uma porção de rituais, né? cê tem que comprá um peixe fresco, limpá:lo muito bem, deixá:lo de molho de um dia pro outro, à base de limão, salsa, cebolinha, alho, cebola e no dia seguinte você começa um ritual grande no fogo. Bota [o]... o azeite que ele é feito na base do azeite, né? bota ele no azeite, quando o azeite tá começando ficá bem quente, bem quente, você bota um dente de alho, (ruído) **pra vê como é que ele está**, se o dente de alho ficá dorê, sinal de que já pode começá fazê o ritual, aí você começa a botá os temperos: pimentão, cebola, tomate, aquilo tudo picadinho (est), eu tô te contando rapidamente, né? (Inf. 29, Amostra 00 (C), Ginásio, p.03)

(e) uso que se aproxima de um advérbio de dúvida na expressão **vai ver que**:

(11) Era... eu acho que era umas três hora da manhã, num era? (est) três ou quatro , [ia]... ia dá umas quatro hora [da]...da manhã, que que uma menor, uma mãe deixa uma menor í pra uma boate daquela noite; e por que que ela foi pegá carona com Edmundo? porque tem uma amiga dele que falô que ele – como é que se diz – ele corre, aposta pega - como é que se diz – e ele fala assim – Vamos pegá um pega? –, aí ele vai e corre com o carro; **vai vê que ela sabia que ele corria com o carro**, por quê que ela foi pegô uma carona com ele? não pegava carona com ele, deixava ele batê com o carro sozinho, certo? (Inf. 17, Amostra 00 (C), Primário, p. 17)

(f) usos como marcadores conversacionais (**deixa eu ver, você vê**):

²⁴ Assim como Cezario (2001), optei por distinguir esse uso do verbo **ver** de outros usos que também remetem a uma percepção intelectual pelo fato de o sentido de ‘verificar algo no futuro’ geralmente ocorrer no contexto sintático de cláusula hipotática final.

(12) Ai, nem sei Luciana, juro que eu nem sei. (falando rindo) Eu vejo filme pra caramba! mas!... (pausa) (“Depois oh...” (hes) Eu gostei de Cinema Paradiso... **Deixa eu ver**²⁵ o (“cinema”) que é mais fácil pra eu contar... esse Pretty Woman... teve... Ah... (hes) tem tantos filmes que eu gosto... E (“ti- tinha outros-”) é que eu sou péssima também de gravar nomes, sabe? eu vejo muito filme... [mas quando eu vou ver eu...] Eu vejo tanta coisa assim que... eu acabo esquecendo... nome... Eu não me ligo muito, sabe? se (“erro”) o nome do filme, não sei o quê... (Inf. 14, Amostra 00 (C), Colegial, p. 05)

(13) E isso dói, isso incomoda, né? porque tem pessoas maravilhosas que não são tão belas, por fora, mas que são grandes atores (est). **Você vê**²⁶, as melhores atrizes, que eu acho, que nós temos, que é Marília Pêra e Fernanda Montenegro, não são exemplos de beleza. Se for julgar pela beleza, são pessoas comuns. (est). Mas se fosse pensar assim, elas nunca seriam o que elas são. (est) Né? então isso incomoda muito, né? (Inf. 24, Amostra 00 (C), Colegial, p. 04)

Em (01), (02), (03) e (04), **ver** apresenta significados estritamente relacionados à percepção sensorial: nos três primeiros exemplos, os sentidos de **ver** estão ligados à visão física e, no último exemplo, à sensação física. Em (01), o informante, ao emitir sua opinião sobre a fase atual do futebol brasileiro, afirma que ele prefere presenciar um time jogando na praia a ver um jogo da seleção brasileira. Em (02), o falante afirma que costuma ir, às vezes, a estádios de futebol para assistir a jogos do seu time. Em (03), o informante diz que, antes de se pintar um carro, é preciso verificar, examinar as partes do carro que vão precisar ser lixadas. Em (04), a informante explica por que seu arroz geralmente fica empapado: todas as vezes que ela prova o arroz e sente que ele ainda não amoleceu, ela vai pondo água.

Em (05) e (06), (07), os sentidos de **ver** se inserem no plano cognitivo, já que se referem a algum tipo de atividade mental. Em (05), esse verbo significa ‘perceber’: a informante, ao tecer comentários sobre o governo de Fernando Henrique Cardoso, afirma que, somente após a reeleição desse presidente, o povo brasileiro percebeu que o Plano Real não estava dando mais certo. Em (06), **ver** tem o sentido de ‘comprovar’: a informante relata que já tinha a vontade de cursar Comunicação na universidade e, após fazer teste vocacional duas vezes (uma, no segundo ano, e outra, no terceiro ano), pôde comprovar que era esse mesmo o curso que deveria fazer. Em (07), o significado de **ver** remete a ‘tomar conhecimento’: o informante explica que geralmente

²⁵ Nesse exemplo, a expressão **deixa eu ver** foi realizada foneticamente como [ʃo've].

²⁶ Embora, às vezes, a realização fonética desse marcador conversacional seja [se've], nesse exemplo, todos os segmentos fônicos de **você vê** foram pronunciados pelo informante.

se toma conhecimento de pessoas do cenário político que foram assassinadas só por serem adversárias políticas.

Em (08), **ver** admite concomitantemente um sentido físico e outro intelectual; daí advém a sua classificação como híbrido. Nesse trecho da entrevista, o informante relata uma cena do filme *Ghost* em que Sam (protagonista) chega à conclusão de que um rapaz que também já tinha morrido podia tocar nos objetos ao seu redor; essa conclusão decorre do fato de Sam presenciar/enxergar esse rapaz mudar as coisas de lugar e bater no próprio Sam.

Em (09) e (10), **ver** tem o significado de ‘verificar algo no futuro’. Em (09), percebe-se que só depois que os exercícios de uma dada matéria estiverem prontos, é que a informante vai poder verificar, comprovar se ela compreendeu, de fato, um assunto ou não. Em (10), o informante, ao falar sobre as etapas de preparação de uma moqueca, explica que uma forma de verificar se o azeite, depois que é levado ao fogo, já está no ponto é colocar um dente de alho na panela.

Em (11), **ver** comporta um sentido equivalente ao advérbio de dúvida *provavelmente*. Nesse caso, não é só esse verbo mas toda a expressão **vai ver que** que traduz esse sentido²⁷. É um uso modalizado do verbo **ver**, uma vez que tal uso atenua o comprometimento do falante com o estado de coisas expresso pela completiva.

Os exemplos (12) e (13) ilustram usos de **ver** como marcadores conversacionais. Em (12), como já foi explicado anteriormente, **ver** na primeira pessoa do singular se agrega a *deixar* na segunda pessoa do singular, formando o marcador conversacional **deixa eu ver**, que é empregado em contexto de pausa de raciocínio. Nesse exemplo, o informante, ao ser solicitado pelo entrevistador para contar a história de um filme, se dá um tempo para pensar em (ou lembrar de) um filme cujo enredo seja mais fácil de ser reproduzido por ele. Em (13), **ver** ocorre em uma expressão que comporta traços pragmáticos de interpessoalidade (**você vê**): como já foi

²⁷ Segundo Castilho (comunicação pessoal), o sentido de dúvida, nessa expressão, pode advir das propriedades semânticas do verbo *ir* (que, nesse caso, além de marcar o futuro, também sinalizaria o modo). A meu ver, uma outra evidência para essa afirmação de Castilho é encontrada em outro uso de **ver**, que também ocorre na forma perifrástica do futuro com o verbo *ir*: *Eu vou ver se passo hoje na sua casa*. Note-se que, nesse uso, a dúvida também se faz presente.

mencionado, o falante usa essa expressão com o intuito de chamar a atenção do seu ouvinte para certas porções do texto. Observe-se que, ao empregar **você vê**, a informante mantém-se no mesmo tópico conversacional, ratificando, através de exemplos, o que afirmou anteriormente.

Vale ressaltar ainda que foi documentado, na amostra sincrônica, um uso de **ver** difícil de classificar, que é codificado da seguinte forma: em uma estrutura negativa, com **ver** no infinitivo seguido de completiva não-finita no gerúndio e antecedido do verbo *querer* no presente do indicativo (14). Esse uso normalmente se instancia quando o falante faz menção a uma situação hipotética. A meu ver, é justamente por essa razão que a interpretação de **ver** se torna ambígua: o sentido desse verbo pode remeter tanto ao domínio físico (‘enxergar’, ‘presenciar’) como ao domínio abstrato (‘saber’, ‘tomar conhecimento’). O fato de, nesse uso, a completiva estar na forma não-finita parece fornecer respaldo à intuição de que **ver** pode admitir um sentido físico.

- (14) Nunca que eu ia deixá o meu filho vendê chicrete na rua. Meu filho não! Eu passo... nem que eu.... não, virá prostituta eu num viro. Nem que eu pegue serviço de faxineira, coisa que o meu marido num qué, né? que ele diz :”Eu sô formado num quero que você seja nem faxineira, nem trabalhe em casa de família.” **Mas eu num quero vê o meu filho vendendo chicrete na rua.** Eu tenho dois braço, duas mão. Acho que essas mulheres de lá podiam pensá a mesma coisa que eu. Elas tem dois braço, duas mão, podem trabalhá, podem estudá, se formá. Porque que elas botam as criança pra... isso eu fico revoltada! (Inf. 08, Amostra 00 (C), Primário, p. 07)

Com base nos sentidos depreendidos acima para **ver**, excetuando-se o ilustrado em (14), esse verbo foi categorizado da seguinte forma: **ver**¹ (com apenas sentido físico); **ver**² (com apenas sentido abstrato); **ver**³ (com a co-ocorrência dos sentidos físico e abstrato); **ver**⁴ (acepção de ‘verificar algo no futuro’ codificada na estrutura *p(a)ra ver selcomo*); **ver**⁵ (uso como advérbio); **ver**⁶ (marcador conversacional). Passo a tratar qualitativamente de algumas propriedades semânticas e estruturais desses usos.

No que diz respeito à atuação do fator controle, nos usos encontrados para **ver** em que esse verbo ocorre com sujeitos, como já era de se esperar, esses sujeitos não são controladores dos sujeitos das completivas: a realização do fato codificado pela completiva não está atrelada à vontade dos sujeitos de **ver**.

Ver¹ admite sentenças finitas e não-finitas. As finitas podem ser introduzidas por conjunção integrante (04) ou pronome ou advérbio interrogativo (03). As não-finitas podem ocorrer com verbos no infinitivo (02) e no gerúndio (01). Esse uso pode ter, nas cláusulas encaixadas, sujeitos correferenciais ou não, animados ou não, que podem estar explícitos ou implícitos. As completivas podem ocorrer com qualquer forma de expressão de sujeito. Não existe restrição de pessoa gramatical nos sujeitos das cláusulas matriz e completiva.

Ver² ocorre com completivas finitas (05), (06) e não-finitas (nesse último caso, somente quando tem o significado de ‘tomar conhecimento, saber’) (07). As suas completivas podem ocorrer com sujeitos animados ou inanimados, explícitos ou implícitos, correferentes ou não aos sujeitos das matrizes. Nesse uso, também não há restrição de pessoa gramatical ou formas de expressão de sujeitos.

Ver³ apenas se realiza com orações finitas. Quanto às propriedades explicitude/omissão, correferencialidade e formas de expressão de sujeitos, animacidade e pessoa gramatical dos sujeitos das sentenças matriz e encaixada, observa-se, nesse uso, a mesma possibilidade de comportamento apresentada para **ver²**.

Ver⁴ só subcategoriza sentenças finitas introduzidas pela conjunção integrante *se* ou pelo advérbio interrogativo *como*. O sujeito de **ver**, nesse uso, não é explicitado, sendo realizado, pois, como uma anáfora zero. Esse sujeito, que é o da cláusula matriz, pode ser correferencial ou não ao da completiva e se caracteriza por sempre ter o traço [+ animado]. No que concerne aos sujeitos das sentenças encaixadas, não há restrição quanto ao fator animacidade.

Ver⁵ apenas é empregado em um contexto estrutural cristalizado: o verbo **ver** se realiza sempre na forma perifrástica do futuro (na terceira pessoa do singular e sem explicitação do sujeito), seguido ou não da conjunção *que*. Esse foi, portanto, o contexto que possibilitou a reanálise²⁸ e, por conseguinte, a gramaticalização desse verbo em um advérbio.

²⁸ Como já foi dito no capítulo 2 desta tese, o conceito de reanálise, na literatura linguística, diz respeito a “uma mudança na estrutura de uma expressão ou grupo de expressões, que não envolve qualquer modificação imediata ou intrínseca na sua manifestação superficial” (cf. Langacker, 1974 apud Hopper e Traugott, 1993:40).

Foi documentado um exemplo em que esse uso ocorreu sem o conectivo *que* (15). Tal fato não deve causar estranheza, uma vez que a ausência de conectivos já foi evidenciada em outro uso gramaticalizado de alguns verbos do inglês e do português: a título de exemplo, vale relembrar que *think*, *guess*, *achar*, *parecer*, quando utilizados como evidenciais epistêmicos²⁹, passam a se comportar sintaticamente como um advérbio, adquirindo uma mobilidade na frase, e também são empregados sem conectivos (cf. Thompson e Mulac, 1991 apud Hopper e Traugott, 1993; Galvão, 1999; Cezario, 2001; Gonçalves, 2003).

(15) Minha filha, hoje você tá aqui, viu? Se amanhã ou depois, Deus te livre e guarde, se você não que nunca faça isso. Se você não quisé mais segui a sua vida e se você não dé pra trás. Eu digo “Ela é que sabe, ela quis assim, ela acha bom assim, ela que faz. Faz lá o que que ela quisé, o que que eu tenho com isso. Tudo ela teve na mão pra caminhá, ela não foi porque não quis.” Mas comé que a senhora conhece ela lá no sei da onde, eu tenho esse defeito, eu conheço as pessoas. Eu conheço casa eu conheço coisa. **Vai vê, você veio de tão longe né?** E eu tô te conhecendo agora, se vê amanhã eu digo que te conheço, as pessoas vêm dizer “(inint) você conhece o quê?” “conhe:ço porquê?” Eu não só vivo de qualquer coisa, eu- eu também gosto de sabedoria, porque quanto mais eu conversá mais eu sei. (Inf. 28, Amostra 00 (C), Primário, p. 11)

Ver⁶ engloba dois empregos de **ver** como marcadores conversacionais: *deixa eu ver* e *você vê*. As propriedades estruturais de *deixa eu ver* já foram descritas na seção dos verbos causativos (mais especificamente, quando tratei do verbo **deixar**). Quanto a *você vê*, esse marcador já ocorre “desgarrado” da cláusula a que se refere: ele tende a vir no início dessa cláusula, ocorrendo sem conectivos.

Um uso intermediário com conectivo, *que*, provavelmente, deve ter gerado esse marcador, é ilustrado em (16). Note-se que, nesse exemplo, não se pode atribuir um sentido específico ao verbo **ver**.

(16) Mas aí é que o homem tem que mexê com a máquina, mas um homem faz, às vezes, o trabalho de três, quatro, um homem (est), cê vê o seguinte, **cê vê que o, por exemplo, o avião, antigamente, eram três, quatro, cinco num numa tripulação**, hoje um home só faz o trabalho, você vê que a, o, uma outra coisa que é atual que cê [vai]...vai conhecê aqui no

²⁹ Conforme mencionado no capítulo 2 desta tese, o emprego de *think* e *achar* como evidenciais epistêmicos se dá no contexto de primeira pessoa do singular; já o de *guess* e *parecer*, no contexto de segunda e terceira pessoas do singular, respectivamente.

nosso bairro, já existe a catraca nos ônibus, é só o motorista, num tem mais o trocador, a mão de obra tá acabando. (Inf. 29, Amostra 00 (C), Ginásio, p.10)

Uma vez apresentada a análise qualitativa do verbo **ver** seguido de completivas, começo a discutir os resultados quantitativos. Vale lembrar que os casos de discursivização não serão considerados na análise quantitativa dos dados que apresento a seguir.

Foram encontradas, nos dados sincrônicos analisados, 254 ocorrências de cláusulas completivas subcategorizadas pelo verbo **ver**. A tabela 3 mostra a distribuição, na amostra, desse verbo de acordo com os seus usos em construções encaixadas.

Usos de ver	ver ¹	ver ²	ver ³	ver ⁴	ver ⁵	TOTAL
	110 44%	79 31%	16 6%	44 17%	5 2%	254

Tabela 3 - Distribuição dos usos de **ver** na amostra.

Os dados fornecidos pela tabela 3 apontam que, em construções complexas com o verbo **ver**, registram-se, primeiro, mais percentuais de ocorrência de **ver**¹ (44%) e, depois, de **ver**² (31%); já o uso menos recorrente desse verbo se instancia como **ver**⁵ (2%). Esses resultados estão também representados no gráfico 6.

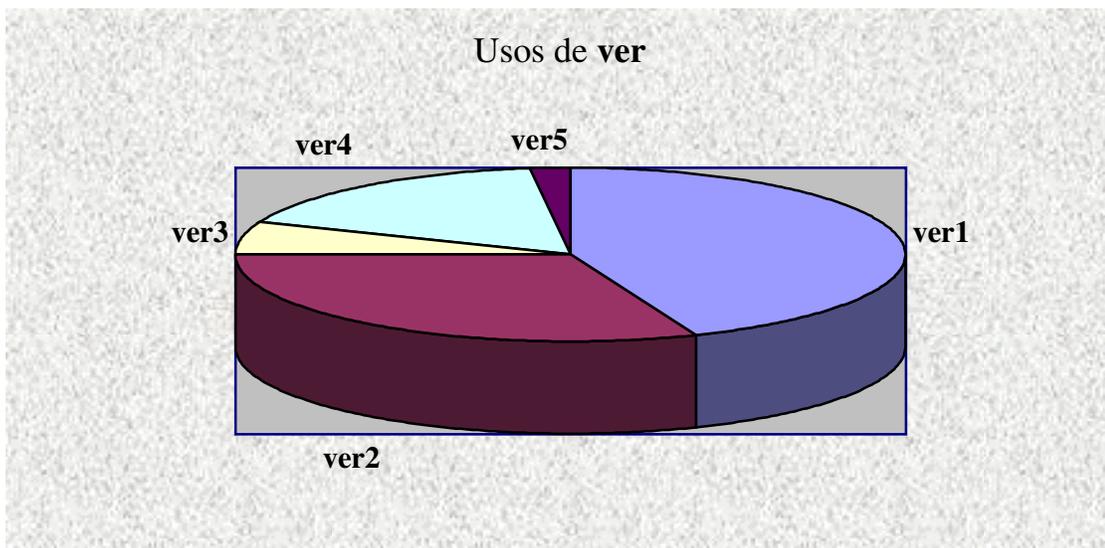


Gráfico 6 - Distribuição dos usos de **ver** na amostra.

Considerando-se a frequência de uso, os cinco tipos de **ver** podem ser dispostos ao longo de um *continuum* de marcação na seguinte seqüência:

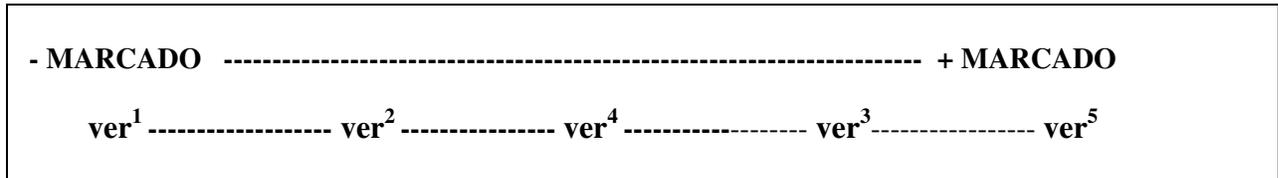


Figura 10: *Continuum* de marcação dos usos de **ver** em frases complexas com encaixamento de oração completiva

Nos extremos desse *continuum*, estão **ver**¹ e **ver**⁵, que se configuram, respectivamente, como o valor não-marcado e o marcado do verbo **ver**. Talvez o maior índice de ocorrências para **ver**¹ se justifique pelo fato de o sentido físico ser o significado primário de **ver**. Já **ver**⁵ constitui o uso mais gramaticalizado de **ver**. O interessante é que, nesse caso, se esperaria justamente o contrário, ou seja, o aumento da frequência desse uso de **ver**. Isso parece constituir uma contradição do que tem sido postulado na literatura lingüística sobre a relação entre aumento de frequência de uso e forma gramaticalizada: a frequência seria um dos principais fatores que contribuem para a gramaticalização, constituindo uma força ativa que impulsiona mudanças que ocorrem nesse processo (cf. Bybee, 1984, 2003).

Em função dos resultados obtidos para **ver**⁵, levantam-se aqui algumas questões para que se possa refletir sobre o papel da frequência no processo de gramaticalização: (a) Até que ponto a frequência pode ser vista como um dos sintomas desse processo? (b) Será que o aumento de frequência tem a ver com o estágio – inicial ou final – da gramaticalização em que se encontra uma determinada forma lingüística? (c) Quando se fala em aumento de frequência nesse processo, está se pensando em aumento de número de ocorrências de um dado item lingüístico ou em ampliação do contexto de uso desse item? Observe-se, pois, que, independente da resposta dada a essa última pergunta, o uso mais gramaticalizado de **ver** não se enquadra em nenhum desses requisitos: **ver**⁵, além de não apresentar um alto índice de manifestação na amostra, continua a se realizar em um contexto sintático específico, ocorrendo somente com estruturas finitas (como será discutido ainda nesta seção). Cumpre acrescentar ainda que Cezario (2001), ao fazer uma análise quantitativa de **deixar** em construções encaixadas, também constata que a

gramaticalização desse verbo se processou com o seu sentido menos freqüente, o de “parar/terminar”.

No que tange às categorias lingüísticas controladas na pesquisa, os resultados quantitativos evidenciam o perfil apresentado abaixo para cada uso de **ver**.

Ver¹ ocorre com acentuada freqüência com completivas na forma não-finita (86/110 = 78%): dessas 86 ocorrências, 56 são com verbo no infinitivo e 30, com verbo no gerúndio. Embora representem um número reduzido na amostra (apenas 24 ocorrências), as completivas finitas de **ver¹** ocorrem mais com a conjunção integrante *que* (13/24 = 54%). Esse uso tende a ter sujeitos não-correferenciais (104/108 = 96%). As completivas de **ver¹** tendem a preservar seus sujeitos (73/108 = 68%), que são mais codificados por sintagmas nominais plenos (50/103 = 49%). Nesse uso, há mais ocorrências de sujeitos animados (79/108 = 73%) e a negação tende a incidir sobre o predicado da matriz (16/19 = 84%). Quanto à correlação modo-temporal, atesta-se uma imensa gama de combinações possíveis. Dessas, a mais recorrente é a que tem presente do indicativo nas duas orações articuladas (11/24 = 46%); as demais, muitas vezes, ficaram restritas apenas a uma ocorrência.

Com **ver²**, registram-se, na amostra, maiores percentuais de ocorrência de sentenças finitas (75/79 = 95%), que tendem a ser empregadas com a conjunção integrante *que* (58/79 = 73%). Esse uso se caracteriza pela ausência de correferencialidade dos sujeitos (56/73 = 77%). As suas completivas são mais empregadas com sujeitos explícitos (49/73 = 67%) e animados (47/73 = 64%). Quanto às formas de expressão desses sujeitos, não se verificam diferenças percentuais significativas: anáfora zero (24/71 = 34%), anáfora pronominal (23/71 = 32%) e sintagma nominal pleno (24/71 = 34%). **Ver²** tende a apresentar, na cláusula encaixada, item de polaridade negativa cujo escopo se restringe a essa sentença (17/19 = 89%). Assim como acontece com **ver¹**, há um número de correlações modo-temporais elevado e algumas delas apresentam baixíssimos índices de ocorrência; a combinação mais freqüente também é aquela que ocorre com presente do indicativo nas duas cláusulas interligadas (34/79 = 43%).

Ver³ subcategoriza categoricamente orações finitas (16/16 = 100%), que são mais inseridas pela conjunção integrante *que* (13/16 = 81%). Esse uso, da mesma forma que **ver²**, tende a se realizar mais com sujeitos explícitos (10/15 = 67%) e não-correferenciais (13/15 = 87%). Já os sujeitos das suas completivas são mais expressos por anáfora pronominal (6/13 = 46%). No que concerne ao fator animacidade, a diferença percentual entre sujeitos animados (8/15 = 53%) e inanimados (7/15 = 47%) não se mostra significativa (apenas 6%). Com **ver³**, embora o total de ocorrência de estruturas negativas seja baixo, a negação se dá mais no predicado da completiva (2/3 = 67%). Das correlações modo-temporais empregadas com esse tipo de **ver**, predomina a seguinte: presente do indicativo nas duas sentenças combinadas (12/16 = 75%).

Ver⁴ também seleciona categoricamente sentenças finitas (44/44 = 100%), que tendem a ser introduzidas pela conjunção integrante *se* (31/44 = 70%). Esse tipo de **ver** apresenta mais sujeitos não-correferentes (33/43 = 77%). Os percentuais para explicitude de sujeito da completiva (22/43 = 51%) são ligeiramente maiores do que para omissão de sujeito (21/43 = 49%). A forma de expressão eleita para codificar os sujeitos das completivas é a anáfora zero (21/40 = 52,5%). Nesse uso, a diferença percentual entre sujeitos animados (23/42 = 55%) e inanimados (19/42 = 45%) das completivas é de 10% em favor dos primeiros. Como esse uso se cristalizou na expressão *p(a)ra ver selcomo*, ele só admite que o predicado da oração encaixada seja negado (2/2 = 100%). Quanto à correlação entre tempos e modos verbais, destacam-se como as mais freqüentes as que têm sempre o verbo da matriz no infinitivo e presente (20/44 = 45%) ou pretérito imperfeito (10/44 = 23%) do indicativo na completiva.

Com **ver⁵**, observa-se o emprego categórico de encaixadas finitas com a conjunção integrante *que* (5/5=100%)³⁰. Essas cláusulas ocorrem mais com sujeitos explícitos (4/5 = 80%), codificados por anáfora pronominal (3/5 = 60%), e tendem a apresentar sujeitos animados (4/5 = 80%). Com relação à pessoa gramatical do sujeito da sentença matriz, **ver⁵**, pelo fato de ocorrer categoricamente na terceira pessoa do singular, se distingue dos outros empregos de **ver**, que não apresentam nenhuma restrição de pessoa gramatical. No que se refere ao parâmetro negação, a mesma observação feita para **ver⁴**, quanto ao fato de apenas a sua completiva aceitar item de

³⁰ Gostaria de salientar que, como as células de **ver⁵** são mínimas, a interpretação dos resultados aqui apresentada para esse uso de **ver** requer prudência.

polaridade negativa, se aplica a **ver**⁵: na amostra, somente há um dado de estrutura negativa com **ver**⁵.

No que concerne ao fator inserção de material fônico entre as sentenças combinadas, vale destacar que, em todos os tipos de **ver**, os índices de ocorrência de material interveniente entre as orações matriz e encaixada não são muito altos. Esses índices de ocorrência apresentam uma frequência descendente de **ver**⁴ (12/44 = 27%) para **ver**² (12/79 = 15%) e desses usos para **ver**¹ (12/110 = 11%) e **ver**³ (1/16 = 6%); nas construções com **ver**⁵, não há casos de presença de material interveniente.

As características apresentadas acima para cada uso de **ver** se encontram sintetizadas nos quadros 8 e 9. Tendo em vista a frequência de uso, entende-se que o perfil característico de cada tipo de **ver** representa a sua estrutura não-marcada.

	Grau de finitude	Explicitude do sujeito da completiva	Correferência do sujeito	Forma de expressão de sujeito da completiva	Animacidade do sujeito da completiva
Ver¹	- finita	+ explícito	- correferente	+ SN pleno	+ animado
Ver²	+ finita	+ explícito	- correferente	Qualquer uma das três	+ animado
Ver³	+ finita	+ explícito	- correferente	+ anáfora pronominal	± animado
Ver⁴	+ finita	± explícito	- correferente	+ anáfora zero	± animado
Ver⁵	+ finita	+ explícito	não se aplica	+ anáfora pronominal	+ animado

Quadro 8: Estrutura não-marcada dos usos de **ver** em construções encaixadas (1).

	Partilha de tempos verbais	Negação	Presença de conectivos	Pessoa gramatical dos sujeitos da matriz e completiva	Presença de material interveniente
Ver¹	+ partilha	+ negação na matriz	- presença	sem restrição	- material
Ver²	+ partilha	+ negação na encaixada	+ presença	sem restrição	- material
Ver³	+ partilha	+ negação na encaixada	+ presença	sem restrição	- material
Ver⁴	- partilha	+ negação na encaixada	+ presença	sem restrição	- material
Ver⁵	—	+ negação na encaixada	+ presença	Ver em P3 sem restrição na completiva	não houve casos

Quadro 9: Estrutura não-marcada dos usos de **ver** em construções encaixadas (2).

Com base nos quadros 8 e 9, podem ser feitos os seguintes comentários:

(a) A propriedade grau de finitude distribui os usos de **ver** em dois grupos que se encontram em distribuição complementar: de um lado, está **ver**¹ (sentido concreto de **ver**) e, do outro, os demais usos de **ver** (com valores abstratos ou sentido híbrido). Note-se, pois, que essa distribuição sinaliza uma relação entre grau de integração sintática e nível de concretude/abstratização dos tipos de **ver**. O primeiro grupo tende a empregar completivas na forma não-finita, i.e, na forma mais integrada sintaticamente enquanto o segundo ocorre com estruturas finitas, i.e, com estruturas menos integradas. A esse respeito, em 2002, corroborando resultados de Cezario (2001), mostrei que a ocorrência da forma não-finita com **ver**¹ é motivada iconicamente pelo tipo de percepção/evidência (cf. Frajzyngier, 1986) que se instancia nesse uso, a direta. Assim, enquanto a percepção direta de um evento tende a se concretizar lingüisticamente com uma encaixada não-finita, a percepção indireta de um evento tende a ser mais codificada com a completiva na forma finita. Os resultados obtidos nesta pesquisa conformam-se aos encontrados em Carvalho (2002): nos dados sincrônicos aqui examinados, a estrutura não-finita também é a mais empregada para codificar aquilo que é percebido diretamente (86/110 = 78%) e, inversamente, a finita tende a exprimir aquilo que é percebido indiretamente (119/123 = 97%). Cumpre ainda destacar que essa correlação entre grau de finitude e percepção direta/indireta de um evento também é evidenciada em outras línguas. Por exemplo, Garcia (2000), ao investigar os verbos *find*, *think*, *observe* e *see*, também mostra que, em inglês, as estruturas com *that-clause* são utilizadas para expressar estados de coisas que são percebidos indiretamente enquanto as estruturas com complemento não-finito codificam situações que são percebidas diretamente.

(b) Constata-se também a mesma complementariedade supracitada dos tipos de **ver**, no que se refere aos parâmetros negação e presença/ausência de conectivos.

(c) Pode-se considerar que, com relação aos fatores explicitude, correferência e animacidade de sujeitos, pessoa gramatical dos sujeitos da cláusula completiva e inserção de material fônico entre as cláusulas vinculadas, há uma neutralização entre alguns usos de **ver**.

(d) Quanto ao parâmetro formas de expressão do sujeito da completiva, observa-se um comportamento diferente entre os usos de **ver**: **ver**⁴ ocorre com anáfora zero, **ver**³ e **ver**⁵, com anáfora pronominal e **ver**¹, com sintagma nominal pleno; já com **ver**², se registrou uma distribuição uniforme dessas três formas de expressão de sujeito.

Os resultados obtidos para a variável extralingüística grau de escolaridade mostram que, nos níveis primário, ginásial e colegial, há uma distribuição praticamente equilibrada de três tipos de **ver**: **ver**¹, **ver**² e **ver**⁴. Com o primeiro e o último uso, os percentuais de ocorrência são ligeiramente maiores para o nível primário (47/110 = 43%, 18/44 = 41%); já com **ver**², para o nível ginásial (33/79 = 42%). **Ver**³ e **ver**⁵, pelo fato de apresentarem maiores índices de ocorrência em um único grau de escolaridade, o primário (14/16 = 87,5%, 3/5 = 60%, respectivamente), têm um comportamento distinto dos demais tipos de **ver**. Desse modo, o cruzamento entre a variável extralingüística e os sentidos de **ver** sinaliza superposições e divergências entre os usos desse verbo.

Pode-se observar que, excluindo-se os casos de discursivização, de todos os usos registrados para **ver**, o mais gramaticalizado é aquele que equivale a um advérbio de dúvida (**ver**⁵). Nesse caso, o verbo perdeu completamente o seu sentido lexical e mudou o seu estatuto categorial para item gramatical. O interessante é que, mesmo com a gramaticalização do verbo, a completiva continua a ser codificada na estrutura finita, o que nos permite dizer que esse uso foi gerado com essa estrutura (já no contexto de cláusula complexa). Nesse sentido, pode-se considerar que, nesse uso de **ver**, no que concerne à configuração sintática da completiva, houve a atuação do princípio de gramaticalização *persistência*. Tal princípio, proposto por Hopper (1991), preconiza que traços (semânticos ou morfossintáticos) da forma ou construção original podem permanecer na forma gramaticalizada e refletir restrições na sua distribuição gramatical. Observe-se que existe uma restrição gramatical com **ver**⁵, quanto à sua ocorrência com sentenças não-finitas.

Adotando a terminologia de Lehmann (1988), pode-se dizer que, nesse caso, está havendo uma redução da cláusula complexa, através da gramaticalização do verbo da matriz. O fato de essa gramaticalização ter incidido apenas sobre o predador da matriz talvez explique o status finito da cláusula encaixada.

Pode-se estabelecer ainda uma analogia entre esse uso de **ver** e o emprego de alguns verbos do inglês e do português (tais como *think*, *guess*, *achar* e *parecer*) como parentéticos epistêmicos (cf. Thompson e Mulac, 1991 apud Hopper e Traugott, 1993; Galvão, 1999; Gonçalves, 2003). Como já foi dito, do ponto de vista da gramaticalização de cláusulas, estruturas sintáticas com parentéticos epistêmicos constituem exemplos de reanálise de uma sentença complexa, anteriormente formada por um núcleo com um verbo de atitude proposicional e uma margem, em uma sentença com um único núcleo. Assim, nessas estruturas, a cláusula que era margem se torna núcleo e a cláusula que era núcleo passa a um advérbio sentencial (como *evidently* e *apparently*) (Hopper e Traugott, 1993:202). Parece que esse mesmo processo está ocorrendo nas construções com **ver**⁵.

Um outro uso que parece estar a caminho de se gramaticalizar é **ver**⁴, que geralmente se atualiza lingüisticamente em estruturas de finalidade do tipo *p(a)ra ver se...* ou *p(a)ra ver como....* Parece que, nesse uso, está havendo uma *decatégorização*³¹ (cf. Hopper, 1991) de **ver**, uma vez que o sujeito desse verbo não é explicitado.

Por fim, vale destacar que, em construções complexas com **ver**, as noções de integração sintática e gramaticalização parecem estar caminhando em sentidos contrários. Por exemplo, levando-se em conta o parâmetro grau de finitude, o uso mais gramaticalizado de **ver** (**ver**⁵) ocorre com a estrutura menos integrada sintaticamente enquanto o uso em que **ver** conserva plenamente o seu sentido lexical (**ver**¹) subcategoriza mais sentenças na forma mais integrada sintaticamente.

OUVIR

No *corpus*, o verbo **ouvir** subcategorizando orações é empregado com duas acepções: (a) ‘escutar’ (01) e (b) ‘ter ou tomar conhecimento de, saber’ (02), (03).

(01) E: A televisão também tem uma influência muito grande nas pessoas, né?

³¹ Esse princípio postula que formas gramaticalizadas tendem a perder ou neutralizar certas características morfossintáticas da sua forma fonte (Hopper, 1991:22).

F: Justamente isso. Que tudo aí é um princípio, né? você tem uma criança, né? ela vê ali que tá falando certas coisas na televisão, ele vai acompanhar aquilo que **ele ouviu falá**.

E: Ah, é. É verdade. Mas a senhora acha que a televisão tem uma influência muito negativa, assim, pras crianças? Que as crianças, hoje, estão assistindo muito televisão, né?

F: Eles se inspiram muito na televisão. (Inf. 27, Amostra 00 (C), Primário, p. 12).

(02) Era. Era noite. Eu fui numa casa dum...dum... duns conhecido, numa favela que tinha perto lá, né? fui lá tinha uns (inint) tinha um baile lá, no... **já ouviu falá num baile que tinha lá no Acari?** [E: Acho que já] então, a gente ia muito lá: eu, meus cole:ga. Aí eles me deixaram sozinha, meu namorado me deixou sozinha. Aí eu tava até esperando o menino, né? aí veio um monte de cara, queriam me <estrupá> queriam porque queriam. (Inf. 08, Amostra 00 (C), Primário, p. 09).

(03) Ah, tirava logo essas criança da rua. Essas criança que ficam cheirando cola, essas mãe sem vergonha que ficam pegando FILHO no colo, sentada cum a canequinha pedindo dinheiro. Você passa ali no túnel, que você vê uma velha cum bebê no colo. Aquele neném não é filho dela. Como se fosse neto, cum a canequinha, balançando. E eu sei que esses pessoal tem casa. Eles vão pra ali pedi esmola, porque eles são safado. **Ouvi dizê que eles tão até alugando**, se você... mendigo da rua, tão até alugando o filho da pessoa pra pedi esmola! Bota as criança pra pedi esmola na...na nos trânsito. (Inf. 08, Amostra 00 (C), Primário, p. 07).

Em (01), a informante, ao emitir sua opinião sobre a influência da televisão nas crianças, diz que há uma tendência de a criança seguir o que ela ouve na televisão. Vale ressaltar que a informante, nesse mesmo trecho, além de usar o verbo **ouvir** com o sentido de ‘escutar’, também emprega anteriormente o verbo **ver** com o sentido físico associado à visão e à audição.

Em (02), a informante, ao narrar uma situação de perigo que vivenciou em um local chamado Acari, pergunta ao entrevistador se ele tem conhecimento de um baile que ocorria nesse local.

Em (03), a informante, ao abordar o problema da falsa mendicância, informa ao seu interlocutor que ela tomou conhecimento de que existem pessoas que alugam crianças para pedirem esmola.

Note-se que **ouvir** pode ter tanto usos mais concretos como mais abstratos. Em (01), tem um sentido mais concreto, uma vez que se refere à audição física. Já em (02) e (03), esse verbo adquire um sentido mais abstrato, pois é empregado para se referir a uma atividade mental.

Pode-se observar que, em nenhum dos usos de **ouvir**, há controle dos referentes-sujeitos das matrizes sobre os das encaixadas, uma vez que se trata de usos que exprimem percepção sensorial ou intelectual: a ocorrência do fato expresso na completiva, que constitui o objeto de percepção dos referentes-sujeitos das matrizes, independe da vontade desses.

As possibilidades estruturais das completivas de **ouvir** com o sentido de ‘escutar’ são mais amplas do que as completivas de **ouvir** com o significado de ‘ter ou tomar conhecimento de, saber’. Segundo Borba et al. (1991), o complemento oracional de **ouvir**, que constitui o objeto da percepção sonora, pode ser codificado por diferentes construções sintáticas, a saber: (a) uma oração finita (conjuncional); (b) uma oração não-finita infinitiva; (c) uma oração não-finita gerundiva; (d) uma oração nominalizada. Em outras palavras, o uso de **ouvir** com sentido físico pode subcategorizar orações que remetem a diferentes graus de integração sintática. Já no uso de ‘ter ou tomar conhecimento de, saber’, **ouvir** selecionaria cláusulas finitas (nos termos de Borba et al.³²) e não-finitas.

Embora as cláusulas de **ouvir** admitam configurações sintáticas diversas, no *corpus*, independente do sentido desse verbo, elas só foram realizadas na forma não-finita com verbo no infinitivo.

O interessante é que, nos dados sincrônicos examinados, as duas acepções supracitadas de **ouvir** sempre co-ocorrem com verbo *dicendi* na encaixada. Embora isso aconteça, essa estrutura não se comporta exatamente do mesmo modo com essas duas acepções. Em (01), em que o verbo **ouvir** tem apenas sentido físico, os verbos da matriz e encaixada ainda têm uma certa autonomia de significado: *ouvir* e *falar* constituem unidades conceituais distintas; além disso, *falar* mantém forte o traço de sonoridade. Conforme já foi mencionado, esse sentido do verbo **ouvir** também pode ocorrer com a cláusula completiva na forma finita (01’), embora esse tipo de dado não tenha sido documentado na amostra aqui analisada.

(01’) a. Ouvi que falaram meu nome na televisão.

b. Ouvi que derrubaram a minha estante.

³² O exemplo citado por Borba et al. (1991:966) é o seguinte: Ouvi que botaram a polícia para correr.

Percebe-se que é possível desmembrar as sentenças complexas de (01') em duas unidades conceptuais: a audição de um dado fato por um referente-sujeito que está na primeira pessoa do discurso e o fato que constitui o objeto da percepção auditiva (nesse caso, o fato de terem falado o nome do referente-sujeito da oração matriz na televisão ou o fato de terem derrubado a estante do referente-sujeito da matriz). O cotejo de (01) e (01') deixa claro, pois, que, nesses exemplos, há dois eventos e, por conseguinte, duas unidades conceptuais.

Ressalte-se ainda que **ouvir** com sentido físico não subcategoriza apenas completivas cujos verbos são *dicendi*, como se vê em (01'b). Para esse uso, o mais importante é que o verbo e/ou algum outro constituinte da encaixada tenham o traço sonoridade, como ilustram (01) e (01').

Já em (02) e (03), não é a forma verbal **ouvir** isolada que tem a acepção de 'ter ou tomar conhecimento de, saber', mas é, sim, o complexo **ouvir** + verbo *dicendi* (*falar* e *dizer*, respectivamente) que parece apresentar essa acepção, o que sinalizaria a formação de um único bloco conceitual nesse complexo.

O uso de **ouvir** + verbo *dicendi* exprimindo um sentido mais abstrato parece estar realmente se especializando³³ nesse contexto: esse uso tem ocorrido, dentre a gama de verbos *dicendi* da língua portuguesa, apenas com *falar* e *dizer*. Pode-se considerar ainda que, nesse contexto, ocorreu uma reanálise sintática de **ouvir** seguido desses dois verbos *dicendi* no infinitivo. Assim, provavelmente, houve um estágio inicial em que **ouvir** e *falar/dizer* se comportavam como unidades distintas e apresentavam sujeitos diferentes (nesse caso, o sujeito do verbo *dicendi* seria indeterminado): [ouvir [V. *dicendi*]]. Em um estágio posterior, teria acontecido uma mudança na fronteira de constituintes e esses dois verbos teriam sido reanalisados estruturalmente: [ouvir V. *dicendi*].

³³ Não estou me referindo ao termo *especialização* no sentido em que é empregado por Hopper (1991): um dos princípios de gramaticalização que é assim explicado por esse autor: "dentro de um domínio funcional, é possível haver uma variedade de formas com diferentes nuances semânticas; quando ocorre gramaticalização, essa variedade de escolhas formais torna-se reduzida e as formas selecionadas, em menor número, assumem significados mais gerais" (Hopper, 1991:17).

A partir das acepções encontradas para **ouvir**, este verbo foi subcategorizado em **ouvir**¹ (sentido físico) e **ouvir**² ('ter ou tomar conhecimento de, saber'). Passo a descrever as propriedades semânticas e gramaticais relacionadas a cada uso de **ouvir**.

Ouvir¹ seleciona, na sentença completiva, sujeito que pode ter ou não o traço [+ animado]. Apresenta tanto sujeitos correferenciais como não-correferenciais nas cláusulas matriz e encaixada. Nesse uso, o sujeito da completiva pode ser expresso por um sintagma nominal pleno, uma anáfora pronominal ou uma anáfora zero. Os dados que ocorreram na amostra apresentaram sujeitos não-correferenciais e sujeitos da encaixada expressos por anáforas zero (01) e pronominal (04). Embora **ouvir**¹ admita a negação do predicado da matriz, não há casos de estruturas negativas no *corpus*.

(04) (...) (A) ... (a) ... a última vez que eu vi Maguila lutá foi cum Holyfield. Ele falô que derrubava o Holyfield. O Holyfield deu umazinha nele 'PUM', caiu, num voltô mais (risos E) (est). Você num viu? (...) Foi a primeira luta que meu irmão me chamô pra vê - "Que o Maguila num sei o que, num sei o que" - que ele gostava naquela época, aí eu assisti assim, vi o ritmo que ele tava e falei: "Ih, esse cara é muito mole." **Só ouvia ele falá:** "Dá um beijo na minha mãe, no meu pai, na minha irmã, na minha família, num sei o que" (inint) esse lutador aí? primeira cacetada que o Holyfield deu, ele caiu e num levantô mais. (Inf. 20, Amostra 00 (C), Primário, p. 15-16)

Ouvir² requer, nas cláusulas matriz e completiva, sujeito animado. Parece não haver dúvida de que a estrutura que gerou esse uso possuía sujeitos da matriz e completiva não-correferentes e sujeito da encaixada codificado por anáfora zero com valor indeterminado: "ouvi (alguém) falar". Com **ouvir**², resta saber, quanto aos sujeitos da matriz e completiva, se eles ainda podem ser vistos como não-correferentes no português brasileiro atual? Parece que essa noção de não-correferencialidade se perdeu. Quanto ao sujeito da encaixada, pode-se considerar que ele, nesse uso, é expresso pelo que Cezario (2001) chamou de anáfora zero obrigatória. Adotei essa mesma distinção utilizada por essa autora porque estou considerando que, nesse contexto, o sujeito de *falar* ou *dizer* sempre vai ser omitido, o que seria um indício, no plano gramatical, da existência de um único bloco conceitual nesse uso de **ouvir**. Quanto à negação, **ouvir**² somente aceita itens de polaridade negativa na sentença matriz, independente de ser uma estrutura negativa simples (05) ou dupla (06).

(05) E: Jambrão, já ouviu falar?

F: **Não, também nunca ouvi falar jambrão.**

E: Todas essas palavras são... referentes à pipa, sabia? (est)

F: Conheço piãozão, que é uma pipa grande, bonita... eu conheço catrequinho que é uma pipa bem pequenininho... (Inf. 09, Amostra 00 (C), Ginásio, p. 08)

(06) Eu fui umas...cinco vezes depois que aconteceu isso, eu ainda pensei, a turma que eu andava, né? “Vamos po baile, vamos po baile” sabe como é que é, né? aí eu ía, né? depois num fui mais não. Aí casei, minha filha, cabô. [E: ficô cum medo também, né?] claro! Num vô não. Baile, só briga. Da outra vez... ouvi dizê que mataram gente lá. **Num já ouviu falá não, no subúrbio que tem umas galera que... que num gosta um do outro.** (Inf. 08, Amostra 00 (C), Primário, p. 11)

Dos verbos perceptivos analisados nesta tese, **ouvir** é o que apresenta os menores índices de ocorrência: foram documentadas, em toda a amostra, somente 26 ocorrências de **ouvir**, das quais 7 (27%) são de **ouvir**¹ e 19 (73%), de **ouvir**². A distribuição dos dois usos de **ouvir** pode ser melhor visualizada no gráfico 7.

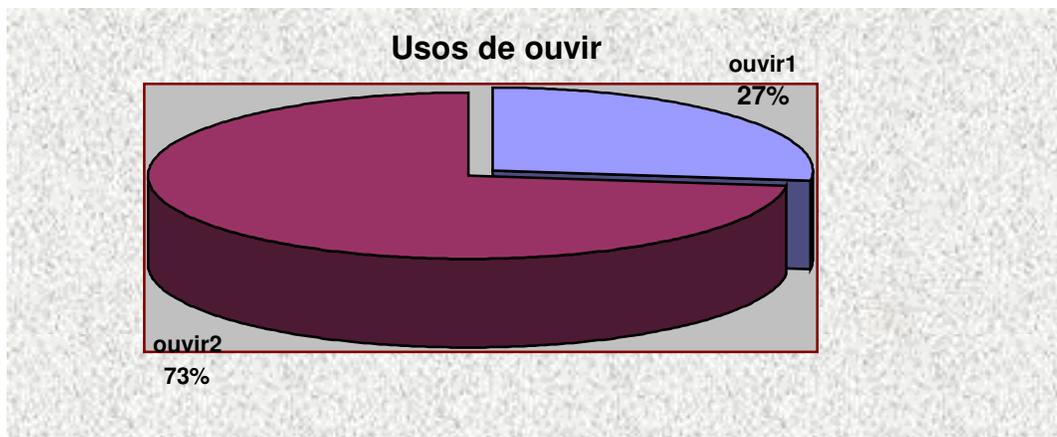


Gráfico 7 – Distribuição dos usos de **ouvir** na amostra.

Como o número total de dados com cláusulas completivas com **ouvir** não é alto, julgo prudente, nesse caso, não falar de uso marcado ou não-marcado desse verbo.

Os resultados obtidos na análise quantitativa evidenciam que as completivas de **ouvir**¹ e **ouvir**²:

- (a) são realizadas na forma não-finita (uso categórico para os dois tipos de **ouvir**)³⁴;
- (b) tendem a omitir os seus sujeitos ($5/7 = 71\%$ e $19/19 = 100\%$, respectivamente), que são expressos, portanto, pela anáfora zero (**ouvir**¹) e pela chamada anáfora zero obrigatória (**ouvir**²);
- (c) ocorrem com sujeitos animados (uso categórico para os dois tipos de **ouvir**)³⁵;
- (d) tendem a não apresentar polaridade negativa (uso categórico para os dois usos de **ouvir**); a diferença entre esses usos é que apenas a completiva de **ouvir**¹ admite, de fato, ser negada. Com efeito, em toda a amostra, só se registram dois dados de estruturas negativas; esses dados ocorrem nas construções complexas com **ouvir**² e têm a negação incidindo sobre o predicado da matriz: no primeiro caso, ocorre uma negativa simples; no segundo caso, uma dupla negativa com o padrão *não ... não*, com o segundo *não* ocupando a posição final da cláusula complexa³⁶.

Com relação ao fator inserção de material fônico entre as sentenças vinculadas, as construções complexas com **ouvir**² não aceitam esse tipo de inserção. Já com **ouvir**¹, apesar de não haver essa restrição, não ocorreram dados com material interveniente entre as cláusulas matriz e completiva.

O parâmetro pessoa gramatical do sujeito da matriz aponta um comportamento diferenciado para os usos de **ouvir**: enquanto não há uma concentração dos dados de **ouvir**¹ em uma pessoa gramatical específica, verifica-se que **ouvir**² apresenta mais dados na primeira ($9/19 = 47\%$) e segunda pessoas ($6/19 = 32\%$) do singular. A meu ver, essa distribuição não é aleatória mas, sim, uma manifestação, no plano gramatical, da função discursiva de **ouvir**². O falante utiliza **ouvir**² na primeira pessoa do singular, quando parece querer atenuar, no momento da enunciação, o conteúdo proposicional que está expresso na completiva, diminuindo o seu comprometimento com o grau de verdade desse conteúdo. É como se falante quisesse dizer “eu tenho conhecimento de um dado fato mas não tenho evidências suficientes para afirmar se esse fato é verdadeiro ou não”. Nesse sentido, **ouvir**² parece se comportar como um evidencial. Já esse verbo, na segunda pessoa do singular, é usado em um contexto de função interpessoal (Halliday e Hasan, 1976),

³⁴ Em virtude da ausência de sentenças finitas nos dados de **ouvir**, não pude proceder a análises qualitativa e quantitativa das completivas desse verbo, no que diz respeito aos fatores correlação modo-temporal e presença/ausência de conectivos.

³⁵ Vale salientar que, apesar dos resultados quantitativos obtidos, não há restrição de ocorrência de **ouvir**¹ com sujeito inanimado na completiva.

³⁶ Ver os exemplos (05) e (06) desta seção.

marcando estratégia interativa: nesse caso, o falante se dirige ao seu interlocutor para saber se ele tem conhecimento de algo que está sendo abordado na sua fala.

Quanto à categoria escolaridade, os usos dos dois tipos de **ouvir** se concentram mais nos falantes mais escolarizados, isto é, naqueles que possuem segundo grau completo (57% para **ouvir**¹ e 47% para **ouvir**²). A predominância de **ouvir**² nesse nível de escolaridade parece se justificar pelo fato de esse uso ocorrer, como foi dito anteriormente, nos seguintes contextos discursivos: o de preservação de face do falante e o de função interpessoal. Geralmente essas estratégias de polidez e interação se acentuam na fala à medida que se aumenta o grau de escolaridade do indivíduo. Já, quanto a **ouvir**¹, esperava-se que esse uso, pelo fato de instanciar um valor concreto, fosse mais empregado por falantes menos escolarizados.

À primeira vista, parece haver uma neutralização entre as cláusulas completivas de **ouvir**¹ e **ouvir**². No entanto, vale lembrar que essas cláusulas admitem padrões distribucionais diferenciados: enquanto as completivas de **ouvir**² só apresentam as características supracitadas, as de **ouvir**¹ admitem outras configurações morfossintáticas (que apenas não foram registradas nos dados sincrônicos aqui analisados).

A completiva de **ouvir**² parece estar passando por um processo de dessentencialização (Lehmann, 1988), já que apenas é realizada na estrutura não-finita (logo, sem marca de tempo e modos verbais e sem presença de conectivos), não apresenta flexão de pessoa gramatical e não admite polaridade negativa nem material interveniente entre o seu verbo e o da matriz. Essa dessentencialização implica uma maior integração da completiva de **ouvir**². Note-se ainda que, nesse contexto estrutural, **ouvir** é o item que retém as informações gramaticais da construção encaixada, tais como as de número-pessoa e modo-tempo.

SENTIR

Na amostra analisada, foram detectados os seguintes significados para o verbo **sentir** com cláusulas encaixadas:

- (a) ‘experimentar sensação física’ (01), (02);
- (b) ‘perceber’ (03);
- (c) um sentido híbrido (um misto de sensação física mais o sentido de percepção intelectual) (04);
- (d) uso que se aproxima de um modalizador de opinião (05).

(01) É doida por criança, mas é o seguinte: era todo ano um. E já sabe – é pecado – quando **ela sentia que estava grávida**, ela, (“pecado”), começava a chorar: “Que que houve”? Deixa vir, vamos – enquanto eu papai puder sustentar aqui vamos embora”. (Inf. 33, Amostra 80 , Primário, p. 16)

(02) Aí eu jogava no profissional, né? no primeiro quadro de beque central, quando eu (inint) (riso e) porque sabe o que que é você botá uma camisa mais fina até... essa camisa é fininha, a minha ó, **você sentia aquilo queimá no corpo de calor** e aquele suó. Aí fomo lá pra coisa e saímo por lá pra buscá um negócio gelado pra bebê e daí? E pra gente saí de lá, (inint) foi o maió desespero (inint) tiveram que chamá a polícia. (Inf. 16, Amostra 00 (C), Primário, p. 04-05)

(03) Eu jamais boto minha mão lá. Tudo a maneira de falá. (est) Né? eu acho que isso é em qualquer lugar, né? (est) Então se ela chegá ali – não precisa sê com carinho, com amor não, só basta a maneira de falá. (est) Né? “Poxa, amor, lava ali pra mim que eu vou fazê isso aqui assim.” Tá bom. Vou lá, lavo direitinho, num sei quê, numa boa. Mas se... **se eu senti que mandou de uma maneira que eu num gostei...** aí eu fico ali e pronto. (est) Entendeu? E também num saio assim pra rua, no caso ela queira discuti comigo, brigá comigo. Eu num saio pra rua. Normalmente os homem faz isso. Pra num escutá a mulher falando, vai pra rua eh... vai bebê no botequim, aí volta diferente. (Inf. 19, Amostra 00 (C), Ginásio, p. 11)

(04) E: E quando tem tiroteio como é que é?

F: Ah é um pânico, a gente sempre, se olha vê se não tá ferido, a gente sempre procura alguma coisa, se está ferido que realmente o projétil a gente só sente queimar, quando procura já tá ferido.

E: E não sente nada?

F: Não, no momento não sente nada, porque a gente tá naquele, aquela ansiedade de-de combate, de combatê, a gente não sente nada.

E: Só depois que...

F: Exato, só depois é que a gente sente queimá, arde, **a gente sente que alguma coisa tá errada**. (Inf. 26, Amostra 00 (C), Ginásio, p. 07)

(05) F: A gente tem um relacionamento muito bom. Com ela também, ela não tem mãe, ela perde a mãe novinha, então ela é muito ligada a mim, relacionamento aberto a gente tem muito, mas esse assunto machuca muito, não é falta de abertura não, é a...Outro dia ela falou, por exemplo, [ela]..ela tem um...Ela teve um problema de tiróide, tirou um nódulo

que não era nada e agora ele voltou talvez até por causa da gravidez, né? Aí ela pegou falou “O que me chateia assim é a falta [de]...de segurança que existe nos médicos aí a médica me disse que se eu tomasse [inint] a vida inteira [eu]...eu provavelmente não ia tê [outro]...outro negócio desses” [aí]...aí ela falou: “Pois é, cê vê a propósito disso, por causa do neném a gente tem ido a vários médicos” aí ela falou assim também, psh sabe aquilo passou? E eu num pude: eu ainda falei “olha eu tô com o nome de DOIS geneticistas aqui, o Marcelo falou que cês ainda não, num tavam querendo, quando vocês quiserem...” aí eu até falei o nome de um, ela já tinha ido, mas eu não sei o que eles estão fazendo, **eu sinto que eles querem guardá isso**. Zé Mário fica todo ofendido, eu num fico não, eu acho que isso é normal. Isso é muito delicado, né? (Inf. 32, Amostra 00 (C), Colegial, p. 03)

Em (01) e (02), o verbo **sentir** possui apenas sentido físico: no primeiro exemplo, o informante, ao falar da sua esposa, diz que, quando ela sentia os sintomas da gravidez, ficava logo triste, devido ao fato de eles já terem muitos filhos; no segundo, o falante, ao narrar uma experiência pessoal, relembra um momento em que experimentou uma sensação física desagradável.

Em (03), **sentir** não se refere mais à percepção no plano físico mas, sim, à percepção no plano cognitivo. Em (03), o informante diz que pode ajudar ou não a esposa nas tarefas domésticas a depender do tom que ela usar para se dirigir a ele; quando ele percebe que ela está empregando um tom associado à injunção, ele simplesmente não faz nada em casa.

Em (04), o significado de **sentir** é híbrido, uma vez que envolve tanto sensação física como percepção no domínio cognitivo. Nesse exemplo, o informante está narrando que, quando somos feridos à bala, temos uma sensação muito ruim (queimação ou ardor) no nosso corpo (sentido físico); é justamente essa sensação que nos leva a perceber ou concluir que algo está errado, funcionando de forma diferente no nosso corpo (sentido que remete a uma atividade mental).

Em (05), o informante emite sua opinião sobre um fato que está expresso na completiva. Nesse caso, a expressão **eu sinto** marca um ponto de vista pessoal e parece ter uma função modalizadora, atuando como um mecanismo de preservação de face do falante. Vale destacar que, nesse exemplo, essa expressão pode ser comutada com *eu acho* ou *eu tenho a impressão de*. No entanto, se fosse feita a substituição de **eu sinto** por *eu percebo* no contexto de (05), parece que alguma nuance semântica ficaria perdida. Vale destacar que, na língua portuguesa, outros itens verbais, tais como *achar* e *ver*, são empregados para expressar uma opinião do falante (cf. Galvão, 1999; Cezario, 2001).

Observe-se, pois, que, como os demais verbos perceptivos analisados nesta tese, **sentir** pode apresentar significados mais concretos (01), (02) ou mais abstratos (03), (05) e, assim como **ver**, um uso que está na fronteira desses dois significados (04). Em todos esses significados de **sentir**, os referentes-sujeitos das matrizes não podem controlar os das encaixadas.

Tomando-se por base o nível de concretude ou abstratização das acepções encontradas para **sentir** e partindo-se de uma direção de um valor mais concreto para mais abstrato, os usos desse verbo foram classificados em:

sentir¹: sentido concreto (puramente físico)

sentir²: uso intermediário entre o sentido concreto (associado ao domínio físico) e o abstrato (associado ao domínio cognitivo)

sentir³: sentido abstrato (apenas relacionado ao domínio cognitivo)

sentir⁴: sentido mais abstrato (modalizador de opinião)

Passo a descrever as possibilidades de codificação sintática das completivas de **sentir** de acordo com cada uso encontrado para esse verbo. **Sentir**¹ admite completivas finitas (06) e não-finitas (07). No *corpus*, esse uso não foi documentado com cláusulas não-finitas no gerúndio mas apenas no infinitivo. Já **sentir**² (04), **sentir**³ (08) e **sentir**⁴ (09) só subcategorizam sentenças finitas.

(06) Não tenho mesmo; não tenho- como eu te falei, eu tenho uma outra conversinha de uma mulher ali do outro lado; (est) aí eu saí com ela ontem, aí ela esqueceu a chave no meu bolso. Aí, já era tarde, não é? Já era tarde, (est) aí, eu vim embora. **Quando eu cheguei aqui, que eu senti que a chave dela estava no meu bolso.** Aí eu voltei para entregar a chave dela. Como tinha um colega meu indo para lá, de táxi, aí eu pedi uma carona a ele. (Inf. 15, Censo, Primário, p. 09)

(07) Fresquinho. Poxa (inint) o cara tava tirando da vaca e a gente bebendo. Aí eu tomei um poquinho, senti... **quando eu senti aquilo batê no meu estômago com um golinho assim,** eu disse: “Hum!” “Toma não?” “Não, não <gos...>, não tomo leite não, eu tava só provando!” E eu bebia leite pra caramba. (falando rindo) (Inf. 16, Amostra 00 (C), Primário, p. 05-06)

(08) Que essas coisa eu acho que [OU]...ou você fica muito bem ou você acaba seu casamento, né? Então eles tão muito unidos, sabe, muito, eles sempre foram. O relacionamento deles é

muito bonito, mas tá mais forte, **você sente que eles são**, sabe, *muito fortes*. Agora, é difícil, né? Muito difícil. Se ela fosse....Se ela não se guardasse tanto, mas [ela]...ela, a gente só foi...Ela só realizou a morte da mãe dela agora. Quando aconteceu isso tudo foi que ela...Aí é que a gente soube que idade que ela tinha quando a mãe morreu, tudo, ela não falava. É <di....> é difícil, ela não...Se fecha. A gente tem relacionamentos piores [inint] (começou a falar mais baixo) (Inf. 32, Amostra 00 (C), Colegial, p. 03)

(09) F- Então, o show foi essa maravilha, ele está uma coisa, aquele homem. Eu só queria ("estar") no lugar da Miram Rios, sabe? (risos) Só isso, mais nada.

E- Tem muita gente querendo. (riso)

F - Opa! (riso) E como! Ele é muito romântico, (hes) eu bati um papo assim- eu não sei (hes) se eu contei para vocês, no outro dia, (est) uma coisa, assim, inesperada, não é? Você vê, completamente informal, tranquilo. E **eu sinto que ele é uma pessoa como ele aparece nas músicas**: (est.) uma pessoa tranquila, romântica, doce. Eu acho ele uma criatura incrível. Pode ser até que nem seja nada disso, mas eu tenho impressão que ele é ("assim"). Eu acho ele um barato! (Inf. 34, Censo, Ginásio, p. 01)

Convém ressaltar que foi registrada apenas uma ocorrência de **sentir**¹ com orações nominalizadas, que, nos termos de Lehmann (1988), constituem um alto grau de dessentencialização:

(10) No dia ("de") – em cinquenta, parecia que aquele estádio ia – vinha abaixo. Tremia o estádio, está (inint)? O pessoal pulando, o estádio tremia, **você sentia a vibração do estádio**. Eu digo: "Isso aqui vai-" porque (hes) foi- a primeira copa foi em cinquenta aqui no Brasil não é? (est) O estádio foi feito para aquilo. Para a copa de cinquenta, não é? (Inf. 33, Amostra 80 , Primário, p.15).

Comparando-se os quatro usos de **sentir** e as possíveis estruturas sintáticas de suas cláusulas encaixadas, pode-se evidenciar que:

(a) **sentir**¹ é o que apresenta o maior leque de opções em relação à configuração sintática de suas completivas;

(b) quando **sentir** possui apenas significado abstrato (**sentir**³ e **sentir**⁴), só é empregado com cláusulas finitas. O interessante é que, pelo fato de o valor abstrato também estar acumulado no sentido híbrido (**sentir**²), tal uso passa a subcategorizar completivas na forma finita. Essa observação é feita baseada não só em **sentir** mas também nos dados de **ver**, que também admite um sentido híbrido (como já foi mostrado em um dos itens deste capítulo).

Alguns usos de **sentir** têm características semânticas e gramaticais comuns e outras peculiares, como será visto a seguir.

Sentir, em todos os seus usos, só seleciona sujeito da matriz com o traço [+ animado]. Os sujeitos das suas completivas podem apresentar ou não esse traço. Esses sujeitos podem ser ou não correferentes aos das sentenças matrizes. O sujeito da encaixada pode estar explícito ou implícito e ser expresso por um sintagma nominal pleno, uma anáfora pronominal ou uma anáfora zero. Excetuando-se **sentir**⁴, parece não haver restrição de pessoa gramatical ou de tempo verbal na cláusula matriz com esses usos. Todos os tipos de **sentir** aceitam negação das sentenças matriz e completiva, embora só se tenham registrado, na amostra, casos de estruturas negativas com **sentir**³, nas quais o item de polaridade negativa sempre se encontra na completiva (11).

- (11) Eu percebo [que]- que eles conversando, eles não dizem palavrão- se você não diz eles também não diz. Eles podem estar acostumados a dizer com qualquer outra pessoa, **mas se eles sentem que você não diz**, ele não diz também. Não dizem, não é só para mim, para as outras também que não falam. Não dizem. Já se conversam com uma outra que fala, como tem outras que falam, soltam palavrão assim adoidado. (Inf. 28, Amostra 80, Colegial, p. 19)

Com **sentir**¹, quando os sujeitos são não-correferenciais, na sentença encaixada sempre há um constituinte explícito ou implícito que faz uma referência ao corpo do referente-sujeito da matriz como um todo ou a alguma parte desse corpo (traço de inerência). Nesse uso, as características sintáticas relacionadas à propriedade correferencialidade de sujeitos se explicam pelo próprio valor semântico de **sentir**¹. Assim, como um referente-sujeito só pode experimentar uma dada sensação física no seu próprio corpo, isso pode se refletir sintaticamente na construção complexa através de duas maneiras: (a) de uma identidade de sujeitos da matriz e completiva (01) ou (b) do traço de inerência (quando não há essa identidade) (02), (07). Nesses dois últimos exemplos, ocorrem, nas sentenças completivas, constituintes com traço de inerência (*no corpo* e *no meu estômago*, respectivamente).

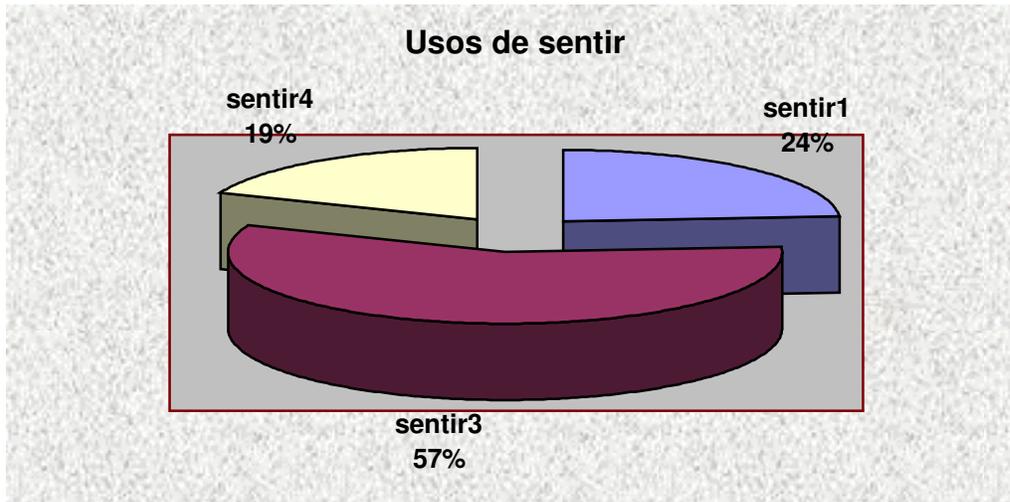
Mesmo admitindo sujeitos correferentes, parece haver uma tendência de se utilizar mais **sentir**³ com sujeitos não-correferentes, como mostram (03) e (08).

Sentir², por ser um uso intermediário, partilha propriedades semânticas e formais com **sentir**¹ e **sentir**³. Por exemplo, pelo fato de comportar um sentido físico, esse uso admite as características sintáticas de **sentir**¹ relativas ao fator correferencialidade de sujeitos. Em (04), pode-se dizer que existe uma referência implícita ao corpo do referente-sujeito da matriz. Já por também conter um sentido abstrato, esse uso só é codificado com completiva na forma finita, como já foi explicado nesta seção.

O uso de **sentir**⁴ ocorre sempre com esse verbo na primeira pessoa do singular e no presente do indicativo, como ilustram (05) e (09). Não causa surpresa o emprego dessa pessoa gramatical nesse uso de **sentir** como modalizador de opinião, uma vez que ela remete ao próprio falante. Pensando nos princípios de gramaticalização formulados por Hopper (1991), pode-se dizer que, nesse uso, essa restrição de pessoa gramatical e tempo verbal constitui um caso de *deategorização* do verbo **sentir**. Vale lembrar que, no português brasileiro contemporâneo, essa mesma *deategorização* pode ser apreciada a propósito de *eu acho que*, também empregado como modalizador de opinião (cf. Galvão, 1999; Cezario, 2001).

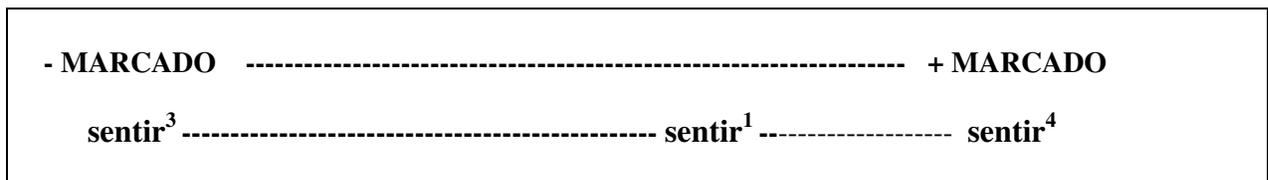
Passo a discutir os resultados quantitativos dos empregos de **sentir** em construções encaixadas. Foram utilizadas, na análise quantitativa dos dados, 46 ocorrências de sentenças completivas do verbo **sentir**³⁷. Dessas ocorrências, 11 (24%) constituem instanciações de **sentir**¹, 26 (57%) de **sentir**³ e 9 (19%) de **sentir**⁴, conforme se pode ver no gráfico 8.

³⁷ Vale destacar que a única ocorrência do verbo **sentir** com valor híbrido - **sentir**² - registrada na amostra sincrônica foi submetida apenas a um tratamento qualitativo.

Gráfico 8 – Distribuição dos usos de **sentir** na amostra.

Os dados do gráfico acima apontam que **sentir³** é o que mais ocorre em construções encaixadas. Note-se que o índice total de ocorrências desse uso corresponde a mais de 50% dos dados documentados no *corpus* para **sentir**. Já as diferenças percentuais entre **sentir¹** e **sentir⁴** não são relevantes: 5% em favor de **sentir¹**.

Sob o ponto de vista da frequência de uso, os três tipos de **sentir** podem ser dispostos no *continuum* de marcação a seguir:

Figura 11: *Continuum* de marcação dos usos de **sentir** em construções encaixadas.

Quanto à atuação dos fatores lingüísticos aqui controlados, os resultados quantitativos apontam que, conforme mostrado na análise qualitativa, os usos de **sentir** ora se aproximam ora se distanciam.

De acordo com o grau de finitude da encaixada, os usos de **sentir** se distribuem em dois grupos: aquele em que ocorre o emprego categórico de sentenças finitas (**sentir³** e **sentir⁴**) e aquele em

que se evidencia uma diferença percentual de 10% entre cláusulas finitas ($5/11 = 45\%$) e não-finitas ($6/11 = 55\%$) (**sentir**¹).

Verifica-se, pois, que existe uma relação entre a codificação sintática das completivas de **sentir** quanto ao seu grau de finitude e o tipo de sentido (concreto ou abstrato) desse verbo e/ou o tipo de percepção/evidência³⁸ veiculado em estruturas com esse verbo. Assim, o uso mais concreto (**sentir**¹), que exprime uma percepção direta de um evento, é empregado, na amostra analisada, com estruturas finitas e não-finitas (havendo uma ligeira tendência para essa últimas, que são mais integradas sintaticamente). Já os usos mais abstratos (**sentir**³ e **sentir**⁴), relacionados ao domínio cognitivo e, por conseguinte, à percepção indireta de um evento, somente ocorrem com estruturas finitas (que são menos integradas sintaticamente). O interessante é que, na relação estabelecida anteriormente, deveria se esperar justamente o contrário, isto é, que usos mais abstratos (sobretudo aqueles em via de gramaticalização) estivessem atrelados a estruturas mais integradas sintaticamente. Nesse caso, será que está começando a haver uma incongruência entre nível de concretude ou abstratização de formas e grau de integração sintática?

A atuação do parâmetro grau de finitude nos dados de **sentir** vai se refletir nos resultados obtidos para um outro fator lingüístico, a presença/ausência de conectivos. Assim, as completivas de **sentir**³ e **sentir**⁴ são sempre introduzidas por conectivos: as primeiras ocorrem mais com conjunções integrantes ($25/26 = 96\%$) do que com advérbios interrogativos ($1/26 = 4\%$); as segundas somente são inseridas por conjunções integrantes ($9/9 = 100\%$). Quanto a **sentir**¹, a diferença percentual entre presença e ausência de conectivos é de 10% em favor da ausência ($6/11 = 55\%$); as cinco ocorrências de sentenças finitas registradas com esse uso também são introduzidas por conjunções integrantes.

A propriedade correlação modo-temporal revela comportamentos ora semelhantes ora distintos para os tipos de **sentir**. Das 5 ocorrências de sentenças finitas com **sentir**¹, 4 apresentam, nas duas sentenças interligadas, os mesmos tempos verbais, a saber: presente ($2/4 = 50\%$), pretéritos perfeito ($1/4 = 25\%$) e imperfeito do indicativo ($1/4 = 25\%$); apenas uma correlação associa

³⁸ Como já foi mencionado, nas estruturas complexas com verbos perceptivos, podem ocorrer dois tipos de percepção/evidência do evento codificado pela completiva: a direta e a indireta, que estão associadas, em termos gerais, às percepções sensorial e intelectual de um dado fato, respectivamente (cf. Frajzyngier, 1986).

tempos diferentes nas orações matriz e completiva: os dois pretéritos mencionados anteriormente, na mesma ordem de citação. Com **sentir**³, as combinações encontradas também sinalizam partilha (15/26 = 58%) ou não (11/26 = 42%) de tempos verbais. Nesse uso, quando há essa partilha, ocorrem, nas duas cláusulas articuladas, os mesmos tempos verbais encontrados com **sentir**¹: presente (10/15 = 67%), pretéritos imperfeito (3/15 = 20%) e perfeito (2/15 = 13%) do indicativo. Quando não há identidade dos tempos verbais, as combinações mais recorrentes na matriz e encaixada, respectivamente, são as seguintes: (a) futuro do subjuntivo e presente do indicativo (3/11 = 27%); (b) pretéritos perfeito e imperfeito do indicativo (3/11 = 27%). O uso como modalizador de opinião (**sentir**⁴) se distingue dos demais pelo fato de ocorrer, categoricamente, com o presente do indicativo tanto na matriz como na encaixada (9/9 = 100%).

No que concerne à explicitude do sujeito, **sentir**³ e **sentir**⁴ tendem a preservar os sujeitos da encaixada (12/20 = 60% e 9/9 = 100%, respectivamente). Já com **sentir**¹, as diferenças percentuais entre sujeitos explícitos (6/11 = 55%) e implícitos da completiva (5/11 = 45%) não são significativas.

Quanto à correferencialidade de sujeitos, ocorre uma neutralização entre os três tipos de **sentir**, já que todos eles tendem a ser empregados com sujeitos não-correferentes: **sentir**¹ (10/11 = 91%), **sentir**³ (17/20 = 85%) e **sentir**⁴ (9/9 = 100%).

No que diz respeito ao parâmetro formas de expressão de sujeitos, **sentir**⁴ é mais utilizado com sujeito da completiva codificado por anáfora pronominal (7/9 = 78%). Com **sentir**¹ e **sentir**³, as diferenças percentuais entre anáfora zero (5/11 = 45% e 8/20 = 40%, respectivamente) e anáfora pronominal (4/11 = 37% e 9/20 = 45%, respectivamente) não se mostram relevantes: com **sentir**¹, os percentuais são ligeiramente maiores para anáfora zero; com **sentir**³, para anáfora pronominal. Vale destacar que, com os três tipos de **sentir**, registraram-se baixos índices de ocorrência de SN pleno.

A propriedade animacidade do sujeito da completiva isola os usos de **sentir** em dois blocos, que estão quase em distribuição complementar: de um lado, está **sentir**¹, que ocorre mais com completivas com sujeitos inanimados (9/11 = 82%); do outro, estão **sentir**³ e **sentir**⁴, que

selecionam mais completivas com sujeitos animados ($14/20 = 60\%$ e $8/9 = 89\%$, respectivamente).

O parâmetro pessoa gramatical do sujeito da sentença matriz distingue os usos de **sentir** que apresentam categoricamente restrição de pessoa gramatical (**sentir**⁴) daqueles que não possuem essa restrição (**sentir**¹ e **sentir**³).

Com relação à categoria negação, como já foi dito, só se documentam, na amostra, ocorrências de estruturas negativas com **sentir**³. Nesse caso, a negação se dá no predicado da encaixada ($7/7 = 100\%$) e o escopo da negação somente se limita a esse predicado (cf. exemplo (11) desta seção). Também só se registra presença de material fônico entre as sentenças vinculadas nas construções complexas com **sentir**³ ($3/26 = 11\%$). Os resultados obtidos para esses dois parâmetros, embora baseados em índices de ocorrência não muito altos, servem para acentuar a independência estrutural entre as completivas de **sentir**³ e suas matrizes, o que constituiria um reflexo da independência semântica dos conteúdos expressos por tais sentenças (cf. Haiman, 1983).

O fator extralingüístico escolaridade aloca os usos de **sentir** em duas posições e permite estabelecer uma associação entre nível de concretude/abstratização dos tipos de **sentir** e graus de escolaridade: falantes com menos escolarização ($6/11 = 55\%$), ao contrário dos mais escolarizados ($2/11 = 18\%$), tendem a empregar mais o uso concreto de **sentir** (**sentir**¹); diferentemente do que acontece com esse uso, com os valores mais abstratos desse verbo (**sentir**³ e **sentir**⁴), não há polarização entre os níveis extremos de escolaridade considerados na pesquisa, já que os dados desses usos se concentram em um grau intermediário, o ginásial ($12/26 = 46\%$ e $5/9 = 56\%$, respectivamente). Esse resultado nos causou surpresa, uma vez que a expectativa era a de que o uso mais abstrato de **sentir** em via de gramaticalização (**sentir**⁴), pelo fato de marcar ponto de vista pessoal e atuar como mecanismo de preservação de face, ocorresse mais com os falantes do colegial (os mais escolarizados da pesquisa).

Os resultados apresentados acima (exceto os do fator extralingüístico) estão expressos nos quadros a seguir, que resume a estrutura não-marcada de cada uso de **sentir**.

	Grau de finitude	Explicitude do sujeito	Correferência do sujeito	Forma de expressão de sujeito	Animacidade do sujeito
Sentir ¹	± finita	± explícito	- correferente	± anáfora zero	- animado
Sentir ³	+ finita	+ explícito	- correferente	± anáfora pronominal	+ animado
Sentir ⁴	+ finita	+ explícito	- correferente	+ anáfora pronominal	+ animado

Quadro 10: Estrutura não-marcada das completivas de **sentir** (1).

	Presença de conectivos	Partilha de tempos verbais	Negação	Pessoa gramatical dos sujeitos da matriz e completiva	Presença de material interveniente
Sentir ¹	± presença	+ partilha	não houve dados	sem restrição	não houve dados
Sentir ³	+ presença	± partilha	+ negação na encaixada	sem restrição	- material
Sentir ⁴	+ presença	+ partilha Pres.Ind. nas duas orações	não houve dados	Sentir em P1 sem restrição na completiva	não houve dados

Quadro 11: Estrutura não-marcada das completivas de **sentir** (2).

Pelas propriedades supracitadas, pode-se dizer que **sentir**³ e **sentir**⁴ estão mais próximos e ambos estão um pouco mais afastados de **sentir**¹. Note-se que os dois usos que mais partilham características são justamente aqueles que constituem instanciações de valores abstratos do verbo **sentir**.

De todos os usos citados anteriormente, a inovação recai justamente no emprego de **sentir** como modalizador de opinião (**sentir**⁴). Assim como já vem acontecendo com outros itens verbais do português, tais como *achar* e *saber*, quando expressam, respectivamente, opinião/apreciação e constatação de um fato³⁹ (cf. Galvão, 1999; Cezario, 2001), **sentir**, no contexto de primeira pessoa do singular e no presente do indicativo, parece estar se gramaticalizando. O interessante é que, se esse processo se confirmar, isso pode ser um indício de que nem sempre gramaticalização e integração caminham juntas, uma vez que, nesse uso, não há uma maior integração da completiva de **sentir**, que se realiza na forma finita, é introduzida por um conectivo e tende a ocorrer com sujeito explícito e animado, não-correferente ao sujeito da matriz. Nesse caso, a ocorrência da estrutura finita pode ser explicada pela atuação do subprincípio da proximidade. Nos termos de Cezario (2001:109), como os verbos que se tornam modalizadores epistêmicos são empregados “como estratégia para demonstrar distanciamento com o valor de verdade com as proposições que são codificadas como cláusulas completivas”, esse distanciamento se reflete na codificação morfossintática.

4.1.3 Verbos causativos e perceptivos: similaridades e diferenças

Neste item, examino, quantitativamente, a atuação das propriedades lingüísticas consideradas na pesquisa nas cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos arroladas na amostra. Inicialmente, contemplo, no *corpus*, os índices de ocorrência de sentenças finitas e não-finitas subcategorizadas por esses dois tipos semânticos de verbos. Passo, então, a investigar a correlação de cada um dos parâmetros lingüísticos com as sentenças encaixadas em pauta.

³⁹ Exemplos citados por Cezario (2001:111, 140) que ilustram essa gramaticalização dos verbos *achar* e *saber* são os seguintes: (a) (...) eu dou ma... mais cola do que colo... sabe? por isso que eu acho que *se/* que eu *acho que*, quando a gente cola, *a gente se prejudica...* é aquela velha história... (GIO4, P, G); (b) O carro ia cair no rio... *á eu sei que minha tia se machucou todinha ...* que ela vinha no banco da frente... (ROS3, N, L)

Na amostra, foi registrado um total de 564 construções encaixadas: 218 com sentenças finitas e 346 com não-finitas. A tabela 4 descreve a correlação entre as cláusulas completivas de causativos e perceptivos e o seu grau de finitude.

Classe semântica do verbo da matriz	Finita		Não-finita		TOTAL
Causativos	14	6%	223	94%	237
Perceptivos	204	62%	123	38%	327
TOTAL	218	39%	346	61%	564

Tabela 4 – Correlação entre grau de finitude das cláusulas completivas e classes semânticas dos verbos das matrizes.

As percentagens expostas na tabela 4 apontam, no que concerne ao grau de finitude, um comportamento diferenciado para as sentenças completivas de causativos e perceptivos: essas tendem a ser mais empregadas na forma finita (62%) enquanto aquelas, na forma não-finita (94%). Pode-se dizer que tais sentenças se encontram quase em distribuição complementar, como mostra o gráfico 9.

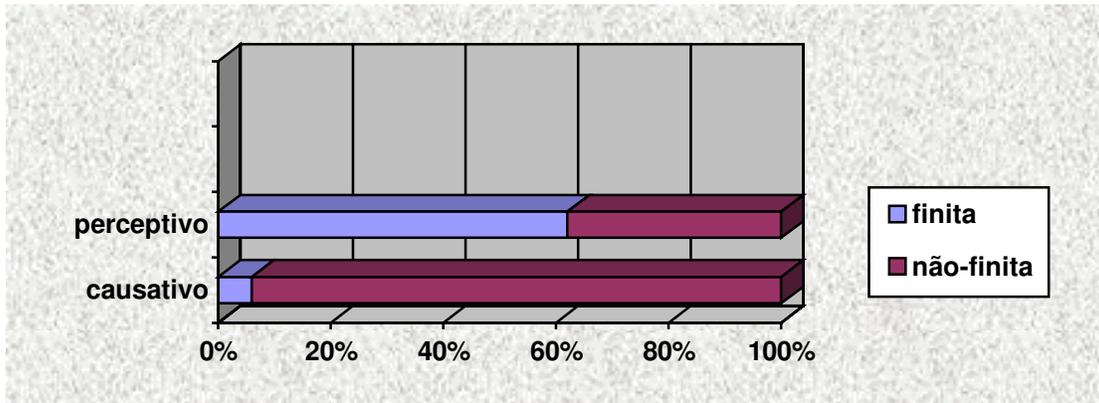


Gráfico 9 – Distribuição das cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos de acordo com o seu grau de finitude.

Chega-se a essa mesma polarização entre as cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos, quando se leva em conta a atuação de um outro fator lingüístico, a presença/ausência de conectivos: as primeiras, ao contrário das últimas, quase não ocorrem com conectivos, o que constitui um reflexo da distribuição dessas cláusulas quanto ao seu grau de finitude. Tendo em

vista a hipótese de Givón (1990) de que quanto mais integrados são os eventos codificados pelas sentenças matriz e encaixada, menor a probabilidade de elas serem separadas por um morfema subordinativo, entende-se que as completivas de causativos, em comparação às de perceptivos, estão mais vinculadas sintaticamente. Convém ainda ressaltar que, com as duas classes semânticas de verbos aqui analisadas, as completivas tendem a ser inseridas por conjunções integrantes: com causativos, o emprego dessas conjunções é categórico (14/14 = 100%) e com perceptivos, esse emprego equivale a 83% dos dados (169/204).

No que diz respeito à propriedade controle, pode-se considerar que também se verifica uma complementariedade entre as cláusulas completivas de causativos e as de perceptivos: enquanto as primeiras tendem a possuir sujeitos que são controlados pelos sujeitos das matrizes (190/237 = 80%), as segundas apresentam categoricamente ausência de controle. Tal distribuição reflete a natureza semântica dessas duas classes de verbos. A realização do fato codificado pela completiva, que equivale ao objeto de percepção dos referentes-sujeitos das matrizes, não está associada à vontade desses referentes-sujeitos; daí advém o uso categórico de falta de controle nas estruturas complexas com perceptivos. Já nas construções com causativos, os sujeitos desses verbos tentam impor sua vontade sobre os sujeitos das completivas: quando há controle, isso significa que o fato codificado pela completiva se realizou mediante a vontade dos referentes-sujeitos dos verbos causativos, sem que houvesse reação dos referentes-sujeitos das completivas.

Com relação ao parâmetro negação, na amostra, não se documenta um alto índice de ocorrência de estruturas negativas: um total de 112 estruturas, das quais 59 são com verbos causativos e 53 são com perceptivos. Apesar de, na amostra, o número total dessas estruturas não ser tão expressivo como o total de ocorrências das construções com polaridade positiva, a negação se mostra um outro fator lingüístico produtivo para estabelecer uma polarização entre as completivas de causativos e perceptivos. Nas construções causativas, a negação tende a se dar no predicado da matriz (55/59 = 93%) e os itens de polaridade negativa têm como escopo essa mesma cláusula. Já nas estruturas com perceptivos, pode-se considerar que, quanto à incidência do item negativo na cláusula complexa, há uma inversão da distribuição supracitada: 62% dos dados (33/53) constituem casos de negação do predicado da encaixada e o escopo dessa negação se limita a esse predicado. Assim, se a negação do verbo da sentença encaixada sinaliza uma

maior independência dessa cláusula (cf. Haiman, 1983; Cezario et al. 1996), pode-se entender que as completivas de perceptivos possuem uma autonomia maior do que as de causativos.

Ao contrário do que se verifica em relação aos fatores grau de finitude, presença/ausência de conectivos, controle e negação, quanto aos parâmetros explicitude, correferencialidade e animacidade do sujeito, as completivas de causativos e perceptivos não se encontram em posições antagônicas, já que tendem a:

- (a) preservar os seus sujeitos ($149/232 = 64\%$ e $176/299 = 59\%$, respectivamente);
- (b) apresentar sujeitos não-correferentes ($231/237 = 97\%$ e $250/257 = 87\%$, respectivamente);
- (c) ocorrer com sujeitos animados ($206/237 = 87\%$ e $211/310 = 68\%$, respectivamente).

O alto índice de sujeitos não-correferentes parece indicar uma correlação entre esses sujeitos e sentenças completivas de verbos causativos e perceptivos, o que pode ser explicado pela própria carga semântica desses verbos. Essa correlação já havia sido observada por Neves: “os verbos factitivos (mandar, deixar, fazer) e os verbos de percepção (ver, ouvir, sentir) (...) podem ter como complemento uma oração completiva direta, sendo **os sujeitos da oração nuclear e da oração completiva não-correferentes** (grifo meu)” (Neves, 2000 : 632).

O registro, na amostra, de maiores ocorrências para sujeitos explícitos parece ter a ver com o elevado índice de manifestação de sujeitos não correferentes. Sabe-se que o (não) cancelamento do sujeito da completiva pode ser motivada pela (não) identidade desse sujeito com o da matriz (cf. Lehmann, 1988; Noonan, 1994). A atuação conjunta desses dois fatores nas completivas de causativos e perceptivos sinaliza o grau fraco de entrelaçamento de seus sujeitos com os das matrizes.

No que se refere às formas de expressão de sujeito, foi feito um cruzamento desse parâmetro com a correferencialidade dos sujeitos das encaixadas aqui examinadas. Esse cruzamento revelou que os sujeitos das completivas de causativos, independente de serem correferentes ($5/5 = 100\%$)⁴⁰ ou não ($94/226 = 42\%$) aos das matrizes, tendem a ser codificados por anáfora pronominal. Esses

⁴⁰ Vale lembrar que esse é o contexto de ocorrência de **deixar** com o sentido de ‘permitir ou não ser controlado por um outro referente’.

resultados quantitativos demonstram que a correferencialidade de sujeitos não se mostra um parâmetro relevante para distinguir formas de expressão de sujeitos nas construções causativas. Ademais, eles constituem evidências empíricas de que a anáfora pronominal pode indicar ou não um compartilhamento de constituintes e, portanto, estar associada a sujeitos correferenciais ou não (conforme se mostrou, através do *continuum* de entrelaçamento de sujeitos, no capítulo de metodologia). Já nas estruturas com verbos perceptivos, o sintagma nominal pleno ($92/238 = 39\%$) é a forma de expressão eleita, quando há ausência de correferencialidade de sujeitos; no entanto, os sujeitos das completivas de perceptivos, quando correferentes, não apresentam diferenças percentuais expressivas entre as formas de expressão anáfora zero ($18/37 = 49\%$) e anáfora pronominal ($19/37 = 51\%$). Pode-se considerar que tais resultados servem para ratificar, da perspectiva do entrelaçamento de sujeitos (cf. Lehmann, 1988), a relação entre (não) partilha de constituintes e formas de expressão de sujeitos.

Quanto à inserção de material fônico entre as sentenças combinadas, as construções com causativos e perceptivos apresentam um comportamento semelhante, já que registram baixos índices de ocorrência de material interveniente entre as suas cláusulas matriz e completiva ($23/237 = 10\%$ e $36/327 = 11\%$, respectivamente).

No que concerne ao parâmetro correlação modo-temporal, verificam-se pontos de convergência e divergência entre as construções finitas com verbos causativos e aquelas com perceptivos. Em primeiro lugar, não obstante o baixo número de ocorrências de sentenças finitas para as construções causativas, os resultados quantitativos demonstram que, quanto ao modo verbal, as completivas de causativos tendem a se instanciar com verbos no subjuntivo ($11/13 = 85\%$) e as de perceptivos apresentam usos categóricos de verbos no indicativo ($204/204 = 100\%$). Segundo Paiva (comunicação pessoal), essa distribuição das completivas de causativos e perceptivos representa uma evidência empírica da asserção de Givón (1990) sobre a importância de se fazer uma distinção entre sentenças finitas com verbo no modo indicativo e aquelas com verbo no modo subjuntivo. Em segundo lugar, quanto à correlação modo-temporal propriamente dita, os dois tipos de estruturas aqui examinados se caracterizam por ocorrerem mais com tempos verbais diferentes nas cláusulas matriz e completiva ($11/13 = 85\%$, $123/204 = 60\%$). Como houve, na amostra, uma grande diversidade de correlações modo-temporais, somente destacarei aqui as mais frequentes com as estruturas em pauta. Para as causativas, predomina a correlação pretérito

perfeito do indicativo na matriz e pretérito imperfeito do subjuntivo na encaixada; para as perceptivas, as combinações mais recorrentes, respectivamente, nas sentenças matriz e completiva são as seguintes: (a) verbo no infinitivo⁴¹ e presente do indicativo⁴²; (b) pretérito perfeito do indicativo e pretérito imperfeito do indicativo; (c) verbo no infinitivo e pretérito imperfeito do indicativo. Nas construções complexas com verbos causativos e perceptivos, essa tendência ao não compartilhamento de tempos verbais sinaliza um baixo nível de entrelaçamento das sentenças combinadas (Lehmann, 1988).

O padrão distribucional das completivas de causativos e perceptivos, no que concerne à atuação dos parâmetros lingüísticos supracitados, está esquematizado nos quadros 12 e 13. Sob a perspectiva da frequência de uso, tal padrão distribucional equivale à estrutura não-marcada dessas completivas.

⁴¹ Um dos verbos perceptivos que ocorre bastante com verbo da matriz no infinitivo é **ver**, principalmente quando tem a acepção de ‘verificar algo no futuro’ (**ver**⁴).

⁴² Gostaria de ressaltar que o presente do indicativo, além de figurar em correlações em que não há identidade de tempos verbais, é o que mais ocorre em estruturas complexas com verbos perceptivos, quando há partilha de tempos verbais entre as cláusulas vinculadas.

	Grau de finitude	Presença de conectivos	Controle	Explicitude do sujeito da completiva	Animacidade do sujeito da completiva
Causativos	- finita	- presença	+ controle	+ explícito	+ animado
Perceptivos	+ finita	+ presença	- controle	+ explícito	+ animado

Quadro 12: Estrutura não-marcada das construções complexas com verbos causativos e perceptivos (1).

	Correferência do sujeito	Formas de expressão de sujeitos da completiva	Negação	Presença de material interveniente	Correlação modo-temporal
Causativos	- correferente	+anáfora pronominal	+ na matriz	- material	- correlação
Perceptivos	- correferente	+ SN pleno (- correferência) + anáforas (+ correferência)	+na encaixada	- material	- correlação

Quadro 13: Estrutura não-marcada das construções complexas com verbos causativos e perceptivos (2).

Verifica-se, então, nas estruturas complexas com causativos e perceptivos, a atuação do subprincípio da proximidade. Por exemplo, nas primeiras, uma maior vinculação sintática entre suas cláusulas constitui reflexo de uma maior vinculação semântica dos eventos codificados por essas cláusulas (cf. Foley e Van Valin, 1984; Givón, 1990); nas segundas, estabelece-se a mesma relação, pensando-se em termos de menor integração semântico-sintática. É interessante notar que esses resultados parecem constituir uma forte evidência contra propostas (por exemplo, a de Maier, 1997) que tratam das completivas de causativos e perceptivos como cláusulas que apresentam um mesmo padrão distribucional no português brasileiro.

Observe-se, no entanto, que nem todos os resultados obtidos para os parâmetros aqui controlados convergem para uma mesma interpretação dos dados, no que diz respeito à atuação do subprincípio da proximidade. Tal falta de convergência parece sugerir uma incompatibilidade entre tais parâmetros. Segundo Foley e Van Valin (1984), “incongruências como estas não invalidariam a hipótese da iconicidade”; todavia, é necessário que algum resultado “seja consistente com o princípio”.

Assumindo uma correspondência entre as noções de integração sintática e gramaticalização (Hopper e Traugott, 1993), entendo que as completivas de causativos, ao estarem mais integradas sintaticamente, devem estar mais propensas à gramaticalização. No entanto, saliento que essa interpretação deve ser vista como uma tendência e não como uma afirmação categórica. Vale lembrar que alguns dados da amostra sincrônica (por exemplo, empregos de **ver** e **sentir**, respectivamente, como advérbio e modalizador de opinião) constituem evidências de que é preciso relativizar a correspondência entre integração sintática e gramaticalização, já que nem sempre elas seguem uma mesma direção.

4.2 Construções complexas com verbos causativos e perceptivos no português arcaico

Tendo apresentado uma análise dos verbos **mandar**, **deixar**, **fazer**, **ver**, **ouvir** e **sentir** seguidos de complementos oracionais no século XX, contemplo esse mesmo fato sintático em uma outra sincronia da língua portuguesa - em um momento que caracteriza a chegada da língua portuguesa ao Brasil - o século XV. Pretendo, com isso, verificar se alguns usos desses verbos já vigoravam na fase arcaica da língua portuguesa, a partir do que é preconizado pelo princípio do uniformitarismo (Labov, 1995). Como já foi dito, os documentos do século XV selecionados para a realização de tal empreitada foram *A Crônica de D. Pedro* e *A Carta de Pero Vaz de Caminha*⁴³. Assim, neste item, faço uma descrição semântica e estrutural dos verbos causativos e perceptivos que constituem objeto de estudo desta tese encontrados nesses dois documentos. Também forneço informações sobre as formas etimológicas desses verbos e seus usos no latim. Na descrição estrutural, centro minha atenção nos parâmetros grau de finitude da completiva, explicitude/omissão, correferencialidade e formas de expressão de sujeitos e pessoa gramatical dos sujeitos das sentenças matriz e encaixada.

4.2.1 Os verbos causativos

Dos três verbos causativos aqui analisados que ocorrem em cláusulas complexas, **mandar** e **fazer** já eram empregados com complemento clausal no latim; no entanto, nessa língua, não há evidências de ocorrência de **deixar** subcategorizando sentenças (finitas ou não-finitas). Já nos dados do século XV, registram-se ocorrências desses três verbos em frases complexas, nas chamadas construções causativas analíticas. Passo a abordar cada um desses verbos isoladamente.

⁴³ Convém salientar que, atendendo a uma sugestão de Castilho no Exame de Qualificação Geral de Tese, também foi feita uma consulta ao *Elucidário* de Viterbo, com o intuito de verificar se havia registro dos seis itens verbais aqui examinados em construções complexas. No *Elucidário*, só se documentam os seguintes verbos: **mandar** com a acepção de 'deixar algum legado em testamento'; **deixar** (na forma *leixar*) com o sentido de 'permitir'.

MANDAR

O verbo **mandar** advém da forma latina *mandare*, que, além das acepções de ‘ordenar’, ‘encarregar’, ‘dar em missão’, também significava ‘confiar’ (cf. Machado, 1967; Nascentes, 1932).

No latim, como foi mencionado anteriormente, esse item verbal já aparecia como predicado da matriz em sentenças complexas. Nessa língua, verbos que expressavam manifestação da vontade, exprimindo uma ordem ou um desejo, subcategorizavam orações finitas (01) e não-finitas (com sujeito expreso no acusativo, o chamado infinitivo com acusativo) (02).

(01) **Mando ut cures.** (Cat., Agr., 141, 1)⁴⁴
‘Ordeno que cuides’.

(02) **Iubeo eum uenire**⁴⁵.
‘Ordeno que ele venha’.

Nos dados do século XV, o verbo **mandar** com cláusulas completivas só ocorreu com o sentido de ‘ordenar’ (03), (04). Como já se sabe, esse também foi o único sentido registrado para esse verbo na amostra sincrônica. Observe-se, pois, que, na língua portuguesa, o uso de **mandar** com essa acepção, em cláusulas complexas, é uma herança do latim.

(03) E como aquella ementa era desembargada com el-rrei, diziam os desembargadores a cada huua pessoa a mercee que lhe el-rrei fazia, e **mandavam a sseus escriptaões que lhe fizessem logo as cartas (...)**. (CP, cap. 4, l. 26-29)

(04) Ao domjingo de pascoela pola manhaã detremjnou ocapitam dhir ouuir misa e pregaçam naquele jlheeo. e **mandou atodolos capitaães que se corejessem nos batees e fosse com ele e asy foy feito.** (CC, fl. 5, l. 1-4)

Com o sentido supracitado, **mandar** se realiza com sentenças finitas (05) e não-finitas (06) e possui sempre sujeitos não-correferentes. As suas completivas podem ter sujeitos explícitos (06)

⁴⁴ Os exemplos (01) e (02) foram extraídos de Faria (1958:406-407) e Bittencourt (2001:50), respectivamente.

⁴⁵ Como não encontrei, nas gramáticas consultadas, exemplos do verbo *mandare* subcategorizando orações infinitivas (apesar de ser possível essa ocorrência no latim), optei por dar um exemplo de um outro verbo dessa língua que fosse utilizado com o significado de ‘ordenar’ em sentenças complexas.

ou implícitos (05) e não apresentam restrição quanto às pessoas gramaticais e às formas de expressão de seus sujeitos.

(05) E se tal cousa era que compria de esse concelho enviar a elle alguus bõos homees e entendidos, **mandava el-rrei que nom enviassem mais d'huu**, por fazer o concelho mais pouca despesa... (CP, cap. 4, l. 67-70)

(06) mandouos esa noute muy bem pemsar e curar e comeram toda vianda que lhes deram e **mandoulhes fazer cama de lençooes** seg^o ele disse e dormjram e folgaram aquela noute ... (CC, fl. 10v, l. 1-5)

Uma das diferenças detectadas entre as completivas finitas de **mandar** das fases arcaica e atual do português diz respeito à existência, naquela sincronia, de duas formas de se empregarem essas sentenças. Segundo Dias (1954:225), essas duas formas são as seguintes: “(...) *mandar que alguém faça uma cousa*, e *mandar a alguém que faça uma cousa*”, como mostram, respectivamente, (05) e (03), (04). Pode-se perceber que o segundo modo sinalizava uma correferencialidade entre os sujeitos das completivas e o constituinte que desempenhava a função de objeto indireto.

Outra diferença tem a ver com a ocorrência do caso dativo nos sujeitos das cláusulas não-finitas de **mandar** no português arcaico (06) e ausência de dados como esses no português contemporâneo. Bittencourt (1995), ao investigar as estruturas causativas, constata que está havendo um “retraimento da marcação dativa do sintagma nominal causado” no português brasileiro contemporâneo, nas suas modalidades oral e escrita literária. A autora também não registra ocorrências de estruturas causativas infinitivas com sujeito dativo nos dados de língua falada e apenas documenta uma ocorrência dessas estruturas nos dados de língua escrita literária. O uso do dativo para exprimir os sujeitos das completivas não-finitas de causativos parece constituir uma característica do século XV, sobretudo quando os verbos das encaixadas eram transitivos.

Enquanto o significado de **mandar**, em cláusulas complexas, se manteve na trajetória do latim ao português contemporâneo, pode-se ver que, cotejando os usos desse verbo nas fases arcaica e atual da língua portuguesa, houve algumas mudanças nas possibilidades de codificação morfossintática de suas completivas.

DEIXAR

A etimologia do verbo **deixar** tem suscitado questionamentos. Segundo Machado (1967) e Cunha (1982), ainda não se conseguiu explicar, de modo satisfatório, a origem desse vocábulo, não obstante as várias tentativas já feitas. Nos dicionários, geralmente consta como provável forma etimológica de **deixar** o verbo latino *laxare*, que tinha os seguintes sentidos: ‘soltar’, ‘afrouxar’, ‘relaxar’, ‘desapertar’ e ‘abrir’ (sentidos concretos); ‘abrandar’, ‘aliviar’, ‘diminuir’ e ‘amolecer’ (sentidos mais abstratos) (cf. Nascentes, 1932; Faria, 1962; Machado, 1967). Vale ressaltar que, nas gramáticas históricas e nos dicionários etimológicos consultados, não há registros de que *laxare* ocorria em frases complexas com completivas finitas ou não-finitas.

Enquanto **deixar**, nos dados sincrônicos, foi empregado com diferentes acepções, na amostra do português arcaico, esse verbo apenas apresentou o significado de ‘permitir ou não que um outro referente- sujeito faça algo’(01), (02). Cezario (2001:196) explica que, na língua portuguesa, o sentido de ‘permitir’ para **deixar** é uma extensão do sentido básico de *laxare*, que se relaciona ao ato de deixar livre: nesse caso, associa-se o ato de permitir à idéia de libertar, deixar livre para agir.

(01) ... edaquy mandou o capitã a nycolaa coelho ebertolameu dijz que fosse em terra eleuasem aqueles dous homee **eos leixasem hir com seu com seu arco e seetas...** (CC, fl. 3v, l. 9-12)

(02) E alli trautarom pollos ditos rreis que fossem fiees amigos huu do outro e ouvessem paz e concordia, e que el rrei de Castella trabalhasse a todo seu poder que el rrei d’Aragom fosse amigo d’el rrei de Purtugal pel guisa que o elle era, e que **el rrei d’Aragom leixasse viir pera Purtugal a iffante dona Maria, filha do dito rrei Dom Pedro, molher que fora do iffante Dom Fernando marquês de Tortosa, com todo o seu (...)**.(CP, cap. 41, l. 27-34)

É possível que os outros dois tipos de ‘permitir’ arrolados no português contemporâneo para **deixar** já existissem no português arcaico. Talvez não tenham sido registrados apenas nos dois documentos do século XV que constituíram o *corpus* para esta pesquisa.

O significado de ‘aguardar/esperar’ não foi documentado na amostra diacrônica, o que não é de causar surpresa, já que esse uso de **deixar** é encontrado no que tem sido denominado de relato de

procedimentos⁴⁶. Também nessa amostra, não ocorreu o uso de **deixar** integrando o marcador conversacional **deixa eu ver**. Mais uma vez, esse fato não é de se estranhar, já que os marcadores conversacionais são característicos de textos orais.

Quanto à configuração sintática, o uso de **deixar** arrolado no português arcaico ocorre sempre com completivas não-finitas e apresenta sujeitos não-correferenciais, que podem estar explícitos ou implícitos e ser realizados tanto por sintagmas nominais plenos como por anáforas pronominal e zero; nesse uso, também não há restrição de pessoa gramatical dos sujeitos das sentenças matriz e encaixada. Não obstante o fato de não terem sido registradas, nessa sincronia, ocorrências de **deixar** em estruturas finitas, percebe-se que não há outras divergências estruturais das completivas desse verbo nos períodos arcaico e contemporâneo da língua portuguesa.

FAZER

O item **fazer** provém da forma verbal latina *facere*, que significava ‘por’, ‘colocar’, ‘executar’, ‘produzir’, ‘causar’, ‘provocar’, ‘excitar’, ‘exercer’, ‘praticar’ (cf. Nascentes, 1932; Faria, 1962; Machado, 1967). Esse verbo podia ocorrer em construções sintáticas complexas com completivas finitas, inseridas pelas conjunções *ut* e *quod*, e não-finitas⁴⁷.

(01) **Faciam ut cupias**. (Plaut., Capt., 856)⁴⁸
‘Farei com que desejes’.

(02) **Bene facis quod me adiuuas**. (Cic., Fin., 3, 15)
‘Fazes bem em me ajudar’.

⁴⁶ Com efeito, em um manuscrito que contém receitas culinárias, *O Livro de Cozinha da Infanta D. Maria de Portugal*, registra-se o emprego de **deixar** com esse significado: (...) e como asy estiver deitẽ o acuquar e ponhamno ao foguo e *deixem ho ferver* sẽ o mexerem nẽ bolirẽ cõ ele (...) (p. 120, l. 9-15). No entanto, vale destacar que há um questionamento sobre a datação desse documento, já que ele pode remontar ao final do século XV ou início do século XVI.

⁴⁷ Nas gramáticas de latim consultadas, não encontrei exemplos de *facere* com orações não-finitas. Climent (1956:222) adverte que a ocorrência de verbos que expressam uma manifestação de atividade (tais como *cogo*, *adduco*, *facio*) com sentenças infinitivas não é tão freqüente na prosa clássica (exceto com o verbo *cogo*). Maurer Jr. (1959) afirma que construções com orações infinitivas com sujeito acusativo se mantiveram, no latim vulgar, com alguns verbos (*facio*, *video*, *audio*, entre outros), mas só cita exemplos dessas construções em algumas línguas românicas.

⁴⁸ Exemplos de Faria (1958: 408,422).

Bittencourt (2001:50), ao estudar as estruturas causativas do português contemporâneo, explica que o tipo analítico de subjuntivo advém “de formas latinas resultantes de um processo de amalgamento interclausal expresso pela conjunção *que*, originada do demonstrativo *quod*, que, no latim vulgar, substitui *ut* do latim clássico”. A autora, baseada em Palmer (1954) e Climent (1971), ainda assevera que, no latim, as construções causativas analíticas de subjuntivo remontam a uma fase latina anterior, em que duas orações (geralmente com valor volitivo ou deliberativo) eram combinadas sem explicitação de sua relação lógica e sintática:

(03) ***Fac fidelis sim***⁴⁹.

‘Faze (que) eu seja fiel’.

Com valor causativo, **fazer**, nos dados do português arcaico, foi utilizado com os sentidos de ‘causar uma ação ou atividade’ (04) e ‘causar a mudança de um estado ou qualidade ou condição’ (05), (06):

(04) Trazia este velho obeiço tam furado que lhe caberja pelo furado huu gram dedo polegar e trazia metido no furado huua pedra verde rroim que cavava per fora aquele buraco e **ocapitã lha fez tirar**. (CC, fl. 7, l. 25-30)

(05) El-rrei, quando esto ouvio, pesou-lhe muito, ca nom quisera que tam asinha partira; **enom podendo fazer que se tevesse ali mais**, deu-lhe licença que sse fosse. (CP, cap. 25, l. 10-13)

(06) ... jazia el-rrei em Lixboa huua noite na cama, e nom lhe viinha sono pera dormir; e **fez levantar os moços e quantos dormiam no paaço...** (CP, cap. 14, l. 21-23)

Nos dados do século XV, **fazer** com o significado de ‘causar uma ação ou atividade’ só ocorreu com cláusulas não-finitas (04); com a acepção de ‘causar a mudança de um estado ou qualidade ou condição’, esse verbo foi empregado com sentenças finitas (05) e não-finitas (06). Vale lembrar que o uso desses dois tipos de estruturas, com **fazer** com valor causativo, já era documentado no latim. Note-se também que, nos três exemplos citados anteriormente, os sujeitos não são correferentes; nas completivas, os sujeitos estão explícitos (04), (06) ou implícitos (05) e podem ser codificados por sintagmas nominais plenos (06) e anáforas zero (05) e pronominal (04). Salvo os casos de sujeito dativo (04), pode-se dizer que, no período arcaico, as

possibilidades estruturais das completivas de **fazer** são as mesmas atestadas nos dados do português contemporâneo.

4.2.2 Os verbos perceptivos

Dos verbos perceptivos que constituem o foco de exame desta tese, **ver**, **ouvir** e **sentir** já subcategorizavam, na língua latina, complementos oracionais, que podiam ser realizados na forma finita ou não-finita. Na amostra diacrônica analisada, foram documentadas ocorrências, em sentenças complexas, desses três verbos. Vale destacar que alguns sentidos desses verbos detectados no português contemporâneo já se verificavam na fase arcaica dessa língua.

VER

O verbo **ver** tem como forma etimológica o vocábulo latino *videre*, que era utilizado com várias acepções, a saber: ‘ver, perceber pela vista’, ‘notar’, ‘observar’, ‘constatar’, ‘ouvir’, ‘ir ter com alguém’ (sentidos concretos); ‘ver com os olhos do espírito, com o pensamento, com a imaginação’, ‘compreender’, ‘julgar’, ‘determinar’ (sentidos abstratos) (cf. Nascentes, 1932; Machado, 1967).

No latim, as orações subcategorizadas pelo verbo *videre* podiam ser realizadas na forma finita e não-finita. Quando finitas, eram inseridas por uma conjunção integrante (01) ou partículas interrogativas (02). Quando não-finitas, ocorriam no infinitivo com sujeito no acusativo (03).

(01) **Vide ut puellam curent.** (Afran.177)⁵⁰
‘Vê que tratem da moça’.

(02) **Vide si⁵¹ quam mox vapulare vis⁵².**
‘Por favor, veja se você quer apanhar mais.’

⁴⁹ Exemplo citado por Palmer (1954:328 apud Bittencourt, 2001:49).

⁵⁰ Exemplos (01) e (03) foram retirados de Faria (1958: 408, 418).

⁵¹ Segundo Maurer Jr. (1959:219), uma inovação do latim vulgar é o emprego de *si*, em vez de *ne*, como partícula interrogativa; tal substituição já era documentada nos textos latinos desde Plauto e Terêncio.

⁵² Exemplo citado por Votve (1999: 20).

- (03) **Intro ire neminem video.** (Ter., Andr., 363)
 ‘Não vejo ninguém entrar’.

Dos verbos aqui examinados, **ver** com orações completivas é o que apresenta, nos dados do português do século XV, um leque maior de usos. Foram registrados os seguintes sentidos para esse item verbal: ‘enxergar’ ou ‘presenciar’ (04), (05), ‘perceber’ (06), ‘concluir’ (07), ‘verificar algo no futuro’ (08).

- (04) (...) e Seg^o oque amy e atodos pareço. esta jemte nõ lhe lhes faleçe out^a cousa peraseer toda xpaã ca entende renos. / por que asy tomauam aquilo **que nos viam fazer** como nos meesmos. per onde pareço atodos que nhuua jdolatria ne adoraçõm teem. (CC, fl. 13, l. 2-7)
- (05) O meestre ficou espantado (...); e andando mui rrijo d’hua parte aa outra, nom o podiam ferir os beesteiros com as maças, ataa que o ouverom de ferir e caiu em terra por morto. El-rrei, **quando vio o meestre jazer em terra**, saiu pello alcaçar cuidando achar alguus dos seus pera os matar. (CP, cap. 20, l. 56-66)
- (06) Os mouros agravaram-sse todos dizendo a el-rrei Vermelho que por a contenda que el avia com rrei Maffoma entrara já el-rrei tres vezes na terra e que se perdia o rreino de Graada. El-rrei ouve d’isto rreço e **veendo que nom podia levar adeante aquello que começara**, ouve conselho de se viir poer em poder e mercee d’el-rrei de Castella e que el-rrei, des que o visse, averia piedade d’elle e teeria com elle alguua boa maneira (...). (CP, cap. 33, l. 28-33)
- (07) (...) e assi lh’os tragiam presos do cabo do rreino e lh’os apresentavom hu quer que estava; e da mesa se levantava, se chegavom a tempo que el comesse, por os fazer logo meter a tormento; e el meesmo poinha em elles maão **quando viia que confessar nom queriam**, firindo-os cruellmente ataa que confessavam. (CP, cap. 6, l. 22-27)
- (08) Eaa sesta pola manhaã as biij oras pouco mais ou menos per conselho dos pilotos mandou ocapitam leuantar ancoras e fazer vela e fomos de lomgo da costa com os batees e esquifes amarados perpopa comtra onorte **peraveer se achauamos alguua abrigada e boo pouso** omde jouesemos pera tomar agoa e lenha. (CC, fl. 2, l. 11-17)

Pode-se observar que, no período arcaico da língua portuguesa, **ver** já possuía tanto usos concretos (04), (05) como abstratos (06), (07), (08), os quais também já eram atestados no latim. É interessante destacar que, apesar da possibilidade de esse verbo ocorrer com sentidos concretos e abstratos, não foi documentado, nos dados diacrônicos, um uso de **ver** que comporta simultaneamente esses dois sentidos, o híbrido. Talvez esse fato seja apenas uma singularidade dos dois documentos analisados e não propriamente da fase arcaica da língua portuguesa.

Também não houve nenhuma ocorrência do uso mais gramaticalizado de **ver**: aquele que se aproxima de um advérbio de dúvida na expressão **vai ver que**.

Como já era de se esperar, usos de **ver** em marcadores conversacionais não foram encontrados nos dados diacrônicos, uma vez que tais usos são próprios de textos falados e as únicas fontes disponíveis para análise de material diacrônico são os textos escritos.

As codificações morfossintáticas dos complementos oracionais dos usos de **ver** atestados no português arcaico são praticamente as mesmas possíveis no português contemporâneo. No que concerne ao grau de finitude, na amostra diacrônica, ocorreram completivas de **ver** finitas (06), (07), (08) e não-finitas (04), (05). Não foram registradas ocorrências de completivas não-finitas no gerúndio, o que não significa uma garantia de que essa estrutura já não fosse utilizada no período arcaico do português. Já quanto às propriedades explicitude/omissão, correferencialidade e formas de expressão de sujeitos e pessoa gramatical dos sujeitos das cláusulas matriz e completiva, não houve diferenças de usos entre as duas sincronias examinadas.

Votre (2001), ao estudar esse verbo no latim e nas fases arcaica e atual da língua portuguesa, conclui que “o exame de *ver*, nas três sincronias, com contextos suficientes para detectar sentidos concretos e abstratos em cada uma delas, (...) parece contribuir para os argumentos em favor da permanência da sintaxe e da semântica desse verbo, em sua trajetória no curso dos séculos”. Assim, para esse autor, itens verbais como *videre* “continuam a representar, na roupagem fonológica de hoje, o trabalho sintático e semântico que faziam no latim”. Quanto à configuração sintática das sentenças subcategorizadas por esse verbo, uma exceção, segundo Votre (1999), tem a ver com a ausência, no latim, de orações completivas no gerúndio.

Os dados aqui analisados também evidenciam a manutenção do mesmo comportamento sintático e semântico para alguns usos de **ver** desde o latim até o português contemporâneo. No entanto, os usos desse verbo na expressão **vai ver que** e em marcadores conversacionais, que correspondem àqueles que passaram, respectivamente, pelos processos de gramaticalização e

discursivização, não oferecem evidências para se fazer uma afirmação sobre continuidade de comportamento.

OUVIR

O item verbal **ouvir** remonta à palavra do latim *audire*, que, nessa língua, podia ser utilizada com os seguintes sentidos: ‘escutar, estar com os ouvidos atentos a’ (sentidos concretos); ‘entender’, ‘compreender’, ‘ter conhecimento de’, ‘saber’, ‘ser informado’ (sentidos abstratos) (cf. Nascentes, 1932; Faria, 1962; Machado, 1967). Esse verbo latino já era empregado em estruturas complexas com completivas finitas e não-finitas, como ilustram, respectivamente, (01) e (02).

(01) **Audi quod dicis, operare quod praedicis.** (S.Gregório, Homilia 21 / Bernardes, Nova Floresta 4.122)⁵³
 ‘Ouve o que dizes, faze o que pregas’.

(02) **Urbem Syracusas maximam esse graecarum saepe audistis** (Cíc., Verr, 4, 117)⁵⁴.
 ‘Frequentemente ouvistes dizer que Siracusa é a maior das cidades gregas’.

Nos dados diacrônicos, **ouvir**, da mesma forma que nos dados sincrônicos, foi usado com duas acepções: ‘escutar’ (03), (04) e ‘ter ou tomar conhecimento de, saber’ (05), (06).

(03) (...) e el-rrei disse a Pero Lopez de Padilha seu beesteiro moor que prendesse o mestre. “Senhor” disse el “qual delles?”. “O meestre de Santiago” disse el-rrei: e elle travou d’elle dizendo: “Seede preso!”. O meestre ficou espantado, e **quando ouvio outra vez que el-rrei dezia aos beesteiros da maça que o matassem**, desenvolveo-sse de Pero Lopez que o tiinha preso, eouve-sse no currall (...).(CP, cap. 20, l. 52-59)

(04) Mas diziam que este feito queria parecer semelhante a el-rrei Dom Pedro de Castella, que posto que el mandasse matar dona Branca sua molher, enquanto dona Maria de Padilha foi viva, que elle tiinha por sua manceba, **nunca lhe nenhuu ouvio dizer que ella fosse sua molher**: e depois que ella morreo, em huas cortes que fez em Sevilha, alli declarou perante todos que primeiro casara com ella que com dona Branca (...). (CP, cap. 33, l. 28-33)

(05) El-rrei, quando vio o meestre jazer em terra, saiu pello alcaçar cuidando achar alguus dos seus pera os matar; e nom os achou, ca eram fogidos e escondidos; e achou no paaço hu estava Maria de Padilha, Sancho Rodriguez de Vilhegas camareiro-moor do meestre, que se

⁵³ Exemplo transcrito de Kocher, retirado da *internet*.

⁵⁴ Exemplo retirado de Faria (1958:417).

colhera alli **quando ouviu dizer que o matavam**; e tomou dona Beatriz filha d'el-rrei nos braços, cuidando per ella escapar da morte⁵⁵. (CP, cap. 20, l. 64-71)

- (06) **Já ouvistes bem quanto os rreis antigos fizeram por encurtar nas despesas suas e do reino**, poendo hordenações em ssi e nos seus por teerem tesouros e seerem abastados. (CP, cap. 12, l. 3-6)

Na amostra do português arcaico, quanto ao grau de finitude da completiva, **ouvir** - com sentido físico ou abstrato - subcategorizou tanto sentenças finitas (03), (06) como não-finitas (04), (05). Com relação a esse parâmetro formal, a novidade, nos dados diacrônicos, tem a ver com a ocorrência de **ouvir** tendo sentido abstrato com orações finitas (06); no português contemporâneo, esse uso só se realiza com completivas não-finitas. Quanto a outras propriedades como explicitude/omissão, correferencialidade e formas de expressão de sujeitos, pode-se dizer que as possibilidades estruturais dos dois usos de **ouvir** atestados no português arcaico são as mesmas encontradas no português contemporâneo. Uma singularidade sintática da fase arcaica dessa língua diz respeito à possibilidade de o sujeito da completiva de **ouvir** ser expresso no caso dativo, como mostra (04). Vale destacar ainda que não se pode afirmar se, nessa fase, já havia uma tendência ao emprego de **ouvir** com acepção mais abstrata em uma determinada pessoa gramatical, em virtude dos documentos investigados, que favorecem o uso das terceiras pessoas do singular e plural.

No que concerne ao comportamento semântico de **ouvir**, observe-se que as suas duas acepções documentadas nos períodos arcaico e contemporâneo do português, que correspondem aos usos concreto e abstrato desse verbo, já estavam presentes no latim. Essa constatação contraria, então, o que se propõe para alguns verbos de audição, quando eles perdem o sentido físico (concreto) e passam a ser utilizados, via processo metafórico, com significados abstratos (por exemplo, o de 'prestar atenção', 'obedecer') (cf. Sweetser, 1990). A meu ver, sobre os dois tipos de **ouvir** encontrados nos *corpora* analisados, não se pode falar de uma mudança de concreto para o abstrato na trajetória do latim ao português contemporâneo. Nesse caso, tal como postulado por

⁵⁵ Com o propósito de deixar claro que, nesse exemplo, o verbo **ouvir** não pode ter sentido físico, forneço aqui mais informações sobre o contexto de (05): Sancho Rodriguez de Vilhegas não se encontrava na dependência do palácio onde o rei estava quando mandou matar o Mestre de Santiago; assim, Sancho não poderia ter escutado a ordem dada pelo rei.

Votre (2001) para *pensar*, em vez de transferência metafórica, pode-se considerar que, entre os dois usos de **ouvir**, há uma correspondência metafórica: desde a língua latina, esses dois sentidos já ocorreriam simultaneamente. Votre (2001), fundamentado no que designa de *princípio de extensão imagética*, defende que “não há derivação de sentidos mas, sim, relações entre diferentes níveis de abstração dos sentidos, sem que se possa garantir qual resultou de qual”, uma vez que todos os sentidos e as codificações morfossintáticas de um verbo já estariam disponíveis desde o primeiro momento em que ele fosse empregado. Em outras palavras, de acordo com esse autor, “a absoluta maioria dos sentidos e grande parte das formas hoje disponíveis na língua estavam presentes e gramaticalizadas, quer no português quinhentista, quer em latim” (Votre, 2001:02). A meu ver, o *princípio de extensão imagética* se aplica a alguns itens verbais do português (como, por exemplo, **ouvir**), não podendo ser tomado, pois, como uma verdade absoluta.

SENTIR

O verbo **sentir** originou-se do item verbal latino *sentire*, que apresentava, entre outros, os seguintes significados: ‘sentir, experimentar uma sensação ou um sentimento’; ‘perceber pelos sentidos ou pela inteligência’; ‘ser de opinião’, ‘ser de parecer’, ‘pensar’, ‘julgar’ (Faria, 1962).

No latim, *sentire*, quando empregado em frases complexas, aceitava orações finitas (01) e não-finitas (02).

(01) **Sentio quam rem agitis**⁵⁶.
‘Sinto que fazeis algo’

(02) **Sentimus calere ignem, niuem esse albam, dulce mel.** (Cic., Fin., 1,30)⁵⁷
‘Sentimos que o fogo é quente, a neve é branca, e doce o mel’.

Na amostra do português arcaico, registra-se somente um único dado de **sentir** com oração completiva, em que esse verbo tem o significado de ‘achar/pensar’:

⁵⁶ Exemplo de Maurer Jr. (1959:219).

⁵⁷ Exemplo de Faria (1958:418).

(03) Falando el-rrei huu dia nos feitos da justiça, disse que sua vontade era e fora sempre de manter os poboos de se rreino em ella e estremadamente fazer direito de si meesmo. E porquanto **elle sentia que o moor agravo que ell e seus filhos e outros alguus de seu senhorio faziam aos poboos de sua terra assi era o tomar das viandas por preço mais baixo d'o que sse vendiam** (...).(CP, cap. 5, l. 63-69)

Repare-se que o significado de **sentir** supracitado já era atestado no latim. Provavelmente foi esse sentido que serviu de fonte para o uso de **sentir** como modalizador de opinião no português contemporâneo. Vale lembrar que, nessa sincronia, esse uso só ocorre em contexto em que o falante emite uma opinião sobre algo; nesse caso, o verbo **sentir** funciona como um elemento que marca um ponto de vista pessoal, realizando-se na primeira pessoa gramatical do singular. Note-se que, no exemplo do português arcaico, **sentir** não constitui um modalizador de opinião e ocorre com sujeito na terceira pessoa gramatical do singular.

Embora os demais empregos de **sentir** arrolados para o português contemporâneo ('experimentar sensação física', 'perceber' e o sentido híbrido) não tenham sido documentados nos dados do português arcaico, não se pode garantir que eles já não vigerassem nesse período da língua portuguesa. Se há registro de um dos sentidos abstratos desse item verbal, certamente deveria haver, pelo menos, ocorrências do sentido concreto.

Do ponto de vista estrutural, o dado encontrado no português arcaico pode ser assim descrito: **sentir** ocorre com encaixada finita, os sujeitos das orações combinadas não são correferenciais e a completiva apresenta sujeito expreso sob forma de um sintagma nominal pleno, que possui como modificador uma outra oração encaixada (nos termos tradicionais, uma sentença subordinada adjetiva restritiva). Quanto à pessoa gramatical do sujeito da cláusula matriz, **sentir**, como já foi dito, ocorre com sujeito na terceira pessoa do singular.

Mesmo baseando-me em apenas uma ocorrência de **sentir**, gostaria de salientar dois pontos sobre a configuração estrutural desse verbo no português arcaico: (a) a realização da completiva de **sentir** na forma finita já parece constituir uma característica desse verbo quando ele possui um sentido abstrato; (b) parece que, nesse período, ainda não havia uma restrição de pessoa gramatical com o uso de **sentir** como 'achar/pensar'.

No entanto, o número insuficiente de dados na amostra do português arcaico não permite que se façam generalizações sobre o comportamento semântico e sintático de **sentir**, na trajetória da fase arcaica à atual da língua portuguesa. Já tomando-se por base o uso desse verbo no latim, o que se verifica, a partir das gramáticas e dos dicionários etimológicos consultados, é que, salvo o sentido híbrido e o uso como modalizador de opinião, as acepções de **sentir** registradas no português contemporâneo já estavam presentes naquela língua; a mesma observação pode ser feita para a codificação das completivas desse verbo quanto ao grau de finitude.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, analisei as estruturas complexas portuguesas com verbos causativos e perceptivos em que se dá encaixamento de cláusulas completivas. Para fazer as descrições, as análises e as interpretações dessas estruturas, utilizei, como referencial teórico, postulados do funcionalismo lingüístico, sobretudo aqueles adotados pela corrente americana (Givón, 1990, 1995; Hopper e Traugott, 1993, dentre outros) e os contidos em Lehmann (1988). Com base nesse modelo teórico, fiz uma reflexão acerca dos conceitos de iconicidade, integração sintática e gramaticalização, nos quais me fundamentei para explicar e cotejar o comportamento semântico e sintático das sentenças subcategorizadas pelos dois tipos semânticos de verbos supracitados. Ainda seguindo um pressuposto teórico-metodológico da teoria funcionalista (cf. Castilho, 200?), investiguei as estruturas em pauta a partir dos seus usos lingüísticos, numa perspectiva pancrônica (de conjugação de dados sincrônicos e diacrônicos). Examinei, então, dados de diferentes períodos do português, o arcaico e o contemporâneo, com ênfase no estágio atual dessa língua.

Do ponto de vista da metodologia adotada na pesquisa, a utilização de alguns dos recursos oferecidos pela Teoria da Variação Lingüística se mostrou um instrumento valioso para a consecução dos objetivos deste trabalho. Desse modo, ao analisar as ocorrências das sentenças complexas com verbos causativos e perceptivos à luz dos mesmos fatores lingüísticos (mesmo sem estar operando com uma regra variável), pude, com base em evidências estatísticas, identificar superposições e idiosincrasias no que concerne ao padrão distribucional dessas sentenças. Por exemplo, essa análise permitiu atestar que, em construções encaixadas, não há restrição de tempo verbal e pessoa gramatical com o verbo **sentir**, quando ele tem as acepções de ‘experimentar sensação física’ e ‘perceber’; no entanto, quando esse verbo é empregado como um modalizador de opinião ocorre categoricamente no presente do indicativo e na primeira pessoa do singular. Ademais, procedendo a uma análise quantitativa dos dados, pude estabelecer,

a partir da frequência de uso, as estruturas não-marcadas das completivas das classes semânticas de verbo aqui examinadas e de cada uso de verbo.

Tendo em vista as hipóteses formuladas para as sentenças completivas de causativos e perceptivos, comprovou-se que (a) tais completivas se distinguem não só por atributos semânticos mas também por atributos sintáticos e (b) constituem diferentes níveis de integração sintática. Na definição do perfil sintático dessas completivas, observei, então, que elas estão alocadas em pontos à direita dos *continua* de articulação de orações formulados por Lehmann (1988) e Hopper e Traugott (1993), já que constituem instanciações de cláusulas subordinadas (nos termos desses) e encaixadas (nos termos daquele). No entanto, nesses *continua*, essas completivas não se situam exatamente no mesmo ponto. Tal fato decorre justamente da atuação dos parâmetros lingüísticos (tanto semântico-pragmáticos como formais) que não são partilhados por essas cláusulas.

As categorias lingüísticas que distinguiram as estruturas com verbos causativos e perceptivos foram as seguintes: controle, grau de finitude, presença/ausência de conectivos, negação e formas de expressão de sujeitos. Com respeito a essas categorias, as construções causativas exibiram os seguintes atributos: as suas completivas foram mais codificadas na forma não-finita (e, por conseguinte, sem conectivos) e apresentaram sujeitos controlados pelos sujeitos das matrizes, expressos sob a forma de anáfora pronominal (independente da sua correferencialidade); quando houve negação, esta se deu no predicado da matriz. Nas construções com perceptivos, houve uma tendência inversa em relação aos fatores controle, grau de finitude, presença/ausência de conectivos e negação. No que se refere às formas de expressão de sujeito das completivas de perceptivos, essas sentenças ocorreram com sujeitos codificados por anáforas zero ou pronominal (quando correferentes) e por sintagma nominal pleno (quando não-correferentes). Verificou-se, então, que, quanto aos fatores supracitados, com exceção do último, as cláusulas encaixadas que constituem objeto de estudo desta tese se encontram em distribuição complementar. Ainda convém destacar que todos os cinco parâmetros acima são responsáveis por aferirem distintos graus de integração semântico-sintática entre as completivas de causativos e perceptivos e as suas matrizes.

Contudo, contrariando as hipóteses mencionadas anteriormente, as construções causativas e perceptivas também apresentaram alguns atributos comuns. As propriedades que indicaram superposições entre essas construções têm a ver com traços dos sujeitos (explicitude, correferencialidade e animacidade) das completivas, concordância de tempos e modos verbais e proximidade/distância gramatical entre essas sentenças e suas matrizes. De acordo com essas propriedades, as construções causativas e perceptivas apresentaram as seguintes características: sujeitos das completivas explícitos, animados e não-correferentes aos das matrizes; ausência tanto de material interveniente como de partilha de tempos verbais entre as cláusulas combinadas.

Como os resultados obtidos revelaram não só divergências mas também convergências entre as construções em pauta com relação ao seu comportamento no português contemporâneo, tal fato, à primeira vista, parecia sinalizar, além de uma incompatibilidade entre os parâmetros lingüísticos considerados na pesquisa, uma contradição na interpretação dos dados quanto à atuação do subprincípio da proximidade. Diante dessa aparente tendência contraditória, evoquei uma afirmação de Foley e Van Valin (1984) sobre essa questão, com o intuito de referendar as interpretações sugeridas, nesta tese, com respeito ao subprincípio da proximidade: “incongruências como estas não invalidariam a hipótese da iconicidade”; todavia, é necessário que algum resultado “seja consistente com o princípio”.

Sendo assim, não resta qualquer dúvida de que, nas construções complexas com verbos causativos e perceptivos, há, de fato, a atuação do subprincípio da proximidade; em outras palavras, nessas construções, as diferenças no plano conceptual (os conteúdos expressos tanto pelos verbos das matrizes como pelos complementos oracionais) se refletem na configuração morfossintática das completivas. Desse modo, mostrei que, nas estruturas com verbos perceptivos, as cláusulas matriz e encaixada tendem a codificar conteúdos autônomos conceptualmente. Nesse caso, as sentenças encaixadas exprimem estados de coisas que resultaram de uma percepção – sensorial ou intelectual – do referente-sujeito da matriz e a realização desses estados de coisas independe da vontade desse referente-sujeito. Já, nas estruturas causativas, as orações matriz e completiva tendem a codificar eventos com uma menor independência do ponto de vista semântico, devido às seguintes razões: pela própria relação de

causatividade que se estabelece entre esses eventos e pela tentativa de manipulação do referente-sujeito da matriz sobre o referente-sujeito da completiva.

Tal constatação contraria, completamente, a visão tradicional de que as sentenças subordinadas substantivas (aqui tratadas como completivas) devem ser descritas apenas em termos da função sintática que desempenham no período composto, sem que se levem em consideração aspectos semânticos do verbo da chamada oração principal (aqui designada matriz). Ademais, as diferenças registradas para as completivas de causativos e perceptivos (sobretudo aquelas relacionadas à dimensão sintática) configuram-se como um forte argumento contra estudos (por exemplo, os de Mateus et al., 1989 e Maier, 1997) que só descrevem essas cláusulas como detentoras de um mesmo perfil sintático.

Além de detectar distintos graus de integração semântico-sintática entre as estruturas dos dois grupos semânticos aqui investigados, verifiquei que os verbos dentro da sua classe semântica nem sempre se comportam da mesma forma. Também registrei diferenças de integração semântico-sintática entre usos de um mesmo item verbal. Esses resultados remetem, pois, a duas outras hipóteses aventadas na pesquisa que foram confirmadas na análise dos dados.

Na classe dos verbos causativos, **mandar** foi o menos complexo semanticamente, uma vez que só foi empregado, em construções encaixadas, com uma acepção. **Fazer** apresentou dois usos – um, concreto e outro, abstrato – que partilharam traços semânticos e estruturais; no entanto, nenhum desses dois usos se encontra em via de gramaticalização. **Deixar** foi, entre os verbos causativos, o que se configurou com uma maior diversidade semântica. Os sentidos menos integrados e menos gramaticalizados desse item verbal se relacionaram ao ato de permitir. Um uso mais integrado, que parece estar se gramaticalizando, ocorreu no que tem sido designado de relatos de procedimentos, comportando o significado de ‘aguardar/esperar’. **Deixar** ainda foi utilizado como auxiliar (expressando aspecto terminativo) e marcador conversacional (co-ocorrendo com o verbo **ver**), que ilustram, respectivamente, os processos de gramaticalização e discursivização. Vale lembrar que, nesta tese, estes dois últimos empregos só foram tratados qualitativamente.

Entre os perceptivos, todos os três itens verbais, em frases complexas, apresentaram significados relacionados aos domínios físico e cognitivo. **Ouvir** ocorreu com um sentido mais concreto (associado à audição física) e outro, mais abstrato (referente a uma atividade mental). Pode-se dizer que o segundo sentido desse verbo se realizou em estruturas mais integradas, já que as suas completivas, adotando a terminologia de Lehmann (1988), estavam mais dessentencializadas. **Sentir**, remetendo a um significado abstrato ou híbrido, apresentou usos menos integrados. Um desses usos, que se instanciou como modalizador de opinião, foi o mais gramaticalizado. Quando se referiu apenas ao domínio físico, **sentir** ocorreu com estruturas menos e mais integradas sintaticamente (isto é, finitas e não-finitas). **Ver**, dentro do rol dos perceptivos, foi o que exibiu uma maior complexidade semântica, ao ser empregado com diversas acepções, referentes tanto à percepção sensorial como à percepção intelectual; também teve um significado híbrido, que remete a essas duas percepções. Com sentido físico, houve uma tendência de esse verbo se atualizar mais com estruturas mais integradas, na forma não-finita. **Ver** apresentou um uso completamente gramaticalizado (como advérbio de dúvida) e outro que parece estar em via de gramaticalização em uma cláusula hipotática final (na estrutura *p(a)ra ver se/como*). Ainda integrou marcadores conversacionais com diferentes funções discursivas.

Com base no *continuum* de Lehmann (1988) de gramaticalização do verbo da matriz (cf. figura 3), demonstrei que os seis itens verbais que constituem objeto de estudo desta tese apresentam empregos que se localizam em diferentes pontos desse *continuum*. **Mandar** e **fazer** somente são utilizados como verbos plenos. **Deixar** tem diferentes usos como verbo lexical e também ocorre como auxiliar (embora, nesse caso, não tenha mais o sentido causativo). **Sentir** e **ouvir** se instanciam como verbos lexicais e apresentam usos que se aproximam de um evidencial. **Ver** possui uma gama de sentidos como verbo lexical e um emprego como advérbio; no entanto, esse emprego, que sinaliza, em sentenças complexas, uma mudança na categoria gramatical de um item verbal, não é previsto pelo *continuum* de Lehmann. Da perspectiva sincrônica, o tratamento desses seis verbos num *continuum* permitiu identificar, além dos estágios de gramaticalização em que cada uso se encontra, os itens verbais que apresentaram empregos mais e menos gramaticalizados.

Em alguns usos dos verbos acima, pude observar a atuação de alguns princípios formulados por Hopper (1991) para o processo de gramaticalização. Há uma *decatégorização* de **sentir**, quando empregado como evidencial (modalizador de opinião), e de **ver**, quando utilizado na estrutura *p(a)ra ver se/como*. Tal *decatégorização* se explica pelo seguinte perfil característico desses usos: **sentir** só ocorre na primeira pessoa do singular e no presente do indicativo e **ver** não se realiza com explicitação de sujeito. Pode-se dizer que a *persistência* atua na configuração sintática da cláusula encaixada do emprego de **ver** como advérbio de dúvida (na expressão **vai ver que**); gerado no contexto de estrutura finita, esse emprego possui uma restrição quanto à sua ocorrência com orações não-finitas. A coexistência do marcador conversacional **deixa eu ver** e da sua construção original (a estrutura causativa que tem essa mesma forma fonológica) exemplifica o princípio da *divergência*.

Dos parâmetros postulados por Lehmann (1988) para a taxonomia e a análise de sentenças complexas, dois se mostraram relevantes para a caracterização das construções aqui analisadas: o entrelaçamento das orações e a dessentencialização da cláusula subordinada. Fatores lingüísticos controlados nesta pesquisa que remetem ao entrelaçamento, tais como explicitude e correferencialidade de sujeitos e correlação modo-temporal, sinalizaram uma neutralização das completivas de causativos e perceptivos. No que tange a esses fatores, as características exibidas por essas completivas, quando interpretadas à luz do *interlacing* de Lehmann, sugeriram que os dois tipos de estruturas aqui investigados apresentam um grau baixo de entrelaçamento de sujeitos e tempos verbais. Já a dessentencialização atuou com bastante força na completiva de **ouvir** com o significado de ‘ter ou tomar conhecimento de, saber’: essa sentença somente ocorreu na forma não-finita, não possuiu flexão de pessoa gramatical e não admitiu polaridade negativa nem material interveniente entre o seu verbo e o da matriz. Como consequência da dessentencialização dessa completiva, apenas o verbo da matriz forneceu as informações gramaticais - as de número-pessoa e modo-tempo - da construção encaixada.

Nos dados examinados, houve, em alguns casos, a atuação do princípio de uniformitarismo (Labov, 1995). Conforme preconizado por tal princípio, constatei que as tendências atuais de alguns usos dos verbos aqui investigados remetiam a tendências atestadas em sincronias anteriores. Em outros termos, alguns sentidos desses verbos (por exemplo, os de **mandar**, **fazer**

e **ouvir**) documentados no período contemporâneo da língua portuguesa foram também atestados no período arcaico dessa língua e no latim. No entanto, também se evidenciaram empregos de itens verbais que não ofereceram evidências para se fazer uma afirmação sobre continuidade de comportamento semântico: por exemplo, **deixar** como marcador conversacional; **sentir** como modalizador de opinião; **ver** na expressão **vai ver que** e como marcadores conversacionais. Nesse caso, deve-se atentar para o fato de que os empregos citados anteriormente constituem casos típicos da oralidade.

Quanto à configuração morfossintática das completivas dos seis itens verbais em estudo, pode-se considerar que, de um modo geral, não houve tantas mudanças estruturais dessas sentenças na trajetória do período arcaico ao contemporâneo do português. Nesse sentido, confirma-se a asserção de Votre (2001) de que “o português no Brasil se mostra estável, no período de cinco séculos, com pontos tênues de variação e **com indicativos de mudança restritos a lugares específicos da estrutura** e, sobretudo, do léxico” (grifo meu). Nos dados analisados, as diferenças encontradas entre as fases arcaica e atual da língua portuguesa têm a ver com os seguintes fatos morfossintáticos: (a) o desaparecimento, no português contemporâneo, de **mandar** em estruturas finitas em que havia uma correferencialidade entre os sujeitos das completivas e o constituinte que desempenhava a função de objeto indireto (tais como *mandar a alguém que faça algo*); (b) na amostra sincrônica analisada, ausência de dados com sujeitos das cláusulas não-finitas de **mandar**, **fazer** e **ouvir** no caso dativo; (c) ainda nessa amostra, a não ocorrência de orações finitas com **ouvir** com a acepção de ‘ter ou tomar conhecimento de, saber’; (d) ausência, nos dados do português arcaico, de orações completivas de **ver** no gerúndio. Observe-se que esses quatro fatos estão associados ao parâmetro grau de finitude da encaixada. No que tange às propriedades pessoa gramatical, explicitude/omissão, correferencialidade e formas de expressão de sujeitos, pode-se dizer que não houve divergências estruturais das sentenças encaixadas aqui analisadas nos períodos arcaico e contemporâneo do português.

Assim, nesta pesquisa, o exame dos dados sob uma perspectiva pan-crônica permitiu evidenciar, a depender do item verbal que funciona como predicador da matriz, tanto a continuidade como a mudança de aspectos semânticos e sintáticos (cf. Votre, 1999, 2001) das construções complexas com verbos causativos e perceptivos. Além do mais, investigando-se dados de distintos estágios

da língua portuguesa, foi possível detectar as especificidades de funcionamento dessas construções nas sincronias analisadas.

Alguns dos resultados obtidos na análise quantitativa dos dados suscitaram um questionamento de pressupostos teóricos comumente associados ao fenômeno da gramaticalização. Eles apontaram, por exemplo, que a correlação entre as noções de integração sintática e gramaticalização deve ser relativizada, pois nem sempre elas percorrem uma mesma trajetória. Levando-se em consideração o parâmetro grau de finitude (que tem sido utilizado, na literatura lingüística, para a aferição tanto de níveis de integração sintática como de graus de gramaticalização de uma dada construção lingüística), alguns empregos dos verbos aqui investigados configuraram-se como contra-evidências dessa correlação. A título de ilustração, os usos mais gramaticalizados de **ver** e **sentir** (respectivamente, como advérbio e modalizador de opinião) somente ocorreram com completivas finitas, que equivalem a estruturas menos integradas sintaticamente. Até o emprego de **ver** na estrutura *p(a)ra ver se/como*, que parece estar se gramaticalizando, também só subcategorizou sentenças na forma finita. É interessante ressaltar que todos esses usos parecem estar em um estágio inicial de gramaticalização, o que talvez explique a falta da correlação supracitada. Já um dos usos de **ver** como verbo pleno, expressando acepções que remetem ao domínio físico, se realizou mais com encaixadas não-finitas, que correspondem a estruturas mais integradas sintaticamente.

Uma outra assunção que também precisa de uma relativização é a que postula uma correspondência entre gramaticalização e freqüência de uso. Nos dados aqui analisados, não se registrou um aumento da freqüência de uso de **vai ver que**, emprego que constitui uma gramaticalização do verbo **ver** em um advérbio de dúvida. Ao contrário, esse é, entre os usos de **ver**, o que apresenta o menor índice de ocorrência na amostra sincrônica.

Quanto às eventuais contribuições desta tese, ela forneceu evidências empíricas de que as sentenças completivas (mais especificamente, as de causativos e perceptivos), no português brasileiro, não constituem, de fato, um bloco homogêneo; tais sentenças, a depender da classe semântica do verbo que as subcategoriza, exibem um padrão distribucional divergente entre si e remetem a distintos graus de integração semântico-sintática. Os resultados também mostraram

que, além do tipo semântico do verbo da matriz, cada sentido em que esse verbo é empregado configura-se como uma outra propriedade semântica que influencia o padrão distribucional das completivas. Assim, pode-se dizer que as evidências empíricas obtidas nesta tese serviram para ratificar a asserção de Givón (1990) de que, no domínio da complementação verbal, as propriedades sintáticas das completivas estão atreladas às propriedades semânticas do verbo da matriz.

Por fim, tendo em vista os dados que constituíram contra-evidências de postulados funcionalistas sobre a relação entre a noção de integração sintática, o papel da freqüência de uso e o processo de gramaticalização, retomam-se aqui as seguintes questões: (a) O aumento da freqüência de uso de uma determinada forma lingüística estaria atrelado ao estágio – inicial ou final – de gramaticalização em que se encontra essa forma? (b) Quais são os parâmetros lingüísticos, além do grau de finitude, que podem dar conta da (não) correspondência entre integração sintática e gramaticalização? Levantam-se ainda outros questionamentos: (c) Como nem sempre há, em cláusulas complexas, convergências entre as categorias lingüísticas utilizadas para a medição dos níveis de gramaticalização, existiriam aquelas que seriam mais atuantes nesse processo? (d) Pensando-se em termos de implementação da mudança no sistema lingüístico e do caráter gradual desse processo, será que é preciso que haja uma consolidação do processo de gramaticalização de uma dada construção, para que essa construção passe a ocorrer em estruturas mais integradas sintaticamente? Espera-se que essas questões possam constituir preocupação de trabalhos futuros sobre cláusulas complexas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Therezinha. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. 4 v. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1999. 607 p. Tese de Doutorado em Letras.

_____. Predicadores e argumentos. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (org.). *A Carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador: EDUFBA, 1996. p. 117-133.

BITTENCOURT, Vanda de Oliveira. A gramaticalização em orações completivas de verbos causativos. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 47-53, 2º semestre, 2001.

_____. *Da expressão da causatividade no português do Brasil: uma viagem no túnel do tempo*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1995. 339 p. Tese de Doutorado em Lingüística Aplicada ao Ensino de Línguas.

BOLINGER, Dwight. *Meaning and form*. London: Longman, 1977.

_____. Wanna and the gradience of auxiliaries. In: BRETTSCHNEIDER, Gunter e LEHMANN, Christian. (eds.). *Wege zur universalien Forschung*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1980. p. 292-299.

BORBA, Francisco da Silva. *Teoria sintática*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979. 310 p.

_____ et al. *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo*. 2.ed. São Paulo: EDUNESP, 1991.

BRAGA, Maria Luiza. As orações de tempo no discurso oral. *Caderno de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 28, p. 9-18, Jan/Jun, 1995.

_____. As orações encaixadas no dialeto carioca. In: CONFERÊNCIA PARA CONCURSO PARA PROFESSOR TITULAR JUNTO AO DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 1999a.

_____. *Os complementos oracionais no português do Brasil e no português de contato*. 1999b. Arquivo disponível na internet [on line] via URL <http://www>. Arquivo capturado em 23/05/2003.

BYBEE, Joan et al. *The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago/London: University of Chicago, 1994.

CAMACHO, Roberto Gomes. O formal e o funcional na teoria variacionista. In: RONCARATI, Cláudia e ABRAÇADO, Jussara (orgs). *Português Brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 55-65.

CAMPBELL, Lyle e JANDA, Richard. Introduction: conceptions of grammaticalization and their problems. *Language Sciences*, 23, 93-112, 2001.

CARVALHO, Cristina dos Santos. Cláusulas encaixadas de verbos causativos e perceptivos: formas de expressão e correferencialidade de sujeitos. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 174-182, 2º semestre, 2001.

_____. Gramaticalização e integração entre cláusulas matriz e encaixada de verbos causativos e perceptivos. Comunicação apresentada na XVIII Jornada do GELNE – Grupo de Estudos Lingüísticos do Nordeste, UFBa, Salvador, 2000.

_____. Níveis de integração entre cláusulas com verbos perceptivos. Comunicação apresentada no XLIX Seminário do GEL – Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, USP, São Paulo, 2002.

CASTILHO, Ataliba T. de. A gramaticalização. *Estudos Lingüísticos e Literários*, Salvador, n.19, p. 25-64, mar., 1997.

_____. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1998. 147 p.

_____. *Gramática Funcional da Língua Portuguesa*. [200?] (mimeo).

_____. Unidirectionality or multidirectionality? Some issues on grammaticalization. In: XII SEMINARIO OF FUNCTIONAL SYNTAX. São Paulo:USP, 2002.

CEGALLA, Domingos Pascoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 37. ed. São Paulo: Nacional, 1994. 637 p.

CEZARIO, Maria Maura . *Graus de integração de cláusulas com verbos cognitivos e volitivos*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001. 217 p. Tese de Doutorado em Lingüística.

_____ et al. Integração entre cláusulas e gramaticalização. In: MARTELOTTA, Mario Eduardo et al (orgs.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

COMRIE, Bernard. *Language universals and linguistic typology: syntax and morphology*. Chicago: The University of Chicago, 1981. Cap. 8: Causative constructions.

CUNHA, Celso. *Gramática da língua portuguesa*. 11. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1986.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da. Gramaticalização dos mecanismos de negação em Natal. In: MARTELOTTA, Mario Eduardo et al (orgs.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, p. 23-38, 1º semestre, 1999.

DIAS, Augusto Epiphanyo da Silva. *Syntaxe historica portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1954.

DILLINGER, Mike. Forma e função na lingüística. *D.E.L.T.A.* São Paulo, v. 7, n.1, p. 395-407, 1991.

DU BOIS, John W. Competing motivations. In: HAIMAN, John. (ed.). *Natural syntax*. Cambridge: Cambridge University, 1985. p. 343-363

FARIA, Ernesto. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.

FÁVERO, Leonor Lopes. O processo de coordenação e subordinação: uma proposta de revisão. In: KIRST, Marta e CLEMENTE, Elvo (orgs.). *Linguística aplicada ao ensino de português*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____ e KOCH, Ingedore G, Villaça. *Linguística textual: uma introdução*. São Paulo: Cortez, 1983.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FOLEY, William e VAN VALIN, Robert. D. *Functional Syntax and Universal Grammar*. Cambridge: Cambridge University, 1984

FRAJZYNGIER, Zygmunt. *Grammaticalization of the complex sentence: a case of study in Chadic*. Amstredam/Philadelphia: John Benjamins, 1986.

GALVÃO, Vânia Cristina C. *O achar no português do Brasil: um caso de gramaticalização*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1999. Dissertação de Mestrado em Linguística.

_____ e LIMA-HERNANDES. Polaridade no encaixamento: relação entre camadas de negação e integração de orações. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS: PROCESSOS DE ARTICULAÇÃO DE CLÁUSULAS. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1967. 522 p.

GARCIA, Francisco González. Finding, seeing and observing in English utopian literature: towards an understanding of the relevance of “NP + XP” complement constructions in the morphology and grammar of J. Swift’s Gulliver’s travels. *Atlantis* 22, v. 2, p. 69-91, 2000.

GIVÓN, Talmy. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 1995.

_____. *Syntax: a functional-typological introduction*. Vol. II. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003. Tese de Doutorado em Linguística.

GORSKI, Edair Maria et al. Fenômenos discursivos: resultados de análises variacionistas como indícios de gramaticalização. In: RONCARATI, Cláudia e ABRAÇADO, Jussara (orgs). *Português Brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 106-122.

GRYNER, Helena. Graus de vinculação nas cláusulas condicionais. *Caderno de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 28, p. 69-83, Jan/Jun, 1995.

_____. O *status* do gerúndio na gramaticalização das orações complexas. In: RONCARATI, Cláudia e ABRAÇADO, Jussara (orgs). *Português Brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 219-226.

HAIMAN, John. Iconic and economic motivation. *Language*, v. 59, n. 4, p. 781-819, 1983.

_____. (ed.). *Natural syntax*. Cambridge: Cambridge University, 1985. p.196-229.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

_____ e HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in English*. Londres: Longman, 1976. p. 256-261.

HEINE, Bernd et al. *Auxiliaries: cognitive forces and grammaticalization*. New York/Oxford: Oxford University, 1993.

_____ et al. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago, 1991. 318 p.

HOPPER, Paul. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, Elizabeth C. e HEINE, Bernd (eds). *Approaches to grammaticalization*. 2 vols. Amsterdam: John Benjamins, 1991. p.17-35.

_____. e TRAUGOTT, Elizabeth C. *Gramaticalization*. Cambridge: Cambridge University, 1993. 256 p.

KOCH, Ingedore G, Villaça. A articulação entre orações no texto. *Caderno de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 28, p. 9-18, Jan/Jun, 1995.

_____. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984. 240 p.

_____. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1989. 75 p.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997. 124 p.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1993. 207 p.

LABOV, William. *Principles of linguistic change: internal factors*. v. 1. Cambridge: Blackwell, 1995.

_____. Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. *Sociolinguistic Working Papers*, Texas, v. 44, 1978.

LAVANDERA, Beatriz R. Where does the sociolinguistic variable stop? *Language in Society*, n. 7, p. 171-182, 1978.

LEHMANN, Cristian. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, John e THOMPSON, Sandra (eds) *Clause combining in grammar and discourse*. Philadelphia: John Benjamins, 1988. p.181-225.

LICHTENBERK, Frantisek. On the gradualness of grammaticalization. In: TRAUGOTT, Elizabeth e HEINE, Bernd (eds). *Approaches to grammaticalization*. 2 vols. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1991. p. 37-80.

LIMA-HERNANDES, Maria Célia. Gramaticalização de cláusulas:unidirecionalidade é real? In: L SEMINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo: USP/GEL, 2002.

LOBATO, Lúcia Maria P. Os verbos auxiliares em português contemporâneo: critérios de auxiliaridade. In: LOBATO, Lúcia Maria P. et al (orgs.). *Análises lingüísticas*. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 27-91.

MACCHI, Giuliano. *Crônica de D. Pedro de Fernão Lopes*. Roma: Ateneo, 1966. 407 p.

MACEDO, Alzira V. Tavares de. Iniciadores de turno em função da polidez. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 7, n. 2, p. 9-28, jul/dez, 1998.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 2.ed. Lisboa, Confluência, 1967.

MAIER, Nicole. Causatives in Brazilian Portuguese. *Caderno de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 33, p. 83-96, Jul/Dez, 1997.

MANUPPELLA, Giacinto. *O “Livro de Cozinha” da Infanta D. Maria de Portugal*. Códice português I.E.33 da Biblioteca Nacional de Nápoles. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1986.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Gramaticalização em operadores argumentativos. In: MARTELOTTA, Mario Eduardo et al (orgs.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro / UFRJ, 1996.

_____. *Processos de gramaticalização envolvendo cláusulas finais*. Relatório parcial enviado ao CNPq. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

_____ et al. Introdução. In: MARTELOTTA, Mario Eduardo et al. (orgs.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro / UFRJ, 1996a. p. 09-26.

_____ et al. O paradigma da gramaticalização. In: MARTELOTTA, Mario Eduardo et al (orgs.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro / UFRJ, 1996b. p. 45-75.

_____ e RÊGO. Gramaticalização de lá. In: MARTELOTTA, Mario Eduardo et al (orgs.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro / UFRJ, 1996. p. 237-250.

MATEUS, Maria Helena Mira et al. *Gramática da língua portuguesa*. 2.ed. rev. aum. Lisboa: Caminho, 1989. 417 p.

MATTHIESSEN, Cristian e THOMPSON, Sandra. The structure of discourse and subordination. In: HAIMAN, John e THOMPSON, Sandra (eds) *Clause combining in grammar and discourse*. Philadelphia: John Benjamins, 1988. p. 275-329.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Apresentação – a Carta de Caminha no tempo da língua portuguesa. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (org.). *A Carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador: EDUFBA, 1996.

_____. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 1993. (Coleção Repensando a Língua Portuguesa).

_____. Prólogo. *Estudos lingüísticos e literários*, Salvador, n. 13, p. 103-110, jul, 1992.

MAURER JR, Theodoro Henrique. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro, 1959. Acadêmica. 298 p.

MCMAHON, April M. S. *Understanding language change*. Cambridge: Cambridge University, 1995. 361 p.

NARO, Anthony Julius e BRAGA, Maria Luiza. A interface sociolingüística/gramaticalização. *Gragoatá*, n. 9, 2000, p. 125-135

NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1932.

NEVES, Maria Helena de Moura. A gramaticalização e a articulação de orações. *Estudos lingüísticos XXVII*. Anais de seminários do GEL. São José do Rio Preto, 1998. p 46-56.

_____. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *Construções encaixadas: considerações básicas*. In: CONGRESSO NACIONAL DA ABRALIN, Florianópolis, fev, 1999. (no prelo).

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: EDUNESP, 2000.

_____ e BRAGA, Maria Luiza. Hipotaxe e gramaticalização: uma análise das construções de tempo e de condição. *D.E.L.T.A.* 14, n^o. especial, 191-208, 1998.

NOONAN, Michael. Complementation. In: SHOPEN, T. (ed.) *Language typology and syntactic description: complex constructions*. Cambridge: Cambridge University, 1994. p. 42-140.

OMENA, Nelize Pires de. *Pronome pessoal de 3^a. pessoa: suas formas variantes em função causativa*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 1978. Dissertação de Mestrado em Lingüística.

PAIVA, Maria da Conceição de. Cláusulas causais: iconicidade e funcionalidade. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 28, p. 59-68, Jan/Jun, 1995.

_____. Da parataxe à hipotaxe: uma trajetória do português de contato. *Estudos lingüísticos XXVII*. Anais de seminários do GEL. São José do Rio Preto, 1998.

_____. *Formas de expressão de causalidade*. Comunicação apresentada no I Encontro de Variação Lingüística do Cone Sul, UFRGS, Porto Alegre, 1996.

PAREDES DA SILVA, Vera Lúcia. A relevância dos fatores internos. In: MOLLICA, Maria Cecília (org.). *Introdução à Sociolingüística Variacionista*. 3 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 33-37.

_____. *Cartas cariocas: a variação do sujeito na escrita informal*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988. Tese de Doutorado em Lingüística.

PEREIRA, Sílvio Batista (org.). *Vocabulário da Carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1964. 177p.

PERINI, Mário A. *Gramática do infinitivo do português*. Petrópolis: Vozes, 1977.

PONTES, Eunice. *Verbos auxiliares em português*. Petrópolis: Vozes, 1973.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Sobre a influência de três variáveis relacionadas na concordância nominal em português. In: SILVA, Gisele Machline de Oliveira e SCHERRE, Maria Marta Pereira (org.). *Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*: Tempo Brasileiro, 1996.

_____. Variação da concordância nominal no português do Brasil: influência das variáveis posição, classe gramatical e marcas precedentes. In: GROßE, Sybille e ZIMMERMANN (eds.) *“Substandard” e mudança no português do Brasil*. Frankfurt: TFM, 1998. p. 153-188.

SHIBATANI, Masayoshi. Causativization. In: SHIBATANI, Masayoshi (ed.). *Syntax and semantics: the grammar of causative constructions*. New York: New York Academic, 1975. p. 239-294.

SILVA, Maria Cecília P. de Souza e KOCH, Ingedore G. Villaça. *Lingüística aplicada ao português: sintaxe*. São Paulo: Cortez, 1983. 160 p.

SWEETSER, Eve. *From etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University, 1990. p. 23-48.

TAYLOR, John R. *Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory*. New York: Clarendon/Oxford, 1989. 270 p.

VAN VALIN, Robert D. e LAPOLLA, Randy. *Syntax: structure, meaning and function*. Cambridge: Cambridge University, 1997.

VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa de. *Elucidário das palavras, termos e frases*. v. 2. Porto: Livraria Civilização, 1984. 780 p

VOTRE, Sebastião. *Cognitive verbs in Portuguese and Latin – unidirectionality revisited*. University of California, Santa Barbara, 1999..

_____. Continuidade e mudança em verbos cognitivos em latim e português. In: XLIX SEMINÁRIO DO GEL, Marília, mai, 2001.

_____. Um paradigma para a lingüística funcional. In: MARTELOTTA, Mario Eduardo et al (orgs.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

_____ e NARO Mecanismos funcionais do uso da língua. *D.E.L.T.A.* São Paulo, v. 5, n. 2, p. 169-184, 1989.

_____ e Rocha, Alexandra Ramos da. A base corporal da metáfora. In: In: MARTELOTTA, Mario Eduardo et al (orgs.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.